

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA E  
METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS**

***Os princípios de Psicologia de William James:  
compromissos e consequências de uma filosofia da ação***

**Paulo Gilberto Bertoni**

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora C. Morato Pinto.

Tese apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
e Metodologia das Ciências da  
Universidade Federal de São Carlos como  
parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do título de Doutor em Filosofia.

São Carlos  
Setembro de 2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B547pp

Bertoni, Paulo Gilberto.

Os princípios de psicologia de William James :  
compromissos e consequências de uma filosofia da ação /  
Paulo Gilberto Bertoni.. -- São Carlos : UFSCar, 2011.  
194 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,  
2010.

1. Filosofia. 2. James, William, 1842-1910. 3.  
Pensamento. 4. Self (Filosofia). 5. Conhecimento. I. Título.

CDD: 100 (20ª)

PAULO GILBERTO BERTONI

OS PRINCÍPIOS DE PSICOLOGIA DE WILLIAM JAMES: COMPROMISSOS E  
CONSEQUÊNCIAS DE UMA FILOSOFIA DA AÇÃO

Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do  
título de Doutor em Filosofia.

Aprovada em 10 de SETEMBRO de 2010

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente   
(Dr<sup>a</sup>. Débora Cristina Morato Pinto)

1º Examinador   
(Dr. Fernão de Oliveira Salles dos Santos Cruz – UFSCar)

2º Examinador   
(Dr. Júlio César Coelho de Rose – UFSCar)

3º Examinador   
(Dr. Guilherme Gutman Corrêa de Araújo – PUC/RJ)

4º Examinador   
(Dr<sup>a</sup>. Léa Silveira Sales – UFLavras)

*Aos meus pais,  
pelo apoio e pelo exemplo.*

## Agradecimentos

À minha família, especialmente à minha irmã Luci, pelo carinho e incentivo.

Aos companheiros de *kendo* (arte da esgrima japonesa), particularmente ao meu mestre, o *sensei* Yashiro Yamamoto, por quem nutro um sentimento de gratidão que só aumenta com o tempo.

Aos professores dos departamentos de Psicologia e Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. Em especial ao professor Bento Prado Jr. (*in memoriam*) pelo clima intelectual que criou e cultivou com tanta maestria. E ao professor Abib, responsável por meu interesse em William James; a quem devo, também, o mote que deu início a essa tese (ainda que eu tenha demorado tanto tempo para percebê-lo).

Aos meus amigos, por cada encontro.

À professora Débora, pela paciência com que lidou com meu temperamento inconstante.

À Indira, por todos os sorrisos e cores que põe em minha vida.

E à Ana, pela cumplicidade nos bons e nos maus momentos.

## Resumo

Esta tese investiga a porção da obra de William James (1842-1910) dedicada à Psicologia, tendo como sua fonte principal o livro *The Principles of Psychology*, publicado em 1890. Seu ponto de partida é um roteiro alternativo de leitura proposto pelo próprio James no prefácio do livro e que serve para acompanhar a forma pela qual os avanços da *Nova Psicologia* influenciaram na construção da disciplina no século XIX. Este é o tema de nosso capítulo inicial e que nos ofereceu as diretrizes do que denominamos de uma teoria da ação. No segundo capítulo, procuramos articular essas indicações com a exposição do pensamento como um *fluxo* e também com as considerações sobre o *self*. No terceiro, abordamos as relações entre aquilo que o autor trata como uma *psicologia da cognição* e seus desdobramentos para uma teoria do conhecimento. Finalmente, utilizamos as conclusões obtidas nesse percurso para defender a tese de que o *Principles*, ou a psicologia jamesiana, deve ser compreendido como uma *psicologia da ação*, que tem sua base em uma filosofia da ação incorporada, implícita ou explicitamente, pelo autor. Percorre toda nossa pesquisa a tensão criada entre os pressupostos dualistas assumidos inicialmente por James e as conclusões sugeridas por uma análise mais minuciosa do texto.

Palavras-chave: William James, ação, pensamento, *self*, conhecimento.

## Abstract

This work analyzes the psychological texts of William James (1842-1910), specially his *Principles of Psychology*, published in 1890. We begin following an alternative itinerary of reading proposed by James in the preface of the book, which also allows us to understand how the *New Psychology* has influenced the construction of psychological field in 19<sup>th</sup> century. We present this in our first chapter trying to show what we call a *theory of action*. In the second chapter, the previous conclusions are articulated with James exposition of the thought as a *stream* and with his considerations of the *Self*. In the third, we investigate the relations between his *psychology of cognition* and his posterior epistemology. Finally, we postulate that *The Principles* must be understood as a *psychology of action*, which has its basis in a philosophy of action incorporated, consciously or not, by James. We emphasize onward the research the tension created between the dualistic point of view assumed by James and the conclusions suggested by a closer reading.

Key words: William James, action, thought, self, knowledge.

## Índice

<b>Introdução</b>	p. 6
<b>Capítulo I: A consciência na ação e a impulsividade da consciência: os contornos de uma filosofia da ação</b>	p.17
Algumas considerações sobre o sistema nervoso	p. 22
O instinto	p. 29
A emoção	p. 35
O hábito	p. 41
A vontade	p. 46
A teoria do autômato	p. 52
Conclusões	p. 58
<b>Capítulo II: Introspecção, fluxo do pensamento e subjetividade: uma aproximação com o empirismo jamesiano.</b>	p. 63
O objeto e os métodos da Psicologia	p. 65
O pensamento como um fluxo	p. 70
A seleção como aspecto primordial do pensamento	p. 72
A mudança no pensamento e a crítica ao pressuposto atomista	p. 73
A continuidade sensível e a unidade do pensamento	p. 76
O pensamento e seu objeto	p. 84
A consciência do <i>self</i>	p. 88
Uma aproximação descritiva com o <i>self</i> empírico	p. 91
A gênese dos <i>selves</i>	p. 96
A identidade pessoal e o problema do Sujeito	p. 99
Conclusões	p. 105
<b>Capítulo III: uma ‘psicologia da cognição’ ou esboço de uma epistemologia?</b>	p. 108
Uma indicação do problema do conhecimento	p. 110
Da sensação à experiência como campo de consciência	p. 117
Atenção e concepção	p. 123
Discriminação e comparação	p. 131
Percepção	p. 138
Uma psicologia da crença	p. 142
Conclusões	p. 151
<b>Capítulo IV (à guisa de conclusão): O PrP como uma psicologia da ação</b>	p.154
Em busca de uma noção de ciência	p. 156
Uma revisão do método	p. 165
O problema da liberdade	p. 169
É possível falar em uma tradição jamesiana na Psicologia?	p. 181
Conclusões	p. 187
<b>Considerações finais</b>	p. 190
<b>Referências bibliográficas</b>	p. 192

“I think is better to sacrifice property to popularity<sup>1</sup>”

Em certa ocasião perguntaram ao polêmico Domingos de Oliveira se havia algo de autobiográfico em uma de suas obras. Sua resposta foi enfática: “Toda obra é autobiográfica”. A observação, em seu contexto, reivindica como alicerce para a vivacidade e o significado da obra as experiências e inquietações do próprio artista, destacando não apenas a impossibilidade de estabelecer uma fronteira definida entre os dois, mas, mais do que isso, apostando no sentido positivo dessa aproximação.

Esse valor parece se modificar no contexto acadêmico, no qual a expressão individual é tomada, com muita frequência, como ausência de objetividade; criando uma prática que recorrentemente esconde a falta de assunto ou competência atrás de um tecnicismo que, ao mesmo tempo em que protege o autor das críticas, e de sua profundidade, faz do trabalho uma atividade inócua e oferece, para pouquíssimos leitores, um produto frio e distante que parece muito pouco útil fora de seu ambiente profissional.

Comentário obrigatório e talvez o único ponto de convergência na vasta e diversificada tradição de intérpretes de William James (1842-1910), é essa aproximação entre vida e obra (não necessariamente em tom positivo) não como mera coincidência entre interesses pessoais e produção acadêmica, mas em uma relação que poderíamos chamar de *simbiótica*. Pagamos à tradição esse tributo obrigatório na forma em que o argumento assume sua dimensão mais poderosa: a voz do crítico.

“William James é o meu filósofo favorito. Não existe praticamente nenhuma opinião dele com a qual eu concorde. E não porque eu ache que seus argumentos são usualmente ruins (...) A atração por James, o filósofo, se dá porque, para mim, ele é o melhor exemplo que conheço de *uma pessoa fazendo filosofia*; não existe a tentativa de esconder a pessoa atrás da obra, nenhuma maneira de discutir a última sem recorrer à primeira, nenhum modo de se fazer crer que exista uma forma de filosofar que não seja pessoal” (Flanagan 1997, p. 47).

---

<sup>1</sup> William James, *The principles of Psychology*, p. 545.



Pluralidade, no sentido forte da expressão, é o que podemos indicar como traço fundamental da vida e da obra de William James. Nascido nos EUA, foi acostumado, desde muito cedo, a longas temporadas na Europa. Educado em uma atmosfera cristã, James *viveu* intensamente a religião, mas tomou-a também como objeto de investigação. Interessado em arte, fluente em vários idiomas, sociável e comunicativo, ansiava pelo ambiente cultural das grandes cidades, mas não dispensava o refúgio no campo, entre as montanhas, onde costumava exaltar a “superioridade das maravilhas de Deus frente às dos homens”. Defensor do rigor científico, oriundo da formação nas ciências biológicas, propôs um *programa* para a Psicologia como ciência natural, mas mantinha, igualmente, um interesse pelos fenômenos sobrenaturais que desafiavam estes mesmos pressupostos. Ciente da necessidade da experimentação e do rigor técnico de análise, nunca deixou, também, de cultivar a atitude de livre pensador, obrigando-se, reiteradamente, ao exercício de encarar cada fato ou conceito da maneira mais neutra e generalista possível, indicando nessa prática o real valor da atitude filosófica.

É com essa diversidade, que se reflete em sua obra e que é nela refletida, que nos deparamos e aqui acompanharemos pelo viés de sua psicologia.

### *Os Princípios de Psicologia*

Em 1890, James publica seu *The principles of psychology*<sup>2</sup>, uma obra que marcaria um momento significativo em sua carreira acadêmica e também na própria história da disciplina. Como não poderia deixar de ser, no caso dele, a elaboração do texto foi conturbada, inconstante, ambígua e, acima de tudo, intensa. O livro traz a marca do ecletismo, da erudição e do espírito apaixonado de James; materializa seus dilemas pessoais e intelectuais – uma distinção artificial – que, de forma curiosa, ilustram a própria condição da Psicologia naquele (?) momento.

O caminho de James em direção à Psicologia, especificamente ao tipo de prática denominada de *científica*, começa a ser desenhado no período em que esteve na Europa nos anos de 1867 e 1868. Durante essa pausa em seus estudos médicos, ocasionada por motivos de saúde, ele manifesta sua curiosidade pela pesquisa ligada ao sistema nervoso e à fisiologia dos sentidos, fato que, aliado às suas frustrações com a perspectiva de carreira médica ou de naturalista, indicavam uma possível direção profissional. James

---

<sup>2</sup> As referências ao livro serão feitas pela sigla *PrP*.

manifesta nesse período, também, um interesse pela psicopatologia, como podemos contatar pelos livros adquiridos durante essa viagem<sup>3</sup>.

Anos mais tarde, ele inicia sua carreira docente e, após o trabalho como *instrutor* em Fisiologia e Anatomia, James oferece, em 1875/6, seu primeiro curso, como *professor assistente*, “As relações entre Psicologia e Fisiologia”, um curso no qual ele introduz em Harvard o estudo da *psicologia fisiológica* desenvolvida principalmente na Alemanha. Até então, aquilo que era ensinado como psicologia na instituição era, na verdade, uma espécie de filosofia da mente, particularmente interessada em uma metafísica da alma e em problemas morais (Perry 1935; Evans 1981). Sua iniciativa pioneira traria para a instituição a pesquisa experimental em Psicologia e seria responsável pelo redirecionamento de toda tradição norte-americana (Perry 1935, Hall 1879, Boring 1950), substituindo a antiga *psicologia de gabinete* (*armchair psychology*) (Evans 1981; Robinson 1985).

Em 1878, após as primeiras publicações propriamente acadêmicas, James é convidado pelo editor Henry Holt para a elaboração do *PrP*. O convite inicial para o texto sobre psicologia da *American Series* havia sido feito a John Fiske, psicólogo amador, discípulo de Spencer e, na ocasião, bibliotecário em Harvard (Evans 1981, p. xlii), que, ao recusar a oferta, indicou o nome de James. Seguindo esta sugestão, Holt formalizou o contato com James e o plano foi estabelecido com a ressalva, por parte do autor, de que, infelizmente, ele não seria capaz de terminar o texto em menos de dois anos. Ao propor, com certo constrangimento, essa data inicial, James não poderia imaginar que o projeto levaria não dois, mas doze anos até sua conclusão.

Podemos enumerar vários fatores para compreender o longo tempo despendido no trabalho, fatores estes que, também, nos ajudam a justificar o próprio estilo do texto. Em termos práticos, o trabalho concorria com as atividades acadêmicas e domésticas do autor, além, é claro, de suas recorrentes oscilações de saúde e de humor; mas este, naturalmente, não é o aspecto mais importante da questão. Qualquer um que tenha alguma familiaridade com o *PrP* sabe que grande parte da responsabilidade pelo longo tempo do trabalho está na vasta gama de influências apresentadas pelo autor. O montante de informação já seria justificativa suficiente para a dificuldade, mas é preciso também destacar que o trabalho realizado por James, além de ser reconhecido como uma grande revisão da psicologia de sua época (Perry 1935; Ayer 1968, 1998; Myers

---

<sup>3</sup> A aquisição do *Medizinische Psychologie* de Lotze, em 1867, e, em 68, o *Pathologie und Therapie der psychischen Krankheiten* de Wilhelm Griesinger. Posteriormente, James se aproximará da psiquiatria francesa, especialmente de Charcot e Janet. Ver Perry (1935).

1981, 1986; Evans 1981), assume uma feição bastante pessoal; trata-se de um processo de levantamento, compilação, mas, acima de tudo de análise crítica e de posicionamento próprio sobre os mais diferentes temas. Em outras palavras, “ele não estava apenas *compondo* um trabalho sistemático na psicologia, mas fazendo observações, procurando hipóteses aceitáveis e travando uma batalha vigorosamente polêmica” (Perry 1935, vol. II, p. 40).

O reconhecimento pelo pioneirismo no estabelecimento de uma psicologia científica nos EUA (Taylor 1992) já revela a tradição experimental da *psicofísica* e da *psicofisiologia*, praticadas, principalmente, na Alemanha como parte central do texto. O livro, no entanto, percorre diversos outros caminhos. *A nova psicologia* é apresentada em um debate estreito com as psicologias tradicionais e, muitas vezes, com uma tradição filosófica mais ampla. A proximidade com as ciências médicas revela-se, particularmente, no exame dos avanços da neurofisiologia. E, na contramão de diversos de seus contemporâneos mais ortodoxos, James aventurou-se também pelo campo denominado *psicologia anormal*, em especial, pela psicopatologia e pelos fenômenos considerados paranormais (*psychical research*) (Perry 1935; Evans 1981; Myers 1981; Boring 1950; McDermott 1986; Taylor 1984).

Boa parte do material foi apresentada, separadamente, bem antes da publicação do *PrP*. Já no ano seguinte ao convite, 1879, o autor começou a publicar, na forma de artigos, os principais resultados de sua pesquisa – muitos deles já na forma definitiva com que foram incorporados ao livro. Essa estratégia contribuiu para uma das críticas mais comuns ao texto: sua falta de sistematização (Hall 1891, Ward 1892, Ladd 1892), chegando ao ponto de considerar James como um *impressionista* na Psicologia (Hall 1891). Retomaremos esse problema da organização em breve, mas é importante apontar algumas das justificativas para a escolha dessa dinâmica de trabalho.

Segundo Perry (1935), há dois fatores de ordem prática. O primeiro deles, com o qual estamos hoje habituados, é a necessidade de publicação técnica para as promoções acadêmicas. Também de natureza prática é o fato da remuneração oferecida por vários dos periódicos, o que contribuía para um incremento no orçamento familiar. O outro fator era de natureza mais psicológica. Para alguém que reconhecia a dificuldade de manter-se trabalhando, sistematicamente, em um grande empreendimento, a organização temática e a publicação em etapas servia como forma de indicar o fim de algum tópico e “liberar a cabeça” de tais preocupações.

A correspondência do autor evidencia o quão traumático foi o processo, especialmente sua conclusão, e também revela suas impressões quanto à situação da Psicologia e sua própria capacidade intelectual. Um dos trechos mais ilustrativos é o da carta enviada ao seu editor falando sobre o tamanho final do texto e suas conclusões. O livro, diz ele, “atesta duas coisas: *primeiro* que não há tal coisa como uma *ciência* psicológica e *segundo* que William James é um incapaz” (em Perry 1935, vol. II, p. 48). Por sorte, a história encarregou-se de desmentir esse comentário – pelo menos sua última parte.

Tão variados quanto os temas tratados no livro são os interesses e a formação de seus intérpretes, tornando-o fonte viva e atual para pesquisa. Podemos encontrar uma convergência em boa parte dos comentários sobre o *PrP*, seja em relação às suas virtudes ou aos pontos polêmicos, independentemente, neste último caso, da adesão ou crítica ao ponto sustentado por James. Fatos incontestáveis são sua riqueza e erudição, a consideração do texto como obra de referência sobre a psicologia do século XIX, sua influência no estabelecimento do projeto científico para a Psicologia e suas tensões com a Filosofia e a Fisiologia. Inegáveis, também, a leveza de estilo e a profundidade descritiva do autor.

No que diz respeito às polêmicas, a primeira delas, como já indicamos, destaca uma ausência de sistematização do texto, como se não fosse possível tratá-lo, ao pé da letra, como um *livro*, mas simplesmente como um amontoado de informações (Hall 1891, Baldwin 1890, Ward 1892, Ladd 1892). Outro aspecto ressalta aquele que deveria ser seu ponto central: a apresentação de uma psicologia *científica*. Os críticos indicam que a defesa da cientificidade proposta pelo autor é fundamentada muito mais em hipóteses e especulações de natureza teórica do que propriamente em evidências experimentais (Hall 1891 e Ladd 1892), característica que, além de não apresentar a base adequada para a disciplina, revelaria o descumprimento de sua própria recomendação de afastar a Psicologia da Filosofia.

Para compreendermos, de forma geral, essas críticas, basta acompanharmos a apresentação feita por James em seu prefácio. A primeira informação explicitada é a relação do trabalho com o curso de psicologia ministrado pelo autor, com a ressalva de que “ainda que seja verdade que alguns dos capítulos são mais ‘metafísicos’”<sup>4</sup> (*PrP*, vol. I, p.5) o livro pode ser usado pelos iniciantes. Esse alerta inicial parece passar

---

<sup>4</sup> Via de regra, as traduções ao longo do texto são nossas, as exceções serão apontadas nas ocasiões adequadas.

despercebido ao leitor quando, pouco depois, ele destaca a necessidade de a Psicologia, para tornar-se uma *ciência natural*, comportar-se como tal; ou seja, “assumir, de forma não crítica, certos dados e abrir mão de desafiar os elementos entre os quais obtém suas próprias ‘leis’, e a partir dos quais suas próprias deduções são conduzidas” (*PrP*, vol. I, p. 6). Em outras palavras, a Psicologia deve manter-se estritamente no universo dos problemas empíricos e afastar-se de quaisquer considerações sobre as questões últimas relativas aos fenômenos estudados. Ele acrescenta, ainda, que “neste ponto de vista estritamente positivista consiste a única característica do livro à qual eu me sinto tentado a clamar originalidade” (*PrP*, vol. I, p. 6). O resultado dessa atitude deliberada é “uma massa de detalhes descritivos, que passa por questões com as quais apenas uma metafísica a par do peso de sua função poderia esperar lidar de forma satisfatória” (*idem*).

Veremos que a admissão do estado cru em que as informações apresentadas se encontram, aliada à publicação anterior dos artigos separadamente, não conduz, necessariamente, à interpretação do texto como mera compilação, na qual a ordem dos capítulos seria completamente aleatória. Há razões significativas para defender o contrário (Evans 1981; Perry 1935); não se trata de ausência de articulação interna, como o próprio James assinala em algumas circunstâncias<sup>5</sup>, mas de uma articulação contrária ao modelo tradicional que está, justamente, sendo criticado. No entanto, antes de entrarmos nesse tema, acompanhemos um pouco mais o prefácio.

Constatamos que o autor apresenta, de fato, alguns pressupostos a serem assumidos sem discussão. “A Psicologia, ciência da mentes individuais finitas, assume, como seus dados, (1) *pensamentos e sentimentos (feelings)* e (2) *um mundo físico* no tempo e no espaço com o qual eles coexistem e o qual (3) *eles conhecem*” (*PrP*, p. 6, grifos do autor). E também indica qual seria o objeto da nova ciência e seu principal desafio. “Eu tratei nossos pensamentos instantâneos como um todo<sup>6</sup> e considereirei as meras leis de sua coexistência com estados cerebrais como as leis últimas de nossa ciência” (*idem*).

A Psicologia parte, portanto, da posição *dualista* assumida pelas ciências naturais e pelo senso comum; supõe, por um lado, um mundo psíquico e, por outro, um mundo físico e conta com o fato de sua coexistência e, também, com a relação cognitiva; ou seja, o mundo psíquico conhece e sente o mundo físico. O segundo trecho

<sup>5</sup> *Briefer Course* (daqui em diante, simplesmente *BC*) e o prefácio à edição italiana do *PRP*.

<sup>6</sup> Essa pequena frase contém o cerne da crítica à *psicologia das faculdades* e ao *associacionismo* e sintetiza, de forma precisa, o projeto jamesiano.

citado indica o pensamento como objeto da psicologia e a identificação da correlação deste com os estados cerebrais como o objetivo final desta disciplina. Trata-se de postular, novamente o dualismo, mas agora especificamente em seu aspecto *mente/corpo*. Como veremos, uma das peculiaridades do projeto jamesiano é identificar nas condições orgânicas o componente *explicativo* da psicologia. O dualismo entre o psíquico e o físico é pensado agora no sentido de que o último é condição para o primeiro.

O problema do dualismo *sujeito/objeto* geralmente é discutido pelos comentadores em relação à consistência entre o *PrP* e o restante da obra de James, particularmente, seu *empirismo radical* (Myers 1981, 1986; Evans 1981; McDermott 1976). Frequentemente, o dualismo é assumido como posição provisória (Perry 1935; Taylor 1996) e estritamente metodológica, um “estratagema para apresentação do projeto psicológico” (Myers 1981) e sugere-se que a leitura de sua psicologia seja feita sob orientação de seu pensamento posterior, no qual sua posição filosófica está definitivamente explicitada (Myers).

Em relação ao problema *mente/corpo* a crítica é mais severa. Eminentemente preocupado com a tradição *espiritualista* nos EUA, e declaradamente partidário da aplicação da metodologia das ciências naturais à Psicologia, a ênfase dada à explicação causal do estado mental pelo estado cerebral foi por vezes interpretada como uma tese *materialista* (Evans 1981; Myers 1981; Ladd 1892), seja ele um materialismo propriamente *metafísico*, que reduziria a ordem psíquica à física, ou um materialismo *metodológico*, não no sentido de reduzir todo psíquico ao físico, mas localizando no último toda explicação causal da investigação psicológica.

O que observamos, portanto, é um movimento por parte dos intérpretes mais favoráveis no sentido de atenuar a tensão criada pela posição positivista assumida por James seguindo a perspectiva das ciências naturais, considerando-a como etapa provisória no caminho de sua reflexão posterior ou como mero estratagema metodológico. Em ambos os casos, a interpretação é feita à luz filosofia posterior e parece interessada, principalmente, em defender sua consistência.

#### *A estrutura do PrP*

O itinerário de nossa investigação, esbarra, em certa medida, no problema, descrito anteriormente, relativo à organização do *PrP*; isto é, a acusação de desarticulação interna do texto. Na organização original dos *Princípios*, o capítulo I apresenta o *campo da Psicologia*, retrata as tradições pré-científicas, delinea o objeto da disciplina e, principalmente, indica uma característica importante da nova maneira de encarar os fenômenos psicológicos: a ênfase nos aspectos orgânicos que os possibilitam – uma atitude em sintonia com o interesse pelo estudo do sistema nervoso no século XIX. Os capítulos seguintes, do segundo ao quarto, indicam quais aspectos do sistema nervoso, particularmente do cérebro, são importantes para o estudo dos fenômenos mentais. O V e VI, intitulados, respectivamente, *The automaton-theory* e *The mind-stuff theory*, são dedicados à análise das implicações filosóficas de algumas teses elaboradas a partir de considerações sobre o sistema nervoso, como, por exemplo, a possibilidade de um reducionismo mecanicista e uma confirmação do esquema associacionista no nível neural. O capítulo VII trata do aspecto metodológico da disciplina e o VIII, *The relations of minds to other things*, explicita o aspecto cognitivo da mente, destacando a diferenciação entre duas formas de conhecimento.

A partir do capítulo IX, *The stream of thought*, que trata do pensamento, objeto da Psicologia, como um fluxo, a mente passa a ser estudada “de dentro”. Até o capítulo XXII, James se dedica propriamente aos fenômenos mentais, como, por exemplo, o pensamento, a memória e a imaginação, além da sensação e da percepção. Do XXIII ao XXVI, o foco está na produção do movimento; ou seja, na ação em suas diversas modalidades. Um comentário sobre a hipnose, capítulo XXVII, e algumas considerações sobre conhecimento empírico e *a priori*, XXVIII encerram o texto.

Podemos interpretar o distanciamento desse planejamento do livro com o modelo associacionista clássico como uma das fontes da crítica de desorganização (Perry 1935; Evans 1981; Myers 1981). Os manuais eram estruturados de forma a seguir, na própria apresentação dos temas, o percurso sintético da formação do conteúdo mental; isto é, daquilo que seria considerado mais simples, as sensações, ao mais complexo, percepções e conceitos. De acordo com Evans, o roteiro seguido por James é perfeitamente adequado à sua proposta.

Como vimos, o projeto de James opõe-se às psicologias tradicionais, segundo ele pré-científicas. Para Evans, os dez primeiros capítulos do *PrP* consistem na apresentação da nova metodologia científica da psicologia, a partir das ciências médicas, e também como forma de desconstrução das teses dessas psicologias e na

apresentação do objeto da psicologia entendido como nossos “pensamentos instantâneos tratados como um todo”. A partir da construção dessa tese em oposição às outras, o leitor poderia, então, apreciar a investigação dos fenômenos psicológicos sob esse novo prisma. O próprio James reage às críticas<sup>7</sup>, destacando, justamente, que seria uma orientação associacionista que guiaria essa forma de propor uma ordem adequada dos temas.

Fato curioso, no entanto, é a sua indicação, a despeito da defesa da coerência na disposição dos capítulos, para que o leitor iniciante altere essa ordem em uma primeira aproximação com a disciplina. Para o estudante, James sugere que após a leitura dos quatro capítulos iniciais, ele siga diretamente para o capítulo XXIII (*The production of movement*) e continue, em sequência, a leitura sobre o *Instinto, as Emoções* e a *Vontade* e que só a partir daí retorne ao capítulo V<sup>8</sup>.

O novo roteiro destaca, claramente, o percurso que vai da exposição do campo da Psicologia, passa pelas considerações iniciais sobre o sistema nervoso, apresenta a lei do hábito neural e salta para os diversos mecanismos de ação. Somente depois disso, é interessante que o iniciante retorne ao capítulo V, sobre a teoria do autômato. Embora possa parecer contraditória, essa sugestão não anula a defesa do autor quanto à coerência da organização original. Trata-se, apenas, de conduzir o iniciante do aspecto mais concreto da disciplina para o mais abstrato. Em outras palavras, se antes de mostrar o papel efetivo da consciência na ação, como, por exemplo, no caso da vontade, é preciso convencer o leitor técnico da superação da objeção materialista ou epifenomenalista, a descrição efetiva, antes do aprofundamento teórico, parece mais adequada didaticamente.

Parece-nos, no entanto, que esse novo itinerário oferece bem mais do que uma estratégia pedagógica mais acertada. O que ele faz nessa exposição, a partir das considerações sobre a dependência orgânica e a explicitação do aspecto ativo da consciência, é estabelecer uma certa compreensão da ação que revela sua apropriação particular da fisiologia da época e, também, a influência darwinista em seu pensamento. Em outras palavras, o roteiro mostra o viés evolucionista pelo qual James constrói sua psicologia e segundo o qual interpreta os mais diferentes fenômenos.

### *O plano desta tese*

<sup>7</sup> Nos prefácios do *BC* e da edição italiana do *PrP*, em 1900.

<sup>8</sup> Retomada no prefácio do *BC* e cogitada para ser a disposição definitiva em uma reedição do texto. Ver comentário histórico sobre o *BC*, pp. 466-477.



Nosso projeto é, portanto, compreender o *PrP* a partir dessa perspectiva *funcional* indicada no roteiro alternativo de leitura, destacando o papel da *ação* para a articulação geral dos *princípios* da psicologia jamesiana. Para isso, além do próprio livro, recorreremos a outros textos quando houver a indicação direta, por parte do autor, de um artigo que aborde o tema em questão ou quando identificarmos a relação histórica, mesmo que não explicitada.

Essa pesquisa será dividida em quatro momentos. No primeiro capítulo acompanhamos passo a passo o roteiro alternativo de leitura sugerido aos iniciantes. A partir dele, apresentamos o impacto das descobertas da fisiologia do século XIX, particularmente, a explicitação do princípio do arco reflexo, e a articulação desses achados com a interpretação de alguns processos psíquicos. Indicamos os contornos de uma teoria geral da ação e destacamos o caráter essencialmente ativo da consciência, que serve como base para as críticas de James à teoria do autômato. Esse roteiro marca também a subordinação dos processos psíquicos superiores ao compromisso com a sobrevivência e revela seu aparecimento e função.

O segundo capítulo da tese apresenta o fluxo de pensamento como objeto da psicologia e ponto de partida para o exame dos fenômenos mentais, destacando, principalmente, a articulação geral dessa “teoria” com o aspecto cognitivo. Chegamos à descrição do pensamento seguindo o debate de James sobre as inadequações da psicologia introspectiva, principalmente dos autores associacionistas e exploramos as implicações dessa formulação para a apresentação da *consciência do self*, procurando destacar a preocupação geral no estabelecimento de uma aproximação empírica por parte do psicólogo.

Em seguida, discutimos as consequências das considerações sobre o fluxo do pensamento e a perspectiva evolucionista para a interpretação dos processos cognitivos, mais especificamente o impacto da concepção da experiência como um todo indivisível na caracterização de toda a cognição e também a relação entre o aspecto *ativo* e *interessado* da consciência na apropriação específica de seus objetos. A questão que percorre todo o capítulo é o limite entre aquilo que ele denomina de *psicologia da cognição* e o que, anos mais tarde, conheceríamos como o aspecto *epistemológico* de sua obra.

No capítulo quatro, retomaremos essas questões no sentido de estabelecer o projeto de ciência psicológica proposto no *PrP*, assim como suas orientações filosóficas

gerais, particularmente, a maneira pela qual o autor articula a disciplina enquanto *ciência natural* e sua defesa do *livre arbítrio*; ou seja, trata-se de explorar o sentido epistemológico, metodológico e moral desse compromisso com uma filosofia da ação. Trata-se de defender nesse momento nossa tese propriamente dita: o projeto jamesiano no *PrP* como um *psicologia da ação*.

Nossa intenção geral é manter o registro explícito do texto e acompanhá-lo em todos os seus embaraços. Isso significa que evitaremos, ao máximo, forçar uma interpretação do *PrP* à luz da filosofia jamesiana posterior. Parece-nos que a manutenção da tensão da posição positivista, a despeito dos problemas que causa para a consistência geral da metafísica e da epistemologia elaboradas pelo autor, oferece uma perspectiva extremamente ilustrativa para a discussão dos fundamentos epistemológicos da psicologia.

Em síntese, este é um trabalho sobre a psicologia de William James, mais especificamente, sobre o período de sua produção que vai do início de sua carreira intelectual, em meados de 1860, até a publicação do *PrP* e de eventuais textos diretamente relacionados a ele, principalmente, na primeira metade da década de 1890. Ainda que nosso esforço principal seja ancorar aquilo que aparece na obra nas reflexões anteriores do autor, essa investigação inevitavelmente aponta caminhos pelos quais ela dialoga com a produção futura. Em termos gerais, veremos que o trabalho se insere em contexto de reflexão sobre história e Filosofia da Psicologia, além de esbarrar, com relativa frequência, nos campos da metafísica e da teoria do conhecimento.

## **Capítulo I: A consciência na ação e a impulsividade da consciência: os contornos de uma filosofia da ação.**

“All is action. All is for the sake of action”<sup>9</sup>

Para William James, “a Psicologia é a ciência da vida mental” (*PrP*, p. 15), interessada em identificar e descrever os fenômenos mentais, como, por exemplo, pensamentos, memórias, sentimentos e percepções; e, também, esclarecer as condições responsáveis por sua ocorrência. Ele especifica o significado do adjetivo *mental* nos padrões de ação nos quais os organismos são capazes de variar os meios para atingir determinado fim, o que denomina de *ação mental*; isto é, ação intencional revelada pela possibilidade de um ser “*perseguir objetivos futuros e escolher os meios para atingi-los*” (*PrP*, p. 21, vol. I, grifos do autor).

A disciplina tem, portanto, uma dupla função, *descritiva* e *explicativa*, em relação aos fenômenos mentais (*BC*; James 1983a). No primeiro aspecto, a obra é enriquecida pela exímia capacidade introspectiva e metafórica do autor, no outro, ao estabelecer as condições cerebrais como os determinantes imediatos dos estados mentais, marca seu compromisso, no contexto da *Nova Psicologia*, com a incorporação do crescente desenvolvimento da anatomia e da fisiologia neurais no século XIX ao estudo da mente.

A aproximação com as ciências médicas caracteriza a ruptura da psicologia científica em geral, e do projeto jamesiano em particular, com a antiga tradição, essencialmente especulativa, de uma psicologia de gabinete (*armchair psychology*). No caso dele, a separação diz respeito particularmente às doutrinas *espiritualista* e *associacionista*<sup>10</sup> e dá-se, em suas próprias palavras, mais por uma questão metodológica do que de resultados. Trata-se, antes de tudo, de evitar uma formulação que misture ciência e metafísica, arruinando, assim, o desenvolvimento adequado de qualquer dos dois campos.

Por *psicologia espiritualista* ou *psicologia das faculdades*<sup>11</sup>, James compreende a tradição que opta por classificar os mais variados fenômenos mentais em categorias

<sup>9</sup> James, *Reflex action and theism*.

<sup>10</sup> A indicação dos autores de cada tradição não é precisa e sua descrição um tanto quanto caricatural.

<sup>11</sup> No capítulo I o espiritualismo é apresentado como a teoria da escolástica e do senso comum.

particulares, considerando-as como *faculdades* ou *modos* de uma entidade superior ou substância originária, como, por exemplo, a *Alma* ou a *Mente*. Neste sentido, resolver um problema matemático, cantarolar mentalmente uma melodia, ou criar uma sequência imagética teriam em comum o fato de serem manifestações distintas de uma mesma faculdade, o pensamento, e seriam possíveis graças a essa peculiaridade da alma ou da mente humana.

No *associacionismo*<sup>12</sup>, a unidade encontrada para explicar a diversidade da vida mental está na identificação de elementos fundamentais comuns a todos os estados e seu projeto consiste em “explicá-los [os estados complexos] construtivamente pelas várias formas de arranjo desses elementos, como alguém explica casas por pedras e tijolos” (*PrP*, vol. I, pp. 15-16); ou seja, qualquer estado mental, por mais complexo que possa parecer, é, em última instância, um aglomerado de elementos simples organizados de forma particular. Trata-se de uma “psicologia sem alma” na qual, invertendo de forma absoluta a tese espiritualista, o ego não é mais visto como algo pré-existente, mas produto da mais complexa representação.

Cada uma dessas doutrinas é examinada em diversos momentos do *PrP*, sob os mais diferentes ângulos, e serão devidamente retomadas ao longo de nossa pesquisa, mas é importante destacarmos que boa parte das objeções dizem respeito aos pressupostos teóricos assumidos por cada uma, uma entidade transcendente no caso da psicologia espiritualista e a fragmentação da experiência, o *atomismo*, no caso do associacionismo, além de ambas, de acordo com James, negligenciarem as condições de ocorrência dos fenômenos mentais. A omissão mais significativa dessas tradições pré-científicas diz respeito à ausência da condição imediata do fenômeno mental; isto é, o estado cerebral que o acompanha.

Cada lesão cerebral, intoxicação ou episódio de embriaguez abre espaço, segundo James, para a identificação do quanto o substrato orgânico é fundamental para a compreensão do estado mental. Para ele, a principal falha das tradições mencionadas é não serem *cerebralistas*; ou seja, não atentarem para o fato de que o estado cerebral é a condição imediata do estado mental. Uma relação que não se esgota nas condições antecedentes, mas também remete às consequências dos estados mentais, uma dinâmica que pode ser expressa pela “lei geral de que *nenhuma modificação mental jamais*

---

<sup>12</sup> Ainda na abertura do livro, ele identifica um núcleo alemão, representado por Herbart, e um núcleo inglês, com destaque para autores como Hume, James e John Mill e Alexander Bain. No entanto, em outros momentos do texto há referência a diversos outros autores.

*ocorre sem ser acompanhada ou seguida por uma mudança corporal*” (*PrP*, vol. I, p. 18, grifos do autor).

Ao identificar o fundamento do estado mental no estado cerebral, James aponta o fato de que “certa quantidade de fisiologia cerebral deve ser pressuposta ou incluída na Psicologia” (*PrP*, vol. I, p. 18). Isto permite-nos compreender parte da estruturação do livro. Seguem-se à apresentação do campo da Psicologia dois capítulos sobre as funções e atividades gerais do cérebro, nos quais o autor apresenta um panorama dos principais resultados da pesquisa sobre o sistema nervoso de interesse para os psicólogos.

Uma herança em particular James ressalta como a principal contribuição para a construção de uma Psicologia científica: a noção de *arco reflexo*<sup>13</sup>. Ela é a chave para a compreensão dos fenômenos psicológicos de acordo com o modelo das *ciências naturais*, constituindo o fundamento para uma *explicação* psicológica que não remeta diretamente à metafísica (Perry 1935)<sup>14</sup>.

“A única concepção ao mesmo tempo renovadora e fundamental com a qual a Biologia presenteou a Psicologia, o único ponto *essencial* no qual a ‘nova psicologia’ está à frente da velha, parece-me, é a noção muito geral e ao mesmo tempo familiar, de que toda nossa atividade pertence basicamente ao padrão da ação reflexa, e que toda nossa consciência acompanha uma cadeia de eventos dos quais a primeira foi uma corrente que afetou algum nervo sensorio e da qual a última será uma descarga em algum músculo, vaso sanguíneo ou glândula” (James 1888/1983b, p. 217, grifos do autor).

Essa observação chama nossa atenção, imediatamente, para o esclarecimento dos processos psicológicos como uma extensão do modelo explicativo oferecido pela ação reflexa, colocando, dessa forma, a própria ação no foco desse projeto.

Comprendemos a peculiaridade do intercâmbio dos animais com o meio quando os comparamos com outros seres vivos. Segundo James, quando golpeamos a base de uma árvore observamos uma consequência bastante distinta daquela em que a

---

<sup>13</sup> Por mera questão estilística, seguindo o próprio autor, utilizaremos com o mesmo sentido as expressões “padrão reflexo”, “modelo reflexo” e “ação reflexa”; significando “que os atos que nós realizamos são sempre o resultado de descargas externas a partir dos centros nervosos e que tais descargas são o resultado de impressões do mundo externo, conduzidas por algum de nossos nervos sensoriais” (James 1992c, p. 541).

<sup>14</sup> Ver particularmente o capítulo LVI. É preciso destacar aqui o quanto essa consideração do positivismo como ausência de compromisso metafísico será rediscutida por James após a publicação do *PrP* (Taylor 1996).

mesma agressão é realizada contra um homem. No primeiro caso, observamos, apenas, uma reação localizada e isolada, enquanto no homem, assim como qualquer outro animal, a reação envolverá todo seu corpo. Essa capacidade dos animais é fruto de uma peculiaridade deles em relação a todos os outros seres: o sistema nervoso. De acordo com James, é ele o responsável pelas reações organizadas dos animais em resposta a estimulações particulares do meio. O sistema nervoso é caracterizado, prioritariamente, como o responsável pela integração de toda informação recebida pelo organismo e também pela coordenação de sua forma de reação.

Quando observamos as reações humanas somos surpreendidos, inúmeras vezes, por sua diversidade, prontidão e adequação. Há casos em que as reações, cuja gênese não conseguimos atribuir à aprendizagem, são automáticas à presença de certos estímulos. Em outros contextos, notamos que, apesar da prontidão, a ação pode ter sua origem remetida a algum ponto da experiência passada e, por último, vemos como os animais e, principalmente, o homem são capazes de reagir antecipando eventos, cuja presença não pode ser remetida ao presente imediato. James refere-se a esses padrões como, respectivamente, os *reflexos*, os *semi-reflexos* e os *atos voluntários*, e é a partir deles que pretende explicar toda a conduta humana. Para ele, “as performances reflexas e voluntárias dos animais se mesclam (*shade into each other*) gradualmente, sendo conectadas por atos que podem com frequência ocorrer automaticamente, mas podem também ser modificados pela inteligência consciente” (*PrP*, vol. I, p. 26).

Em cada uma dessas modalidades, alguém que observe nossas ações tende a dizer, se tomar por critério sua adequação ao contexto, que são *inteligentes*. Tanto as respostas automáticas como a ação voluntária parecem, em princípio, reações apropriadas às exigências impostas pelo meio e, com isso, encontramos dois padrões distintos de explicação. Por um lado, o modelo da ação reflexa, a partir da analogia com o funcionamento da máquina, e, por outro, uma concepção do ato voluntário como algo precedido pela consciência do propósito a ser atingido e por uma deliberação distinta. A ênfase em algum dos extremos caracteriza, de acordo com James, as principais tentativas de apresentar um modelo explicativo geral.

“Alguns autores, supondo que os atos voluntários elevados requerem o guia de um sentimento, concluem que sobre os reflexos inferiores algum sentimento dessa natureza deve também tomar a iniciativa, ainda que possa ser um sentimento do qual *nós* sejamos inconscientes. Outros, crendo que os reflexos e atos semi-automáticos possam, apesar

de sua adequação, tomar lugar com uma inconsciência aparentemente completa, rumam para o extremo oposto e sustentam que a adequação, mesmo nas ações voluntárias, não deve nada ao fato de que a consciência atenta para elas. Eles são, de acordo com esses autores, resultado do mecanismo fisiológico puro e simples” (*PrP*, vol. I, pp. 26-27, grifos do autor).

Essa passagem, aparentemente despretensiosa, ilustra cerca de dois séculos de investigação sobre a ação reflexa e revela a dificuldade em articular este grande achado fisiológico em um único princípio explicativo. É preciso lembrar que o esclarecimento do mecanismo reflexo abriu as portas para uma explicação natural da ação e, cientificamente, nenhuma teorização sobre ela poderia desprezá-lo (Boring 1950; Herrnstein e Boring 1965). O embaraço consiste em articular os aspectos marcantes da ação voluntária, o sentimento que a precede e a consciência que a acompanha, com esse princípio. A insistência em preservá-los conduz à inferência de tais processos, mesmo impossíveis de detectar, na ação reflexa; a outra alternativa, que radicaliza o argumento na direção contrária, questiona o próprio status da consciência<sup>15</sup>.

As consequências de um *voluntarismo*, no sentido da adoção do padrão da ação voluntária como o paradigma, seriam as dificuldades da identificação dos sentimentos que precedem a ação<sup>16</sup> no caso dos automatismos e a elucidação do mecanismo fisiológico desse processo, além, é claro, da questão metafísica referente à relação entre duas substâncias distintas. No outro extremo, o resultado seria ou um *materialismo mecanicista*, que reduziria o mental ao físico, ou um *paralelismo* que transformaria a consciência em um *epifenômeno* – um debate crucial e recorrente no contexto epistemológico da Psicologia.

Esse é o ponto chave para compreendermos o projeto jamesiano. Como vimos, ele reconhece o aspecto revolucionário da noção de reflexo enquanto possibilidade *explicativa* para a conduta humana e partilha do esforço de seus contemporâneos para a elaboração de um projeto científico para a Psicologia. Neste sentido, ecoa a polêmica anterior, apropria-se dela e torna-a fio condutor para a exposição de seus *Princípios*. O duplo esforço, descritivo e explicativo, da disciplina consiste na articulação geral dos fenômenos identificados pela introspecção com as informações gerais sobre os

---

<sup>15</sup> Esta é justamente a dificuldade produzida pela apropriação do conceito arco reflexo a partir do registro dualista que é destacada por Dewey (1896) e que, cremos, James procurará evitar.

<sup>16</sup> Como veremos no caso dos *sentimentos de inervação*.

processos cerebrais, que em última instância significam a apropriação do mecanismo descrito no reflexo.

Essa constatação conduz-nos a uma pergunta importante sobre a relação entre Fisiologia e Psicologia na obra de James, particularmente, entre a compreensão dos fenômenos mentais, via de regra em termos introspectivos, e sua explicação fisiológica. Na organização do *PrP*, a relação vai dos pressupostos fisiológicos para os fenômenos. No entanto, como veremos, isso contrasta com a forma pela qual o autor se aproxima de diversos temas antes da publicação do livro e pode produzir uma falsa impressão sobre a dependência lógica entre os argumentos apresentados no texto. Podemos dizer que o discurso segue, normalmente, das evidências introspectivas e especulações gerais para a inferência de algum mecanismo fisiológico, mas dificilmente no sentido inverso. Em outras palavras, que a *explicação* propriamente dita é muito mais hipotética do que empírica.

Com base nessas indicações, podemos agora compreender com melhor nitidez, o itinerário alternativo de leitura proposto pelo autor no prefácio. Trata-se de apresentar os fundamentos da fisiologia necessários ao psicólogo e esclarecer o mecanismo geral da ação, antes de enfrentar o problema do materialismo – objetivo do capítulo sobre a *teoria do autômato*.

Nosso objetivo neste capítulo é mostrar de que forma James apropria-se do princípio do arco reflexo no sentido de construir uma posição que supere as dificuldades indicadas. Para isso, apresentaremos suas considerações gerais sobre o sistema nervoso e acompanharemos sua exposição sobre as diversas modalidades da ação: o instinto, a emoção, o hábito e a vontade. Ao final desse percurso, retomaremos as implicações filosóficas de sua posição em seu exame da teoria do autômato.

## **Algumas considerações sobre o sistema nervoso**

Como indicado, a parte inicial do *PrP*, contrariando a organização geral dos manuais, apresenta os principais resultados da recente e intensa pesquisa sobre o sistema nervoso, particularmente sobre o cérebro, realizada na segunda metade do século XIX. A síntese desses resultados, articulados em uma formulação geral, é



atribuída ao médico austríaco Theodor Meynert (1833-1892) e apresentada por James como o *Esquema de Meynert*<sup>17</sup>.

O objetivo do texto é mostrar algumas evidências empíricas sobre a localização de funções gerais dos organismos em estruturas específicas do sistema nervoso. Os dados são derivados, principalmente, de experimentos realizados através de lesões de porções específicas desse sistema em determinados animais, particularmente rãs – um procedimento um tanto quanto perverso para nossos padrões contemporâneos, mas a única forma de estudar funcionalmente algumas estruturas sem o advento das neuroimagens. Os detalhes dessa investigação interessariam muito mais a uma história das pesquisas relativas ao sistema nervoso, razão pela qual nos deteremos apenas em seus aspectos principais.

De acordo com James, podemos extrair, a partir dessas evidências, algumas conclusões importantes. Quando o sistema é reduzido à sua porção elementar, a medula espinhal, o repertório do animal fica restrito a reações defensivas a estimulações específicas. À medida que porções superiores são preservadas, o repertório de reações se intensifica, mas a prontidão e especificidade delas em relação à apresentação dos estímulos permanece até o ponto em que os hemisférios cerebrais continuam excluídos.

“Em uma palavra, ele [o animal] é uma máquina extremamente complexa, cujas ações, até o ponto em que ocorrem, tendem à autopreservação; mas, ainda assim, uma *máquina* – que parece não conter nenhum elemento incalculável. Ao aplicarmos o estímulo sensorial correto a ele nós estamos quase tão certos de obter uma resposta fixada como um pianista de obter determinada nota quando pressiona uma tecla específica” (*PrP*, vol. I, p. 30, grifos do autor)

O animal intacto apresenta movimentação espontânea, que consideraríamos desencadeada por uma ideia. Neste caso, o fisiologista não pode manipular cada uma de suas ações; ou seja, a partir da apresentação de determinado estímulo, a reação que seguirá, quando existe a possibilidade desse trânsito nas porções superiores do sistema nervoso, torna-se bastante indeterminada e a previsibilidade não lembra nem de longe aquela dos centros inferiores.

---

<sup>17</sup> James refere-se principalmente aos textos *Zur Mechanik des Gehirnbaues* (Viena, 1874) e *Psychiatrie. Klinik der Erkrankungen des Vorderhirns* (Viena, 1884) e sua tradução inglesa *Psychiatry: A clinical treatise on diseases of the fore-brain* (Nova Iorque, 1885). Ver *PrP*, vol I, pp. 27-39 e vol III, p. 1305.

James explora as implicações propriamente fisiológicas que essas indicações oferecem, interessa-nos, particularmente, a conclusão acerca da diferenciação entre os hemisférios e os centros inferiores. “*Os centros inferiores agem a partir apenas de estímulos sensoriais presentes; e os hemisférios sobre percepções e considerações*” (*PrP*, vol. I, p. 32, grifos do autor). Se considerarmos que “as percepções são conjuntos de sensações” e que as considerações são “expectativas de possíveis sensações que venhamos a experimentar” de acordo com o curso da ação, podemos afirmar que a “*diferença entre o animal sem hemisfério e o intacto pode ser concisamente expressa ao dizer que um obedece apenas aos objetos presentes e o outro aos ausentes*” (idem).

De acordo com isso, os hemisférios cerebrais seriam tomados, então, como *a sede (seat) da memória*, uma espécie de reservatório de recordações e associações resultantes de determinadas experiências. Se caracterizarmos o sistema nervoso a partir da noção básica do arco reflexo e o tomarmos como um circuito elétrico, veremos que à representação inicial do circuito simples do trânsito da estimulação (órgãos sensoriais – centros inferiores – músculos) sobrepomos um percurso adicional formando uma espécie de *looping* no caminho da corrente<sup>18</sup>. Esse caminho alternativo representa justamente as circunstâncias de hesitação da ação, que envolvem mais de uma alternativa e, por isso, necessitam de deliberação. Como, por exemplo, quando paramos por alguns instantes diante de um cruzamento, refletindo sobre qual caminho seguir.

Neste sentido, atribuímos exclusivamente aos hemisférios a capacidade de discriminação, comparação e, conseqüentemente, a possibilidade de agir de forma *prudente*, uma característica essencial para adaptações a ambientes complexos. Não é de estranhar, então, que quanto mais avançamos na cadeia zoológica, menos atos são legados aos centros inferiores. As vantagens disso são evidentes. Se algumas de nossas ações tomassem lugar automaticamente na presença do estímulo desencadeador, atos essenciais como, por exemplo, comer se tornariam extremamente perigosos – uma vez que comeríamos em toda oportunidade e tudo o que se nos apresentasse. Extrapolando o tema para o terreno moral, James aponta essa capacidade de controle dos impulsos como a marca da civilidade. O índice de nossa inteligência poderia ser a capacidade de agir de acordo com considerações cada vez mais distantes e cada vez menos impulsivas. O errante só pensa na próxima hora, o boêmio no dia seguinte, o pai na próxima geração; o filósofo e o humanista em todo futuro de nossa espécie. Nossa inteligência

---

<sup>18</sup> Ver ilustração, *PrP*, vol I, p. 33, figura 2.

parece ser medida pela distância que conseguimos estabelecer entre a ação e à circunstância a qual ela se refere.

A partir dessas considerações, James destaca a necessidade da ação ser produzida originalmente de alguma forma automática ou instintiva para que possa, eventualmente, ser colocada a serviço da vontade, respeitando o mecanismo fisiológico do reflexo. Em síntese:

“Na linha adjacente (*loop-line*) ao longo da qual as memórias e as ideias do distante supostamente estão, a ação, até o ponto em que é um processo físico, deve ser interpretada conforme o tipo de ação nos centros inferiores. Se for considerada neles um reflexo, deve ser considerada da mesma forma nos hemisférios. A corrente em ambos os lugares corre para os músculos apenas depois de ter ocorrido uma primeira vez; mas enquanto o caminho pelo qual ela corre é determinado nos centros inferiores por poucas e fixas conexões entre os arranjos-celulares, nos hemisférios elas são muitas e também instáveis. Isto, veremos, é apenas uma diferença de grau e não de tipo, e não muda o tipo reflexo. A concepção de *toda* ação em conformidade com esse modelo é a concepção fundamental da neurofisiologia moderna”. (*PrP*, vol. I, p. 35, grifos do autor)

Dentro desse esquema, o estímulo que se apresenta uma segunda vez provoca, ao mesmo tempo, atos reflexos nos centros inferiores e ideias nos hemisférios, que os interpretam, permitem ou inibem. A questão que se torna importante agora é: “*Como podem se tornar organizados nos hemisférios os processos que correspondem a reminiscências na mente?*” (*PrP*, vol. I, p. 36, grifos do autor). James apresenta um caminho possível para o processo – trata-se, aqui, de conjecturar sobre o funcionamento do sistema nervoso – a partir de quatro hipóteses básicas. Devemos supor que (1) o mesmo processo cerebral que dá a percepção de um objeto dará sua ideia quando acionado de dentro; que (2) se alguns eventos ocorrerem em sucessão, de acordo com a lei da associação a cadeia tende a ser recuperada quando um dos pontos for estimulado; que (3) a excitação sensorial de centros inferiores tende a se propagar e desencadear ideias e, finalmente, que (4) toda ideia, tende, no limite, a produzir movimento ou inibir algum que possa ser produzido. Se todo caminho cerebral constitui-se, em última

instância a partir de um elo motor – se é dos esquemas ligados a essa excitação motora que eles provêm – então, é natural esse vínculo com a ação<sup>19</sup>.

A partir disso, James destaca que nenhuma relação específica entre dada impressão sensorial e determinada reação motora é originária dos hemisférios cerebrais. Tudo o que eles fazem é estabelecer novas conexões para os padrões oriundos dos centros inferiores. Nesse esquema, “hemisférios são uma superfície supernumerária para a projeção e associação de sensações e movimentos nativamente emparelhados (*coupled*) nos centros inferiores” (*PrP*, p. 38). É exclusivamente neles que ocorre qualquer processo de comparação e escolha. É importante lembrar, também, que se todo repertório do comportamento deve ser interpretado a partir da ação que é produzida originalmente nos centros inferiores, devemos encontrar nestes centros, todos os padrões gerais de ação.

Lembremos, mais uma vez, que as considerações são hipotéticas; isto é, trata-se de um modelo inferencial para compreender o sistema nervoso que, no entanto, carrega, implicitamente, um debate mais profundo. James concorda, como vimos, com a necessidade de tomar o modelo reflexo como parâmetro explicativo e destaca, como uma das implicações do princípio, o fato de que qualquer ideia ou sentimento experimentado deverá ser resultado da própria ação – já que a ordem inicial deveria ser a descarga dos órgãos sensoriais para os músculos.

A despeito da aceitação das orientações gerais dessa explicação, James discorda de alguns aspectos que podemos agrupar em duas direções. Em primeiro lugar, identifica, no nível dos centros inferiores, a possibilidade de readequação das ações a variações ambientais – de acordo com o critério estabelecido por ele, a *ação mental*. No outro extremo, ele discorda da caracterização dos hemisférios como locais completamente virgens originariamente. Trata-se, portanto, de recusar o *mecanicismo*, mesmo nos centros inferiores, e a equiparação da consciência com o processo ideacional dos hemisférios. Em outras palavras, sugere “que o esquema provavelmente torna os centros inferiores demasiadamente parecidos com máquinas (*machine-like*) e os hemisférios não tão maquinais (*machine-like*)” (*PrP*, vol. I, p. 39). Veremos que, ao acompanharmos essa discussão, identificamos não só sua hipótese fisiológica, mas o

---

<sup>19</sup> A partir dessas afirmações, James propõe duas ilustrações do processo fisiológico envolvido em uma experiência motora, como, por exemplo, o gesto de um bebê para tocar a chama de uma vela e sua respectiva atitude de retirar o braço após a queimadura. Se o sistema fosse puramente mecânico, o impulso de alcançar a vela seria sistematicamente repetido, pois não haveria memória da dor sofrida para impedir o gesto seguinte. A representação de acordo com o esquema de Meynert é mais sofisticada e oferece uma explicação coerente para a evitação do gesto seguinte. Ver detalhes no *PrP*, vol. I, pp. 36-38.

delineamento de sua concepção ativa da consciência e uma continuidade na compreensão das diversas modalidades de ação.

Analisaremos a questão relativa à caracterização dos hemisférios nas seções seguintes. Por ora, basta-nos dizer que o esforço de James consistirá em apontar tendências inatas à reação que fogem das simples realizações dos centros inferiores<sup>20</sup> como, por exemplo, a emoção e o instinto, que são considerados “reações a objetos especiais de *percepção*; eles dependem dos hemisférios; e eles são em primeira instância reflexo, isto é, eles seguem pela primeira vez quando o objeto excitador é encontrado, não são acompanhados por reflexão (*forethought*) ou deliberação, e são irresistíveis” (*PrP*, vol. I, p. 83, grifos do autor).

James critica a concepção mecanicista dos centros inferiores a partir de evidências experimentais sobre uma ação *mental* no nível desses centros. Sua argumentação segue a linha do experimento de Pflüger e Lewes realizado com animais cujas regiões superiores foram completamente lesionadas (um delineamento similar àqueles aos quais já nos referimos), mas, neste caso, os dados mostram a variação de respostas, envolvendo, inclusive outros esquemas musculares que não aqueles ligados ao reflexo original<sup>21</sup>. Isso nos permite supor algum espaço para discriminação e escolha, uma reorganização impossível de ser pensada em um sistema puramente mecânico<sup>22</sup>. Dessa forma, ele conclui dizendo:

“Mesmo nos animais inferiores, portanto, há razões para suavizar aquela oposição entre os hemisférios e os centros inferiores que o esquema demanda. Os hemisférios podem, é verdade, apenas complementar os centros inferiores, mas estes últimos são parecidos com eles em natureza e têm pelo menos alguma porção de ‘espontaneidade’ e escolha” (*PrP*, p. 82).

A partir dessas indicações, James afirma que todos os núcleos do sistema nervoso são, ou foram em algum momento, “órgãos de consciência”, no sentido de que são capazes de *selecionar*, mesmo que simples aspectos relativos às sensações. À medida que a estrutura torna-se mais refinada aumenta a complexidade do processo,

---

<sup>20</sup> James argumenta sobre a impossibilidade, no caso do homem e dos macacos, de algumas ações serem realizadas nos centros inferiores. Ver *PrP*, vol I, p. 82.

<sup>21</sup> O experimento consiste em derramar um pouco de ácido na perna de uma rã. Seu movimento reflexo é utilizar a pata para limpar o ácido. Quando este membro é amputado, o animal usa a outra perna para retirar o ácido da região afetada. Ver *PrP*, vol. I, pp. 22-23.

<sup>22</sup> Para uma síntese de outras pesquisa na mesma linha, ver *PrP*, vol. I, pp. 80-82.

mas o que existe é apenas uma variação de grau. Como veremos, da simples sensação à decisão mais complexa, todo processo contém essa característica.

Para compreendermos a prontidão e infalibilidade das reações nos centros inferiores ou o traço do sistema que *se assemelha à máquina*, basta que pensemos evolutivamente.

“Todos os centros nervosos têm, portanto, em primeira instância uma função essencial: aquela da ação ‘inteligente’. Eles sentem, preferem uma coisa a outra, e têm ‘fins’. Como todos os outros órgãos, no entanto, eles *evoluem* do ancestral ao descendente, e sua evolução toma duas direções, os centros inferiores regridem (*passing downwards into*) para um automatismo sem hesitação e os superiores progridem (*upwards*) para uma intelectualidade mais ampla. Pode acontecer, então, que aquelas funções que podem com segurança tornar-se fatais e uniformes tornem-se minimamente acompanhadas pela mente e que seu órgão, a medula espinhal, torne-se cada vez mais uma máquina sem alma (*soulless machine*); enquanto, ao contrário, aquelas funções que permitem ao animal adaptar-se a variações ambientais delicadas passem para os hemisférios, cuja estrutura anatômica e consciência atenta (*attendant consciousness*) tornam-se mais e mais elaboradas à medida que a evolução zoológica avança” (*PrP*, vol. I, pp. 85-86, grifos do autor).

Observamos que a crítica ao mecanicismo, que será retomada na teoria do autômato, já é desenhada de forma radical: a uniformidade das ações produzidas nos centros inferiores, embora possa assemelhar-se à máquina, não faz da analogia uma opção interessante; o risco de usá-la nesse contexto, torna-se grave erro à medida que o padrão torna-se mais complexo. Identificamos, também, algumas indicações importantes a respeito da consciência. Ela consiste fundamentalmente em um processo de seleção – ou qualquer de seus sinônimos menos técnicos, *preferência, interesse etc.* – e seus aspectos mais complexos, como, por exemplo, os processos cognitivos são secundários em relação à ação e estão a seu serviço; em uma palavra, existem em *função dela*<sup>23</sup>.

Nas próximas seções, retomaremos o segundo ponto levantado contra o esquema do sistema nervoso analisado quanto à possibilidade de identificação de padrões originais de ação nas porções superiores; trata-se de apresentar as considerações de James sobre os instintos e as emoções. Vale a pena destacar, no entanto, que a questão

---

<sup>23</sup> Esse viés já aparece explicitamente no *Reflex action and theism* de 1881 e é mantido no *PrP*.

relativa ao sistema nervoso é menos importante, o que nos interessa é o fato da investigação do instinto e da emoção expandir a abrangência do arco reflexo, sustentando esse vínculo original da consciência com a ação e sua dependência dos processos corporais.

## O instinto<sup>24</sup>

Consideramos instintivas aquelas reações nas quais existe uma prontidão inata do organismo em relação a uma determinada condição ambiental, reações frequentemente ligadas a circunstâncias de sobrevivência. Ao observarmos o gato que corre ao avistar o cão ou que agride outro animal pela preferência de uma fêmea ou disputa de território, dizemos que ele reage instintivamente. Não raro, a interpretação dessas reações é feita em termos do *propósito* a que se prestam. Dizemos, por exemplo, que o animal foge porque *ama* a vida ou luta com seu inimigo porque *teme* a morte.

A interpretação proposta por James altera sensivelmente essa caracterização, atacando diretamente essa suposição do fim como orientador da ação. Segundo ele, o instinto pode ser “*definido como a faculdade de agir de tal maneira a produzir certos fins, sem que tenham sido antevistas, e sem educação prévia na performance*” (*PrP*, vol. II, p. 1004, grifos do autor). Nessa perspectiva, devemos considerá-lo um padrão inato de ação que não apresenta, pelo menos em sua primeira ocorrência, nenhuma forma de *antecipação* de seus resultados que possa servir-lhe de guia. Trata-se de um tipo de ação extremamente comum no reino animal, ligado a funções adaptativas, que James considera o “correlato funcional da estrutura” dos próprios órgãos.

O autor propõe, como indicado anteriormente, que incluamos o instinto no mecanismo geral da ação reflexa; dessa forma, diríamos que as ações instintivas simplesmente “são desencadeadas por determinados estímulos sensoriais em contato com o corpo do animal, ou a certa distância no seu ambiente” (*PrP*, vol. II, p. 1005). As relações entre objetos particulares e ações específicas que os organismos exibem em determinado momento seriam resultado da maneira pela qual seu sistema nervoso foi organizado ao longo do processo evolutivo.

---

<sup>24</sup> O conteúdo do capítulo publicado no *PrP* é uma organização, praticamente sem alterações, de dois artigos de 1887: *What is an instinct?* e *Some human instincts*.

Tomado dessa forma, podemos dizer que um instinto nada mais é que um *impulso* para a realização de determinada ação<sup>25</sup>. Frequentemente, ao analisarmos os padrões instintivos encontramos não apenas um movimento, mas uma série de movimentos específicos articulados com alguma função. Quando, por exemplo, dizemos que nosso cachorro tem o instinto de enterrar os ossos – ou, infelizmente, quaisquer outros objetos que encontre pela casa – estamos nos referindo às ações de aproximar-se do objeto, segurá-lo com a boca, conduzi-lo a um determinado local e assim por diante. Uma sofisticação e variedade de padrões que nos espanta em alguns momentos.

Notemos que o processo proposto implica uma estruturação e organização geral da cadeia e não uma simples justaposição de cada ação. Em alguns casos, essa concatenação é tão forte que o animal torna-se absolutamente insensível às condições ambientais; ou seja, uma vez iniciada a sequência ela é executada integralmente. James cita o exemplo curioso de um pequeno esquilo que havia sido adotado por um amigo próximo. O animal, de tempos em tempos, tinha por hábito segurar uma noz entre os dentes e forçá-la em direção a uma almofada – como se a estivesse enterrando. Depois de concluído o movimento, ele partia para outra atividade, indiferente ao fato da noz ficar completamente exposta em cima da almofada. Em seu ambiente natural, o animal teria conseguido enterrá-la; no novo contexto, a ação torna-se inútil, embora continue sendo executada com o mesmo ímpeto.

Tudo se passa como se o sentimento ou *feedback* ocasionado por cada etapa cumprida fosse responsável pelo desencadeamento do passo seguinte. Neste sentido, não seria correto afirmar que um animal luta ferozmente por causa de seu amor à vida ou temor à morte, da mesma forma que não dizemos que o homem alimenta-se de coisas saborosas porque as considera úteis para sua sobrevivência. Ele age dessa maneira, simplesmente, porque não pode evitar. Algo o impele a um conjunto de ações que ele *apenas* executa. “Ele come porque a comida é saborosa e faz com que ele queira mais (...) Como se a conexão entre a sensação saborosa e a ação que ela desperta fosse uma ‘síntese *a priori*’” (*PrP*, vol. II, p. 1007, grifos do autor).

A distinção entre instinto e impulso permite-nos dar um passo além na compreensão do comportamento dos animais, mas, principalmente, do repertório humano. A definição de instinto proposta abriga apenas as ações cujos resultados não

---

<sup>25</sup> A principal referência sobre a caracterização de instinto como impulso é Georg Heinrich Schneider (1846-1904) *Der thierische Wille* (Leipzig: Ambr. Abel, 1880) (*PrP*, vol. III, p. 1326). De acordo com este autor, é possível distinguir entre três tipos de impulso: sensoriais, perceptivos e ideacionais – dependendo da natureza da estimulação. Ver *PrP*, vol. II, p. 1006.



podem ser vislumbrados de antemão; de outra forma, seríamos obrigados a supor que a ideia de um evento existiria antes de sua realização – ou, ainda, que a ideia de um movimento existiria antes de sua execução. Por outro lado, se tomarmos a noção de impulso, ela afirma simplesmente uma tendência, mais ou menos forte, à ação. Neste caso, não existe contradição na possibilidade de a ação ser precedida por algum desejo ou a antecipação de seu resultado.

Toda vez que determinada reação instintiva é executada por um organismo dotado de memória ela produz alguma associação entre os movimentos e o resultado obtido. Essa relação estabelecida pode influenciar de várias maneiras, dependendo do animal, as futuras ações. Em primeiro lugar, podemos supor que a ativação eventual da reação provocará uma “expectativa de suas consequências”, que por sua vez pode contribuir, de acordo com o grau de prontidão dessa reação em particular, para sua *inibição* ou *reforço*. Além disso, pelo menos no caso homem, a própria ideia do resultado servirá para desencadear o impulso; ou seja, a ação poderá ser executada visando explicitamente tais resultados.

“O homem possui uma grande variedade de *impulsos* tanto quanto qualquer animal inferior; e qualquer um desses impulsos, tomado em si mesmo, é tão ‘cego’ quanto os instintos mais inferiores podem ser. Mas, graças à memória humana, ao poder de reflexão e ao poder de inferência, cada um deles passa a ser sentido por ele, depois que ele os executou e experimentou seus resultados, em conexão com uma antecipação de tais resultados. Nessas condições, um impulso executado pode ser dito executado, pelo menos em parte, *em função (for the sake of)* de seus resultados. É óbvio que *todo ato instintivo, em animais com memória, deve deixar de ser ‘cego’ depois de ter sido repetido uma vez* e deve ser acompanhado da antevisão de seus ‘fins’, desde que esse fim tenha entrado no conhecimento do animal” (*PrP*, vol. II, p. 704, grifos do autor).

Se aliarmos essa expectativa das consequências às diversas possibilidades de associação entre estímulos e reações que a experiência pode oferecer com as capacidades de reflexão e inferência, veremos quanta plasticidade os padrões originais possibilitam. Quando um dado estímulo *A*, por exemplo, que sugeria originalmente uma reação *P*, passa a ser um *signal* também para a reação *B*, o organismo pode exibir uma ou outra reação dependendo de outros fatores presentes no momento. Essa peculiaridade contribui para a identificação de condições mais ou menos propícias para a

concretização de dado impulso, principalmente quando vários padrões podem estar relacionados à mesma circunstância.

Do ponto de vista fisiológico, a partir do momento em que admitimos o instinto como “um mero impulso excito-motor, devido à pré-existência de certos ‘arcos-reflexos’ nos centros nervosos das criaturas” (*PrP*, vol. II, pp. 1010-1011) conseguimos *explicar* essa disputa. Uma vez enquadrado no padrão do arco reflexo, todo impulso deve seguir a mesma dinâmica de qualquer processo neural: disputar a prioridade de efetivação com outros processos concorrentes – leia-se, disputar em termos da força da corrente neural excitatória<sup>26</sup>. A ação que se concretiza é aquela para qual há uma maior soma de excitação. Essa interpretação contempla as “irregularidades ocasionais” e a variabilidade, algo que se tornaria mais difícil se os padrões fossem estritamente mecânicos. À medida que o impulso pode associar-se a vários estímulos e um mesmo estímulo a vários impulsos, a determinação de qual se seguirá em dado momento está condicionada à capacidade de excitação.

James apresenta algumas generalizações capazes de detalhar, no terreno propriamente psicológico, a variabilidade na exibição dos instintos. À medida que o animal progride na escala evolutiva torna-se mais provável que as situações despertem impulsos ambíguos igualmente prováveis em sua primeira ocorrência e cabe às peculiaridades de determinada experiência fazer prevalecer algum deles. Um garoto, por exemplo, tem um impulso igualmente provável de acariciar um cachorro quando o encontra como de ficar com medo dele. O primeiro contato com o animal será decisivo para o relacionamento posterior. Ele denominou esse mecanismo como “lei da inibição do instinto pelo hábito”: “*Quando objetos de certa classe eliciam em um animal certo tipo de reação, geralmente acontece de o animal tornar-se parcial ao primeiro espécime da classe a que ele reagiu, e não irá depois disso reagir a nenhum outro*” (*PrP*, vol II, p. 1014, grifos do autor). O hábito funciona, então, como princípio de seleção, restringindo a variabilidade<sup>27</sup>.

Outra maneira de explicar a irregularidade dos instintos é atentar para o aparecimento de determinados padrões em momentos específicos na vida do organismo. Se tais momentos forem aproveitados, o impulso se transforma em hábito, se não, ele

<sup>26</sup> De acordo com James, a ação que será realizada será aquela que atingir a intensidade necessária para a ativação de seu caminho nervoso. Esse processo é detalhado no capítulo *Associação*.

<sup>27</sup> Há uma passagem em que ele destaca três aspectos significativos para que possamos compreender a estruturação de um padrão comportamental, relacionando filogênese, ontogênese e ambiente social: “impulsionado pela natureza, fortalecido pelo hábito e enraizado pela tradição” (*PrP*, vol. II, p. 1045).

simplesmente desaparece. Trata-se da “lei da transitoriedade”, cujo enunciado afirma que “*Muitos instintos estão prontos (ripen) em certa idade e depois desaparecem (fade away)*” (p. 709). James refere-se à ideia de um momento ideal – *happy moment*, na expressão do autor – para o desenvolvimento de certas habilidades que desaparecem se tais momentos foram desperdiçados<sup>28</sup>. Isso explicaria, também, outra função dos impulsos: dar lugar a hábitos. Em resumo, “*a maioria dos instintos são implantados para dar lugar a hábitos. Uma vez atingido este propósito, os próprios instintos, como tais, não têm nenhuma razão de ser na economia interna do organismo e, conseqüentemente, desaparecem*” (*PrP*, vol II. p. 712, grifos do autor).

Essa caracterização dos instintos enquanto impulsos mais ou menos fortes permite a James rever, também, a compreensão da hesitação da ação humana, indicando que ela não significa a ausência de instintos, mas sua abundância e, neste sentido, superar uma dicotomia entre impulsividade e ação racional ou voluntária. O animal que possui essa variedade de padrões “parece levar uma vida de hesitação e escolha, uma vida intelectual; *no entanto, não porque ele seja desprovido de instintos, mas porque ele tem tantos que eles bloqueiam os estímulos um do outro*” (*PrP*, vol. II, p. 706, grifos do autor).

A ação que demora a acontecer é fruto muito mais da variabilidade de impulsos passíveis de serem seguidos, da capacidade em identificar aspectos sutis da situação e de inferir os possíveis desdobramentos da ação, do que da ausência de impulsividade. O pensamento interpõe-se à ação também enquanto possibilidade de virtualização, tornando-se uma característica essencial para a adaptação em ambientes complexos e instáveis, embora com o prejuízo da prontidão da reação. O papel da consciência nesse ponto, como será especificado em nossa discussão sobre a vontade, consiste em atentar para um impulso fraco ou algum que seja contrário à reação que se deseja inibir; a consciência, por si, não é capaz de criar ou inibir impulsos, ela é uma forma particular e sofisticada de seleção. Essa caracterização coloca todo o comportamento do homem, como também dos animais, de forma contínua no processo evolutivo, apontando entre as diferentes manifestações apenas uma diferença de grau.

“A Natureza organizou os animais inferiores de maneira rudimentar fazendo-os agir *sempre* de tal forma que estivessem *frequentemente* certos. Existem menos minhocas colocadas em anzóis do que fora deles, portanto, no geral, diz a Natureza aos seus filhos

---

<sup>28</sup> James retoma esse aspecto, principalmente do ponto de vista moral e pedagógico, no *Talks to teachers*.

peixinhos, morda *cada* minhoca e corra os riscos. Mas à medida que seus filhos tornam-se mais elevados e suas vidas mais preciosas, ela reduz os riscos. O que parecia ser o mesmo objeto pode ser agora tanto um alimento genuíno como uma isca; como nas espécies gregárias cada indivíduo pode ser tanto amigo quanto rival de outro, de acordo com as circunstâncias (...) *a Natureza implanta impulsos contrários de ação em muitas classes de coisas* e deixa para as alterações particulares nas condições de cada caso individual que impulso deve ser realizado” (*PrP*, vol. II, p. 1013, grifos do autor).

A investigação de James inclui, ainda, um inventário do que considera uma amostra dos instintos humanos. Parte de padrões motores fundamentais ligados à alimentação, como, por exemplo, sugar, morder, levar objetos à boca; e explora aspectos instintivos de ações como, por exemplo, higiene pessoal, recato, agressividade e curiosidade. O interesse geral nesse inventário, além de contribuições a um projeto de psicologia do desenvolvimento, situa-se em suas constantes refutações da posição essencialmente voltada à história individual defendida pelos associacionistas, negando em diversas ocasiões qualquer componente instintivo nas ações; e na sugestão de algumas hipóteses evolutivas para explicar a origem e manutenção de alguns de nossos padrões<sup>29</sup>.

As considerações sobre o instinto, além da questão sobre a existência de padrões hereditários de ação nos centros superiores do sistema nervoso, sugerem padrões articulados de ação produzidos ao longo da história evolutiva, que herdamos na forma de impulsos mais ou menos fortes. Na perspectiva de James essa defesa do aspecto impulsivo mostra-se compatível com a compreensão da ação hesitante – ou aquela que engloba um processo deliberativo – superando uma eventual incompatibilidade entre os impulsos e os processos superiores. O fato de ser originalmente ‘cego’ mostra sua adequação ao princípio do arco reflexo, mas sua dinâmica mostra uma *organização* que se distancia de uma interpretação estritamente mecânica e que serve, junto com as reações emocionais, como base sobre a qual o repertório será desenvolvido.

## **A emoção**

---

<sup>29</sup> Ver *PrP*, vol. II, pp. 1022-1057.

Podemos identificar uma proximidade entre e as emoções e os instintos, não apenas, como veremos, enquanto padrões de reação a circunstâncias específicas, mas também pelo fato de as respostas emocionais, via de regra, aparecerem concomitantemente com os instintos, como se um se misturasse com o outro na presença de determinado objeto. A fronteira entre eles, embora difícil de ser delimitada, reside no aspecto mais prático e exterior do instinto, enquanto que a reação emocional termina, em geral, no próprio corpo.

“A classe dos *impulsos emocionais* é mais ampla que a dos comumente chamados instintivos. Seus estímulos são mais numerosos, suas expressões mais internas e delicadas e frequentemente menos práticas. O plano fisiológico e a essência das duas classes de impulso, no entanto, são os mesmos” (*PrP*, vol. II, pp. 1058-1059, grifos nossos).

O trecho final da passagem reforça a intenção inicial que estamos acompanhando de apresentar uma compreensão geral da ação com base no modelo do arco reflexo. Quando tomamos as considerações sobre a emoção no capítulo do *PrP*, a primeira impressão é a de um exercício, por parte do autor, no sentido de ajustar os processos particulares ao padrão geral do reflexo. O leitor deve recordar-se de nossa observação sobre a articulação entre psicologia e fisiologia e apostar que, no caso da emoção, o argumento parte da última em direção à primeira. Essa observação é particularmente importante porque a ‘teoria’ da emoção é um dos pontos nos quais a crítica materialista a James costuma apoiar-se (Perry 1935; Myers 1981; Evans 1981; Myers 1986). Um panorama genético do tema ajuda-nos a entender melhor essa formulação e, conseqüentemente, a nos posicionarmos em relação às críticas.

O primeiro tratamento sistemático do tema<sup>30</sup> aparece, em 1884, no artigo *What is an emotion*. Neste texto, o autor destaca o quanto o estudo das emoções mostra a fecundidade do esquema cerebral proposto por alguns autores contemporâneos, mas, a despeito dessa característica, as conclusões apresentadas sobre a emoção não partiram desse esquema. Os resultados encontrados sobre a emoção<sup>31</sup> “cresceram de *observações* introspectivas fragmentadas, e somente quando elas foram combinadas em uma teoria ocorreu-me o pensamento da simplificação que elas poderiam trazer para a fisiologia

<sup>30</sup> James já destacava seu aspecto impulsivo no *The feeling of effort* de 1880, ver pp. 105-106.

<sup>31</sup> Em 1885, James tem contato com o trabalho do fisiologista dinamarquês Carl G. Lange, *The emotions: a psychophysiological study*, cujas principais conclusões aproximavam-se muito das suas; esse fato tornou essa teoria conhecida como James-Lange (Perry 1935)

cerebral, fazendo-a parecer ainda mais importante” (James 1884/1983c, p. 169, grifos nossos). Notamos que a formulação é construída a partir das observações introspectivas e então articulada com o modelo da ação reflexa e não o inverso, reforçando seu valor descritivo.

Referimo-nos comumente às emoções em termos dos sentimentos experimentados em determinadas situações e, principalmente quando observamos isso em outras pessoas, em relação às expressões produzidas. A descrição desses dois aspectos há muito ocupa a reflexão humana em suas diversas modalidades. Na literatura, especialmente na poesia, encontramos na exploração metafórica da linguagem um exercício constante da explicitação e compreensão dessas características. Em um contexto propriamente acadêmico, um marco significativo é a publicação do livro *A expressão da emoção nos homens e nos animais* por Darwin, um texto ao qual James recorre com frequência.

O senso comum, talvez sem a perspicácia do poeta ou a sistematicidade do cientista, não deixa de ocupar-se também da emoção. No discurso cotidiano, emitimos juízos sobre nossas próprias emoções e sobre as dos outros, além de especularmos a respeito de suas causas. Observamos a criança chorando e atribuímos as lágrimas à sua tristeza. Espanta-nos a ferocidade com que o animal agride seu adversário e remetemos esse ímpeto à sua raiva; exaspera-nos a imagem da pequena e simpática presa indefesa correndo freneticamente e supomos que sua velocidade e determinação são produtos do medo em relação ao predador implacável. Os substantivos que normalmente utilizamos funcionam, nesses casos, como o estado mental que parece intermediar a produção das modificações corporais que os acompanham. Vemos o predador, *sentimos medo* e fugimos. Recebemos a notícia sobre o falecimento do amigo, *sentimos tristeza* e choramos. Como se uma fronteira nítida fosse estabelecida entre aquilo que chamamos propriamente a emoção e suas expressões corporais e sentimentos.

De acordo com James, a interpretação do senso comum inverte completamente a direção causal da reação emocional. Nós não vemos um urso – ou, para tornar o exemplo mais próximo, um *pitbull* solto –, ficamos com medo e corremos. As alterações corporais e os esquemas de ação seguem imediatamente de nossa percepção do objeto, e nosso contato com esses produtos é aquilo que nós chamamos de emoção. “*As modificações corporais seguem diretamente a percepção do fato excitador e nosso sentimento das mesmas mudanças, à medida que ocorrem, é a emoção*” (PrP, vol. II, p.

1065, grifos do autor)<sup>32</sup>. Ou seja, à nossa percepção do animal, seguem-se imediatamente as alterações corporais e aos sentimentos que experimentamos a partir delas damos o nome de emoção.

Do ponto de vista introspectivo, a afirmação baseia-se em dois aspectos. O autor chama a atenção, em primeiro lugar, para o fato de toda alteração corporal<sup>33</sup> à qual somos expostos ser *sentida*, basta-nos atentar com cuidado para percebê-las. Isto é verdade, pelo menos, no que diz respeito às “emoções fortes”<sup>34</sup>, no momento em que ocorrem. No caso do medo, por exemplo, ele sugere que as alterações que definem o estado são aquelas mudanças intensas que se seguem imediatamente ao contato com o objeto temido. Uma sensação instantânea de paralisia, o sentimento de uma interrupção momentânea na respiração com o enrijecimento de toda musculatura, o eriçar dos pelos como um sopro cortante atravessando nosso corpo, um tremor e a sensação que nossas pernas não conseguirão manter o simples peso do corpo por muito tempo.

De acordo com James, se conseguíssemos realizar o exercício de abstrair de nossa consciência de um estado emocional essas características corporais não restaria nada além de um simples processo cognitivo, completamente destituído daquilo que consideramos *emoção*.

“Sem os estados corporais seguindo a percepção, os últimos seriam puramente cognitivos na forma, pálidos, sem cor, destituídos de calor (*warmth*) emocional. Nós poderíamos, então, ver o urso, e julgar se é melhor correr; receber o insulto e cogitar que é certo atacar; mas nós não estaríamos *sentindo* medo ou raiva” (*PrP*, vol. II, p. 1066, grifos do autor).

A constatação do quão imediata é a alteração corporal também depende da introspecção. O leitor deve perguntar-se quantas vezes fora surpreendido por uma cena, uma melodia ou um gesto e observou, quase como um espectador, o desenrolar das reações em seu corpo. O próprio autor narra um episódio de sua infância em que se viu surpreendido dessa forma. Ao observar um cavalo sangrando, por causa de um pedaço de maneira espetado, ele aproximou-se do animal, guiado pela simples curiosidade

---

<sup>32</sup> A definição apresentada no artigo de 1884 é rigorosamente a mesma, com a única diferença de que a expressão “percepção” também aparece grifada.

<sup>33</sup> É preciso distinguir entre alteração do corpo circunscrito ao horizonte sensível e organismo; James não quer dizer que sintamos a dilatação dos vasos sanguíneos ou um aumento de secreção biliar.

<sup>34</sup> Ele propõe a extensão da mesma interpretação às emoções mais sutis, como, por exemplo, os sentimentos, morais e estéticos, afirmando que, apesar das observações introspectivas serem mais difíceis, o processo geral é o mesmo (ver *PrP*, vol. II, pp. 1082-1086).

infantil, sem nenhum sinal de repugnância. “Repentinamente o mundo escureceu diante dos meus olhos, minhas orelhas começaram a zunir e não vi mais nada” (*PrP*, vol. II, p. 1072).

Qualquer um que aceite a teoria pode exigir, como consequência de seu enunciado que a produção do estado corporal produza então a experiência emocional. A observação é analisada por um viés que, novamente, aproxima o campo das artes das reflexões técnicas sobre a emoção. O bom ator deveria ser o exemplo máximo da capacidade da (re)produção do estado adequado para a representação emocional. James apresenta referência igualmente coerentes tanto a favor como contra sua teoria e procura superar as críticas destacando a dificuldade na reprodução das transformações dos aspectos involuntários ligados à emoção. No entanto, as confirmações mais diretas da teoria são as reações imediatas com as quais nos deparamos em diferentes circunstâncias e o dito popular que nos manda contar até dez antes de respondermos a um insulto – principalmente se for do nosso chefe <sup>35</sup>.

Trata-se de uma teoria que *encarna* a emoção; isto é, remete-a diretamente à relação com o corpo (Gutman 2005, 2008). Sentir significa contato com algum processo corporal, qualquer menção que possa existir a um estado mental sem essa relação, não poderá ser considerada emocional, sem o corpo, o que temos é simplesmente um processo intelectual frio. O sentimento é, dessa forma, dependente de alguma mobilização corporal e, conseqüentemente, a emoção respeita o esquema geral proposto pela fisiologia do arco reflexo, consistindo em sensações resultantes de processos aferentes.

“Se a teoria é correta, então, cada emoção é a resultante da soma de elementos e cada elemento é causado por um processo fisiológico de um tipo já conhecido. Estes elementos são todos mudanças orgânicas e cada um deles é o efeito reflexo do objeto<sup>36</sup> excitante” (*PrP*, vol. II, p. 1069).

---

<sup>35</sup> A maior dificuldade diz respeito ao teste empírico da teoria. Para isso, seriam necessários casos em que os sujeitos fossem acometidos de anestésias completas, mas sem paralisias. Nos três textos sobre as emoções aos quais nos referimos, ele apresenta os exemplos disponíveis na literatura médica afirmando que apesar de nenhum deles contribuir para o estabelecimento definitivo da teoria, também não conduzem à sua negação.

<sup>36</sup> James recebeu diversas críticas à teoria e, dentre elas, quanto à noção de *objeto*. Afirmou-se, por exemplo, que podemos exibir reações distintas diante de um mesmo objeto e que, portanto, a teoria não se sustentaria (poderíamos, em vez de fugir do urso, correr atrás dele). Ele analisa algumas dessas objeções no artigo *The physical basis of emotion* de 1894. Especificamente em relação à noção de objeto, ele ressalta que a expressão neste caso deve ser entendida de acordo com o uso próprio que ele faz do termo: o objeto específico é um ingrediente em uma “situação total” (ver p. 301); ou, se quiser utilizar sua nomenclatura de forma mais precisa, objeto deve ser entendido como o “objeto do pensamento”.



A produção de sua época sobre a emoção é, segundo James, essencialmente descritiva e, sendo assim, a literatura seria, esteticamente, uma fonte bem mais interessante de aprendizado do que a Psicologia. Sua teoria, no entanto, possibilita que a pesquisa sobre o tema vá além da simples descrição. Ao aceitarmos a interpretação proposta por ele, a pesquisa pode assumir um caráter propriamente explicativo. Se identificamos uma ‘expressão’ particular às emoções, pelo menos nas mais básicas, podemos perguntar como tais expressões tornaram-se possíveis “e isso é uma questão real da mecânica (*mechanics*) fisiológica de um lado e da história de outro, as quais (da mesma forma que todas as outras questões reais), são, em essência, passíveis de resposta, mesmo que esta seja difícil de encontrar” (*PrP*, vol. II, p. 1070).

Tal investigação deve ser orientada por duas questões fundamentais: 1) “*Que efeitos difusivos especiais os vários objetos especiais e experiências subjetivas excitam?* e 2) *Como eles vêm a excitá-los?*” (*PrP*, vol. II p. 1091, grifos do autor). A primeira questão é respondida a partir de um levantamento preciso das transformações a que o organismo está exposto em cada emoção, um inventário que deve incluir além da ‘expressão’ as transformações viscerais e glandulares<sup>37</sup>. A segunda é uma questão genética e leva diretamente à história evolutiva, ampliando, dessa forma, o sentido de explicação.

James se refere a uma tradição, especificamente Darwin e Spencer, que trata as expressões emocionais como formas mais brandas de ações que devem ter possuído algum valor adaptativo. “Alguns movimentos de expressão podem ser tomados como *repetições mais fracas de movimentos que no princípio* (quando eram fortes) *foram de utilidade para o sujeito*” (*PrP*, vol. II p. 1091, grifos do autor). Elas seriam o que Spencer denomina “excitações nascentes”<sup>38</sup>.

Obviamente, trata-se apenas de conjecturas, que podem fazer todo sentido em uma interpretação regressiva, mas que não garantem sua veracidade. No entanto, James chama a atenção para as ações que sequer se prestam a tais conjecturas, como, por exemplo, a dificuldade de se postular algum valor adaptativo relacionado a quadros de medo intenso. Nesses casos, além de algum tipo de acidente evolutivo, a interpretação de algumas respostas passaria pela inferência da necessidade de descargas necessárias a

---

<sup>37</sup> James retoma essa questão da delimitação precisa da expressão de cada emoção no artigo de 1894, afirmando que pode haver uma faixa de variação individual, desde que haja uma identidade *funcional* (ver pp. 303-304).

<sup>38</sup> No caso do medo, por exemplo, o fato dos cães mostrarem os caninos e rosnar estaria relacionado com a utilidade no passado desses gestos em situações extremas.

um excedente de excitação com o qual o organismo não é capaz de lidar. Nas palavras do próprio James,

“Tudo se passa como se mesmo as mudanças de pressão arterial e batimentos cardíacos durante a excitação emocional pudessem, em vez de ser teleologicamente determinados, ser descargas (*outpourings*) puramente mecânicas ou fisiológicas através dos canais de drenagem mais fáceis – os nervos pneumogástricos e simpáticos (*sympathetics*) parecem ser, em circunstâncias ordinárias, tais canais” (*PrP*, vol. II, p. 1095).

Essas conjecturas sobre a gênese de algumas emoções permitem-nos identificar a posição assumida por ele em relação ao próprio processo evolutivo geral. Nem toda herança é resultado de um processo adaptativo, James reconhece como *modus operandi* da evolução a variação acidental e poderia afirmar, no caso específico da emoção certo grau de inadequação<sup>39</sup>.

O problema inicial das considerações sobre a emoção, como dissemos, é sua interpretação à luz do modelo reflexo, embora essa descoberta seja posterior aos dados introspectivos. O desafio consiste, basicamente, em mostrar que se trata de relações previamente determinadas entre reações orgânicas e objetos particulares, dispensando, com isso, a menção a algum processo puramente espiritual como fonte geradora do estado emocional e destacando o aspecto *corporal* da experiência emocional. As reações são interpretadas geneticamente e sua expressão assim como origem são remetidas à própria evolução.

## O hábito<sup>40</sup>

Se até aqui apresentamos as fontes básicas de reações sobre as quais nosso repertório é constituído, a noção de hábito permite-nos compreender o modo pelo qual a ampliação se realiza. A conduta habitual; isto é, o padrão de ação que tende a repetir-se caso as condições sejam mantidas, caracteriza-se pela expressão mais simples e acurada dos movimentos realizados para alcançar determinado resultado. Como os movimentos são mais precisos, poupa-se a energia que seria desperdiçada com gestos desnecessários,

<sup>39</sup> O capítulo XXVIII do *PrP* retoma esse debate sobre a evolução.

<sup>40</sup> A primeira publicação específica sobre o tema foi o texto *The laws of habit* (1887).

e, assim, diminui-se a fadiga. Quanto mais habitual uma ação, menos atenção consciente ela exige. Boa parte do repertório dos animais é formada por hábitos, cuja natureza, segundo James, pode ser dividida em dois grupos. Existe um conjunto de ações que funcionam segundo esse princípio com as quais já nascemos, os instintos, e, além destas, somos capazes de tornar habituais algumas rotinas voluntárias. Em outras palavras, podemos remeter a gênese de um hábito à história evolutiva ou individual, mas suas características são, basicamente, as mesmas.

Um exemplo simples nos ajudará a entender esse processo. Atualmente, dirigir um carro é um comportamento habitual para boa parte das pessoas. Verificamos claramente a distinção que estamos procurando ao contrapormos o comportamento exibido pelo motorista experiente com os padrões apresentados durante a aprendizagem. As primeiras lições são, em geral, recomendações sistemáticas e insistentes dos instrutores sobre a sequência precisa dos movimentos e os cuidados necessários para conduzir o automóvel com segurança e conforto. Cada uma das ações é executada, inicialmente, como resposta às instruções: “colocar o cinto”, “pisar a embreagem”, “girar a chave” e assim por diante. Via de regra, toda a atenção do aprendiz está concentrada nesses comandos. Observamos que, em dado momento, ele passa a reproduzi-los em voz alta e que qualquer outra estimulação presente nesse momento corre um grande risco de passar despercebida. Os trancos que acompanham as iniciativas de arrancar e parar o veículo mostram o desajuste entre a força colocada nos pedais e aquela que seria adequada (como o movimento da cabeça, às vezes de todo tronco, para olhar o retrovisor indica o tanto de esforço que é desperdiçado).

À medida que a rotina se repete o comportamento torna-se mais contínuo – literalmente – devido, basicamente, ao ajuste da força. A reprodução das instruções diminui, embora a ordem dos movimentos ainda seja seguida com certo ritual. Os gestos tornam-se mais contidos. No motorista experiente, constatamos que a rotina tornou-se um hábito pela variedade de coisas que ele pode fazer *enquanto* está dirigindo – parte delas, infelizmente para muitos, ilegais – e pela simplicidade dos gestos executados (o giro em direção ao retrovisor, por exemplo, é substituído pelo simples movimento dos olhos). O ato torna-se tão habitual ao ponto daqueles indivíduos politicamente menos corretos atribuírem, em certas manhãs, uma consciência própria ao automóvel.

Tomemos o mesmo exemplo agora de forma mais esquemática, utilizando as letras A, B e C para representarmos cada etapa de uma cadeia de movimentos que conduz a um objetivo final. Durante o processo de aprendizagem notamos que, em cada

ponto de transição (de A a B, de B a C), a passagem é marcada por um momento de hesitação e a ação seguinte é, normalmente, mediada por autorrecomendação explícita (“Agora soltar o pedal suavemente”); ou seja, ela é guiada “por meios intelectuais”, como quando estamos a procura de um endereço desconhecido e somos obrigados a parar em cada esquina para escolher o caminho. Neste processo, cada ponto na sequência constitui um objeto distinto para o pensamento e ele deve deter-se, de forma atenta, sobre ele. À medida que a sucessão se torna habitual, a mera sensação de *A* é suficiente para desencadear o estado seguinte, “como se ‘A’ e o resto da cadeia estivessem fundidos em um fluxo contínuo” (*PrP*, vol. I, p. 119).

Esse aparente automatismo que caracteriza o hábito não implica, no entanto, a ausência de consciência e, portanto, não permite uma explicação *mecanicista*. De acordo com James, passa-se de uma *consciência de cada elo* para uma *consciência de toda a cadeia*, mostrando uma diferença da atenção voltada para o *processo* ou para o *resultado*<sup>41</sup>. Trata-se de uma espécie de consciência negativa que só se manifesta, de forma explícita, se algo dá errado ao longo da cadeia normal de eventos. Um músico, para quem determinado tema já se tornou habitual, não precisa de toda sua atenção para executá-lo; pode, por exemplo, enquanto toca, conversar com outra pessoa. No entanto, se depois de um *lá* ele tocar um *dó* em vez de um *mi*, como seria esperado, seu ouvido, por mais entretido que possa estar na conversa, provavelmente notará a diferença – mesmo que ele não fosse capaz, se perguntado, de dizer, no caso da execução correta, qual nota havia tocado após o *lá*. A consciência se torna, como dito, consciência da sequência<sup>42</sup>.

O valor adaptativo de tal processo é inegável. O repertório de um ser humano adulto é extremamente complexo e, sem dúvida, em grande parte fruto da sua própria experiência – independentemente do fato dele haver sido ensinado diretamente ou não. Isto indica a necessidade, para haver um incremento de possibilidades, de que as habilidades já conquistadas sejam executadas com menos tempo e custo, assim, outras poderão ser adquiridas. James chama a atenção para o fato de que, se algo como o princípio do hábito, e a economia para o organismo que ele proporciona, não tivesse aparecido, seria pouco provável que os organismos fossem capazes de aprender outras atividades: o sujeito que necessitasse de toda concentração para movimentar-se,

---

<sup>41</sup> Como veremos, por questões adaptativas, principalmente ligadas à economia do organismo, a consciência sempre tende a atentar para os resultados.

<sup>42</sup> Constatada, segundo James, por um *sentimento de conformidade*.

controlar sua posição ao sentar e articular a pressão realizada sobre as teclas de um computador, dificilmente seria capaz de enviar uma simples mensagem<sup>43</sup>.

A *explicação* que o autor apresenta no caso do hábito não remete, como de costume, diretamente à Fisiologia; neste caso, ela conduz à Física. Como dissemos, o hábito significa um padrão de reação, cuja probabilidade está relacionada com a estabilidade das condições (devemos pensar tanto nas exigências quanto na disponibilidade de variações). Neste sentido, podemos dizer que “as leis da Natureza não são nada além de hábitos imutáveis que os diferentes tipos elementares de matéria seguem em suas ações e reações umas sobre as outras” (*PrP*, vol. I, p. 109).

Notamos que no mundo orgânico os padrões de ação são mais diversificados. Esta variabilidade está intimamente relacionada com a possibilidade desse tipo de matéria ceder à pressão gradual de alguma força de forma a acomodar-se; isto é, ela depende de sua maleabilidade.

“*Plasticidade*, portanto, no sentido mais amplo do termo, significa a posse de uma estrutura fraca o suficiente para ceder a uma influência, mas forte o suficiente para não fazê-lo de uma só vez. Cada fase relativamente estável de equilíbrio em tal estrutura é marcada por aquilo que podemos chamar de um novo conjunto de hábitos” (*PrP*, vol. I, p. 110, grifos do autor).

Trata-se de um princípio que se aplica à matéria em geral. A fechadura depois de utilizada algumas vezes parece funcionar melhor; o caminho que a enxurrada abriu por entre as árvores facilitará o escoamento da água na próxima vez, assim como as notas executadas no violino por mãos hábeis imprimirão nas fibras da madeira um padrão muito mais interessante. A resistência vencida uma vez exigirá de uma futura repetição menor esforço para atingir os mesmos resultados. Neste sentido, podemos dizer que o hábito, em termos estruturais, significa a ação no sentido da menor resistência<sup>44</sup>.

Esse princípio mostra sua plasticidade máxima no caso do sistema nervoso. Como indicamos no início do capítulo, o sistema nervoso funciona como estrutura responsável pela captação da estimulação sensorial, interna e externa. Enquanto sistema físico sua tendência é manter seu equilíbrio interno estável. Se entendermos a

<sup>43</sup> O argumento é retirado de Henry Maudsley (1835-1918) *The physiology of mind* ver *PrP*, vol. I, p. 118 e vol. III, pp. 1315-1316.

<sup>44</sup> James atribui esse argumento a Léon Dumont (1837-1877) “De l’habitude” *Revue philosophique*, 1 (abril/1876), 321-366.

estimulação como produção de processos físico-químicos no interior do organismo, devemos aceitar que toda sensação recebida consiste em excitação do sistema e, conseqüentemente, deve ser dissipada. Em outras palavras, toda informação sensorial dá origem a processos mentais ou comportamentos<sup>45</sup>. Quanto mais a ação ou cadeia de pensamento é repetida, suas rotas são traçadas de forma mais consistente, tal como um curso de água esculpe seu próprio caminho<sup>46</sup>; tornando essas direções aquelas com menor resistência e, portanto, as que exigem menos energia para ativação<sup>47</sup>.

A ênfase da exposição nas determinações originais do sistema nervoso pode conduzir o leitor à falsa impressão de que o comportamento humano é pouco flexível às modificações ao longo da vida. Como verificaremos na teoria da vontade, a investigação psicológica empreendida por James tem um compromisso moral intrínseco e isso se expressa com todo vigor na análise do hábito. O hábito não só é reconhecido por James como parte responsável pelo repertório geral do indivíduo, mas algo cuja força pode superar as próprias tendências naturais: “o hábito é dez vezes a natureza” (*PrP*, vol. I, p. 124), como podemos atestar pelo exemplo do soldado que, depois de muitos anos de serviço e já outros tantos na reserva, sentia ainda o corpo retesar e assumia a postura de sentido toda vez que ouvia a palavra “Atenção!”<sup>48</sup>.

As considerações sobre o mecanismo envolvido no hábito apontam para futuras aplicações educacionais. O grande segredo, na educação, é fazer do sistema nervoso um aliado; ou seja, tornar as ações úteis habituais o mais rápido possível. É preciso liberar a vontade para tarefas realmente importantes; isso só é possível na medida em que o indivíduo se torna menos hesitante na realização das tarefas corriqueiras<sup>49</sup>. “Não há ser humano mais miserável do que aquele no qual só a indecisão é habitual, para quem acender cada cigarro, tomar cada xícara, a hora de dormir ou de acordar todos os dias, e o começo de cada atividade são temas de deliberação voluntária expressa” (*PrP*, vol. I, p. 126).

A educação possibilitada pela lei do hábito não se restringe a seu aspecto formal, mas, no caso de James, é conduzida também para o terreno da ética, contribuindo para

---

<sup>45</sup> Trata-se aqui da forma geral pela qual a excitação produzida no organismo se dissipa e que James chamou de *lei da difusão*. Ver *PRP*, capítulo XXIII.

<sup>46</sup> Essa é a formulação da “lei do hábito neural” que será retomada para explicar a *associação*. Ver *PrP*, capítulo XIV.

<sup>47</sup> É possível remontar o esquema da cadeia de ações que mencionamos anteriormente com uma linha paralela representando o processo fisiológico responsável por ela. Ver *PrP*, p. 120. As conclusões fisiológicas são atribuídas a Carpenter e Maudsley.

<sup>48</sup> Ver *PrP*, vol. I, p. 125.

<sup>49</sup> Esses aspectos serão explorados com mais profundidade para o interesse aplicado da Psicologia *Talks to teachers on Psychology* (Myers 1983)

formar diretrizes para certa educação moral. Aqui sua adesão a uma *filosofia da ação* encontra um fundamento neurofisiológico, mostrando a articulação entre a perspectiva evolucionista e suas demandas morais. James apresenta esses princípios na forma de quatro máximas<sup>50</sup>, nas quais destaca que a conquista de um novo hábito depende de uma “iniciativa tão forte e decidida quanto possível”; a determinação em não permitir nenhuma exceção até que o hábito esteja estabelecido; a necessidade da “produção dos efeitos motores” (pelas quais as resoluções “comunicam o novo ‘set’ para o cérebro”) e que o vigor e a saúde da capacidade de *esforço* devem ser mantidos “por um pequeno exercício gratuito diário”<sup>51</sup>.

A exposição da lei do hábito permitiu-nos acompanhar a apresentação do mecanismo geral dos padrões estruturados de ação e também o modo pelo qual novas condutas são adquiridas por intermédio da vontade. A forma pela qual o princípio é exposto indica, mais uma vez, o aspecto funcional ou organizado de uma ação que envolve consciência, mas sem a exigência de seu caráter reflexivo; trata-se, por razões ligadas à economia interna, de uma consciência do processo, expressa por um sentimento de conformidade quando este se desenrola da maneira adequada e que se manifesta diretamente quando algo foge à sequência esperada, o que contribui, novamente, para a crítica ao mecanicismo. A lei do hábito é particularmente instrutiva nas aplicações que ela sugere, principalmente para os campos da educação e da moral, apontando, ainda que de forma sutil, os compromissos do autor com uma filosofia da ação.

## **A vontade**

Nosso percurso pelas diversas modalidades de ação só se completa quando tratamos daquelas em que um processo deliberativo explícito parece envolvido. Na ação voluntária deparamo-nos, geralmente, com o fato de que ela é precedida pela ideia de sua realização ou, pelo menos, por algum tipo de comando, algo que James trata como um *fiat*, remetendo à expressão latina *faça-se*. Sendo assim, constatamos que aquela ação é secundária em relação à deliberação. Podemos imaginar uma série de circunstâncias em que esse esboço se enquadre. Em algumas delas, notamos nossa

---

<sup>50</sup> As duas primeiras são atribuídas a Alexander Bain (1818-1903) *The emotions and the will*, ver *PrP*, vol. III, p. 1327.

<sup>51</sup> Ver *PrP*, vol. I, pp. 126-130.

reação rápida e tranquila à deliberação, quando, por exemplo, decidimos levantar depois de horas sentados em uma posição incômoda. Já em outros momentos, nossa intenção não se realiza com a mesma prontidão. Para compreender essa última situação, basta que tomemos o exemplo anterior, seguramente familiar a todos nós, em um contexto particular.

Imaginemos, por um instante, que a sugestão de levantar, provavelmente resultado do desconforto da posição, ocorra no momento em que estamos escrevendo um texto, cujo prazo de entrega se aproxima. Se o trabalho em questão for importante e nós responsáveis, podemos supor que o impulso para levantar encontrará fortes objeções. Qualquer que seja a decisão que tomemos, e suas respectivas implicações, o processo é algo distinto da situação anterior. A partir do momento em que a ideia despertou objeções, estabelece-se um conflito e a decisão final não acontece sem que alguma *resistência* seja vencida. É justamente nesse embate que identificamos um *sentimento* específico que acompanha o esforço realizado para solucionar o conflito.

O esclarecimento sobre a natureza desse sentimento é o objetivo principal do artigo *The feeling of effort* de 1880. O primeiro passo dessa investigação diz respeito propriamente ao *esforço muscular* (*muscular exertion*) e refere-se a uma polêmica relativamente datada; mas é importante que a acompanhemos porque, além de exemplificar as dificuldades de tal explicação em adaptar-se ao princípio do arco reflexo, as conclusões que James retira dela serão generalizadas para todo comportamento voluntário.

Este sentimento de esforço foi interpretado, por alguns autores, como resultado de nossa sensibilidade à própria corrente neural responsável pela ativação dos músculos; ou seja, seríamos sensíveis às nossas correntes eferentes. De acordo com James (1880/1983d), essa interpretação surgiu com Johannes Muller<sup>52</sup>, em 1840, a partir da suposição de uma identidade entre as correntes aferentes e eferentes. Em outras palavras, se somos sensíveis à estimulação aferente, poderíamos supor a sensibilidade também no sentido contrário. A tese foi defendida e desenvolvida por autores como Bain<sup>53</sup> e Wundt<sup>54</sup>, este último responsável pela expressão *sentimento de inervação*<sup>55</sup> (*Innervationgefühl*).

---

<sup>52</sup> *Physiologie*, 1840.

<sup>53</sup> *The senses and the intellect*.

<sup>54</sup> *Psicologia fisiológica e Beiträge zur theorie der sinneswahrnehmung*.

<sup>55</sup> De acordo com James, o próprio Wundt abandona essa noção em meados da década de 1890. Ver *Professor Wundt and feelings of innervation* (James 1894/1983j).



James reconhece que a proposta parece, em princípio, articulada e condizente com as impressões introspectivas mais gerais:

“A notória existência do *sentimento* de esforço na execução muscular; o fato de que a descarga eferente realiza ali o papel principal e a plausibilidade do postulado recorrente de Lewes de que a identidade de estrutura envolve identidade de função, conspiram para quase fazer-nos acreditar, como algo real, que as células motoras quando descarregam nas fibras motoras, deveriam ter sua própria ‘energia específica’ de sentimento e que isto não poderia ser nada senão o sentimento da energia sendo aplicada” (James 1880/1983d, p. 85, grifos do autor).

James critica essa posição já em relação aos pressupostos nos quais ela se fundamenta, mas principalmente, refuta as supostas evidências que a sustentariam. Em princípio, se o postulado de identidade conduziria à aceitação da teoria, de acordo com James, sua escolha violaria o que ele denominou de *lei da parcimônia*, já que suporia um sistema nervoso ainda mais complexo. Em outras palavras, não ganharíamos em economia de estruturas neurais – nem em precisão, segundo ele – se as nossas ações funcionassem de acordo com o princípio.

As evidências empíricas tratam de casos nos quais a única explicação para o sentimento do esforço estaria na sensibilidade à inervação, pois neles, o sentimento seria desproporcional ou incompatível com a própria efetivação do movimento. Dentre esses casos, James destaca paralisias parciais ou completas de membros, principalmente de braços, e também da musculatura responsável pelos movimentos oculares. O aprofundamento nos pormenores desses argumentos foge ao nosso objetivo neste texto, mas algumas indicações esclarecerão o cerne da objeção.

O descompasso entre o sentimento de esforço e o movimento propriamente efetivado é ilustrado pelo caso do paciente, afetado por uma paralisia parcial no braço, que afirma sentir um esforço muito maior na realização de um movimento que parecia bem mais fácil: como compreender essa discrepância senão pelo fato de que a energia de inervação, maior que a expressão do movimento, é diretamente sentida? James responde à objeção com base nas evidências apontadas pelo médico britânico David Ferrier<sup>56</sup>, indicando a relação entre a execução de qualquer esforço e a mobilização de toda musculatura respiratória. Em outras palavras, quando realizamos algum esforço

---

<sup>56</sup> *Functions of the brain.*

muscular sentimos a pressão em nosso peito, a contração facial e assim por diante; cada uma dessas contrações devolve-nos uma sensação característica e são essas sensações, todas aferentes, que nos dão o parâmetro do esforço<sup>57</sup>.

A partir desse exame, James apresenta sua tese de que todo sentimento de esforço é de natureza aferente; ou seja, é resultado do *feedback* da própria execução muscular durante seu curso ou após sua conclusão<sup>58</sup>, e é somente nesse processo que essas sensações são relacionadas com o próprio movimento. Com base nisso, podemos dizer que qualquer ideia que tenhamos a respeito dos nossos movimentos depende de sua execução anterior. Em outras palavras, que nenhuma ação possa ter sido precedida por uma ideia em sua primeira execução, como requer o princípio do arco reflexo. Paralelamente, essas considerações também nos permitem dizer que, uma vez estabelecida a ideia de alguma ação, não há nenhum processo intermediário de inervação que deva ser suposto entre tal ideia e sua execução. Dessa análise, James extrai duas conclusões fundamentais: a ação voluntária, aquela que é precedida pela ideia, é sempre *posterior*; ou seja, depende de alguma execução espontânea anterior e também que ela pode ser entendida como resultado da simples relação da ideia com o movimento.

James denominou o processo de uma relação direta entre a ideia do movimento e sua execução de *ação ideomotora*<sup>59</sup>. Como destacamos, a ideia do movimento<sup>60</sup> é condição necessária para a ação voluntária, mas o autor dá um passo além, afirmando que “*cada representação*<sup>61</sup> *de um movimento desperta em algum grau o movimento atual que é seu objeto; e o desperta em grau máximo sempre que não seja impedido de fazê-lo por uma representação antagonista presente simultaneamente para a mente*”<sup>62</sup> (*PrP*, vol. II, p. 1134, grifos do autor); isto é, que uma vez presente na mente, a ideia de um gesto tende, se não for impedida, a desencadear o próprio movimento. Em outras palavras, a ideia da ação é também condição suficiente para sua execução, desde que nada a iniba.

<sup>57</sup> Para detalhes, ver *PrP*, vol. II, pp. 1105-1130.

<sup>58</sup> No *PrP* ele introduz a noção de sensação *cinestésica*, atribuída ao Dr. Bastian (*The brain as an organ of mind*). Ver vol. II, p. 1100.

<sup>59</sup> Na verdade, a expressão pertence a William Benjamin Carpenter (1813-1885), fisiologista britânico, e foi exposta no texto *Principles of mental physiology...* de 1874. Apesar de indicar o crédito do termo, James destaca que, ao contrário de Carpenter, não considerará a ação ideomotora apenas uma curiosidade em nossa vida voluntária, mas seu próprio paradigma (James 1888/1983b).

<sup>60</sup> A ideia de um movimento é o produto do contato com seus efeitos. Estes podem ser *residentes*, cujo exemplo são as sensações cinestésicas, ou *remotos* a partir, por exemplo, dos efeitos visuais produzidos pela observação de movimentos alheios. Ver *PrP*, vol. II, pp. 1099-1104.

<sup>61</sup> Novamente a liberdade lingüística. Neste caso, o termo é sinônimo de ideia.

<sup>62</sup> O enunciado já aparece praticamente sem alterações no artigo de 1880.

Essa afirmação é coerente com a exposição das diversas modalidades de ação que fizemos até aqui. Encontramos facilmente em nossa experiência situações que corroboram essa noção. Toda vez que desligamos a luz ao sairmos do quarto ou esticamos a mão para alcançar um petisco durante uma conversa informal no bar, experimentamos situações em que a simples presença da ideia da ação desencadeia sua execução sem nenhum intermediário. James aponta, ainda, uma circunstância paradigmática para compreendermos a noção de ação ideomotora: o transe hipnótico. Durante a hipnose, qualquer sugestão é prontamente realizada pelo paciente, justamente porque ele não oferece nenhuma oposição à ideia apresentada<sup>63</sup>.

Retomemos, sob essa nova perspectiva, nosso exemplo inicial. Nossa ideia de “levantar da cadeira”, pelo que vimos, consiste nas sensações que devem ser experimentadas durante e após a execução do movimento. A partir do momento em que ela aparece, a cadeia associativa da qual ela faz parte é, com alguma intensidade, ativada<sup>64</sup>. Quando levantamos sem maiores dificuldades, o papel de nossa vontade parece resumir-se ao simples ato de *consentir* sua efetivação<sup>65</sup>. Neste caso, um processo muito parecido com aquele envolvido em todos os outros tipos de ação que analisamos. Essa conclusão permite a James, como indicamos no início do texto, circunscrever todo nosso repertório no modelo sugerido pela ação reflexa e, ainda, afirmar o caráter *impulsivo* da consciência, garantindo assim uma continuidade de todo processo.

“A consciência é, *em sua natureza, impulsiva*. Nós não temos uma sensação ou um pensamento e então temos que *adicionar* algo dinâmico a ele para conseguir um movimento. Cada pulso de *feeling* que nós temos é o correlato de alguma atividade neural que já está no seu caminho para instigar um movimento. Nossas sensações e pensamentos não são nada além cortes transversais (cross-sections), por assim dizer, de correntes cuja consequência essencial é movimento; assim que atravessam um nervo, correm para o outro. A noção popular de que a mera consciência enquanto tal não é essencialmente um precursor de atividade, que esta última deve resultar de alguma ‘força de vontade’ adicionada, é uma inferência natural dos casos especiais nos quais pensamos no ato por uma indefinida porção de tempo sem que a ação ocorra. Estes casos, no entanto, não são a norma (...) O movimento é o efeito imediato natural do

---

<sup>63</sup> James (1888/1983b) propõe também um “experimento” para que testemos essa teoria. Basta esticarmos o dedo indicador e simplesmente pensarmos na posição do dedo flexionado; é preciso destacar que não se trata de pensar em dobrar o dedo, mas concentrar-se na imagem ou na ideia dele dobrado.

<sup>64</sup> É preciso destacar o duplo sentido, mental e fisiológico, dessa ativação. Discutiremos o primeiro ao tratarmos da *orla* do pensamento.

<sup>65</sup> James (1888/1983b) trata essa situação como *volition of consent*.

*feeling*, não importando qual seja a qualidade desse *feeling*. É assim na ação reflexa, na expressão emocional e na vida voluntária. A ação ideomotora não é, então, nenhum paradoxo a ser suavizado ou explicado de outra forma. Ela obedece ao padrão de toda ação consciente e por ele deve-se começar a explicar os casos nos quais um *fiat* especial está envolvido” (*PrP*, vol. II, pp. 1134-1135, grifos do autor).

O final da passagem nos indica que há ainda um tipo de situação a ser analisada, “aquela em que um *fiat* especial está envolvido”, mas sugere que ela não fugirá do esquema proposto até aqui. Recorramos, novamente, ao nosso sugestivo exemplo para tornar isso mais claro. Na situação descrita, o ímpeto de abandonar a cadeira rivaliza com a ciência do compromisso a ser cumprido e da aproximação do prazo estabelecido. Não raro, nesse tipo de circunstância, flagramo-nos paralisados, como meros espectadores, diante desse conflito. Neste caso, nenhum movimento será executado antes que a decisão penda para algum lado e esse parece ser o caso do exercício da ação voluntária por excelência. Qualquer desfecho será fruto de um processo de *deliberação* e o movimento só ocorrerá no momento em que a consciência simultânea das ideias for suprimida, e será nitidamente precedido por aquele estado que denominamos de *fiat*.

Esse aspecto torna-se mais nítido nos casos em que a direção de ação pretendida não apresenta claramente uma ideia efetiva ou esta é demasiado tênue. Podemos ilustrar esse ponto dramatizando um pouco mais nosso exemplo. O ímpeto de levantar concorre com a intenção de continuar o texto, atividade esta que consiste, atualmente, em executar os movimentos de digitação em uma determinada ordem. Em muitos momentos, essa intenção não indica, de forma imediata, quais caracteres devem ser acionados e ela parece, gradativamente, perder o espaço para outras ideias. Nesse caso, o fato de continuarmos na atividade parece resultado de um *esforço*<sup>66</sup>.

Mas em que consiste de fato esse esforço? Segundo James, em nada além de focalizar a atenção em uma das ideias de forma que ela *preencha* a mente e, assim, possa desencadear o movimento<sup>67</sup>.

“O que o esforço faz quando ele vem no auxílio das ideias não é *suplantá-las* para fazer a máquina corporal obedecer, mas *segurá-las rapidamente* para que *elas* possam adquirir força e estabilidade suficientes para fazer a máquina obedecer” (James 1888/1983b, p. 226, grifos do autor).

---

<sup>66</sup> Esses seriam os casos que ele chamou de *volition of effort* (James 1888/1983b).

<sup>67</sup> Um processo justificado, no plano fisiológico, pela “lei da soma de estímulos”.

Este é o momento em que o modelo de interpretação da vontade proposta por James enfrenta uma dificuldade especial: a tese do senso comum, ecoada pela “velha psicologia” (James 1888/1983b), de que nossa vontade age diretamente sobre o mundo físico, pelo menos em nosso próprio corpo. Para James, não existe nenhuma dificuldade relacionada ao esclarecimento da relação entre um processo entendido como puramente espiritual e outro físico, já que o esforço ou a *força* da vontade funciona simplesmente como um processo de *atenção*. “*A realização essencial da vontade, em resumo, quando ela é mais ‘voluntária’, é ATENTAR para um objeto difícil rapidamente e mantê-lo perante a mente*” (*PrP*, vol. II, p. 1166, grifos do autor). Tudo se passa como se o compromisso original estabelecido entre a ideia e a ação – toda ideia do movimento contém necessariamente o componente de ativação do próprio movimento – permitisse compreender como a atenção em um tem repercussões no outro, insinuando a forma pela qual o problema *mente-corpo* aparece nas entrelinhas dessa exposição (como retomaremos na seção seguinte), já que essa noção de representação guarda um registro orgânico.

Nossa análise permite-nos, portanto, afirmar a coerência do fenômeno do esforço com os princípios básicos da fisiologia assumidos pelo autor. Pelo que vimos, o papel da vontade consiste no processo de atenção a algumas ideias que, se *suficiente*, culmina em sua efetivação. Nossas seguidas “resoluções” de mudança de hábitos alimentares ou planos de trabalho mostram-nos, contudo, o quanto o processo não contempla todos os casos. Metodologicamente, importa ao psicólogo saber quais são as circunstâncias que, de fato, permitem transformar a ideia que, em princípio, pode ser mera divagação, em plano efetivo. James reconhece esse problema e o expressa pela distinção entre *concepção* e *crença* (1888/1983b) e *desejar* (*wish*) e *querer* (*will*) (*PrP*), mas não esclarece o processo; indica, apenas, que há a experiência de um conflito quando as alternativas apresentam-se de fato como possibilidades, o que não ocorre em todos os casos<sup>68</sup>.

Se aceitarmos, hipoteticamente, que um processo mental tem eficácia<sup>69</sup> causal em manter a ideia até que haja força suficiente para sua efetivação motora, pelo menos em alguns casos, nosso problema consiste, então, em saber se o esforço que somos capazes de exercer em dada situação é algo previamente estabelecido ou funciona de

---

<sup>68</sup> A pista no texto de 1888 é a noção humiana de que a *vivacidade* da crença a diferencia da concepção.

<sup>69</sup> Retomaremos essa questão na próxima seção.

fato como *variável independente*. Nosso conhecimento da previsibilidade dos níveis mais elementares da ação parece conduzir-nos para a primeira alternativa, embora o *sentimento de esforço* experimentado em certas circunstâncias teime em inclinar-nos para a segunda; uma oscilação entre *determinismo* e *indeterminismo* que remete diretamente à questão da *liberdade*. Um problema que retomaremos no nosso quarto capítulo.

## A teoria do autômato<sup>70</sup>

No início deste capítulo, destacamos a importância da noção de arco reflexo para o programa da psicologia científica no século XIX e também as dificuldades ocasionadas por maneiras distintas, mas igualmente radicais, de forçar o modelo para explicar todo repertório humano. Nosso percurso até aqui, permitiu-nos verificar a forma como William James apropriou-se desse princípio e estabeleceu as bases de seu programa para a Psicologia, procurando evitar as posições em questão. Mencionamos, também, em nossa introdução, que, apesar do esforço, parte das críticas ao projeto jamesiano apontam uma tese materialista no *PrP*. Essas críticas podem ser pensadas em duas direções: um materialismo *metafísico*, no sentido da própria possibilidade de redução dos fenômenos mentais aos fisiológicos e outra *metodológica*, pelo fato de concentrar toda *explicação* dos fenômenos na base orgânica. Vejamos agora, a partir da discussão que o autor estabelece com os partidários da *teoria do autômato* se a primeira acusação é, de fato, pertinente. Retomaremos a segunda em nosso quarto capítulo.

A aproximação com o campo psicológico segundo o parâmetro das ciências naturais pressupõe a relação entre cada fenômeno dessa ordem e um substrato fisiológico. Verificamos que a relação funciona assim nos processos mais elementares, portanto, deve também funcionar com as faculdades superiores; ou seja, “não há *psicose* sem *neurose*”. Trata-se, de acordo com James, do *princípio de continuidade* do qual o fisiologista não pode abrir mão. Ora ““Como as ações de certo grau de complexidade são realizadas por um simples mecanismo, por que as ações de um grau maior de complexidade não podem ser o resultado de um mecanismo mais refinado?” ” (*PrP*, vol. I, p. 133).

---

<sup>70</sup> As teses principais sobre esse tema foram publicadas no *Are we automata?* (1879/1983g). No entanto, de acordo com o autor, esse projeto remonta a 1869.

Se aderirmos a essa tese, devemos aceitar que toda eficácia causal esteja ligada exclusivamente à ordem fisiológica; isto significa que o sentimento – tomado aqui como sinônimo de pensamento, representação ou ideia – não é capaz de interferir no processo nervoso como também não pode causar outros *feelings*<sup>71</sup>. Neste sentido, a consciência torna-se desprovida de qualquer função *mecânica* e aqueles que insistirem pelo menos em identificá-la empiricamente terão que tratá-la como um mero *epifenômeno*. Em outras palavras, ela interferiria nos eventos mentais da mesma forma que a fumaça atua na qualidade do fogo. No caso dos animais, “sua vontade, se eles têm alguma, é uma emoção *indicativa* de mudanças físicas, não a *causa* de tais mudanças” (Huxley citado por James, *PrP*, vol. I, p. 135). Uma posição que, no que diz respeito ao problema mente-corpo, afirma um *paralelismo*. A ordem mental e a ordem física seguem cada uma em seu campo, “Há um paralelismo entre elas, mas não há interferência de uma sobre a outra” (Clifford<sup>72</sup> citado por James, *PrP*, vol. I, p. 135).

Segundo James, essa posição, até bastante sedutora, remonta à velha interpretação cartesiana dos organismos enquanto máquinas, embora ele fosse radicalmente contra a aplicação do princípio aos seres humanos. A analogia ganhou um novo fôlego com esclarecimento do mecanismo do arco reflexo e ressurgiu no século XIX<sup>73</sup>, seu enunciado central resume-se no trecho abaixo:

“Se esta posição é bem fundada, segue que nossas condições mentais são simplesmente os símbolos na consciência das mudanças que ocorrem automaticamente no organismo; e que, para tomar uma ilustração extrema, o sentimento que nós chamamos volição não é a causa do ato voluntário, mas o símbolo daquele estado do cérebro que é a causa imediata daquele ato. Nós somos autômatos conscientes” (Huxley citado por James, *PrP*, vol. I, p. 86).

James propõe-se a analisar, em primeiro lugar, os argumentos a favor da teoria. Do ponto de vista empírico, sua força baseia-se no funcionamento automático dos centros inferiores do sistema nervoso, fato atestado, como vimos, por parte das evidências levantadas pelas pesquisas com animais cujo sistema havia sido reduzido a essas porções. Se neles a ação revela-se *machine-like* por que não seria assim em todos os outros níveis? Na mesma linha de pesquisa, James indica os resultados antagônicos

---

<sup>71</sup> A afirmação é atribuída a Hodgson (*The theory of practice*), ver *PrP*, vol. I, p. 137.

<sup>72</sup> *Lectures and essays*.

<sup>73</sup> Hodgson. Algum tempo depois: Spalding, Huxley e Clifford.

encontrados por cientistas, como, por exemplo, Lewes<sup>74</sup> que indicam, mesmo nas circunstâncias mais elementares, uma variação no padrão de ação caso a reação ‘natural’ tenha se tornado impossível. Se o mecanicismo pode ser generalizado de baixo para cima, o mesmo parece possível com o *finalismo*, só que de cima para baixo. Sem uma resposta empírica definitiva os argumentos de ambos os lados “ficariam se corroendo por toda eternidade”.

Para James, a hipótese do autômato, em vez de uma opção científica, consiste, então, em uma escolha metafísica, que opta pela suposta segurança e objetividade do físico em detrimento da eventual obscuridade do mental. Escolha esta que se justificaria, em parte, pela impossibilidade de apontar o *modus operandi* do mundo da vontade<sup>75</sup>. A tal objeção ele responde que, depois de Hume, o que importa na *ciência* é o estabelecimento de *leis de funcionamento* e que a própria questão do *modus operandi* da causalidade em geral fora abolida. “Se à noite todos os gatos são pardos, na escuridão da crítica metafísica todas as causas são obscuras” (*PrP*, vol. I, p. 90), sejam elas *materiais* ou não. Em outras palavras, ele acusa os defensores da teoria de revestirem de científica a defesa de uma tese que é marcadamente metafísica.

Se o debate se realiza, então, no campo especulativo é perfeitamente possível que apresentemos as razões contra a teoria do autômato ou em favor de uma eficácia causal da consciência. É necessário, no entanto, antes de tratarmos especificamente destes argumentos que atentemos para o sentido positivo da atividade mental. Trata-se de uma posição, como permitiu-nos discernir nosso percurso até aqui, que procura evitar algum tipo de *erro categorial* ao sugerir uma interferência direta de uma ordem física em outra psíquica. Hipoteticamente, portanto,

“Se os feelings são causas, é claro que seus efeitos devem ser consentimentos e inibições de movimentos cerebrais internos, dos quais em si mesmo nós não temos conhecimento algum (...) Os sentimentos não são capazes de produzir nada absolutamente novo, eles podem apenas reforçar e inibir correntes reflexas que já existem e a organização original destas por forças fisiológicas deve ser sempre a base para o esquema psicológico” (*PrP*, vol. I, p. 141).

---

<sup>74</sup> Trata-se do experimento que descrevemos no início do capítulo.

<sup>75</sup> Ver citação de Charles Mercier (*The nervous system and the mind, 1888*): como uma *ideia* poderia intervir na ordem de determinação das moléculas?



As justificativas para a defesa da eficácia causal da consciência caminham em duas direções. Uma argumentação *a priori* que interpreta a consciência à luz da hipótese evolucionista e uma apresentação de evidências propriamente empíricas que tornariam mais coerentes essa suposição. O primeiro argumento baseia-se no pressuposto básico da evolução de que os órgãos e habilidades são selecionados de acordo com seu valor adaptativo; ou seja, se existe amplamente deve ter uma *função*. A questão da consciência transforma-se então na pergunta sobre qual seria sua função.

Pensemos, por um instante, sobre o sistema nervoso dos animais. Uma organização precisa parece sempre atrelada a condições específicas, enquanto a maleabilidade parece acompanhada de um número pequeno de reações automáticas. Notamos, dessa forma, um dilema em relação à estruturação de tal sistema: quanto mais complexo, maior o leque de possibilidades de ação e menor o número de reações padronizadas; maior sua sensibilidade a estimulações bastante sutis e capacidade de adaptação a variações instantâneas de seu ambiente, mas também sua *instabilidade*.

“Nós podemos construir um sistema nervoso que reagirá infalível e certamente, mas será capaz de reagir a uma gama muito pequena de variações no ambiente – falhará em adaptar-se a todas as outras. Nós podemos, por outro lado, fabricar um potencialmente adaptado a responder a uma infinidade de variedades de características instantâneas na situação, mas sua falibilidade será tão grande quanto sua elaboração. Nós nunca teremos certeza que seu equilíbrio será restabelecido na direção apropriada” (*PrP*, vol. I, p. 143).

Se pensarmos no cérebro humano como a estrutura mais evoluída neste sentido, podemos notar a quantidade de variações possíveis. De um ponto de vista puramente mecânico, qualquer estimulação à qual o organismo fosse exposto teria a mesma chance de percorrer qualquer caminho no cérebro e o sentido de sua ‘descarga’ seria completamente fortuito, o funcionamento do órgão seria, então, um jogo de dados, a não ser que o sentido da corrente de excitação fosse dirigido por algo.

Todo o caminho que percorremos ao longo deste capítulo permitiu-nos observar o quanto a ação, particularmente nos animais superiores é organizada; isto é, ela não parece ocorrer de maneira fortuita e, sim, sugere que os animais sejam sensíveis às variações e resultados de sua ação. Neste sentido, a interação do organismo com o meio seria um processo muito mais adaptado se supuséssemos a eficácia da consciência no direcionamento dessas possibilidades, tomando-a, então, como uma *agência de seleção*.

De acordo com James, “O cérebro é um instrumento de possibilidades, mas não de certezas. Mas a consciência, com seus próprios fins presentes a si, e sabendo quais as possibilidades que levam a eles em por quais caminhos, se dotada de eficácia causal, reforça as possibilidades favoráveis e reprime as desfavoráveis ou indiferentes” (*PrP*, vol. I, p. 144).

O argumento propriamente empírico em favor da eficácia da consciência baseia-se nas evidências disponíveis tanto na história evolutiva quanto no comportamento de cada indivíduo, mostrando o viés darwinista (Kinouchi 2004, 2006). Se pensarmos em termos de uma escala evolutiva, podemos observar que nossa inferência de um processo que articula a escolha dos meios para o alcance de determinados fins torna-se mais complexo à medida que nos referimos aos animais ‘superiores’; isto é, dizemos que a consciência aparece de forma mais elaborada nos organismos que precisaram adaptar-se a situações complexas e variações ambientais frequentes. Paralelamente, se seguirmos a própria disposição do comportamento humano, notamos que a intensidade da atenção consciente aumenta na justa medida em que não temos uma reação específica para a situação e, por outro lado, quase desaparece quando determinada ação torna-se automática, como, por exemplo, no caso da formação dos hábitos. “Minha conclusão é que impor a teoria do autômato sobre nós, como agora ela é imposta, em uma base puramente *a priori* e quase-metafísica, é uma *impertinência não autorizada no presente estado da Psicologia*” (*PrP*, vol. I, p. 141, grifos do autor).

Podemos constatar, portanto, a completa ausência de fundamento da crítica materialista à psicologia de James, pelo menos em um sentido metafísico. Sua proposta é, ao mesmo tempo, defensora de uma eficácia da consciência, enquanto agência de seleção no interior do próprio processo mental, e coerente com os princípios básicos da fisiologia do sistema nervoso – leia-se a noção de arco reflexo. Sua interferência prática deve-se ao aspecto *impulsivo* dos processos superiores; isto é, sua relação intrínseca com a ação. Como esse processo tornou-se possível e qual seu *modus operandi* fazem parte, segundo James, dos “mistérios da natureza”.

O itinerário do capítulo mostra a circunscrição da consciência em uma interpretação evolucionista e parte, portanto, da consideração dos processos psíquicos a partir de sua dependência com os processos orgânicos. A prioridade reflexiva e cognitiva foi sistematicamente reduzida na medida em que ações complexas mostraram-se realizadas sem o acompanhamento da atenção consciente assim como o aspecto ativo (impulsivo) ficou preservado mesmo nos momentos de hesitação ou deliberação.

O autor assume de início um dualismo mente-corpo como se a questão não demandasse maiores considerações. No entanto, o que vemos na discussão da teoria do autômato é justamente o oposto. Como se trata de uma questão de direito, cujas consequências são decisivas para o programa da disciplina, o autor precisa posicionar-se em relação a elas. O que chama nossa atenção, no entanto, não é o aspecto negativo do texto – ou seja, sua crítica à hipótese do materialismo ou mesmo do paralelismo –, mas a ausência de explicitação da posição que é defendida, pelo menos nas entrelinhas. Se toda expressão psíquica (pensamento e sentimento) é correlato ou intersecção de um processo neural em curso e a atenção especial a uma determinada ideia produz, pela mobilização de novas associações em torno dela, um aumento da excitação neural, estamos diante de uma posição bastante distinta do paralelismo epifenomenológico e de um dualismo estrito – como aparece no prefácio do livro. Parece-nos tratar-se de um *isomorfismo* e não simplesmente da eliminação do problema mente/corpo.

## Conclusões

Nossa opção pelo roteiro alternativo de leitura proposto aos alunos de Psicologia permitiu-nos identificar o sentido principal da relação da disciplina com as *ciências naturais*, mais especificamente com a fisiologia. Encontramos no princípio do arco reflexo a chave *explicativa* para a nova psicologia no século XIX e a inserção de James neste espírito da época, embora tenhamos destacado que a explicação, de fato, é hipotética.

Nosso ponto de partida foi a delimitação do campo de investigação da Psicologia pela noção de *ação mental* enquanto ação intencional ou articulação geral do organismo em busca de determinados fins. Vimos que boa parte do esforço de James consiste em encontrar uma maneira de articular a compreensão da ação à luz do conceito de arco reflexo, sem se comprometer com um mecanicismo, que fragmenta e desorganiza a ação, ou com uma posição que a torna refém de um processo mental iniciador e desconectado da ordem orgânica. Um movimento que sugere um diálogo estreito com as observações de Dewey (1896) quanto às inadequações das escolas psicológicas em interpretar o arco reflexo com as referências dualistas tradicionais.

O pano de fundo para a transição do debate sobre os fundamentos fisiológicos da Psicologia para os padrões específicos de ação foi a polêmica relativa à caracterização dos hemisférios cerebrais apresentada no *Esquema de Meynert*. Essa exposição permitiu-nos acompanhar a maneira pela qual James suaviza a dicotomia entre a interpretação mecanicista dos ‘automatismos’ nos níveis inferiores e um finalismo nas porções superiores, destacando uma variação mais de grau de complexidade do que de natureza entre as diversas modalidades de ação. Pudemos notar, também, a definição jamesiana da consciência em seu aspecto primordial: a *seleção* – traço aparentemente presente com alguma intensidade em todos os organismos.

Apresentamos os instintos como padrões inatos de reação a determinados aspectos ambientais, transformando-os na forma de relação mais elementar do organismo com o meio. Sua elucidação passa pelo esquema do arco reflexo; isto é, o instinto é destituído de uma justificativa teleológica explícita inicial – o organismo não faz *porque* gosta ou quer – mas, sim, porque não pode evitar. Trata-se de uma herança evolutiva e cuja expressão, pelo menos inicialmente, é cega e, em certa medida, imposta. No entanto, é importante que atentemos para o fato de que essa prontidão inicial não significa falta de organização da ação, mas sequências articuladas – e, em muitos casos, complexas –, o que nos mostra como James se apropria do conceito do arco reflexo da maneira particular que indicamos há pouco.

A distinção entre *instinto* e *impulso* permitiu-nos diminuir a distância entre a ação inicialmente cega e suas expressões posteriores. Se em algumas ocasiões, particularmente nas primeiras, as ações são executadas sem a antecipação dos resultados à medida que ocorrem produzem, em organismos dotados de memórias, traços representativos (sensíveis ou ideacionais, na linguagem jamesiana) que poderão servir como orientação para a ação futura. A conexão produzida entre esses diferentes aspectos envolvidos nas cadeias associativas serve tanto para compreender a antevisão dos resultados na orientação do movimento geral quanto o caráter impulsivo da consciência associado a dada ideia.

O termo impulso destaca também a maleabilidade dos padrões. Eles interagem com os hábitos sendo substituídos ou transformados por estes últimos. Finalmente, identificamos uma proposta para compreender a hesitação não como ausência de impulsividade – mas como excesso e/ou conflito de possibilidades – e, assim, pudemos classificar o repertório como uma variação de grau, eliminando o abismo entre impulsividade e ação voluntária ou racionalizada.

A caracterização das emoções foi nossa segunda etapa no inventário de reações inatas. A tese defendida por James foi apresentada em oposição à afirmação do senso comum, destacando, mais uma vez, o papel do corpo. Se na concepção ordinária costuma-se supor que a emoção é um estado mental puro, como, por exemplo, o medo ou a raiva, e esse estado causa as modificações corporais, James afirma que é o nosso contato com essas alterações, que experimentamos como consequência imediata da percepção do objeto, que é a emoção. Em outras palavras, a emoção não é o estado psíquico que mobiliza o organismo, mas a reação geral e estruturada que experimentamos em nosso corpo.

A descrição mostrou a afinidade do processo com o princípio interpretativo geral, mas salientamos a preocupação do autor em destacar a coincidência dessa consonância, já que o ponto de partida foi a observação introspectiva e não uma tentativa de enquadrar a emoção no modelo geral de explicação. É importante ressaltarmos, também, que a exposição afastou a acusação mecanicista, principalmente na resposta oferecida pelo autor no texto de 1894, mostrando que a reação consiste na articulação geral e contextualizada, ou como veremos posteriormente, *contínua*. Junto com o instinto, a reação emocional mostra a parcialidade original da relação do organismo com o meio e a indissociação entre movimentos, sensibilidade e cognição.

Encontramos no hábito o princípio para a explicação dos ‘automatismos’ como produto de condições estáveis. Tanto no processo evolutivo quanto no interior do comportamento de um organismo complexo a reação tende a tornar-se mais imediata e menos variada à medida que as condições ambientais permanecem inalteradas. A compreensão da transformação do ato voluntário em hábito apresentou-nos a diferenciação introduzida por James entre consciência da cadeia ou dos resultados e consciência do elo ou do processo, tornando o segundo uma espécie de sofisticação do primeiro e destacando o retorno a este sempre que possível. Esta investigação oferece o complemento que faltava para a concepção da ação como movimento organizado e não puramente mecânico, já que a consciência da cadeia suprime, novamente, a hipótese mecânica.

Se a ênfase nas análises do instinto, da emoção e do hábito foi desconstruir uma interpretação puramente mecânica, o outro pólo do problema visa retirar a ação voluntária de um plano puramente espiritual e indicar sua afinidade com o aspecto impulsivo da consciência esboçado até aqui; ou seja, tratá-la a partir do mesmo referencial utilizado nos outros níveis.

Pudemos acompanhar a maneira pela qual James tratou o tema em dois momentos. O primeiro movimento do texto é negativo e consiste na desconstrução da interpretação do sentimento do esforço muscular em termos de correntes aferentes; isto é, trata-se da crítica da posição que sustenta nossa suposta capacidade de sentir a própria inervação. A parte positiva do argumento está na noção de *ação ideomotora*. Como a exposição do instinto já havia mostrado toda representação de uma cadeia associativa ligada a alguma ação envolve o impulso para sua realização e será realizada a não ser que algo a impeça, sendo que o mesmo acontece no padrão que tornou-se habitual. Neste sentido, a primeira grande expressão dos atos voluntários significa simplesmente o *consentimento* para que ela aconteça.

A teorização sobre o tema pressupõe que a efetivação inicial da ação aconteça de alguma maneira 'espontânea', para que sua representação seja assim produzida. Assim, vimos como a ideia da ação, com alguma intensidade, é condição necessária e suficiente para a efetivação a não ser que algo atrapalhe o desfecho. Quando a efetivação não ocorre, algo que já havíamos indicado na seção sobre o instinto ou é porque não existe a ideia explícita dos meios para atingir dado fim ou ela é demasiado tênue.

Neste último caso experimentamos um processo de deliberação – e o sentimento de esforço que o acompanha – e a decisão que é marcada pelo *fiat* antes de sua efetivação, mas isso não foge à regra geral. A ação com esforço é simplesmente a ação no sentido de maior resistência, ao contrário da habitual ou impulsiva, e a força da vontade funciona exclusivamente como uma forma de atentar para essa ideia, mantê-la no foco, por tempo suficiente para que ela mobilize a intensidade necessária para ser efetivada; ou seja, a vontade age, segundo James, somente no plano psíquico.

Em suma, a *ação mental* em sua expressão mais elementar é o impulso estruturado e as reações emocionais, presentes nos organismos graças à história evolutiva, que marcam sua parcialidade e tendência adaptativa, mostrando aqui o viés propriamente darwinista da psicologia jamesiana. A consciência é marcada, portanto, como o impulso para essa interação. Na expressão mais complexa do ato voluntário, ela é fórum deliberativo, cuja força pode, a princípio, contrariar eventuais tendências originais, mas cuja função continua sendo a adaptação.

Retomando a sugestão inicial, esse percurso permitiu-nos, então, encarar o problema em termos propriamente metafísicos. A crítica à teoria do autômato retoma a questão do mecanicismo, agora em uma versão *materialista*. Inicialmente, o argumento reitera as evidências da *ação mental* mesmo nos níveis inferiores, deslocando, assim, a

questão para o campo especulativo. Foi neste sentido que acompanhamos a defesa da eficácia causal da consciência a partir da suposição de seu valor evolutivo enquanto *agência de seleção*, uma tese aparentemente corroborada pela sua presença acentuada nos momentos em que a ação é hesitante – em que o contexto não desperta nenhuma reação padronizada – e reduzida ao mínimo quando o comportamento tornou-se habitual.

O que podemos notar na exposição sobre a teoria do autômato são algumas considerações importantes sobre a posição de James em relação ao problema mente/corpo. Como já dissemos, não se trata de um mecanicismo materialista, tampouco de um paralelismo. A alternativa espiritualista não pode ser levada a sério pelo fato de que a consciência se mostra pelo aspecto essencialmente orgânico. Fato curioso, no entanto, é que, ao concluir a seção sobre a vontade, James fala como se, ao descrever o ato voluntário como ele faz, a questão ficasse confinada, como ele afirma, ao plano psíquico e o problema desaparecesse.

Embora o autor não esclareça esse ponto, há, nas entrelinhas, uma maneira bastante peculiar de sugerir o processo de formação da idéia ou representação que percorrerá o texto. A idéia, diz ele, é consequência do processo orgânico. Depois de alguma manifestação espontânea inicial, toda descarga neural transforma-se em caminho facilitado no sistema nervoso e, ao mesmo tempo, se expressa em termos de sentimentos ou processos ideacionais. Tudo se passa como se houvesse um compromisso indissociável entre os dois planos e as quantidades de excitação e de atenção dirigida fossem, funcionalmente, duas faces de um mesmo processo. Em outras palavras, para que a teoria da vontade defendida aqui faça sentido, alguma forma de isomorfismo deve ser suposta e isso é qualquer coisa menos confinar o problema *exclusivamente* ao âmbito mental. Trata-se de uma hipótese, cuja consistência verificaremos ao longo do texto.

No próximo capítulo acompanharemos em que medida as consequências que encontramos nessa análise da ação se articulam com o estudo dos processos mentais superiores; ou seja, como o recorte darwinista seguido por James através do arco reflexo serve como forma de explicar também a mente a partir ‘de dentro’.

## **Capítulo II: Introspecção, fluxo do pensamento e subjetividade: uma aproximação com o empirismo jamesiano.**

“Eu tinha sido conduzido, através da análise da ideia de tempo e de uma reflexão acerca da função desta ideia na mecânica, a uma certa concepção da vida psicológica que é bastante conciliável com a vossa psicologia (exceto, todavia, pelo fato de que vejo nos próprios *resting-places* os *places of flight* aos quais o olhar fixo da consciência confere uma imobilidade aparente<sup>76</sup>”

Como indicado na introdução, nosso primeiro capítulo seguiu o roteiro de leitura sugerido por James no prefácio do *PrP*. O percurso conduziu-nos do estabelecimento da fisiologia cerebral básica necessária a todo psicólogo ao delineamento de uma concepção geral da ação humana, em seus diferentes níveis, à luz da concepção do arco reflexo. Dessa forma, acompanhamos a maneira pela qual a influência geral do desenvolvimento das ciências no século XIX, em particular as disciplinas médicas, é traço marcante também no projeto jamesiano.

Lembremos que a inversão na ordem de leitura sugerida pelo autor recolocou-nos, após o contato com alguns capítulos do volume II do *PrP*, de volta ao quinto capítulo do volume I, cujo tema é a *teoria do autômato* ou, mais especificamente, a possibilidade de reduzir a vida psíquica a uma interpretação mecânica dos processos orgânicos. O roteiro alternativo que seguimos teve como principal objetivo familiarizar o leitor com os aspectos mais concretos da consciência para, então, deixá-lo em condições de refletir adequadamente acerca do delicado e recorrente problema do *materialismo* na Psicologia. Ao mesmo tempo em que reconhece e destaca a herança biológica, e, portanto, o débito da disciplina com o desenvolvimento das ciências médicas, James demarca claramente o espaço da consciência e a impossibilidade de reduzi-la ao plano fisiológico. O percurso é fundamental no sentido do estabelecimento da consciência como *agência de seleção*, complemento cada vez mais necessário à medida que o sistema nervoso se torna mais complexo.

Na abertura do capítulo IX do *PrP*, sobre o fluxo do pensamento, James informa o leitor que se trata agora de estudar a mente a partir de seu interior ou, como já

---

<sup>76</sup> Trecho de carta de Bergson a James, 1903. Traduzida na coleção *Os pensadores*, p. 3.



indicamos, *de dentro*. Isto significa analisar cada processo mental em particular, como, por exemplo, memória, atenção e raciocínio. Essa exposição, no entanto, é precedida por uma espécie de preâmbulo, cuja função parece-nos a de apresentar as diretrizes gerais do fenômeno psíquico, bem como a via pela qual se deve abordá-lo. Trata-se, como veremos, de expor um método de investigação e os compromissos gerais dessa aproximação em relação às tradições rivais.

Esse movimento preliminar concentra-se nos capítulos VII (*The methods and snares of psychology*), IX (*The stream of thought*) e X (*The consciousness of self*), cujos temas são, respectivamente, os principais métodos de investigação da Psicologia, a apresentação de seu objeto, a mente, pela descrição das características do pensamento e a questão da consciência do *self*. No primeiro momento, discutiremos o método com ênfase na *introspecção* e o seu papel para o aspecto descritivo da psicologia jamesiana, em seguida, mostraremos, pela exposição do pensamento como um *fluxo*, o distanciamento de James em relação a algumas explicações tradicionais, particularmente o *associacionismo* para, finalmente, tratarmos de suas considerações sobre o *sujeito* e a *identidade pessoal*.

O programa que sugerimos, apesar de consistir quase em um encadeamento de leitura dos capítulos, é norteado, principalmente, por um artigo publicado por James em 1884, *On some omissions in introspective psychology* (James 1884/1983h). Como o título já destaca, seu tema principal é a introspecção, tanto no sentido propriamente metodológico, as dificuldades que cercam sua realização, quanto no que diz respeito às implicações teóricas daquilo que se encontra (ou deixa-se de encontrar) através dela. Interessa-nos a maneira pela qual a caracterização do pensamento como fluxo é esboçada nesse texto, mostrando o percurso das reflexões sobre o pensamento e o conhecimento a partir dos dados obtidos pela introspecção, o subsídio que ela oferece para a crítica ao *atomismo*, mas, principalmente, os pontos que o artigo deixa em aberto, e que só serão articulados após as considerações sobre o sujeito, já no *PrP*. Estas considerações, por sua vez, devem muito à reflexão de James sobre a percepção de tempo.

No que diz respeito ao plano geral de nossa pesquisa, interessa-nos, em primeiro lugar, acompanhar a relação entre as características da introspecção jamesiana, considerada por ele mais como um exercício de *descrição pura* – sem preconceitos ou compromissos teóricos prévios, algo que é reivindicado por ele na exposição do pensamento e também nas considerações sobre o *self* – e postulado inicial do dualismo.

Além disso, procuraremos destacar o quanto a observação que alerta para o estudo da mente ‘de dentro’ não implica uma dicotomia interno/externo, apesar das armadilhas que o estilo do autor pode, eventualmente, criar. Neste sentido, veremos que não há dificuldade para articular esses temas com a teoria da ação que indicamos no primeiro capítulo.

## O objeto e os métodos da Psicologia

Já vimos que a Psicologia é a ciência da vida mental, mas uma observação adicional é necessária para delimitar a posição própria do psicólogo em relação a este objeto. As mentes que ele estuda são “mentes individuais, ocupando porções finitas de um espaço real e de um tempo real” (*PrP*, vol. I, p. 183). Em outras palavras, a mente estudada pela Psicologia é colocada no mundo tal como concebido pela perspectiva das ciências naturais indicadas no prefácio. Esse recorte ilustra um ponto de tensão na interpretação do *PrP*, quanto à possibilidade de uma leitura *naturalista* da psicologia jamesiana, como, por exemplo, a de Evans (1981), ou, mais especificamente, quanto à viabilidade de uma naturalização da consciência (Cf. Flanagan 1997; Taylor 1996), sendo que a segunda vertente, estrutura-se nos interesses de James pela experiência religiosa (McDermott 1982; Smith 1985) e as habilidades que chamaríamos hoje de *paranormais* que permeiam boa parte da obra de James (McDermott 1986). Retomaremos essa questão em nosso capítulo final. Por ora, vale destacar, mais uma vez, que acompanharemos as indicações explícitas do autor, por mais inconsistentes que elas possam parecer com o movimento posterior de sua obra.

O primeiro cuidado deve ser, segundo James, com a própria escolha das expressões utilizadas para indicar o objeto de estudo. O ideal seria que fôssemos capazes de encontrar um termo geral que pudesse referir-se a qualquer estado mental independentemente de sua qualidade particular ou função cognitiva; ou seja, que fosse despido de compromissos interpretativos e preconceitos teóricos e que chegasse o mais próximo possível de uma descrição pura. Sua preferência, pelo menos no capítulo IX do *PrP*<sup>77</sup>, é por *pensamento*<sup>78</sup> (*thought*) cujo mérito principal seria referir-se a algo mais do

<sup>77</sup> No *On some omissions* o termo *feeling* é preferido. No *BC* e no *Talks*, ele utiliza com mais frequência *consciência*.

<sup>78</sup> O uso sistemático dos termos decididamente não é uma das características de James; precisamos, portanto, ficar atentos aos diversos sentidos do termo ao longo do texto, ora como sinônimo de mente ou

que o próprio estado, uma escolha que parece indicar uma preocupação com um internalismo. A hesitação no uso exclusivo do termo deve-se à sua inadequação em contemplar o campo próprio das sensações – algo que identificamos, por exemplo, se tentarmos descrever uma sensação de azia como ‘pensamento de uma reação ácida no estômago’. A opção é utilizar, alternadamente, também a expressão *sentimento* (*feeling*), para cobrir, principalmente, estados semelhantes aos do nosso exemplo.

O recorte proposto sugere que a mente estudada pelo psicólogo seja tratada como mais um *objeto* em um mundo repleto de tantos outros. A questão aqui é colocar o contato com os processos mentais estudados no mesmo plano que qualquer conhecimento que temos de outros objetos. Segundo James, dizemos, em sentido trivial, que há conhecimento *objetivo* quando, por exemplo, o sujeito reconhece uma cor ou uma coisa particular como um ente independente dele próprio ou quando, analisando seus próprios pensamentos, ele é capaz de afirmar, colocando-se 'fora' deles, algo acerca de sua coerência ou relação com outros eventos. De acordo com ele, essa é a *atitude crítica* assumida pelo psicólogo, uma posição que não coloca em questão a possibilidade do conhecimento, mas que lhe permite analisar o conhecimento que os homens têm sobre as coisas particulares que os cercam e, a partir de seu próprio ponto de vista, avaliar a pertinência e modo pelo qual essas noções foram estabelecidas.

Com base na interpretação de que o conhecimento que o psicólogo possui de seu objeto, alguma outra mente, é de natureza similar àquele que tem acerca de outros objetos, James apresenta um diagrama que sintetiza os dados irredutíveis que devem ser assumidos pela Psicologia: 1) o psicólogo; 2) o pensamento/mente estudado; 3) o objeto desse pensamento e 4) a realidade do próprio psicólogo. Desse modo, “o número 1, o psicólogo, acredita na realidade de 2, 3 e 4 – que juntos formam *seu* objeto total – e os reporta assim como as relações mútuas entre eles da forma mais verdadeira que consegue sem se perturbar com a dificuldade de explicar como é possível que ele o faça” (*PrP*, vol. I, p. 184).

O esquema é tão simples quanto vago (e perigoso). Obviamente, trata-se de um acesso indireto ao pensamento do outro, que se constrói, inferencialmente, a partir do suposto compartilhamento de um mundo comum. Sem o devido esclarecimento de como se dá essa via de acesso pode-se cometer o equívoco de supor a adoção de uma posição realista. Em nosso exame da questão conhecimento (capítulo 3) destacaremos

---

vida mental no sentido amplo, ora como menção a momento particular. Infelizmente, tememos que tal hábito seja contagioso e pedimos ao leitor a mesma paciência.

como o próprio estabelecimento do aspecto cognitivo do pensamento consiste em uma *operação*, algo que se torna também índice para esse exame do psicólogo e que nos permitirá reinterpretar o esquema (capítulo 4).

James destaca a importância e as contribuições dos métodos *experimental*, particularmente das pesquisas envolvendo sensação e tempo de reação, e *comparativo*, principalmente para a caracterização das funções básicas do sistema nervoso, para a disciplina, mas o foco do capítulo do *PrP*, como havia sido também o do artigo de 1884, é a *introspecção*. Para ele, “*a observação introspectiva é algo no qual nós temos que confiar primeiro, principalmente e sempre*” (*PrP*, vol. I, p. 185, grifos do autor).

Aqui é importante que façamos um parêntese para compreendermos as características da introspecção jamesiana e o papel de destaque que ocupa no contexto de sua psicologia. Sua indicação como *método* não deve ser confundida com a prática da introspecção *analítico-experimental* que treinava sistematicamente os sujeitos para a observação de aspectos particulares da experiência (Köhler 1947/1980). O processo funciona mais<sup>79</sup> como aproximação preliminar e crua, como a forma mais importante de descrever o fenômeno mental em seu sentido mais puro. Dito isso, podemos compreender por que o trabalho da Psicologia começa com a introspecção no sentido óbvio da descrição do fenômeno mental e é a partir dela que qualquer hipótese sobre a correlação dele com outros elementos será estabelecida e, em última instância, testada.

A utilização do método, mesmo nesse sentido, requer o esclarecimento de uma polêmica histórica e a posição que James assume em relação a ela. A discussão se polariza entre os partidários de sua infalibilidade, dentre eles Ueberweg e Brentano, e aqueles que defendem o extremo oposto, ao contestar, como Comte, a própria possibilidade de uma observação introspectiva. Em seu *Curso de filosofia positiva*<sup>80</sup>, Comte afirma que poderíamos tentar observar as paixões ou os fenômenos intelectuais. No primeiro caso, mesmo sendo possível, a observação das paixões não é confiável pelo fato de que sua intensidade interfere na precisão; quanto à observação dos fenômenos intelectuais, ela é impossível do ponto de vista lógico, já que seria necessário supor que o mesmo órgão teria que desdobrar-se em dois.

A posição assumida por James apóia-se no comentário de John Mill sobre a tese de Comte<sup>81</sup> e destaca o estado *post mortem* em que o pensamento é observado. De fato,

<sup>79</sup> Isso ficará mais evidente na passagem que citamos na página 69

<sup>80</sup> Citado por James no *PrP*, vol. I, pp. 187-188.

<sup>81</sup> *Auguste Comte and positivism* (3ª Ed. 1882).

há uma contradição em supor que o pensamento possa, simultaneamente, tomar-se como seu próprio objeto e descrever a própria experiência, mas é perfeitamente sensato supor que somos capazes de dizer algo a respeito dele quando tenha de alguma forma sido concluído; se não seríamos obrigados a desconsiderar nossa própria capacidade reflexiva e nossa memória, embora essa caracterização mais como *retrospecção* seja polêmica pelos usos do método ao longo do texto (Myers 1997). Neste sentido, James reconhece as imperfeições e dificuldades da introspecção, mas nada que seja absolutamente distinto de qualquer outro método de observação, e sua correção, como de qualquer outro, depende do investimento no desenvolvimento da acuidade, na comparação e correção dos relatos<sup>82</sup>.

A questão central, portanto, não diz respeito à possibilidade da introspecção, mas às suas dificuldades efetivas. James retoma, na seção final do capítulo VII (*Métodos e armadilhas da Psicologia*) do *PrP*, as principais fontes de erro, que já havia apresentado no *On some omissions*, às quais o psicólogo está sujeito; trata-se de um alerta para os vieses e preconceitos que norteiam o tipo de introspecção que é praticada. O primeiro deles trata dos equívocos provocados pela estrutura e origem de nossa linguagem. A maioria dos termos que utilizamos são oriundos do vocabulário criado para falar das coisas externas e, em muitos casos, pouco adequados e precisos para descrever nossos estados. Essa dificuldade de expressão pode se transformar em um fator limitante para a capacidade de observação; isto é, a ausência de um termo definido para o reconhecimento dos estados mentais torna-se uma das grandes responsáveis, segundo James, pela lacuna descritiva em várias psicologias.

Somado a isso, somos compelidos, por razões que retomaremos posteriormente, a caracterizar o pensamento em curso com base nos aspectos específicos dos quais supomos que ele seja composto, tratando-o como se ele fosse *sobre* eles. Essa tendência a identificar um pensamento em particular com a realidade com a qual ele supostamente toma contato cria uma armadilha ainda mais perigosa: a de supor que ele seja uma simples reprodução dessa realidade. Em outras palavras, procurar na configuração do estado psíquico aquilo que acreditamos ser a estrutura das coisas que são seu objeto,

---

<sup>82</sup> Mesmo nas circunstâncias em que a descrição parece não interferir no estado, já que ele parece o mesmo antes e depois da descrição, como, por exemplo, quando tomamos o cansaço enquanto experiência direta e “dizer-que-estou-cansado”, embora James não indique qual a natureza da diferença entre eles (Myers 1986). Neste exemplo fica explícita a tensão na caracterização do método (Cf. Myers 1997).

tornando-o, ainda, uma mera superfície passiva na qual as características do mundo são supostamente gravadas<sup>83</sup>.

Essas recomendações servem para prevenir o trabalho do psicólogo na investigação do pensamento do outro. Uma das principais armadilhas às quais ele está exposto é aquela de confundir o seu ponto de vista em relação ao pensamento em estudo, principalmente se este for *cognitivo*, com aquele do próprio sujeito que o está descrevendo. Ele pode, por exemplo, cometer o equívoco de considerar que o pensamento do sujeito que inclui a menção a um determinado livro seja *sobre* aquele livro e tratá-lo de acordo com as referências e conhecimentos que ele, psicólogo, tenha a respeito do tal objeto, perdendo todas as idiossincrasias que o pensamento em questão envolve. Isto é o que James chama de *falácia do psicólogo*. Uma variação da falácia é supor que o estado mental estudado é tão consciente de si – de suas relações com outros eventos – como o psicólogo o é em relação a ele ou, nas palavras de James, “substituir o que sabemos que a consciência é por aquilo que é uma consciência *de* [das relações mais amplas]” (*PrP*, vol. I, p. 196, grifos do autor).

Esses são os pontos centrais da crítica de James no artigo de 1884 às omissões da psicologia introspectiva<sup>84</sup>, críticas essas que ele fundamenta na identificação de porções da atividade mental negligenciadas por essa tradição e que irão conduzi-lo a uma reformulação da maneira pela qual o curso de nossa atividade mental é descrito, algo que repercutirá muito além do campo psicológico.

Neste sentido, o apoio no artigo de 1884 justifica-se, como dissemos, não como simples acréscimo bibliográfico ou indicação histórica, mas porque nele está explícito aquilo que, periféricamente, percorre as considerações sobre a introspecção no capítulo VII do *PrP* e também a exposição sobre o fluxo do pensamento. Pela introspecção James chega às lacunas das 'outras psicologias' e, segundo o autor, é uma *descrição* precisa do pensamento que lhe permite não apenas ampliar o campo de investigação da Psicologia, como, também, desfazer uma série de embaraços teóricos que teriam sua origem nesse ponto de partida.

---

<sup>83</sup> O que está em jogo é a confusão que se estabelece entre *objeto* (coisas, qualidades ou eventos às quais o pensamento se refere) e *objeto do pensamento* (o próprio estado que se refere a elas), uma confusão que ele não ajuda muito a evitar neste capítulo do *PrP*, dada a sua utilização alternada do termo objeto nos dois sentidos. Este é um dos principais aspectos indicados no artigo e será de certa forma o mote para a apresentação das partes transitivas do pensamento. Na nota 10 do *PrP*, p. 194, James discute a ausência na língua inglesa (isso vale também para o português) de expressões distintas para a-coisa-sobre-a-qual-se-pensa (the-thing-thought-of) e para o-pensamento-que-a-está-pensando (the-thought-thinking-it), uma desvantagem que não existe no alemão, já que há os termos *Gedachtes* e *Gedanke*, nem no latim, com a diferença entre *cogitatum* e *cogitatio*.

<sup>84</sup> No *PrP*, ele se refere aos “ingleses, de Locke a Hume, e aos alemães de Herbart em diante”, ver p. 195.

Este é o mote pelo qual acompanharemos a exposição do pensamento como um *fluxo* e a consciência do *self* e que nos permitirá identificar diretamente as consequências, práticas e teóricas, às quais ele se refere.

## O pensamento como um *fluxo*

A caracterização do pensamento como um fluxo, esboçada por James no *On some omissions*, e detalhada no capítulo IX do *PrP* é um dos pontos centrais de sua obra e provavelmente, junto com seu *pragmatismo*, um dos mais conhecidos (muitas vezes a única leitura que se faz sobre ele). No entanto, ao contrário daquilo que é normalmente dito sobre o texto, e de acordo com o que afirmamos há pouco, o autor recusava a menção à sua formulação como propriamente uma *teoria*.

“Aquele capítulo foi realmente escrito como um pedaço de descrição popular, para mostrar (primeiro) a maneira natural pela qual nossa vida mental apareceria para um homem que não tivesse teorias, e (segundo) para indicar certas omissões e dificuldades envolvidas no tratamento dado pela teoria das *ideias*. Eu devo lamentar o fato de que isso tenha sido tomado como uma ‘teoria’ de minha parte. E, particularmente, eu não tenho nenhuma teoria definida de como a consciência das relações pode aparecer<sup>85</sup>” (James em carta citada por Perry 1935, vol. II, p. 103).

A passagem ajuda-nos a fortalecer a ênfase no compromisso prioritariamente descritivo reivindicado por sua introspecção. É importante, contudo, que façamos uma ressalva quanto ao sentido de teoria que deve ser recusado. Trata-se de um esforço em manter o mais distante possível os preconceitos que, segundo ele, marcavam as tradições que poderíamos chamar de psicologias filosóficas (Robinson 1985), cuja aproximação com os fenômenos psicológicos era mais abstrata do que empírica. Isto não significa dizer que o produto do vasto trabalho descritivo não deva (ou mesmo que tenha sido) ser articulado em um corpo explicativo coerente que, implícita ou explicitamente, implica opções metafísicas, menos ainda que tais opções não estejam interligadas com o desenvolvimento posterior de sua obra; pretendemos destacar, apenas, que muito da reflexão filosófica madura de James pode ser lido a partir de suas

---

<sup>85</sup> Trata-se da resposta de James aos quatro artigos de L. Marillier “La psychologie de WJ” na *Revue Philosophique*, XXIV (1892), XXXV (1893). Ver Perry (1935), vol. II, pp. 102-103.

incursões psicológicas, mas que seria um equívoco compreender tais incursões como resultado de um projeto filosófico prévio<sup>86</sup>.

Constatamos essa intenção já na abertura do capítulo. “Se pudéssemos dizer em inglês ‘*it thinks*’ da mesma forma que dizemos ‘*it rains*’ ou ‘*it blows*’, estaríamos colocando a questão da maneira mais simples e com o mínimo de suposição” (*PrP*, vol. I, p. 220). A intenção do autor seria a possibilidade de começar a descrição pela simples constatação da atividade, utilizando para isso um verbo impessoal; isso evitaria, por exemplo, que ele fosse caracterizado *modo* de alguma *substância* original; isto é, que tivesse que supor algo por trás do processo. Tudo o que precisamos admitir, portanto, é que o pensamento de alguma forma acontece (*the thought goes on*).

O resultado desse procedimento é a identificação de cinco características gerais. A primeira destaca o fato de que todo pensamento assume uma *forma pessoal*. A segunda reivindica a *mudança* como outro aspecto da atividade. A terceira apresenta um sentido de *continuidade*, experimentada no interior do próprio pensamento em diferentes momentos. A quarta retoma, como indicamos na seção anterior, seu aspecto cognitivo e, finalmente, a quinta característica salienta, ao indicar que o pensamento está sempre mais *interessado* em algum aspecto da situação do que em outro, sua qualidade *seletiva*.

Em cada uma das características indicadas, James sugere sua importância para nossa compreensão dos processos psicológicos básicos, que serão retomados ao longo do livro, e também as utiliza para demarcar sua relação com outras tradições, mesmo que seja de forma crítica. Assim, a personificação do pensamento conduz à discussão sobre a identidade pessoal e o problema do Sujeito; a insistência na mudança serve como contraponto à suposição atomista acerca da imutabilidade das *ideias*; o postulado da continuidade sensível critica a interpretação do processo como alternância de momentos justapostos, que necessitam de alguma entidade para unificá-los; o aspecto cognitivo serve, principalmente, para marcar o sentido complexo de objeto do pensamento. Com a indicação da capacidade de selecionar evidencia-se a oposição à noção de uma consciência passiva que seria simplesmente um espelho da realidade.

Optamos por uma pequena alteração desta ordem em nossa exposição, invertendo a primeira com a quinta. Há uma preocupação com a organização do texto para essa escolha, já que após a análise do fluxo abordaremos o *self*; mas ela é a menos importante. Começar nossa descrição pelo traço seletivo do pensamento justifica-se pelo

---

<sup>86</sup> Por mais que isso soe incompatível com as premissas iniciais assumidas no prefácio.



roteiro que seguimos em nosso capítulo inicial e que nos conduziu à definição da consciência como agência de seleção. Uma definição que coloca *interesse e escolha* como seus traços básicos e que, além de garantir seu status perante a ordem puramente material, destaca seu aspecto ativo e servirá de base para interpretarmos os processos mentais como *armas* ou *instrumentos* de seleção (Dewey 1942), transformando a seleção no principal princípio da psicologia jamesiana (Schull 1992)<sup>87</sup>.

Essa conclusão reflete, na verdade, todo o processo de formação de James e sua principal via de acesso à Psicologia (ainda que não a única), e não é à toa que ela é trazida para o primeiro plano no *PrP*. Como sabemos, depois de idas e vindas, ele concluiu sua formação médica e cultivou um interesse particular pelas teorias da evolução, que se refletiu nas primeiras incursões literárias<sup>88</sup>. Segundo Perry, este foi o primeiro grande problema teórico ao qual James se dedicou, justamente pelo fato de permitir-lhe aproximar a filosofia das ciências biológicas. Uma atenção que manifestou, também, em suas primeiras experiências como professor<sup>89</sup> e que culminou com a publicação do primeiro texto técnico como uma crítica da interpretação da mente como correspondência em Spencer (James 1878/1978a).

#### *A seleção como aspecto primordial do pensamento*

No enunciado da quinta característica, James afirma que o pensamento está sempre mais interessado em uma parte de seu objeto do que em outra; ou seja, ele escolhe durante todo o tempo em que atua; é, portanto, *seletivo*. Trata-se de uma marca que fica explícita nos casos em que, deliberadamente, atentamos para algo em particular, como, por exemplo, quando procuramos uma determinada pessoa em um grupo, quando escolhemos algo no cardápio de um restaurante ou, em situações mais complexas, optamos por certa carreira profissional ou relação afetiva. O processo de seleção, no entanto, é radicalizado pelo autor.

James se pergunta: 'o que são nossos sentidos senão órgãos de seleção?' Do ponto de vista estritamente físico, a oferta de estimulação promovida pela realidade forma um contínuo de estímulos que não somos capazes de captar em sua totalidade. Se

<sup>87</sup> O autor vai além da psicologia, destacando que a seleção é o mote para a compreensão geral da obra de James.

<sup>88</sup> Fato que pode ser atestado, também, pela publicação de resenhas sobre textos relacionados ao tema durante a década de 1860 (Taylor 1996; Schull 1992; Skruspskelis 1987).

<sup>89</sup> Os primeiros cursos seguiam o texto de Spencer.

tomarmos como exemplo a visão, nosso campo exclui, originalmente, o infravermelho e o ultravioleta, embora haja ainda aí um universo de possibilidades sensoriais, mas não para nós. O primeiro aspecto da seleção diz respeito, então, à própria conformação dos órgãos, estabelecida ao longo do processo evolutivo. Eles oferecem os limites extremos a partir dos quais nós organizamos o caos de estímulos presentes no ambiente. Nossos impulsos naturais, hábitos ou alguma motivação momentânea podem fazer-nos olhar mais para a tonalidade do céu ou para os anúncios comerciais, assim como o receio de complicações burocráticas ou o sentimento de solidariedade são capazes de mover-nos em direção ao pedestre que acaba de ser atingido por um veículo ou deixá-lo para que ‘receba a ajuda de outro’. Em outras palavras, do contato sensorial mais simples à decisão ética mais complexa, nossa atividade consiste em apropriação de certos aspectos em prejuízo de outros. Uma tendência de escolha cujos limites, no contexto da filosofia da liberdade assumida por James, são difíceis de traçar.

#### *A mudança no pensamento e a crítica ao pressuposto atomista*

De acordo com James, a introspecção cuidadosa revela que o pensamento está *em constante mudança*. Essa afirmação contém uma dificuldade teórica importante no contexto geral do capítulo – e da própria obra. Dizer que o pensamento muda, com base na identificação de uma sucessão de estados, significa inferir que eles tenham uma duração; o problema, então, seria articular a noção de começo e fim do pensamento com a própria ideia de continuidade que veremos a seguir. O autor tenta contemporizar a questão referindo-se às mudanças que tomam lugar em intervalos sensíveis de tempo, no sentido trivial de que identificamos estados distintos<sup>90</sup>. Feita essa ressalva, a tese a ser defendida é que “*nenhum estado que tenha ocorrido uma vez pode acontecer novamente de forma idêntica*” (*PrP*, vol. I, p. 224, grifos do autor)<sup>91</sup>.

No sentido elementar, não é difícil entendermos a base da descrição. O olhar fixo na tela do computador durante um momento de trabalho pode ser seguido pela constatação (mais uma) das péssimas condições da postura, pelo barulho de automóveis ou ainda pela conversa dos vizinhos. Afirmamos, a partir da identificação de cada um dos episódios como 'estados distintos', que existe uma sucessão entre eles e isso nos

<sup>90</sup> Ao pé da letra, ele identifica o estado distinto com aquilo que chamará de tópico ou tema do pensamento.

<sup>91</sup> O problema é escancarado no epílogo do *BC*, ver pp. 399-400.

permite compreender esses acontecimentos em termos de um encadeamento temporal e, portanto, considerarmos que o pensamento, no sentido geral de atividade mental, muda. Mas esse primeiro passo ainda não abarca todo o sentido de mudança que James pretende.

Mesmo depois de identificarmos a sucessão dos estados; isto é, afirmar que o pensamento se desenrola em uma linha temporal, o hábito de tomar como equivalentes o próprio processo e aquilo a que ele supostamente se refere pode ofuscar o sentido de mudança que aparece aqui. Estamos acostumados a dizer que vemos a mesma tela, ouvimos as mesmas vozes ou, ainda, que vivenciamos, mais uma vez, a antiga dor nas costas. Em outras palavras, o discurso cotidiano leva-nos a afirmar que experimentamos, recorrentemente, as mesmas sensações. De acordo com James, trata-se de uma confusão entre a 'coisa' em particular (a tela, a contração muscular ou os vizinhos) e nossa experiência. Podemos supor que o mesmo objeto se repita, mas não temos evidências para afirmar que a mesma experiência seja possível uma segunda vez. Tal equívoco seria plenamente justificado pelo interesse predominantemente prático com que lidamos com o mundo à nossa volta, tornando nossa atenção muito mais dirigida às pistas que os objetos fornecem para nossa ação do que nas particularidades de nossas sensações.

A questão assume outra dimensão quando o sentido trivial da repetição é articulado em uma teoria que faz dessa recorrência a condição para identificar elementos particulares em cada experiência e considerar os casos em que eles são muitos, ou quando ela é complexa, como uma simples justaposição deles. Em outras palavras, a grande preocupação de James (além, é claro, da fidelidade aos fatos) é combater a interpretação feita pela teoria das ideias de que os estados complexos seriam o efeito resultante das variações na *combinação* de certos elementos simples que sempre permaneceriam os mesmos<sup>92</sup>. Uma formulação cujos prejuízos teóricos são muito maiores do que podemos identificar à primeira vista.

Se quebrarmos a equivalência assumida inicialmente e atentarmos para as peculiaridades do *próprio* estado, notaremos não apenas que o pensamento muda, naquele sentido da sucessão temporal, mas que cada momento é *único*. Consideremos, por exemplo, a referência que costumamos fazer às cores em situações distintas. No sentido corriqueiro, nós afirmamos ver o mesmo verde na grama à sombra ou sob sol forte. Flagramos a armadilha quando descobrimos que o pintor, para retratar essas

---

<sup>92</sup> Tratamos desse tema em outra oportunidade (Bertoni & Pinto 2007).

condições, precisa utilizar certo tom de marrom no primeiro caso e recorrer ao amarelo no outro. Isso nos mostra que a sensação da cor é alterada, na expressão mais elementar, pelo contexto no qual ela está inserida e o contato com ela, como veremos, é o produto da articulação de todos os aspectos que a envolvem.

Quando tornamos as peculiaridades de nossas experiências o ponto partida para a descrição, parece ficar mais fácil identificarmos a mudança. Constatamos variações de brilho e experimentamos diferentes perspectivas e tonalidades quando certos contrastes de sensações são construídos; vivenciamos o constrangimento de reencontrar um antigo amor sem conseguirmos identificar o que poderia ter-nos feito tão apaixonados em determinado momento, assim como descobrimos, em lembranças abandonadas, um sentido completamente novo e inspirador. Neste caso, a dificuldade agora seria, então, mostrar o que, de fato, se repete – tema que retomaremos no capítulo seguinte.

Como de costume, a tese recebe o apoio complementar das incursões na fisiologia cerebral, estabelecendo uma espécie de paralelismo argumentativo que pode criar a falsa impressão de que a exposição neste momento do texto é incompatível com as considerações que apontamos em nosso primeiro capítulo, uma impressão que esperamos desfazer ao tratar da continuidade.

A explicação fisiológica proposta como apoio à evidência introspectiva, destaca que toda reação do sistema nervoso, como vimos, é uma reação integrada e, à medida que se desenvolve, deixa inevitavelmente, seus efeitos. Se cada reação é uma reação total e é produto de um arranjo absolutamente complexo e delicado de elementos, seríamos obrigados a supor que, para a repetição da mesma experiência, uma condição cerebral idêntica teria de ser reproduzida, algo que, baseado nessas ponderações, estaríamos bem pouco inclinados a aceitar.

O que está em jogo até aqui é a interpretação do estado complexo como um agregado de elementos independentes meramente justapostos. A afirmação de que o pensamento está em constante mudança combate justamente o aspecto permanente dos átomos psíquicos que poderiam ser utilizados em composições distintas; neste movimento, destaca-se o papel da introspecção para revelar a inadequação dessa suposição e, com isso, afastar também os problemas teóricos de unificá-los – ainda que, como destacamos, o ponto de partida na sucessão dos estados seja, teoricamente, bastante problemático.

Chegamos, neste momento, à primeira parte da descrição da vida mental como um fluxo, que James ilustra recorrendo à metáfora proposta por Heráclito. Assim como

nunca atravessamos o mesmo rio, nunca temos uma mesma experiência duas vezes. No entanto, o prejuízo maior dessa posição, cuja forma mais radical aparece, segundo James, em Hume, seria a suposição de uma desconexão entre os diversos estados. Isso inviabilizaria uma noção de unidade interna ou demandaria um princípio externo para garanti-la. Aceitar a fragmentação contraria os fatos revelados pela introspecção e a admissão, desnecessária, da unidade transcendente foge, como veremos, ao compromisso empírico.

### *A continuidade sensível e a unidade do pensamento*

A terceira característica aponta uma *continuidade* no pensamento. Não se trata de defender uma unidade em sentido último (James 1884/1983h), mas reivindicar que “dentro de cada consciência pessoal, o pensamento é sensivelmente contínuo” (*PrP*, vol. I, p. 231, grifos do autor). A continuidade em questão diz respeito, portanto, à constatação, pelo próprio pensamento, da ausência de qualquer *interrupção* ou *quebra*, garantindo, dessa forma, uma unidade sem recorrer a um princípio exterior.

A primeira menção à continuidade é feita no *On some omissions*, mas James destaca em uma nota de rodapé desse texto o fato dela não atingir os momentos em que a atividade mental parece interrompida por intervalos de tempo relativamente longos, como, por exemplo, o sono ou outros estados de inconsciência<sup>93</sup>. A seção do capítulo sobre o fluxo no *PrP* que trata do tema se inicia, justamente, com a tarefa de mostrar a continuidade em tais circunstâncias. Uma modificação que, como veremos, só se torna possível graças ao desenvolvimento em suas considerações sobre a percepção de tempo e a consciência do *self*.

O caso dos intervalos temporais deve ser pensado de duas maneiras. Em primeiro lugar, devemos considerar as situações nas quais uma interrupção no curso do pensamento é constatada de alguma forma por um observador externo, mas não seja interpretada como tal da perspectiva do próprio indivíduo. Isso pode acontecer, por exemplo, em alguns lapsos de memória, comuns nos casos de demência. Nessas situações, o sujeito não é capaz de identificar o tempo decorrido entre dois episódios e retoma sua rotina do ponto em que esta havia sido interrompida no primeiro momento, como se nada tivesse acontecido. Neste caso, como a questão é a continuidade *sensível*,

---

<sup>93</sup> Ver James (1884/1983h), p. 147.

não há problema a ser resolvido, já que o lapso ou fissura no pensamento sequer foi identificado. Mais delicada, no entanto, é a circunstância em que o próprio pensamento reconhece o intervalo.

O esclarecimento completo do argumento apresentado para garantir a continuidade mesmo nesses casos depende de algumas considerações que faremos ao longo do texto; por ora, vamos indicá-lo em linhas gerais. É preciso lembrar nossa observação anterior de que qualquer processo de pensamento envolve, necessariamente, o corpo e, portanto, é experimentado sempre com algo mais do que a simples representação puramente mental de uma *ideia*; isso fica evidente nos casos em que nos comovemos com algum episódio, mas essa marca está presente, em maior ou menor grau em todas as nossas experiências conscientes. Acrescentemos a esse dado, uma referência ao processo de memória que, segundo James, é essencialmente um processo sensível; isto é, quando recordamos uma experiência, mais do que uma eventual imagem de uma situação nós temos algum *sentimento*, que nos transmite uma sensação de intimidade e nos faz reconhecê-la. Dito isso, podemos acompanhar a exposição do argumento com base no exemplo que ele apresenta no texto. James sugere que imaginemos duas pessoas, Pedro e Paulo. Suponhamos que eles se conheçam e, eventualmente, conversem. Como todo mundo, eles também dormem e, portanto, têm a experiência ordinária de um intervalo temporal em seus pensamentos. Ao acordar, eles são capazes de identificar o intervalo transcorrido e com ele a ‘interrupção’ do pensamento. De acordo com James, se compararmos os dois indivíduos, veremos que Pedro é capaz apenas de *conceber* aquilo que foi dito por Paulo, mas ele, de fato, *lembra-se* dos seus próprios pensamentos, uma distinção marcada pelos sentimentos de *intimidade* e *calor* que experimenta no contato com essas lembranças. Trata-se dos mesmos sentimentos que conferem, no presente, a certeza de nossa própria existência e que alinhavam, imediatamente, os dois momentos em torno de um sentimento de comunidade ou pertencimento dentro de um mesmo *self*, cuja natureza analisaremos na seção seguinte. Em outras palavras, o primeiro sentido de continuidade é garantido pelo reconhecimento da união dos pontos ‘separados’ dentro de uma mesma consciência pessoal.

Tratemos agora dos casos que envolvem contrastes de qualidade ao ponto de suspeitarmos que, mesmo tendo garantido nosso estado de vigília durante todo o tempo, sejamos incapazes de encontrar um elo entre os dois momentos. Suponhamos uma circunstância na qual nossa atividade (a leitura de um livro) seja interrompida por algum

evento, como, por exemplo, um barulho intenso. Nossa impressão inicial – e muitas vezes definitiva – é a de que a leitura é absolutamente suprimida de nossa consciência pelo ruído, sendo substituída, após um vácuo momentâneo, por algum tipo de constatação efetiva da fonte do barulho ou, pelo menos, pela inferência de sua origem. Tudo se passa como se a experiência consciente simplesmente saltasse de um momento para outro.

Para James, há dois fatores que conduzem, de forma complementar, nosso raciocínio por esta via equivocada. Trata-se parcialmente de uma *confusão* entre os pensamentos, tomados subjetivamente, e os eventos aos quais eles se referem (um argumento que recupera, de certa forma, o que dissemos sobre a *mudança*). Os eventos descritos, a leitura e o contato com ou a fonte do barulho, são seguramente descontínuos, e completamente desconectados causalmente, mas de forma alguma podemos interpretar a descontinuidade entre eles como ausência de atividade no pensamento. Quando narramos episódios dessa natureza, certamente incluímos alguma menção à nossa *surpresa* ou ao *susto* que sentimos após o ruído. E o que são esses sentimentos senão expressões de estados bastante definidos? Se admitirmos que se trata de porções legítimas de nossa experiência, teremos que supor que aquilo que consideramos inicialmente um vácuo momentâneo é uma interrupção no pensamento como podemos dizer que uma cachoeira é uma quebra no curso de um rio.

O segundo fator ele denomina de *visão introspectiva superficial*, algo que nos impede de perceber o quanto de afinidade ainda persiste entre os pensamentos por meio dos quais os dois momentos são conhecidos. Trata-se de afirmar que a sucessão entre os estados não se dá em termos de justaposição, mas sim como eventos que se interpenetram uns nos outros. De acordo com James, o ruído que experimentamos como surpresa é, na verdade, o-ruído-intenso-que-quebra-o-silêncio-em-condições-inesperadas-e-contrasta-com-ele<sup>94</sup>; nossa experiência é, portanto, o resultado da sensação do barulho coexistindo com alguma forma de silêncio anterior; ou seja, o barulho é trazido para o foco da atenção tendo como pano de fundo o silêncio.

James afirma que a transição entre os pensamentos, da mesma forma que entre os estados cerebrais, ocorre em *velocidades* distintas e a qualidade de nossa observação está, inevitavelmente, sujeita a estas condições. Em algumas circunstâncias temos a oportunidade de apreciar calmamente alguma imagem ou pensamento específico, em

---

<sup>94</sup> Esse sentido da transição será ainda mais explicitado na seção seguinte, quando tratarmos da caracterização do objeto do pensamento.

outras, como o estado intermediário indicado em nosso exemplo, temos, quando nos dedicamos o suficiente, um simples sentimento da passagem. James compara essa dinâmica mental com a vida de um pássaro, simbolizando os momentos de transição como seus voos (*places of flight*) e os pontos em que a contemplação é mais tranquila com os períodos em que ele se encontra em repouso (*resting places*). No primeiro caso, temos as porções relativas aos movimentos, às vezes extremamente rápidos, entre dois pontos, porções que ele denominou de ‘*partes transitivas*’ do pensamento, tratando as outras como suas ‘*partes substantivas*’<sup>95</sup>.

Dissemos, há pouco, que a identificação da *continuidade sensível* pretendia, apenas, a justificativa dessa continuidade no sentido psicológico e que, para isso, teríamos que superar as objeções de descontinuidade sugeridas pelas interrupções temporais e contrastes de qualidade. Tendo contornado ambas as restrições, estamos agora em condições de contemplar o sentido preciso da metáfora de Heráclito que, seguindo James, havíamos invocado na seção anterior. Nossa atividade mental ou o curso de nosso pensamento deve ser entendido como um *fluxo* que está em constante mudança, mas, a despeito da variação, é sensivelmente contínuo.

É preciso reconhecer, como indicamos nas considerações sobre a introspecção, a dificuldade que se coloca para a observação dos estados transitivos. Quando esperamos até que alguma transição se complete, nossa atenção é tomada por seu resultado e se decidimos interromper o movimento do pensamento em algum ponto para observá-lo como que em um corte transversal, enfrentamos, segundo James, os mesmos obstáculos com os quais se depararam os adversários de Zenão na tentativa de explicar-lhe o movimento. Em outras palavras, quando tentamos aproximar-nos dos estados transitivos da mesma forma que temos contato com as partes substantivas é como se quiséssemos acender a luz rápido o bastante para ver como é a escuridão<sup>96</sup>. Uma questão que, no plano teórico, marca, segundo James, a polêmica entre *sensacionistas* e *intelectualistas*, sendo que os primeiros simplesmente negam a existência de tais relações e os últimos só são capazes de admiti-las se forem firmadas por meio de uma entidade intermediária que, por um *ato puro do intelecto*, as estabeleça<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> A ilustração sugerida, apesar de garantir um sentido de continuidade, parece manter o discurso no mesmo plano dos adversários, criando, como indica nossa epígrafe do capítulo, uma série de dificuldades teóricas. Retomaremos o problema no terceiro capítulo.

<sup>96</sup> Aqui a dificuldade de tomar a introspecção como *retrospecção* fica evidente (Myers 1997), bem como a metáfora anterior que transforma o problema simplesmente em uma diferença de velocidade. Um problema que se relaciona diretamente com a distinção entre as duas formas de conhecimento.

<sup>97</sup> A menção aos adversários, como de costume, é bastante caótica.



Esses *sentimentos de transição* ou *de relação* são, para James, mais comuns do que nos damos conta em um primeiro momento. Boa parte de seu esforço no capítulo IX do *PrP* é colecionar evidências nessa direção. Devemos, por exemplo, falar em um feeling específico de *mas* ou *e*, da mesma forma que temos uma sensação particular de *amarelo* ou *calor*<sup>98</sup>. Eles não são, contudo, os únicos aspectos que por serem inarticulados, instáveis e não possuírem um nome específico têm sido negligenciados pela introspecção ordinária. Somam-se a eles os diferentes tipos de sensação que nos alertam sobre as direções para as quais o nosso pensamento aponta, batizados por James de *sentimentos de tendência*.

Graças à sua capacidade introspectiva, e a significativa importância do tema no contexto de sua psicologia, James acumula uma lista de exemplos para ilustrar os sentimentos de tendência, mas não precisaremos de tantos recursos para destacar o cerne do argumento. Suponhamos que alguém diga em voz alta perto de nós neste exato momento ‘Espere!’, ‘Olhe!’, ‘Ouça!’. Uma observação cuidadosa de nossa experiência mostra – e não há maneira mais eficaz, segundo o autor, do que seguir essa recomendação para compreender de fato o argumento – que se trata de *atitudes de expectativa* absolutamente particulares, nas quais esperamos que determinadas ações e sentimentos ocorram, e que as sensações experimentadas são distintas em cada um dos casos, mesmo que não tenhamos expressões definidas para nos referirmos a elas.

O exemplo permite-nos destacar algo além do que mais um estado “inarticulado e não nomeado” que escaparia a um exame superficial. Se a interpretação de nossa reação ao barulho, o ‘susto’, remete-nos com maior ênfase às suas condições imediatamente anteriores (o-barulho-que-quebra-o-silêncio-em-condições-inesperadas), a constatação desses sentimentos de tendência destaca as projeções do pensamento em outra direção. Em outras palavras, se no primeiro caso fomos conduzidos a descrever a relação do estado com as condições antecedentes, somos levados, neste momento, a identificar em seu movimento algo que sinalize uma tendência, como se toda porção substantiva estivesse de alguma forma envolvida nessa articulação com o passado e projeção para o encaminhamento do fluxo, dando o devido peso à observação de James no primeiro capítulo do *PrP* sobre a necessidade de atentar também para as consequências do estado mental.

---

<sup>98</sup> James reconhece o mérito de Spencer em identificar esses feelings de relação, embora diga que ele aceita um número bastante restrito desses fenômenos.

Novamente, a argumentação segue, lado a lado, com as incursões na fisiologia cerebral. Da mesma maneira que a sucessão entre os diferentes estados mentais não acontece como mera justaposição; ou seja, que um termine completamente antes do início do outro, em uma espécie de *staccato*, essa experiência se justificaria, também, pelo fato dos estados cerebrais sucessivos coexistirem por certo período.

James descreve esta dinâmica da seguinte maneira. Cada estado cerebral (e cabe aqui a mesma dificuldade para a delimitação que destacamos para o caso do pensamento) é representado como uma linha em um plano cartesiano. No eixo horizontal temos a indicação do tempo (a duração) e no vertical a oscilação da intensidade de excitação. O comportamento é interpretado ciclicamente; ou seja, a excitação se eleva do nível mais baixo até alcançar o pico e depois perde força, voltando à condição inicial. Se os estados fossem justapostos, deveríamos esperar que a sucessão acontecesse quando um deles tivesse efetivamente terminado, mas não é isso que ocorre. Diversos movimentos de excitação acontecem simultaneamente, *ancorando-se* e *projetando-se* uns nos outros. Podemos aproveitar a analogia anterior para interpretar esse processo como uma melodia tocada em um instrumento cuja duração das notas fosse longa o suficiente para que cada uma se articulasse com o som ainda vibrante da última e, ao mesmo tempo, deixasse seu próprio som como cenário para a seguinte. “Usemos as palavras *sobre-tom psíquico*, *difusão* ou *orla*”<sup>99</sup> para designar a influência de processos cerebrais fracos sobre nosso pensamento como que para fazê-lo consciente de relações e objetos apenas tenuamente percebidos” (*PrP*, vol. I, p. 249, grifos do autor).

Devemos aproveitar mais um exemplo disso que tratamos como um ‘paralelismo argumentativo’ para alertar o leitor quanto ao equívoco que o tom e os termos utilizados podem produzir. Em nosso primeiro capítulo, procuramos, pela análise de algumas modalidades de ação, dissolver o abismo extremo entre consciência e organismo, encontrando na ação estruturada o ponto de partida. A exposição do fluxo proposta por James coloca o texto em um registro essencialmente psíquico; isto é, enquanto descrição da experiência psíquica. Os parênteses sucessivos para explicação dos processos fisiológicos correlacionados podem criar uma (falsa) impressão de que essa análise é inconsistente com nossa exposição anterior.

A chave para desfazermos o mal-entendido que o estilo livre de James pode eventualmente criar está na expressão *atitude de expectativa* que apresentamos há

---

<sup>99</sup> Seguimos aqui a tradução para a palavra *fringe* proposta pelo professor Pablo Mariconda no volume da coleção os pensadores por parecer-nos a melhor possível (James 1890/1974), embora a tradução por ‘franja’ seja preferida por alguns autores (Gutman 2005; Ferraz 2005).

pouco. Aquilo que verificamos de peculiar em nossa experiência das três expressões ('espere', 'olhe' 'ouça') é simplesmente o viés pelo qual James escolheu analisar nossa *reação* total às palavras (o que vale também para o caso do susto). Como veremos, nosso sentimento é o contato com os processos orgânicos articulados com o significado daquela expressão no dado contexto, que inclui, também, nossa consciência dos impulsos de ação que ela sugere.

Dito isso, voltemos ao aspecto descritivo. Se o intuito original era a indicação das omissões da psicologia introspectiva tradicional, James não apenas reconhece a existência desses estados transitivos, mas afirma que nosso contato com uma boa porção de nossa atividade consciente dá-se por meio desses sentimentos tênues.

Em grande parte do tempo, nosso pensamento gira em torno de algum problema, como, por exemplo, quando queremos lembrar o nome de alguma pessoa. Identificamos essa lacuna como algo específico; ou seja, como nas situações anteriores, ela produz um sentimento *sui generis*, embora sem uma imagem substantiva – que é justamente o nome que procuramos. Sugestões diferentes (e em diferentes modalidades: imagens, sons, cheiros) aparecerem e são rejeitadas ou acolhidas; às vezes, não são propriamente indicações de nomes, mas de lugares, de outras pessoas, de atividades etc.; cada uma delas, por sua vez, imersas em diferentes orlas. Aquelas que contribuem para a solução do problema, ou que de alguma forma parecem conduzir-nos para mais próximo dela, são acolhidas, as outras, rejeitadas. Os sentimentos de *afinidade* ou *discordância* que experimentamos nessas circunstâncias são as evidências mais claras de que temos alguma consciência dessa aura que paira sobre o núcleo do problema e que nos permite selecionar os 'caminhos' corretos para chegar à solução. Neste sentido, mesmo sem a indicação substantiva, o desenrolar do processo mostra que seus rumos são articulados em torno de um interesse particular, remetendo-nos a uma condição parecida com aquela que havíamos identificado em nossa discussão sobre o hábito, na qual a expressão da consciência, ainda que revelada somente na introspecção mais refinada, é essencialmente negativa; isto é, notamos sua presença quando rejeitamos opções particulares para a questão.

Este último exemplo permite-nos aproximar, de maneira ainda mais precisa, a descrição do pensamento como um fluxo com nossas considerações sobre a ação. Ele revela que o pensamento é articulado em seus movimentos à procura de um fim. E que diversos recursos e caminhos podem ser empregados. Sendo assim, ele também é *ação*

no sentido originalmente indicado e a expressão *ação mental* que caracteriza o objeto de investigação da Psicologia assume uma conotação mais rica.

Se no primeiro capítulo do *PrP* o adjetivo *mental* é empregado, aparentemente, para indicar aquilo que confere certa especificidade aos movimentos realizados pelo organismo (a ação mental é, portanto, aquela capaz de variar os meios para atingir dado objetivo), aqui ele significa, também, a forma virtual ou encoberta (para escapar da armadilha de dizer interna) com que a ação se desenvolve. Em uma palavra, pensar, no sentido geral em que o termo vem sendo empregado, é agir<sup>100</sup>.

Mais do que isso, a análise mostra o compromisso prático desse movimento do pensamento em direção à conclusão/solução, possibilitando-nos compreender o desenvolvimento de tal processo pela via darwinista; ou seja, entender o pensamento (no sentido da ação mental ou virtual) como incremento a serviço da interação com o meio – o que ajudaria a esclarecer, também, nosso interesse secundário na qualidade sensível do estado em detrimento dos objetivos para os quais ele nos leva. Neste sentido, podemos dizer que há uma interpretação *funcional* dos processos superiores ou simplesmente, da consciência.

É nessa perspectiva funcional que compreendemos, também, a curiosidade de James pelas pesquisas de Galton sobre as diferenças individuais<sup>101</sup> e a importância reduzida aos materiais (*mind-stuff*) específicos que o pensamento utiliza. Em outras palavras, podemos descobrir a solução para um problema criando imagens mentais ou falando, encobertamente, para nós mesmos, desde que a solução seja alcançada. Uma posição que lhe permite, também, mostrar o equívoco da equivalência entre pensamento e fala interna, afirmando, com isso, a possibilidade do pensamento sem linguagem<sup>102</sup>.

Vimos, portanto, como a identificação dos aspectos transitivos do pensamento permite que James apresente-o, seguido a metáfora de Heráclito, como um *fluxo* contínuo, o que dispensará o recurso a um princípio externo para garantir a unidade em meio à diversidade de experiências. Mais do que isso, como parte de nossa *atividade* consciente, acessível por esses *sentimentos*, passa despercebida, constitui grande parte da vida psíquica, expandindo, dessa forma, o próprio horizonte fenomenal da disciplina.

---

<sup>100</sup> Acompanharemos a descrição dessa *atividade* na exposição sobre o *self espiritual*.

<sup>101</sup> Indicados no capítulo do *PrP* sobre o fluxo de pensamento, mas detalhados no capítulo sobre *Imaginação*.

<sup>102</sup> Ver *PrP*, pp. 256-259 e também o artigo *The thought before language: a deaf-mute's recollections* (James 1892/1983i)

Na apresentação da continuidade, James refere-se em diversas oportunidades ao aspecto sutil, instantâneo e carente de nome específico dos aspectos transitivos do fluxo, ingredientes que seguramente tornaram esses fenômenos de difícil constatação para tradições que reconhecem como cognitivas apenas as porções estáveis e devidamente nomeadas. Trata-se de uma observação que toca na própria caracterização daquilo que se entende por conhecimento e que ele indica, no capítulo VIII do *PrP*, ao propor uma distinção entre o *conhecimento sobre* (*knowledge about*) e a *familiaridade* (*acquaintance*). *Grosso modo*, o primeiro significa o conhecimento de relações acerca do objeto e o último diz respeito à simples experiência sensível, ou sentimento, que a circunstância nos oferece. A diferenciação é importante aqui porque garante o status epistemológico dos aspectos transitivos, tornando-se, dessa maneira, crucial para nossa aceitação da descrição de continuidade sensível. O que isso nos revela, todavia, é uma articulação entre a 'simples descrição' do fluxo do pensamento e uma psicologia da cognição; e é sob essa perspectiva que voltaremos ao tema em nosso terceiro capítulo.

### *O pensamento e seu objeto*

A quarta característica afirma que “o pensamento humano parece lidar com objetos independentes dele próprio; isto é, ele é cognitivo ou possui a função de conhecer” (*PrP*, vol. I, p. 262, grifos do autor). O reconhecimento dessa peculiaridade que parece criar automaticamente um campo distinto entre pensamento e realidade externa, é atestado, em sua expressão mais elementar, pela capacidade de nos referirmos às *mesmas* coisas<sup>103</sup>; seja no sentido intersubjetivo, quando, por exemplo, várias pessoas identificam algo em particular, seja pelo reconhecimento, graças à nossa memória, de que estamos lidando com o mesmo objeto. Neste sentido, não há, no enunciado da característica, nada diferente do dualismo apresentado nas proposições do prefácio do *PrP*, resta-nos saber se detalhes da exposição mantêm essa intenção geral<sup>104</sup>.

A expressão mais marcante dessa distinção, no plano psicológico, é representada por aquilo que costumamos indicar como *consciência reflexiva*; ou seja, as circunstâncias em que temos a experiência explícita da distância estabelecida entre nós e

---

<sup>103</sup> Trata-se do princípio de identidade psicológica que já havia sido formulado no *On some omissions* e que ele retomará no *PrP* no capítulo *Conception* e que discutiremos ao em nosso terceiro capítulo.

<sup>104</sup> Essa característica *curiosamente* não aparece no capítulo sobre o fluxo de consciência do *Briefer course*.

o objeto. Em outras palavras, trata-se das situações em que não apenas conhecemos, mas *sabemos que conhecemos*. Este é o sentido mais corriqueiro pelo qual identificamos nossa experiência adulta e se o aceitássemos como modelo, teríamos que reduzir toda a expressão da consciência a ele. No entanto, nada do que dissemos anteriormente justificaria essa redução.

De acordo com James, essa peculiaridade reflexiva não é nem primária e nem necessária. Afirmar que ela não é primária significa dizer que ela é posterior ao que ele chama de *consciência dos objetos*. Podemos levar essa observação no sentido evolutivo e indicarmos que, para que a ação seja aquela adequada ao contexto, o organismo deve identificá-la de uma maneira particular e, dificilmente, suporíamos o aspecto reflexivo em moscas ou formigas. O outro sentido de primário remonta, como veremos em nossa análise da sensação, ao absurdo de supor que os bebês teriam esse tipo de consciência nos períodos iniciais de seu desenvolvimento.

Todas as indicações que fornecemos sobre os impulsos e os hábitos servem para indicar o quanto a consciência continua atuando, mesmo que o sujeito seja incapaz de discriminar entre ele próprio e o objeto de sua atenção; ou seja, ele é capaz de fazer diversas coisas, comportar-se normalmente em várias circunstâncias sem a consciência reflexiva. Se o sentido intencional da consciência pode ser garantido mesmo sem o aspecto reflexivo, o autor pode afirmar, contra “diversos filósofos”<sup>105</sup>, que “o pensamento pode, mas não precisa, ao conhecer, discriminar entre ele e seu objeto” (*PrP*, vol. I, p. 265, grifos do autor)<sup>106</sup>.

Ainda que não haja a necessidade do caráter reflexivo para que falemos em conhecimento, a constatação (como ponto de partida ou não) da distinção entre o pensamento e seu objeto torna importante que esclareçamos o sentido deste último, recuperando, sob uma nova perspectiva as recomendações feitas quanto às armadilhas às quais o psicólogo está sujeito.

No senso comum, o termo *objeto* é usado como referência a um ente particular, uma 'coisa'. Quando falamos em objeto do pensamento, a alusão tende a recair sobre um daqueles aspectos substantivos – de preferência, algo explícito e para o qual temos um nome específico. Se o pensamento descrito é algo mais complexo, como, por exemplo, quando pronunciamos uma frase completa, nossa tendência é reconhecer o sujeito da oração como o objeto do pensamento. Na sentença, *Colombo descobriu a América em*

<sup>105</sup> Estes interlocutores, dentre os quais estão Kant, Ferrier, Hamilton e Green são listados na nota 31, p. 264.

<sup>106</sup> Em termos gerais, trata-se da distinção entre *saber que* e *saber como*.

1492; usualmente, identificamos o objeto do pensamento com o sujeito da oração, Colombo, e damos o próximo passo em direção à armadilha afirmando que o pensamento expresso é *sobre* ele.

Para evitar o erro, basta que retomemos o sentido de continuidade que apresentamos entre os estados para esclarecer a relação interna entre diferentes 'elementos' no interior de um mesmo pensamento. Vale aqui, em outro plano, o que já dissemos. Se a interpretação do barulho passa pelo contexto geral em que o experimentamos, o *sentido* ou *significado* do pensamento expresso na sentença só é alcançado pela imersão geral de cada um de seus termos naquela exata relação; e a única representação possível seria Colombo-descobriu-a-América-em-1492.

Essa consideração sobre a relação intrínseca entre os diversos 'elementos' destacados no pensamento que tomamos como exemplo, permite-nos, agora, apreciar com mais precisão a afirmação do aspecto *indivisível* que havíamos sugerido na apresentação da segunda característica, sobre a constante mudança, e compreender, pelo menos em parte, os prejuízos teóricos do associacionismo que apontamos naquela ocasião. Em outras palavras precisamos compreender a tese defendida por James de que “*Quaisquer coisas que sejam pensadas em relação são, desde o início, pensadas em uma unidade, em um único pulso de subjetividade, uma única psicose, feeling ou estado mental*” (*PrP*, vol. I, p. 268, grifos do autor).

“Eu acredito que, em todos os casos nos quais as palavras são *entendidas*, a ideia total pode estar, e em geral está, presente não apenas antes e depois da frase ter sido pronunciada, mas mesmo enquanto cada uma das palavras é dita. É o halo ou a orla da palavra *como dita naquela sentença*. Isto nunca está ausente; nenhuma palavra em uma sentença compreendida chega à consciência como mero ruído. Nós sentimos seu significado à medida que ela passa e, ainda que nosso objeto difira de um momento para outro quanto ao seu núcleo verbal, ele é *similar* através de todo segmento do fluxo” (*PrP*, vol. I, pp. 270-271, grifos do autor).

Novamente, James representa o suposto processo cerebral envolvido na articulação da sentença<sup>107</sup>. Tudo se passa como se o esboço geral já estivesse presente, pelo menos no caso das frases cuja intenção está explícita, desde o momento em que ela começa a ser proferida. Neste caso, se realizássemos, novamente, a mesma representação espacial do processo, observaríamos um pico de excitação no processo

<sup>107</sup> Ver *PrP*, vol. I, pp. 271-272.

cerebral no momento em que cada palavra estivesse sendo proferida. A diferença agora seria no plano de representação, não mais o plano cartesiano, mas uma figura sólida. Se pudéssemos de alguma forma realizar um corte transversal em um momento particular poderíamos identificar o quanto os aspectos se entrecruzam. O que percorre a exposição é a sugestão de movimento paralelo entre o foco de atenção do elemento no pensamento (o momento em que dizemos uma determinada palavra) e o pico de excitação do processo cerebral<sup>108</sup>.

O diagrama é extremamente ilustrativo. Nele, aparece de maneira pontual o sentido da relação entre o processo mental e o processo cerebral. Se a atenção na palavra pronunciada corresponde, pelo menos funcionalmente, ao pico da excitação, temos mais uma forte evidência em favor de nossa interpretação em termos da adoção, mesmo que implícita, de um *isomorfismo*. E, com a menção ao destaque para algum ponto específico enquanto *ênfase* no meio de um processo global – e não indicação pela noção de 'elemento' –, vemos o quanto sua posição perde em clareza pelo viés da linguagem dualista em que é construída, ajudando-nos a compreender com mais precisão a epígrafe com a qual abrimos este capítulo.

Nossa análise até este momento permitiu-nos acompanhar a importância, assim como os perigos, da introspecção para a Psicologia, principalmente seu papel para o aspecto descritivo da disciplina. Destacamos seu valor para a caracterização do pensamento como um *fluxo* e para a indicação de suas peculiaridades. Pudemos, a partir dessas observações, estabelecer a crítica de James ao *atomismo* e a redundância e superficialidade das tentativas de explicar a unidade do pensamento, uma vez que ele jamais pode ser tomado de forma isolada. Parte da inteligibilidade dessa descrição baseou-se no reconhecimento de aspectos da vida mental através de *sentimentos* (*feelings*) particulares, graças à distinção entre as duas formas de conhecimento e nada do que dissemos até aqui escapou ao compromisso com o modelo do arco reflexo que indicamos em forma de uma teoria da ação em nosso capítulo anterior.

O leitor atento notará, no entanto, que o sentido de continuidade, que sustenta a metáfora do fluxo, não foi plenamente explicitado. Nossa menção ao processo pelo qual o intervalo no pensamento reconhecido após o sono é contornado implicou o recurso à

---

<sup>108</sup> James refere-se diretamente a um *campo de consciência* (ver *PrP*, p. 469), uma noção explorada por Ferraz (2005). No *Talks to teachers*, ele faz uma distinção entre o *foco* e a *margin* desse campo para indicar esse papel da atenção.



comunidade dos pensamentos no interior de um mesmo *self*. Isso é o que James expressa ao dizer que “*o pensamento tende a uma forma pessoal*”. Trata-se da primeira característica do pensamento que aqui, pelas razões que já explicitamos, resolvemos tratar por último – também para escapar à armadilha de supor uma unidade substancial. O desafio agora consiste, portanto, em apresentar um sentido para o *self* que seja compatível com a intenção geral indicada na descrição do fluxo.

## **A consciência do Self<sup>109</sup>**

Em nossa apresentação do pensamento como um fluxo destacamos a forma pela qual James propôs a aproximação com o tema. O ponto de partida ideal seria a descrição pela própria atividade e as inferências teóricas seriam extremamente reduzidas se o verbo *pensar* fosse impessoal; ou seja, tudo que precisamos supor é que o pensamento *acontece*. O enunciado da tendência à organização em uma forma pessoal altera, à primeira vista, essa indicação. A partir do momento em que não é mais *the thought goes on*, mas *my thought*, o problema parece mudar de registro; como se agora fosse necessário supor algo por trás do próprio processo e, com isso, colocássemos em risco o movimento inicial do texto.

Notamos o equívoco dessa suposição já na escolha do título para o capítulo do *PrP*. A expressão *consciência do Self* revela o viés descritivo pelo qual o tema será abordado. Podemos dizer que o método introspectivo será, também nesse caso, a via de acesso principal e que, portanto, as considerações sobre o *sujeito* e a *identidade pessoal* obedecerão às mesmas orientações gerais que seguimos até aqui. Em outras palavras, o sentido de unidade é mantido sem o recurso a uma entidade externa, o que nos conduzirá desse plano descritivo para um diálogo com as teorias do sujeito (Abib 1999).

Se uma interpretação do *PrP* na linha das ciências naturais e a inclusão dos temas estranhos à *psicologia normal* (intenções expressas pelo próprio autor) são contestadas por alguns comentadores com base em passagens dispersas ao longo do livro, é no capítulo sobre o *self* que essa leitura encontra seu principal respaldo – principalmente quando a obra é lida à luz de outros interesses cultivados por James,

---

<sup>109</sup> Assim, em letras maiúsculas, a expressão é sinônimo de mente, consciência ou, na terminologia que vimos utilizando, fluxo do pensamento.

como, por exemplo, a psicopatologia<sup>110</sup>, a parapsicologia<sup>111</sup> e a experiência religiosa (aspectos ilustrados pelo fato de o capítulo incluir incursões sobre a questão das personalidades múltiplas, fruto do interesse de James pelo trabalho de Pierre Janet, além dos casos que abrem espaço uma interpretação em termos mais místicos). No entanto, por mais que o horizonte do tema se amplie com essas menções, a descrição geral do tema e a posição com relação a uma teoria do sujeito é construída, claramente, em consonância com o movimento geral do livro.

A primeira etapa dessa investigação consiste na divisão do tema em dois blocos e, como sempre, James procura cercar a questão partindo daquilo que considera mais concreto em direção ao mais abstrato. O primeiro aspecto do *Self*, que poderíamos descrever quase como um inventário da personalidade psíquica, é uma referência ao problema no âmbito propriamente psicológico; ou seja, quais são as informações empíricas que utilizamos para nos referirmos a *nós mesmos*. O outro ponto trata da questão do *sujeito* no sentido forte; isto é, aquilo que reconhece no conjunto das experiências o sentido de identidade e que parece ser o responsável último pelas deliberações e ações – o que se costuma considerar o princípio puro de individualidade.

James utiliza as expressões *Me (me)* e *I (Eu)* para referir-se a cada um desses planos. No sentido corriqueiro, é fácil identificarmos as características que atribuímos ao *Eu*, basta que atentemos para os usos do termo. Dizemos, por exemplo, ‘*Eu* decidi parar de trabalhar’ ou ‘*Eu* venci todos os obstáculos e concluí a tarefa’. Justificar a escolha do termo *Me* para designar aquilo que James chama de *self empírico* é um pouco mais sutil. Em termos linguísticos teríamos que observar as situações em que nossa menção a nós mesmos adquire um sentido descritivo, como se disséssemos, por exemplo, ‘Eu sou assim’ ou, para tornar a frase ainda mais precisa, ‘Este é o *eu* que eu sou’. Embora não consigamos o mesmo efeito descritivo na expressão, em inglês, ‘This is *me*’.

No sentido puramente descritivo, James afirma que o *self* empírico é, portanto, tudo aquilo que tendemos a chamar de *me* ou que usamos como base para nossa autodefinição; uma aproximação ampla e ao mesmo tempo vaga que não nos ajuda muito a esclarecer a questão. A chave para compreendermos a estratégia de aproximação adotada pelo autor – e que mostrará, mais uma vez, o viés evolucionista –

<sup>110</sup> Várias passagens do *PrP* atestam esse interesse, particularmente as menções à hipnose, que parece ter se acentuado após a publicação do livro (Taylor 1984, 1996). O material mais direcionado ao tema são as *Lowell lectures* de 1896.

<sup>111</sup> James era membro ativo da sociedade de *psychical research* (Perry 1935), procurando sistematicamente evidências empíricas a esse respeito (McDermott 1986).

está no destaque que ele confere à fronteira nebulosa que se estabelece entre *me* e *mine*; ou seja, entre aquilo que definimos como *nós* e o que é *nosso*. O exemplo mais claro é o corpo: *somos* ele ou ele é simplesmente *nosso*?

A linha entre o *nós* e o *nosso* é tênue porque o critério para a comparação são as emoções que experimentamos e as ações que realizamos em relação a estes ‘objetos’. Se *somos* criativos, ficamos felizes quando essa característica é valorizada ou decepcionados quando ela é tolhida; se *somos* fiéis, protegemos a Palavra com o mais absoluto fervor; assim como parecemos proteger nossos filhos, pais ou amigos, sofrer e sorrir com suas vitórias e derrotas. Em outras palavras, James parte do princípio de que aquilo que consideramos nós mesmos, o que quer que isso seja, é objeto de cuidado e atenção, além de ser fonte de emoções particulares, tornando-se bastante sutil a diferenciação com aquilo que temos.

Se a fronteira entre aquilo que consideramos ser e o que possuímos é difícil de ser traçada, então, a maneira mais geral de caracterizar o *self* empírico de um homem, segundo James, é descrevê-lo como tudo aquilo que ele tende a chamar de seu.

“não apenas seu corpo e seus poderes psíquicos, mas suas roupas e sua casa, sua esposa e filhos, seus ancestrais e amigos, sua reputação e obras, suas terras e cavalos, seu iate e conta bancária. Todas essas coisas dão-lhe as mesmas emoções. Se elas crescem e prosperam, ele sente-se triunfante; se murcham e morrem, ele fica arrasado – não necessariamente no mesmo grau para cada coisa, mas de forma bem parecida para todas” (*PrP*, vol. I, p. 279).

Observamos no capítulo do *PrP* um duplo movimento que acompanharemos ao longo do texto. Em primeiro lugar, James apresenta um inventário da diversidade de objetos e características que podem compor o *self* empírico, realizando assim, o percurso propriamente descritivo. No segundo movimento da exposição, ele se preocupa em especificar as emoções e reações fundamentais, mas, mais do que isso, a maneira pela qual cada um dos aspectos que utilizamos em nossa autodenificação torna-se objeto de cuidado, estabelecendo, dessa forma, uma aproximação também genética com o tema. Em seguida, retomaremos a análise do *Eu*.

*Uma aproximação descritiva com o self empírico*

Dissemos há pouco que os objetos capazes de despertar em nós aquela atenção que temos em relação a nós próprios podem variar de nosso corpo e outras posses materiais às nossas próprias habilidades intelectuais e capacidades, passando pelo respeito e consideração que temos pelas opiniões das pessoas que nos cercam. Com base nessas observações, James organiza, hierarquicamente, o *self* empírico em categorias que vão do *self material* ao *self espiritual*, passando pelo *self social*. Notaremos, à medida que acompanharmos a exposição, a maneira pela qual o autor identifica, em cada uma das esferas, objetos particulares que permitem tal inclusão.

Os componentes propriamente materiais do *self* empírico James agrupa em torno da expressão *self material*. De acordo com ele, somos dotados de tendências impulsivas<sup>112</sup> para cuidar de nosso próprio corpo. Não só no sentido básico da sobrevivência, mas, principalmente, com uma preocupação estética na forma de roupas e cuidados gerais. Um padrão que parece ser estendido à nossa família, assim como aos nossos pertences pessoais e propriedades. O valor conferido a essas coisas pode ser constatado, segundo ele, pela nossa reação quando as perdemos, como se algo nos tivesse sido, literalmente, *arrancado* – expresso pelo sentimento de vazio que experimentamos.

O fato de ser um animal gregário faz com que o reconhecimento social seja, para o homem, algo de extrema importância. Neste sentido, parte de nossa identidade seria formada pelos juízos que as pessoas fazem a nosso respeito, principalmente daquelas com as quais somos mais diretamente ligados, compondo dessa forma, nosso *self social*. Se esta parte do *self* é formada pelas imagens que as pessoas com alguma significação para nossa vida fazem de nós, nada mais natural do que supormos que ele seja a totalidade dessas imagens relevantes, não importando sua diversidade e nem um eventual conflito entre elas. De acordo com James, “*um homem tem tantos selves sociais quantos forem os indivíduos que o reconheçam e tenham dele uma imagem em suas mentes. Ferir qualquer uma dessas imagens é feri-lo*”. (*PrP*, vol. I, pp. 281-282, grifos do autor).

James ancora essas observações sobre a importância da aprovação social na identificação de impulsos gerais, embora com exceções, à publicidade, à aprovação alheia e à fama. Nossa tendência a evitar, via de regra, o isolamento social – assim

---

<sup>112</sup> Essa apresentação dos ‘componentes’ do *self* está intimamente ligada com o inventário de impulsos humanos que James apresenta no final do capítulo sobre o *Instinto* e que já havia publicado no *Some human instincts*.

como a busca às vezes indiscriminada por reconhecimento público – e, principalmente, nossa sensibilidade a algum tratamento indiferente de alguém que consideramos importante, revelam a força dessa dimensão social na construção de nossa imagem.

Em princípio, o número parece irrestrito, variando de acordo com as possibilidades do contexto, mas, principalmente, segundo James, pela *escolha* que cada um realiza quando elas são conflitantes. Podemos manter a imagem do atleta no futebol do final de semana, do sujeito descontraído para os colegas de trabalho ou do homem severo perante nossos filhos, desde que as opções não violem seus respectivos limites e não rivalizem entre si, obrigando-nos a abrir mão de alguma delas em prol de uma auto-imagem mais coerente<sup>113</sup>. James destaca também a maneira pela qual a aceitação dessa imagem, aquilo que chamamos de auto-estima, é resultado de uma equação estabelecida entre nossas pretensões e a avaliação de nossas capacidades, funcionando em razão inversa.

Se até aqui indicamos a tendência à diversidade das imagens e influências, destacando um pluralismo, parece haver uma circunstância paradoxal. Não há nada mais restritivo na consideração do *self* social do que quando o reconhecimento é reduzido apenas a uma imagem: aquela carregada pela pessoa amada. Toda variabilidade de contextos, atitudes, diversidade de modos de ação e opinião, ficam reduzidas à imagem de um determinado indivíduo. “Para sua própria consciência ele não é, a partir do momento que esse *self* social particular falha em ser reconhecido, e quando há o reconhecimento seu contentamento ultrapassa todos os limites” (*PrP*, vol. I, p.282).

Os temas examinados anteriormente destacam aquilo que de mais ‘exterior’ podemos identificar na caracterização do *me*. Resta-nos agora tratá-lo em seu sentido mais interno ou subjetivo, algo que James denominou de porção espiritual do *self* ou, simplesmente de *self espiritual*. Em primeiro lugar, é importante entendermos o sentido específico de espiritual ou subjetivo aqui utilizado. Não se trata de considerar o espiritual no sentido do princípio mais abstrato de unidade pessoal – ou o *Eu* – mas sim como as faculdades e disposições psíquicas do homem, tomadas concretamente. Em outras palavras, nossas habilidades intelectuais, volitivas, sensíveis, estéticas e morais, com as quais parecemos nos identificar mais do que com qualquer outra coisa e em cuja ausência parecemos, de fato, desaparecer.

---

<sup>113</sup> Como veremos na ‘psicologia da crença’, a dimensão do conflito é proporcional à exigência por consistência e uniformidade entre as diferentes representações.

Ao analisarmos essa porção ‘espiritual’, nos deparamos com a distinção entre pensamento e mundo exterior. E a maneira pela qual interpretamos nossas próprias experiências parece nos levar a supor que, dentro do próximo fluxo do pensamento, exista um ponto ainda mais interior em relação ao qual todos os outros parecem objetivos, como se houvesse, algo como um núcleo do núcleo ou aquilo que, segundo James, alguns autores consideraram ‘o santuário da cidadela’. Embora possamos encontrar alguma unanimidade no sentido geral da descrição do *self* dos *selves*, qualquer tentativa de caracterização mais precisa revela, imediatamente, uma variedade de considerações das mais diversas tradições: a *alma*, um princípio transcendental ou simplesmente a mera exposição do pronome *Eu*.

A discussão mais abstrata, e propriamente metafísica, sobre esse núcleo será retomada mais adiante. Interessa-nos, neste momento, a maneira pela qual James dedica-se a caracterizá-lo concretamente, à medida que insiste no fato de que ele pode ser tudo aquilo que é exigido por *transcendentalistas* e *empiristas*, mas nenhuma dessas tradições pode recusar-lhe o fato de que tal núcleo é *sentido* e que, portanto, pode ser abordado por meio da introspecção. Devemos notar que neste momento aparece em destaque a menção ao pensamento propriamente como atividade para a qual havíamos chamado a atenção do leitor.

É importante que notemos a forma pela qual a exposição é conduzida e as dificuldades que ela eventualmente apresenta. O estilo de James, que prioriza o diálogo com o iniciante no campo da Psicologia ou com o homem comum, se faz nessa linguagem (dualista) cotidiana e, portanto, não se acanha em assumir os eventuais embaraços que ela produz. Essa abordagem, ao mesmo tempo em que permite uma espécie de cumplicidade com o texto, exige que o leitor se mantenha suficientemente atento para identificar que se trata, na verdade, de especificar todo o contexto que cria as condições para os equívocos teóricos. Em outras palavras, tudo se passa como se essa experiência interna fosse diferente do mundo e como se, no interior dela, houvesse um núcleo ainda mais distante e inacessível.

Ao tratar dessa questão, James pede licença para seguir o texto em primeira pessoa e fazer de seu próprio exame introspectivo o fundamento para a justificativa de que podemos, de alguma forma, especificar nossa experiência com o funcionamento desse núcleo. Ele toma como exemplos dois processos particulares: a atenção para uma ideia e o esforço mental. Segundo o autor, a introspecção não sugere nada propriamente espiritual, mas que experimentamos sentimentos de processos que “consistem em

movimentos que são localizados na cabeça ou entre a cabeça e o pescoço” (*PrP*, vol. I, p.288). No caso da atenção, sua descrição remete a uma circunstância na qual uma variedade de temas está disponível para apreciação e a concentração em algum deles, principalmente quando se trata de uma imagem, parece seguir os movimentos de focalização dos órgãos visuais (como se a atenção à imagem mental lembrasse a focalização no objeto presente de fato aos órgãos sensoriais). A situação do esforço remete à pressão da musculatura da testa e da mandíbula, além de sentimentos particulares em relação à respiração, principalmente dos movimentos da glote.

O que ele descreve aqui é a *atividade* do pensamento em seu sentido mais particular ou interior e isso não revela, enquanto atividade, nada propriamente espiritual que fuja ao recorte proposto por sua psicologia. Ainda que a descrição dessas situações não nos exima da consideração metafísica sobre algo por *trás* dela, aquilo que se revela empiricamente por meio da introspecção, pelo menos no caso do próprio James, parece respeitar os processos orgânicos básicos conhecidos pela fisiologia. É isso que ele sintetiza, de forma precisa, na passagem que indicamos abaixo.

“Em primeiro lugar, a parte nuclear do *Self*, intermediária entre as ideias e os atos abertos, seria uma coleção de atividades que fisiologicamente não diferem de maneira essencial dos próprios atos abertos. Se nós dividirmos todos os atos fisiológicos possíveis em *ajustamentos* (*adjustments*) e *execuções* (*executions*), o *self* nuclear seria os ajustamentos considerados coletivamente e o *self* menos íntimo, mais deslocado, até onde é ativo, seria as execuções. Mas ambos, execuções e ajustamentos, obedeceriam ao modelo reflexo. Eles seriam o resultado de processos sensoriais e ideacionais descarregando uns nos outros dentro do cérebro ou nos músculos e outras partes exteriores. A peculiaridade dos ajustamentos estaria no fato de serem reflexos mínimos, em pouca quantidade, incessantemente repetidos, constantes entre as grandes flutuações no resto do conteúdo da mente e inteiramente sem importância ou desinteressantes exceto por sua utilidade em promover ou inibir a presença das várias coisas e ações perante a consciência. Estas características fariam, naturalmente, com que déssemos pouca atenção introspectiva aos seus detalhes, ao mesmo tempo em que eles seriam notados como um grupo coerente de processos fortemente contrastados com todas as outras coisas contidas na consciência – mesmo com os outros constituintes (materiais e sociais) do ‘*Self*’. Eles são *reações* [grifo nosso] e *reações primárias*. Todas as coisas os desencadeiam; já que objetos que não terão nenhum outro efeito sobre nós, nos farão, por um momento, contrair a testa ou fechar a glote. É como se tudo o que visitasse a

mente tivesse que se prestar a um exame de admissão e pelo menos mostrar sua face para que pudesse ser acolhido ou rejeitado. Estas reações primárias são como a abertura e fechamento de uma porta. No meio da mudança psíquica elas são o coração permanente de aproximações e distanciamentos, de submissão ou impedimento que naturalmente parecem centrais e interiores em comparação com as coisas externas, *a propósito (apropos)* das quais ocorrem e sobre as quais mantêm uma espécie de arbítrio ou poder de decisão, algo relativamente distinto das características mantidas pelos outros constituintes do *Me*. Não seria surpreendente, portanto, que nós sentíssemos esses ajustamentos centrais como o local de nascimento das conclusões e ponto de partida dos atos como se fossem, como dissemos anteriormente, o ‘santuário dentro da cidadela’ de nossa vida pessoal” (*PrP*, vol. I, p. 289, grifos do autor).

Aqui temos o aspecto eminentemente seletivo do pensamento em sua expressão mais íntima e sua descrição, em termos da interpretação própria de James do postulado geral do arco reflexo, como um conjunto de *reações* primárias e fundamentais que, como veremos, servem como forma de delimitação básica do campo geral de nossa experiência, bem como uma compreensão por parte do autor que não justificaria a inferência de uma região absolutamente diferente e desconectada com o restante dos processos orgânicos. Podemos não saber ainda se existe algo de puramente espiritual por trás desse processo de seleção original, mas a descrição nos mostra que seu funcionamento se dá como qualquer outro processo orgânico. Em outras palavras, quando nos definimos em termos dessas habilidades e processos, essa dimensão do *self*, não revela nada de puramente espiritual e inacessível.

Até este momento, realizamos um inventário, no sentido mais amplo possível, de tudo aquilo que poderia ser considerado parte do *Me* ou *self* empírico. Essa exposição mostrou-nos, em diversas modalidades, uma indicação concreta dos aspectos que denominamos ‘nós mesmos’; isto é, que nos fazem reagir de certa forma e sentir de certa forma. Nosso próximo passo é especificar a maneira pela qual essa identificação acontece.

### *A gênese dos selves*

Começamos o exame do *self* empírico indicando a estratégia adotada por James ao referir-se, no sentido amplo, a tudo aquilo que despertasse certas emoções e também



determinadas ações. Encontramos, agora, o esclarecimento e a principal justificativa para essa escolha e, com isso, identificamos sua pertinência no contexto do livro.

Costumamos dizer que o homem com o auto-interesse (*self-seeking*) desenvolvido, em qualquer uma das dimensões material, social ou espiritual que avaliamos, é *egoísta*; ou seja, o termo é utilizado para indicar o conjunto de ações que ele apresenta em relação àquilo que considera *ele* ou *dele*, segundo nossos comentários anteriores. Como se “cada um de nós fosse animado por um *sentimento direto de cuidado pelo seu próprio princípio puro de existência individual*, o que quer que isso seja” (*PrP*, vol. I, p. 303, grifos do autor) e, portanto, nossa utilização da expressão egoísmo fosse apenas uma forma de enfatizar alguma demonstração particular dessa tendência.

Para compreendermos a forma pela qual a expansão desse cuidado alcança toda a variedade de objetos que enumeramos, James sugere que interpretemos esse processo supondo que o ponto de partida seja o comentário do parágrafo anterior; isto é, como se todas as expressões do egoísmo fossem o resultado de conclusões sucessivas extraídas da premissa maior de um determinado silogismo. Em outras palavras, “O que quer que seja *eu* (*Whatever is me*) é precioso; isto é *eu* (*This is me*), então é precioso; o que quer que seja meu não deve falhar/fracassar, isto é meu, portanto, não deve fracassar etc” (*PrP*, vol. I, p. 303, grifos do autor); ou seja, como se tudo aquilo que derivasse desse núcleo obtivesse *necessariamente* seu valor. O desafio é estabelecer a premissa maior do silogismo ou o que originalmente designamos como *nós* e, portanto, consideramos o objeto fundamental de cuidado.

Poderíamos supor, inicialmente, segundo James, que este núcleo original fosse qualquer uma das hipóteses sugeridas por alguma das teorias tradicionais (a *Alma*, o *ego transcendental* ou simplesmente o pronome *Eu*), mas, ainda que esses pudessem ser, em princípio, os objetos iniciais de atenção, seria necessário que explicássemos os impulsos e emoções originais que possuímos para essa apropriação e cuidado, algo que os meros princípios frios não seriam capazes de fazer.

O primeiro passo aqui é mostrar que a explicação psicológica, ao reconhecer essa dimensão dos atos e sentimentos, especifique, em termos naturais, a origem de tais emoções e reações impulsivas. Se essa inserção em uma ordem evolutiva é ponto de partida, a articulação dessa demanda com a suposição dos princípios puros de cuidado exigiria, como o próximo passo, que especificássemos como esses padrões reconhecem esse núcleo como o objeto inicial de proteção. E, ao explorar essa via, acabaríamos por

retomar a lacuna entre a ação – no sentido do movimento mecânico do organismo – e o princípio espiritual e, conseqüentemente, todas as dificuldades das quais tratamos no capítulo anterior.

As conclusões sobre a ação, pelo contrário, nos possibilitam agora notar suas repercussões para a compreensão da própria estrutura psicológica do *eu*. Interpretar a ação da maneira que indicamos, permite a James caracterizar os instintos e as reações emocionais presentes naquilo que denominamos de autocuidado ou egoísmo como processos tão cegos quanto qualquer outro impulso. Neste sentido, não é necessário supor um núcleo puramente espiritual reconhecido como a porção central do *self* empírico, a partir do qual o interesse por outros objetos é estendido; mas que é graças a um processo reflexivo que projetamos esse núcleo para além da própria experiência e atribuímos-lhe um sentido propriamente espiritual.

Somos agora capazes de entender, dessa perspectiva, por que James afirma que, na verdade, aquilo que chamamos de egoísmo é um termo *descritivo* para nos referirmos a esses padrões originais e, mais do que isso, o equívoco em supor que essas ações se dirigem, pelo menos inicialmente, a um *ego* enquanto princípio puro. O egoísmo em relação ao corpo nada mais é, portanto, do que a expressão dessas tendências a protegê-lo ou procurar conforto, como, também, algumas atitudes de reunir posses e pertences seriam maneiras de garantir sua sobrevivência de forma mais ampla. Do mesmo modo, o cuidado e a preocupação com as imagens que outras pessoas formam a nosso respeito e com nossas próprias capacidades são relações com esses *próprios objetos* e não o amor a algum princípio que se expresse através deles. Em uma palavra, são os impulsos iniciais organizados em direção a dados objetos (dos quais só nos tornamos devidamente conscientes com o tempo) que são os responsáveis pela expressão e manutenção dessa integridade.

“A menos que sua consciência fosse *algo mais que cognitiva* [grifo nosso], a menos que ela experimentasse uma parcialidade por alguns dos objetos que, em sucessão, ocupam seu campo (*ken*), ele [o organismo] não poderia manter sua existência; assim, por uma necessidade inescrutável, cada manifestação da mente humana nesta terra é condicionada à integridade do corpo ao qual pertence, ao tratamento que este corpo recebe de outros e às disposições espirituais que ele usa como suas *ferramentas* [grifo nosso] e que o conduzem em direção à longevidade ou à destruição. *Seu próprio corpo, então, em primeiro lugar, depois seus amigos e finalmente suas disposições espirituais*

DEVEM ser os OBJETOS *de interesse supremo para cada mente humana*. Cada mente, para começar, deve possuir um mínimo de egoísmo na forma de auto-interesse corporal para que possa existir. Este mínimo deve estar lá como a base para todos os atos conscientes posteriores, seja para a auto-negação ou para um egoísmo ainda mais agudo. Todas as mentes devem, para que haja a sobrevivência do mais adaptado, ter um interesse intenso nos corpos aos quais elas estão unidas (*yoked*), a despeito de qualquer interesse no Ego puro que elas também possuam” (*PrP*, vol. I, pp. 307-308, grifos do autor).

Por mais conflitante que possa ser com o desenvolvimento da obra de James – particularmente nas considerações religiosas e sobre psicopatologia, como, por exemplo, a imortalidade da alma e as 'mutações' do *self* –, ele é enfático, neste momento, no viés *evolucionista* pelo qual os processos psicológicos, incluindo a própria noção de identidade devem ser compreendidos. Essa posição, basicamente darwinista, identificada já no próprio inventário dos instintos, deve, no entanto, ser interpretada com cautela, para que não seja considerada uma espécie de *biologismo*.

Ainda que a citação destaque o papel do corpo e das reações inatas, esse sentido genético de importância necessário para a sobrevivência e o desenvolvimento geralmente se transforma na hierarquia que seguimos na descrição dos diversos *selves*. Em outras palavras, que a identificação com a porção espiritual – no sentido concreto de habilidades e disposições psíquicas – tende a tonrar-se mais forte. Uma posição consistente com a ênfase na força do hábito – e da *tradição* – em modificar as tendências impulsivas; como destacamos na ocasião, para James, o hábito é dez vezes a Natureza. Algo que aparece indicado, na própria citação, enquanto a possibilidade de transformar, pelos atos conscientes, esse egoísmo inicial em autonegação e que podemos ilustrar retomando a questão sobre o corpo que ele utiliza para especificar a fronteira entre o *me* e o *mine* teremos o sentido preciso desse movimento. Dizemos que o corpo é simplesmente *nosso* quando, por exemplo, estamos dispostos a sacrificá-lo em prol de alguma outra coisa, como, por exemplo, a vaga ideia de *liberdade*, invertendo, dessa forma, esse sentido original de autoproteção.

De acordo com nossa exposição, chegamos à conclusão de que algo deve ser suposto, segundo James, pelo menos um fluxo de pensamento, como *condição* para que as reações de cuidado próprio sejam possíveis, mas isso não significa que ele seja também seu objeto. Como vimos, não apenas ele não é seu foco primordial de cuidado, como nunca vem a sê-lo – enquanto algo *puro*. “*As palavras ME e SELF, portanto, na*

*medida em que despertam sentimento e conotam importância emocional, são designações OBJETIVAS, significando TODAS AS COISAS que têm o poder de produzir em um fluxo de consciência uma excitação de determinado tipo” (PrP, vol. I, p. 304, grifos do autor). Em outras palavras, somos tudo aquilo que assume, assumiu ou venha, eventualmente, a assumir essas propriedades.*

### *A identidade pessoal e o problema do Sujeito*

Abrimos a seção sobre a consciência do *Self* com a distinção proposta por James entre *me* e *I*. A estratégia descritiva possibilitou-nos acompanhar a maneira pela qual o *self* empírico ou *me* é formado por tudo aquilo que é capaz de despertar sentimentos e ações de cuidado, retirando da noção de *eu*, no sentido da personalidade psíquica, qualquer componente que não fosse objetivo e, portanto, que escapasse às pretensões de uma abordagem científica. Vimos que essa investigação alcançou, inclusive, o aspecto interno ou interior do *self* que, enquanto atividade, não tinha nada de propriamente espiritual, além do nome. A descrição da *atividade* das porções mais íntimas deixou em aberto, no entanto, a indicação positiva de sua natureza, considerando, ainda, a possibilidade de haver um princípio *puro* por trás dela.

Este é, justamente, o problema identificado pelo uso do *I*; ou seja, a menção direta a um *Sujeito* que fornece e identifica o sentido de unidade interna entre a diversidade dos *selves* e em relação ao qual estes últimos tornam-se objetos. De acordo com a proposta geral do *PrP*, o desafio de James consiste em esclarecer o sentido de *identidade pessoal* e, portanto, da *unidade* do *Self* sem remeter a explicação a um terreno que fuja do recorte empírico adotado até aqui; ou seja, sem recorrer a uma unidade *substancial* ou *transcendental*. O que significa dizer que sua interpretação para o *Eu* deverá fugir às alternativas tradicionalmente propostas. Acompanharemos a exposição da identidade para, a partir dela, especificarmos o sentido de *Sujeito*.

No plano psicológico, a questão se coloca em termos do esclarecimento de uma sentença que normalmente pronunciamos. Trata-se da afirmação de que *Eu sou o mesmo (eu) que era ontem* e deve ser respondida a partir do reconhecimento de uma variedade real entre os componentes do *self* e não meramente como um juízo que toma

em conjunto dois aspectos distintos unidos no mesmo pensamento<sup>114</sup>; é preciso, então, encontrar algo que consiga alinhar toda a diversidade reconhecida no *self* empírico para manter inteligível o sentido de identidade pessoal.

Para compreendermos essa unidade, somos obrigados a recuperar aqui o sentido geral do pensamento apresentado no primeiro capítulo e retomado na exposição do fluxo. Toda ação mental envolve, necessariamente, uma dimensão orgânica que produz, portanto, sentimentos que se tornam índice de sua realização que identificamos como conteúdo dos próprios pensamentos ou, como vimos na descrição introspectiva da atividade do *self* espiritual, enquanto sensações, por mais tênues que sejam, do próprio desenrolar de cada processo – mesmo que isso se resuma a um mínimo de consciência da existência do próprio corpo naquele instante. Neste sentido, nenhum pensamento é meramente uma cognição fria, mas está sempre acompanhado daqueles sentimentos de ‘calor e intimidade’, que são imediatamente identificados em toda lembrança. E, o que quer que possua esse aspecto será, quando recuperado futuramente, considerado como *próprio* e, de forma alguma confundido com algum outro aspecto que tenha sido simplesmente concebido<sup>115</sup>.

James sugere uma metáfora para que possamos compreender o sentido em que a identidade pessoal é preservada em meio à diversidade de componentes do *self* empírico. Tudo se passa como se os diversos aspectos de nosso *me* figurassem como um rebanho e os sentimentos de calor e intimidade que acompanham a atividade de nosso pensamento, e que reconhecemos em circunstâncias futuras, fossem as *marcas* que o fazendeiro imprime nos animais e que lhe permite reconhecê-los como seus em qualquer ocasião, cabendo ao instante atual do Pensamento – que James opta por simbolizar em letra maiúscula –, com a sua peculiaridade *cognitiva*, a função de *dono* do rebanho; tomando, assim, a questão da identidade da forma mais concreta possível.

“*Semelhança (resemblance) entre as partes de um continuum de sentimentos (especialmente sentimentos corporais) experimentados com coisas muito diferentes em outros sentidos, constitui então a ‘identidade pessoal’ real e verificável que nós*

---

<sup>114</sup> Lembremos que, como discutido na exposição do aspecto cognitivo do pensamento, James defende uma *síntese* necessária a qualquer instante do pensamento – o que quer que seja pensado em determinado momento será pensado em um único pensamento. O que ele pretende aqui é mostrar que a síntese se refere à unificação de aspectos reconhecidamente tomados como distintos; o que ele chamou de *síntese objetiva*.

<sup>115</sup> Como indicado no exemplo dos pensamentos de Pedro e Paulo na discussão sobre a *continuidade*.

*sentimos*. Não há nenhuma outra identidade a não ser este ‘fluxo’ de consciência subjetiva que nós descrevemos no último capítulo” (*PrP*, vol. I, p. 319, grifos do autor).

Trata-se de algo que James credits à tradição associacionista a quem, segundo ele, cabe o mérito de ter retirado o significado de identidade pessoal de um plano puramente abstrato e feito do *Self* uma coisa empírica e verificável<sup>116</sup>.

O sentido de unidade alcançado, no entanto, parece não satisfazer completamente, segundo o próprio autor, à demanda imposta pelo senso comum. O fato de a semelhança ser reconhecida *pelo* Pensamento – lembrando que se trata daquele instante atual – não exclui a possibilidade de supormos que os diversos *selves* pudessem de alguma forma ter vagado errantes até que essa síntese fosse realizada, do mesmo modo que podemos inferir a existência do gado selvagem antes que alguém reivindicasse sua posse. Em outras palavras, como se o sentido de unidade constituído pelo ato do Pensamento negligenciasse, ao supor os *selves* errantes e independentes, o sentido de unidade *real* garantido por uma *identidade substancial*.

A resposta a essa reivindicação passa pelo desenvolvimento da própria metáfora. A objeção sugere que, de alguma forma, os pensamentos tenham sido selvagens em algum momento e, neste sentido, que a posse só seja conseguida no próprio ato de apropriação. James contorna a objeção transformando o Pensamento no *representante* de uma tradição, mais ou menos longa, de proprietários desse rebanho e, dessa forma, concebe o processo como uma transmissão contínua da propriedade, de modo que cada novo herdeiro (ou segmento do fluxo) se beneficie dos ‘*títulos*’ deixados pelo anterior, incorporando-os automaticamente em um movimento cada vez mais abrangente; isto é, “o que quer que possua o possuidor possui o possuído” (*PrP*, vol. I, p. 322). Neste sentido, não é possível conceber um pensamento que tenha sido errante e o ato, portanto, não é o responsável pela sua união, mas, simplesmente, constata-a.

Até aqui temos o *como*, mas falta saber o *que*; isto é, se o processo da transmissão da herança sugere um mecanismo concreto para pensar a identidade, ainda falta especificar as feições do(s) *dono(s)*. O problema está concentrado na contradição em supor que o pensamento *se apropria de si*. A saída proposta por James é mostrar que o Pensamento, pelo fato de ser ao mesmo tempo instrumento de *cognição* e *escolha*, não se apropria de si, mas *para* si.

---

<sup>116</sup> A referência é a Locke.

“O Pensamento nunca é um objeto em suas próprias mãos, ele nunca se apropria ou dispensa a si próprio. Ele apropria *para* si, ele é o ponto (*focus*) atual de acréscimo (*accretion*), a âncora a partir da qual a cadeia de *selves* passados se mantém plantada firmemente no Presente, que sozinho passa por real, e então evita que a corrente seja algo puramente ideal. Eventualmente, a própria âncora cairá no passado com tudo aquilo que ela carrega e então será tratada como objeto e apropriada por um novo Pensamento em um novo presente, que servirá, por sua vez, como uma âncora viva. O momento presente de consciência é, então, como diz o senhor Hodgson<sup>117</sup>, o mais obscuro da série” (*PrP*, vol. I, p. 323, grifos do autor).

O que identificamos nessa passagem parece-nos, simplesmente, a radicalização do sentido de *continuidade sensível* do fluxo do pensamento, tal como descrita anteriormente. A continuidade apóia-se no fato da transição ser entendida não como justaposição, mas como a progressão de estados com ciclos de intensidade que coexistem durante certo período, dissolvendo-se uns nos outros; tornando o último deles uma espécie de síntese – parcial, é evidente – de toda experiência anterior e, dessa forma, infiltrando no instante presente o elo com essa história, destacando a importância da compreensão do pensamento como um fluxo para uma interpretação da identidade pessoal.

É preciso entender que essa radicalização só é possível a partir do momento que as considerações iniciais sobre o fluxo esboçadas no *On some omissions* são tratadas à luz das considerações sobre a percepção do tempo. No tratamento da questão, no capítulo XV do *PrP*, James afirma que “o conhecimento de algumas outras partes do fluxo, passadas ou futuras, próximas ou remotas, estão sempre misturadas ao nosso conhecimento da coisa presente” (*PrP*, vol. I, p. 571, grifos do autor); conferindo-lhes um sentido inerente de continuidade e, também, indicando como o próprio sentimento do presente<sup>118</sup> oferece *perspectiva* no interior do fluxo.

A importância das considerações sobre o tempo e suas implicações para essa noção de identidade, aparecem com destaque na sequência imediata da passagem citada há pouco.

“Ele [o Pensamento] pode sentir sua própria existência imediata – nós temos até aqui admitido essa possibilidade, por mais difícil que seja estabelecê-la pela introspecção

---

<sup>117</sup> James refere-se ao *Time and space*.

<sup>118</sup> Na forma de uma *duração* da consciência imediata.

direta – mas nada pode ser conhecido *sobre* ele até que esteja morto e terminado (*gone*). Suas apropriações são, portanto, menos para *si mesmo* [enquanto um *estado* propriamente delimitado] do que para a *parte de seu objeto presente* mais intimamente sentida, *o corpo, e os ajustamentos centrais* que acompanham o ato de pensar na cabeça. *Estes são os verdadeiros núcleos de nossa identidade pessoal* e é em sua existência atual, realizada como um fato sólido presente, que nos faz dizer ‘tão certo quanto *Eu existo* que aqueles fatos passados eram parte de mim’. Eles são o centro para o qual as partes *representadas* do *Self* são assimiladas, desenvolvidas e ligadas; e, mesmo que o Pensamento fosse inteiramente inconsciente de si no ato de pensar, estas partes ‘calorosas’ de seu objeto presente seriam uma base firme sobre a qual a consciência da identidade pessoal repousaria. Tal consciência, portanto, como um fato psicológico, pode ser inteiramente descrita sem supor qualquer outro agente além da sucessão percível de pensamentos, dotada da função de apropriação e rejeição; na qual alguns podem conhecer, apropriar-se e rejeitar objetos já conhecidos, apropriados ou rejeitados pelo resto” (*PrP*, vol. I, p. 323-324, grifos do autor).

Se mencionamos a importância da percepção do tempo para esse sentido de continuidade ela guarda também as dificuldades para o esclarecimento do processo. O primeiro desafio é, justamente admitir o contato imediato com o presente no registro dualista do conhecimento. Vemos reaparecer aqui a questão sobre a natureza da introspecção apontada por Myers (1997), bem como a distinção entre as duas formas de conhecimento. Para que o argumento alcance a dimensão esperada é preciso admitir que haja o sentimento do presente enquanto tal, na forma de *acquaintance* direta, mesmo que qualquer movimento de atenção em relação a ele já o desfaça – expresso pelo verso citado por Hodgson e que James reproduz “O momento do qual eu falo já está longe de mim” – e, portanto, a introspecção tem um sentido maior do que a simples *retrospecção*, colocando a questão do sujeito jamesiano em íntima ligação com suas considerações sobre o conhecimento.

Nossa análise da consciência do *self* teve início pela identificação da estratégia de James em dividir a questão em *self empírico*, o *me*, e o *I*, começando sua investigação pelo primeiro. Vimos que o sentido geral daquilo que tomamos por “nós” pode se confundir com o que consideramos *nosso*, levando a uma noção geral do *self* empírico, como tudo aquilo que desperta determinadas ações e emoções. Essa variedade de objetos foi categorizada por James em diferentes *selves* – material, social e espiritual



– como o conjunto do que, empiricamente, designamos como *nós*. A identificação dos *impulsos egoístas* mostrou-nos que os sentimentos e as ações são sempre na direção de algum objeto específico (uma coisa em particular, uma imagem sobre nós para alguma outra pessoa ou mesmo um processo psíquico particular) e não em relação a um princípio abstrato de identidade, apontando, assim, o sentido *objetivo* e acessível do *self* empírico.

O fundamento último da *identidade pessoal* foi apresentado pela metáfora do rebanho; no qual as marcas nos animais simbolizam os sentimentos de *intimidade* e *calor*, inerentes a qualquer pensamento, que atestam sua relação com determinado proprietário e tornam-lhe possível o seu reconhecimento posterior. Um *dono* que não é nada mais do que aquela seção atual do fluxo, o Pensamento, eleito *representante* de uma longa tradição de herdeiros que, sucessivamente, transferem a posse de cada um dos *selves* ao seu sucessor, proporcionando, assim, um sentido real de identidade ao longo tempo.

## **Conclusões**

O roteiro que seguimos neste capítulo engloba uma espécie de preâmbulo que visa preparar o leitor do *PrP* para estudar a mente a partir de seu interior ou 'de dentro', como indicamos no título. Ele inclui as considerações sobre a introspecção, o fluxo e o sujeito. Trata-se de fomentar a perspectiva positivista destacada no começo do texto e articulá-la contra algumas posições das psicologias tradicionais; ou seja, indicar uma unidade real na experiência (em oposição ao associacionismo), sem o recurso das psicologias espiritualistas a uma unidade exterior.

As características da introspecção jamesiana revelam o seu compromisso empírico. Mais do que um método científico ela é, principalmente, o ponto de partida para o contato direto com o fenômeno psicológico. Esse é o viés pelo qual vimos surgirem as considerações sobre a descrição do pensamento como um fluxo e também a caracterização do *Self*. É preciso destacar, ainda, como o duplo sentido, de aproximação 'selvagem' e o uso sistemático, se mostra na própria oscilação da caracterização do método: ora como acesso direto e imediato, ora como estratégia de exame *post mortem* do estado (*retrospecção*).

A descrição do pensamento revela que ele é marcado pelo *interesse* particular em algum aspecto de seu campo, por uma constante *transformação*, mas que, ainda assim, é *sensivelmente contínuo*. Ele é *cognitivo* e tende a se organizar em *uma forma pessoal*. O primeiro aspecto afasta qualquer concepção de passividade; a mudança e a continuidade permitem que seja representado pela metáfora de um fluxo, constante e contínuo; seu aspecto cognitivo revela-nos sua capacidade para apresentar-nos uma realidade que parece independente de nós mesmos, embora seja preciso estar atento para não confundir o conhecimento dessa realidade com a própria estrutura do pensamento, tomando-o como um mero espelho no qual ela seria refletida.

O sentido de transição revelado mostrou-nos a riqueza de fenômenos mentais, cujo acesso se faz apenas por tênues e instantâneos sentimentos, embora nem por isso menos precisos, que nos remetem ao contexto imediatamente anterior a este que agora ocupa o foco de nossa atenção e também coloca-nos a par da direção para a qual ele parece orientar-se, revelando-nos o contorno das relações em que cada porção substantiva parece estar imersa.

Essas considerações sobre os diversos movimentos no interior do fluxo nos permitiram, também, apesar das eventuais confusões terminológicas, manter essa investigação do 'interior' da mente no mesmo recorte inicial que havia sido proposto pelo modelo do arco reflexo, expandindo, dessa forma, a noção de *ação mental* e interpretando os próprios processos encobertos como modalidades de ação e a serviço de uma melhor adaptação.

A aproximação empírica de James com o *Self* deu-se tanto em seu sentido de *Me*, enquanto o conjunto daquilo que utilizamos para nos autodefinirmos e como o que desperta em nós emoções e reações particulares de cuidado e atenção; assim como pela caracterização do *sujeito (I)* para o qual todas essas coisas figuram como objetos, como o instante ou a seção atual do fluxo, o Pensamento, que se apropria de cada um deles, transformando-se na sua base empírica de sustentação.

O texto se constrói na linguagem dualista do senso comum assumida inicialmente; no entanto, os detalhes na exposição colocam em dúvida a dimensão desse compromisso. O sentido em que James reivindica as considerações sobre o fluxo como descrição direta de 'alguém sem teoria' sugere outra direção. O esforço para quebrar a identificação do pensamento com as coisas às quais se refere e o sentido radical da descrição, além de toda energia empregada em desconstruir os embaraços das suposições rivais – que tem que se esforçar para unir algo que é inseparável –, também.

Essa oscilação e a dúvida quanto à radicalidade em que o autor recorre à experiência como fundamento último de suas reflexões é sintetizada de forma precisa no trecho da carta de Bergson que utilizamos como na epígrafe do capítulo e a transformação desse inventário psicológico em metafísica depende de como essa reivindicação pode ser interpretada dentro do texto. Até aqui, parece-nos que as passagens que indicamos para substituir a linguagem do *estado* em termos de movimentos de foco ou atenção parecem corroborar essa leitura, embora devamos manter a tensão até nosso exame do problema do conhecimento.

Se o fundamento do texto é realmente psicológico e não metafísico, as pretensões dessa (suposta) descrição psicológica quanto a se transformar em alternativa real às teorias tradicionais do sujeito devem ser consideradas com cautela. O sentido último da identidade é aqui afirmado no plano psicológico e baseia-se na noção de que qualquer movimento do Pensamento parece envolver *todo* o pensamento, sendo verdadeiro, portanto, sempre que o enunciado ou *penso* sobre ele.

A questão do conhecimento rondou nosso texto em diversos momentos. Neste capítulo, particularmente pela distinção estabelecida entre o conhecimento *sobre* e a *familiaridade*. Este é o viés pelo qual faremos nossa indicação geral dos processos propriamente cognitivos descritos ao longo do *PrP* em um movimento que procurará esclarecer alguns deles e, ao mesmo tempo, indicar as relações entre as indicações propriamente psicológicas e seus desdobramentos epistemológicos.

### Capítulo III: uma ‘psicologia da cognição’ ou esboço de uma epistemologia?

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara<sup>119</sup>”

O capítulo anterior mostrou-nos a maneira pela qual o empenho de James em realizar uma descrição acurada dos fenômenos mentais permitiu-lhe apresentar, com base nos sentimentos de relação e de tendência, um sentido particular da transição entre os diversos momentos da atividade psíquica, e, também a partir deles, uma compreensão concreta do *sujeito* psicológico compatível com seu projeto de uma psicologia científica. Observamos, recorrentemente, que suas críticas às concepções rivais não apenas indicam o prejuízo propriamente metodológico de suas omissões introspectivas, mas enfatizam, também, a origem dos equívocos em um entendimento errôneo do processo cognitivo, que identifica pensamento e objeto, tomando este último predominantemente em seu sentido ‘substantivo’. Trata-se de uma advertência que indicamos em diversos momentos do referido capítulo e que agora conduz-nos diretamente ao tema.

A opção pela investigação dos processos cognitivos no presente capítulo segue o próprio encadeamento do *PrP*, embora alterando ligeiramente sua ordem, já que esses processos são apresentados a partir daquelas características gerais do pensamento. Essa escolha recorre, também, à própria ordem das matérias. O artigo ao qual nos referimos diversas vezes sobre as omissões da psicologia introspectiva, de 1884, é seguido por outro texto importante o *On the function of cognition*, publicado originalmente em 1885, mas depois reeditado, *praticamente* sem alterações, no *The meaning of truth*. Mais uma vez, nossa preocupação é mostrar que a reflexão sobre os processos cognitivos e, provavelmente, sobre a própria teoria do conhecimento é produto da compreensão dos fenômenos mentais à luz da perspectiva evolucionista que atravessa a psicologia jamesiana.

As razões que apontamos para nosso interesse no *Some omissions* valem também para a atenção dirigida ao *On the function*; isto é, não se trata simplesmente de acompanhamento histórico. A seção final do capítulo VIII do *PrP*, cujo título é *A relação da mente com outros objetos* – na qual James apresenta as diretrizes gerais

---

<sup>119</sup> Trata-se de um trecho do *Livro dos conselhos* utilizado por José Saramago como epígrafe de seu *Ensaio sobre a cegueira*.

sobre o conhecimento, particularmente a distinção entre as duas formas já anunciadas – nada mais é do que uma síntese, menos explícita e articulada, das formulações sobre o conhecimento presentes no artigo e que, junto com outros textos do início da década de 1880, serve de orientação geral para os aspectos propriamente teóricos da questão, proporcionando-nos, então, o fio condutor para as considerações que faremos neste capítulo.

Nosso roteiro consiste, primeiramente, em apresentar a maneira pela qual justificamos, no sentido psicológico e não metafísico, o próprio *ato de conhecimento*, identificando, particularmente, o papel da *ação* ou *operação* sobre o mundo nesse processo para, em seguida, aprofundarmos a distinção entre a *familiaridade* e o *conhecimento sobre*, que será base para nossa compreensão dos outros processos.

A identificação da experiência em seu sentido original como um *todo* da qual temos apenas um *sentimento* particular é foco de nossas considerações sobre a sensação. Esta reflexão abrirá uma nova perspectiva para compreendermos os estados complexos de forma genética, mas, ao contrário da psicologia associacionista, de um ponto de vista primeiramente analítico. Em outras palavras, a relação que estabelecemos com o mundo é, primordialmente, global e só depois analítica, o que nos obrigará a explicitar antes os processos de *dissociação*, como, por exemplo, *atenção*, *concepção* e *discriminação* para depois retomarmos o lugar da *associação* na psicologia jamesiana, recorrendo, sistematicamente, ao sentido do pensamento como um *fluxo* para a elucidação desses processos. Finalmente, discutiremos o estabelecimento dos procedimentos pelos quais conferimos *realidade* ao pensamento a partir da noção de *crença* que nos indicará o múltiplo aspecto *ativo*, *emocional* e *cognitivo* de nossa consciência.

Há alguns aspectos dessa investigação que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, ela evidencia a herança darwinista ao apontar o caráter adaptativo dos processos e funções superiores e atribuir sua própria gênese aos mecanismos evolutivos, transformando-se em uma espécie de *epistemologia genética* (Woodward 1992). Ainda por influência dessa ascendência, estreitam-se as fronteiras entre cognição, emoção e ação, dando origem a uma perspectiva que critica a posição *intelectualista* da tradição associacionista (James 1900). Além disso, a exposição permite-nos acompanhar as tensões criadas pela adoção inicial do dualismo e as peculiaridades do esforço pontual para o esclarecimento de aspectos específicos dos processos cognitivos, algo que nos oferece pistas para a relação entre a investigação psicológica e seus desdobramentos para uma teoria do conhecimento.

## Uma indicação do problema do conhecimento

O objetivo de James no *On the function of cognition* é, em primeiro lugar, descrever aquilo que designa como *atos de cognição*, procurando explicitar quais são os critérios que utilizamos para justificar o status de *conhecimento* a qualquer estado mental com o qual nos deparamos. Trata-se, como ele próprio destaca, de uma tarefa puramente “analítica e introspectiva”; voltada antes para a descrição daquilo que entendemos por cognição, e à sua função para a consciência, do que propriamente para as *causas* da nossa capacidade de conhecer. Felizmente, suas “simples descrições” são bastante articuladas e complexas, o que confere ao texto uma importância que vai além de sua riqueza descritiva.

Podemos dizer inicialmente sobre a cognição que ela é uma função da consciência e que, portanto, ser *cognitivo* é uma peculiaridade que *pode* acontecer a um pensamento, como já havíamos indicado na exposição dessa característica no capítulo anterior. Dizemos ‘pode’ porque nosso contato inicial, na experiência imediata, é apenas com determinado *sentimento (feeling)*<sup>120</sup>, não necessariamente com a indicação de sua correspondência com algo exterior. Para que esse estado seja considerado *cognitivo*, o senso comum dá um passo além de sua mera existência, dizendo ser necessário que ele se refira a algo independente dele próprio<sup>121</sup>; em outras palavras que o sentimento não se limite ao próprio domínio interno do sujeito, mas possua um aspecto transcendente. Notemos como, seguindo o senso comum, o problema já é colocado em termos dualistas.

A estratégia adotada por James (1885) é explicitar, a partir dos indícios oferecidos pelo próprio sentimento, o fundamento da afirmação dessa transcendência; ou seja, o que nos autoriza a afirmar que ele *conhece* algo. O autor propõe que partamos de um estado simples e instantâneo denominado apenas de *q*. “Suponhamos que este sentimento não esteja vinculado a nenhuma matéria, nem localizado em qualquer ponto do espaço, apenas passeando pelo *vácuo* como produto do *fiat* criativo de um deus” (p.

<sup>120</sup> Parece-nos que a opção pelo termo *sentimento (feeling)* mostra a estratégia de partir do próprio estado de consciência, como já havia sido no *On some omissions*. No *PrP*, como dissemos, ele opta prioritariamente pelo termo *pensamento*, pela possibilidade da expressão sugerir algo que aponta para além do próprio estado. Retomaremos em outros momentos essa oscilação e procuraremos indicar as dificuldades que ela ilustra.

<sup>121</sup> Isso ajuda-nos a compreender, como apontamos, uma das razões para que a quarta característica do pensamento tenha sido omitida no *BC*.

28); de forma que concentremos nossa atenção na *qualidade* desse sentimento e não em seu conteúdo.

Dizer que esse sentimento conhece alguma coisa significa sugerir que ele realiza um salto *para fora*, mas o que nos autoriza a fazer isso? O primeiro critério que usamos para sugerir essa passagem, segundo James, é o fato dele assemelhar-se (*resemble*) a algo e, à medida que isso é constatado, defendemos seu aspecto cognitivo. Precisamos, no entanto, atentar para o sentido dessa semelhança. Não se trata de supor a simples reprodução de algum objeto exterior, mas de uma semelhança que deve ser atestada pelo interlocutor, em sua posição de crítico, a partir do momento em que ele identifica, em sua própria experiência, o *algo* ao qual o sentimento se assemelharia<sup>122</sup>. Em outras palavras, aceitar que o pensamento em estudo é cognitivo significa identificar na sua própria experiência a “realidade” à qual ele se refere. Qualquer coisa que deixe de cumprir esse critério não será considerada cognição<sup>123</sup>.

Neste ponto, o autor destaca duas polêmicas filosóficas que serão fundamentais para compreendermos as bases de seu projeto. A primeira delas, que seria, segundo ele, endereçada aos discípulos de Berkeley e Reid, diz respeito à própria possibilidade do sentimento assemelhar-se à realidade, enquanto o segundo aspecto trata de seu próprio status, algo negligenciado por kantianos e hegelianos<sup>124</sup>, e seu papel para nosso conhecimento de forma geral.

James (1885) contorna a primeira questão graças à adoção do *q* no sentido genérico descrito anteriormente. A estratégia permite superar a dificuldade da semelhança entre duas supostas realidades, uma interna e outra externa, dando liberdade para que se postule como realidade qualquer tipo de coisa à qual o sentimento possa assemelhar-se, como, por exemplo, algum outro sentimento na mente do interlocutor. Parece-nos que a preocupação aqui é fugir de uma formulação que remeta a uma caracterização do sentimento como *reprodução*, algo que implicaria tanto um *realismo*

---

<sup>122</sup> Na descrição da quarta característica do pensamento, ele se refere à própria constatação de que estamos diante do mesmo objeto pela comparação com alguma experiência anterior. Nos dois casos, há o *ato* que atesta a semelhança.

<sup>123</sup> James procura esclarecer essa distinção tomando como exemplo o caso dos sonhos que julgamos premonitórios, um exemplo que também é utilizado no *PrP*. O sonho, em princípio, não guarda nenhuma ligação com os eventos futuros, para atestarmos que ele revelou a realidade, isto é, que a *conheceu* antecipadamente, teríamos que encontrar detalhes nele que eventualmente teriam se revelado no curso dos eventos. Quanto maior essa correspondência, mais razões para chamá-lo de cognitivo.

<sup>124</sup> Nem Berkeley nem Reid são citados literalmente no texto, tampouco há menção direta a algum discípulo. Na referência à tradição de kantianos e hegelianos, o interlocutor não é nenhum desses dois filósofos, mas o Prof. Thomas Hill Green (1836-1882), considerado partidário do idealismo neo-hegeliano inglês (Ferrater Mora 2004). Ver detalhes na p. 332, nota 17.17 do *The meaning of truth*.

quanto a *passividade* do sujeito do conhecimento. Ele opta, como veremos, pelo que poderíamos chamar de uma semelhança funcional<sup>125</sup> ou prática.

O segundo aspecto, que trata do estatuto do sentimento, remete-nos, diretamente, ao debate sobre a própria caracterização de conhecimento e, segundo o autor, revela um equívoco que prejudicou grande parte da identificação dos fenômenos psicológicos. A natureza desse sentimento inicial é estabelecida, curiosamente, de forma negativa. “Não o datamos nem localizamos. Sequer o classificamos ou damos-lhe um nome, assim como não o conhecemos como algo que contrasta com outros; além de não estimarmos sua própria duração e intensidade” (James 1885, p. 31). A caracterização é negativa dada nossa incapacidade de dizer qualquer coisa *sobre* esse estado, cuja presença apenas *sentimos*, como vimos no capítulo anterior, mas que não somos capazes de explicitar e partilhar diretamente.

A descrição da *continuidade* do pensamento e a identificação de todos aqueles estados “inarticulados e não nomeados” ofereceram evidências suficientes para compreendermos, em um sentido bastante ativo da expressão, já que o processo envolve uma boa porção de introspecção por parte do leitor, qual é o tipo experiência à qual o autor se refere. Essas evidências permitem-nos acompanhar a crítica de James (1885) aos *hegelianos*<sup>126</sup> quanto ao próprio status desse estado. Segundo ele, o esforço dessa escola em excluir essas sensações simples das considerações sobre o conhecimento reside, justamente, nessa sua falta de articulação linguística.

É a constatação do valor desse sentimento, como destacamos no capítulo anterior, que conduz James, seguindo J. Grote<sup>127</sup>, a distinguir entre duas *formas* de conhecimento. Temos um *conhecimento sobre* (*knowledge about*) algo quando somos capazes, por exemplo, de classificá-lo ou estabelecer relações mais distantes dele com outros elementos; falamos em uma *familiaridade*<sup>128</sup> (*acquaintance*) se tudo de que dispomos é o sentimento ao qual nos referimos<sup>129</sup>. A distinção entre os dois reside no aspecto momentâneo e propriamente sensível deste último em relação às diversas possibilidades de desenvolvimento de que parece passível o primeiro.

---

<sup>125</sup> Da mesma forma como fez na identificação do critério para a classificação da emoção no artigo de 1894.

<sup>126</sup> O debate é voltado propriamente ao *neo-hegelianismo*, principalmente, nos EUA.

<sup>127</sup> *Exploratio philosophica: rough notes on modern intellectual science* (1865), citado por James (1885) na p. 31 e retomado, com menos destaque, no *PrP*, vol. III, ver nota na p. 1340.

<sup>128</sup> No trecho de Grote citado por James ele diz “*acquaintance* or familiarity”, por isso nossa opção por essa tradução e não aquela adotada na coleção os pensadores.

<sup>129</sup> Uma diferença expressa em diversos idiomas entre as expressões: *noscere* e *scire*, *kennen* e *wissen*, *connaître* e *savoir*. Ver James (1885), p. 31.



“Aquilo que nos é apenas familiar está somente *presente* para nossa mente; nós o *temos* ou a ideia dele. Mas quando conhecemos sobre ele, nós fazemos mais do que meramente tê-lo; nós parecemos, à medida que pensamos acerca de suas relações<sup>130</sup>, submetê-lo a um tipo de *tratamento e operar* sobre ele em nosso pensamento” (*PrP*, vol. I, pp. 217-218, grifos do autor).

Como a familiaridade diz respeito à experiência sensível direta, não é possível que seja transmitida a alguém que não tenha passado por ela. Podemos explicar a uma pessoa surda uma variedade de aspectos *sobre* música, mas isso não significa que, com isso, ela seja capaz de formular o som de uma nota musical. O máximo que a comunicação nos permite é estabelecer formas para que, criadas as circunstâncias e garantidas as condições necessárias, o indivíduo possa experimentar por si mesmo aquilo de que estamos falando<sup>131</sup> – um recurso ao qual o próprio James recorre sistematicamente.

Se na exposição do fluxo do pensamento identificamos o papel crucial desse tipo de conhecimento para a garantia da transição sensível, acompanharemos neste capítulo sua importância para a compreensão dos processos cognitivos. Para James, o sentimento não é apenas um fenômeno psicológico legítimo, mas também é, em última instância, a base sobre a qual todo o nosso conhecimento *sobre* é, no limite, construída. Como veremos, a sensação inicial é o núcleo em torno do qual relações cada vez mais complexas são estabelecidas, transformando-se em seu ponto de sustentação.

Voltemos ao nosso problema inicial. Se considerarmos o sentimento como fenômeno legítimo, tal como descrito, e admitirmos, também, que a identificação da semelhança nos leva a afirmar seu aspecto cognitivo, poderemos dizer que eles são “sentimentos de qualidades de existência e percepções de verdades externas” (James 1885, p. 30). Em outras palavras, a indicação de tal característica reside na descoberta de que o sentimento, que denominamos *q*, existe em algum outro lugar além dele próprio. O que é importante destacar, no entanto, é o fato de que essa constatação, segundo James, não cabe a ele próprio, mas consiste em uma “função acidental; sintética, não analítica e reside fora e não dentro de seu ser” (*idem*, p. 33). Isto significa

---

<sup>130</sup> Tais relações formam a *orla* à qual também nos referimos no segundo capítulo.

<sup>131</sup> Curiosamente ele não explora as possibilidades metafóricas.

dizer que o estado, tomado em si mesmo, não contém esse aspecto de realidade e que a afirmação da *semelhança* com algo além dele próprio requer mais um passo.

É necessário que façamos aqui um pequeno parêntesis<sup>132</sup>. Na nota 2, página 33 do artigo, James (1885) discute a dificuldade da passagem exigida para fora do estado mental. Ou se começa do objeto e caminha-se em direção ao estado ou parte-se dele no sentido de uma *reconstrução* do objeto em termos privados, de qualquer forma, ele afirma que “a noção de cognição real envolve um dualismo imediato entre sujeito e objeto”; indicando como referências para o leitor o *Metaphysics* de Bowne e o *Logic* de Lotze. As mesmas indicações são recuperadas no capítulo VIII do *PrP*, mas neste último ele cita literalmente o texto de Bowne, indicando a necessidade de assumir uma “harmonia pré-estabelecida entre sujeito e objeto” como única forma de justificar o conhecimento.

Se o aspecto cognitivo não está contido no próprio sentimento temos que descobrir, então, como se estabelece. James ajuda-nos a compreender esse processo sugerindo uma analogia: um sentimento sente como uma arma atira. Se não houver nada a ser atingido, o disparo percorre apenas o vazio, mas se “alguma coisa aparece como oposta, ele não mais simplesmente dispara ou sente, mas acerta e conhece” (1885, p. 34). É apenas ao reconhecermos, em um juízo posterior, que o pensamento *assemelha-se* a algo, que dizemos que se trata de um estado cognitivo. Quando imaginamos um contexto mais amplo, em que vários ‘alvos’ possíveis estão disponíveis, como veremos ser propriamente o caso de nossa *percepção* dos objetos, só somos capazes de especificar para o que o sentimento aponta quando, de fato, ele *acerta* alguma coisa<sup>133</sup>.

Podemos considerar a produção desse juízo de realidade por caminhos distintos. A constatação do objeto como ‘real’ pode ser obtida por uma informação adicional sugerida pelo próprio objeto, quando, por exemplo, aquilo que parece um carro a certa distância começa a soltar fumaça e fazer determinado barulho ou, ainda, quando alguém afirma estar também na presença dele. Mas há outro sentido de inferência da realidade que é ainda mais importante porque nos ajuda a compreender as situações em que o objeto não está disponível para todos os observadores, como, por exemplo, no caso de

---

<sup>132</sup> Teremos a oportunidade de constatar que esse parêntesis não é assim tão pequeno.

<sup>133</sup> A posição oferece dificuldades. Se o sentimento não é originalmente cognitivo é preciso dar um passo além para estabelecer sua relação com o objeto. Se isso permite quebrar o caráter de correspondência (reprodução) e salientar o papel ativo do processo, por outro lado, coloca em questão seu aspecto *objetivo* e, com isso, a própria possibilidade de tomá-lo com uma *forma* de conhecimento. Essa é uma questão que retomaremos ao tratar da sensação.

uma dor de dente; uma situação em que o ponto de vista *crítico* assumido pelo psicólogo enfrenta sua maior dificuldade.

Por nossa própria experiência com este tipo de dor somos capazes, segundo James, de estabelecer em torno do sentimento experimentado uma série de eventos correlacionados, que podem variar da observação de um processo inflamatório ao choro, passando por movimentos repetidos de colocar a mão na região dolorida, pedir remédio ou maldizer todos a nosso redor. Para acreditarmos que alguém esteja, de fato, com dor de dente, esperamos que, além do anúncio explícito que a pessoa eventualmente faça, ela exiba, pelo menos parcialmente, os indícios que verificamos em nossa própria experiência. Ela precisa, portanto, *agir* da forma como nós agiríamos naquela circunstância e, uma vez que suas ações produzam *consequências práticas* no ‘nosso mundo’, tendemos a dizer que partilhamos, em algum sentido, um objeto comum. Quanto maior essa identificação, mais indícios teríamos para supor que o sentimento que acompanha essas reações é semelhante àquele que experimentamos.

Podemos dizer, portanto, que é do conjunto de *ações contextualizadas* que retiramos o postulado de um mundo comum, que chamamos *realidade*, e inferimos o sentimento pelo qual esse mundo parece ser conhecido. Trata-se de indicar as consequências práticas como o segundo critério para a inferência do conhecimento.

“Ainda chamando a realidade pelo nome de *q* e deixando que os sentimentos do crítico atestem isso, nós podemos dizer que qualquer outro sentimento será considerado conhecedor (*cognizant*) de *q*, desde que garantamos que se assemelhe (*resembles*) ou se refira a ele, como mostra o fato dele modificá-lo diretamente ou por meio de outra realidade, *p* ou *r*, que o crítico reconhece ser contínua com *q*. Em outras palavras, *o sentimento q conhece qualquer realidade que ele lembre (resembles) e sobre a qual opere direta ou indiretamente*. Se ele se assemelha sem operar é um sonho, se opera sem assemelhar-se é um erro” (James, 1885, p. 38, grifos do autor)

Veremos ainda que este sentimento ou imagem sensível original não só é o ponto de partida para todo o conhecimento, como também é a base de sustentação para todas as noções mais elaboradas, incluindo aí aquilo que James denomina de pensamento simbólico e todos os sistemas conceituais. Em outras palavras, se no campo perceptivo há conhecimento na medida em que aquilo que James (1885) chamou de *percept* opera, direta ou indiretamente, no caso do pensamento, ou de qualquer

elaboração conceitual, há conhecimento toda vez que essa elaboração terminar, como veremos ao tratar da concepção, atual ou potencialmente em alguma experiência sensorial; ou seja, as sensações são o ponto de partida e a sustentação de toda discussão. “Por isso as discussões metafísicas são tão parecidas com lutas com o ar, elas não têm nenhuma relevância (issue) prática de um tipo sensorial” (James 1885, p. 44).

O ponto de partida, portanto, é o sentimento vago e o aspecto cognitivo é algo que *pode* acontecer a ele, no sentido de que esta referência a uma realidade para além dele próprio é *alcançada* a partir da identificação da semelhança ou da possibilidade de operação que oferece, ainda que esse processo aconteça no registro do dualismo *imediato* indicado. As formas mais sofisticadas de conhecimento parecem constituir-se de elaborações cada vez mais complexas articuladas em torno de estado inicial. O que identificamos no *PrP* nos capítulos que tratam de cada um dos processos ligados ao conhecimento são desdobramentos e detalhamentos dessas indicações que acabamos de apresentar, e esse será o recorte que utilizaremos para explicitá-las.

Nosso ponto de partida será a descrição da sensação como a nossa experiência de *familiaridade* por excelência. A partir dela, estabeleceremos a forma global como James compreende a experiência e marcaremos o caminho para sua ‘decomposição’ em objetos particulares distintos com o apoio nas noções de atenção, concepção e discriminação como formas de distanciamento e análise da experiência. Retomaremos a questão da associação na psicologia jamesiana para a compreensão da percepção de objetos como compostos; ou seja, procuraremos explicar como, mesmo partindo da experiência global inicial, chegamos à condição de lidar com uma percepção na qual identificamos objetos particulares e, teoricamente, independentes.

Se a realidade é em alguma medida construída a partir da indicação original do sentimento, já que, como vimos, ele atira e, eventualmente acerta algo. O que nossa exposição mostrou foi esse caráter hipotético do que há além dele até que um alvo seja atingido. Tudo se passa como se, no limite, antes da relação ser atestada o estado simbolizasse apenas uma expectativa ou, na expressão de James, uma *crença*. Neste sentido, a eliminação da correspondência parece colocar todo o processo de atribuição de realidade, da percepção mais simples aos sistemas conceituais, funcionando no território da crença.

## Da sensação à experiência como campo de consciência<sup>134</sup>

No capítulo do *PrP* destinado à sensação, James concentra boa parte de seus esforços no conhecimento sensível direto inicial, a *familiaridade*, ao qual nos referimos há pouco. Ajuda-nos bastante o empenho do autor em demarcar, embora seja uma tarefa difícil, a diferença entre sensação e percepção. Segundo ele, não se trata de atos mentais radicalmente opostos, mas algo que podemos discernir justamente em termos de sua função cognitiva, uma distinção que expressa, como veremos, as duas formas de conhecimento apresentadas. A sensação oferece-nos o primeiro contato com o mundo e a percepção revela-nos um mundo de objetos definidos que estabelecem as mais diferentes relações entre si.

Indicamos na seção anterior o papel da sensação, no sentido daquele sentimento inicial não envolto na orla de relações, como o fundamento de qualquer desdobramento futuro do conhecimento. Isto leva-nos a identificar um aspecto genético em quaisquer formulações complexas – da nomeação de um objeto e suas funções, aos sistemas conceituais. Mas há, ainda, outro sentido em que a sensação aparece em destaque. James sugere que elas são “os primeiros passos no sentido da consciência”, procurando, a partir delas, estabelecer a própria gênese do pensamento reflexivo.

Podemos dizer que a sensação difere da percepção basicamente no que diz respeito à simplicidade, extrema, de seu objeto ou conteúdo, já que ambas consistem em um processo similar que nos coloca em contato, segundo James, com algo imediatamente presente aos nossos sentidos. Trata-se de uma distinção quanto à *função cognitiva* de cada uma das modalidades. À sensação cabe a função de *familiaridade* com um fato e à percepção, por outro lado, permite-nos conhecer, em graus diferentes de sofisticação, *sobre* ele. É preciso destacar, contudo, que através de ambas, sensação e percepção, “nós percebemos o fato como uma *realidade externa imediatamente presente*, e isso as faz diferir do ‘pensamento’ e da ‘concepção’, cujos objetos não aparecem presentes nesta forma física imediata” (*PrP*, vol. II, p. 652, grifos do autor). Em outras palavras, James reitera a *simplicidade* da sensação em contraposição aos graus de complexidade que podem assumir as percepções e isso é significativo para compreendermos a diferenciação. Se tomarmos a observação ao pé da letra, constatamos que a sensação proporciona nosso contato com algum aspecto do mundo,

---

<sup>134</sup> A expressão aparece na p. 469 para indicar a continuidade entre todos os objetos na experiência. Como indicamos, James a utiliza com destaque no *Talks to teachers*.

que tratamos anteriormente como *q*, sem nenhuma articulação entre esse *sentimento* e qualquer informação que tenhamos *sobre* ele, como, por exemplo, seu nome ou inserção em alguma classe de fenômenos<sup>135</sup>.

Esse estado é ilustrado em momentos distintos do *PrP*, oscilando no grau de profundidade com que essa circunscrição da experiência ao seu aspecto puramente sensorial é apresentada. A condição da mera *familiaridade* pode ser contraposta, como veremos mais adiante, com os estados de *atenção* e *discriminação*. James descreve a atenção como um processo de focalização e, conseqüentemente, permite-nos entender esse mero contato com o conteúdo sensorial como um processo desfocado. Ele propõe alguns ‘exercícios’ para que experimentemos essa distinção. Um deles consiste em pronunciar, repetidamente, uma determinada palavra, como, por exemplo, *livro*. Qualquer um que conheça nosso idioma e, portanto, tenha a referência do significado da expressão experimenta, ao pronunciá-la, algum sentido mais amplo ao qual ela remete, que pode ser, por exemplo, a imagem de um livro específico ou uma passagem em particular; isto é, alguma coisa que sabemos *sobre* ela. No entanto, quando nos dedicamos simplesmente a reproduzi-la da forma mais uniforme e monótona possível, identificamos um estado ligeiramente distinto. Tudo se passa como se, após um determinado número dessas repetições, nossa consciência fosse ocupada simplesmente pelo som que a pronúncia oferece, despido de toda a articulação anterior e, então, teríamos apenas a sensação auditiva.

Para compreendermos adequadamente a exposição é preciso, em primeiro lugar, destacar o fato de que *simples* aqui não tem um sentido de incompletude e, principalmente, uma conotação atomista. Dizer que as primeiras sensações são simples não significa afirmar que sejam incompletas; o que importa é mostrar seu aspecto *indiscriminado*, no sentido de não separada de outras, e *não relativizado*; isto é, não relacionado, deliberadamente, a outras<sup>136</sup>. No entanto, elas possuem, desde o início, todos os componentes de objetividade que encontramos na experiência. “*A objetividade com a qual cada uma de nossas sensações originalmente chega até nós, o caráter amplo e espacial que é uma porção primitiva de seu conteúdo, não é em primeira instância relativo a nenhuma a outra sensação*<sup>137</sup>” (*PrP*, vol. II, p. 686, grifos do autor).

<sup>135</sup> O curioso é essa menção ao objeto imediato presente aos sentidos, que aparecerá de forma explícita mais adiante, e como isso interfere no sentido da circunscrição original de *q*.

<sup>136</sup> Não podemos confundir essa afirmação com a relação com o contexto que marca toda sensação.

<sup>137</sup> O objeto que *é um lugar*, mas ainda não está *localizado*; ou seja, só há *familiaridade*. São as considerações do espaço e relativizações do objeto que oferecem o conhecimento *sobre*. Uma diferença que ele desenvolverá entre a espacialidade da sensação e uma noção abstrata de Espaço.

Em outras palavras, elas são *objetivas* e completas em si, embora não sejam de objetos – no sentido de compostos, como veremos.

Esse comentário sobre a sensação<sup>138</sup> chama nossa atenção para uma dificuldade que possa ter aparecido pela forma como a questão do conhecimento fora apresentada no *On the function*. A sensação, tal como indicada aqui, é apresentada como tipo de conhecimento. A menção anterior de James é a de que, para ser conhecimento, algo deve transcender sua própria condição de mero estado psíquico e apontar – e atingir – alguma realidade. Como vimos, a posição dualista (indicada na nota 2 do *On the function* e que citamos na p. 113) aponta o desafio de acordo com o ponto de partida escolhido (do objeto ou do estado mental). O que esse comentário sobre a sensação parece sugerir, no entanto, é uma objetividade inerente à sensação e, como veremos, uma possibilidade de repensar, se não o dualismo metafísico, pelo menos a dicotomia, no plano psíquico, entre interno e externo.

Concentremo-nos, ainda, na especificação da descrição da sensação. Quando consideramos indivíduos adultos, a suposição de uma *sensação pura*, no sentido da ausência de referência a qualquer outra imagem, torna-se, na prática, uma abstração. Vimos, em nosso primeiro capítulo, que todo sentimento é, para James, resultado da experiência; não temos nenhuma sensação até que a estimulação e as eventuais tramitações das correntes nervosas ocorram. Neste sentido, podemos compreender sua afirmação de que as sensações puras só poderiam ser inferidas nos primeiros dias de vida<sup>139</sup>. A partir disso, com a formação dos caminhos associativos e, conseqüentemente, as primeiras memórias, qualquer nova estimulação acarretaria, via de regra, referência a outras informações. Além de uma tendência a definir objetos e contextos particulares, à qual voltaremos ao tratar da percepção.

Dessa maneira, podemos compreender a afirmação de que “*a primeira sensação que um bebê experimenta é, para ele, o Universo*” (*PrP*, vol. II, p. 657, grifos do autor). Trata-se de destacar, simplesmente, a completude e a totalidade daquilo que é experimentado sem quaisquer desdobramentos. Para que compreendamos o argumento, ele sugere que imaginemos um bebê que contempla a chama de uma vela (o bom e velho exemplo). Dizer que sua sensação é simples é apontar, no sentido mais radical, a

---

<sup>138</sup> Embora o texto não apresente isso de forma direta, não é possível entender o processo sem colocá-lo no contexto das referências anteriores; ou seja, o ato sensorial envolve movimentos de acomodação dos órgãos, que já servem como indicio primitivo da parcialidade com que o campo é experimentado.

<sup>139</sup> Seguramente se o autor dispusesse dos conhecimentos atuais sobre a atividade intra-uterina ele teria antecipado essa data.

impossibilidade de diferenciação entre ele e a chama. De acordo com James, do ponto de vista do recém-nascido essa distinção é praticamente impensável e para esclarecermos isso basta que identifiquemos o nosso próprio critério para a diferenciação.

O nosso distanciamento requer a distinção entre aquilo que compreendemos por nós mesmos e aquilo que entendemos pela vela. Para um adulto a distinção é trivial, simplesmente pelo fato de que diversas particularidades daquilo que chamamos de *nós* são radicalmente distintas do que atribuímos à vela. Nesse caso, então, os significados distintos se apresentam em termos de conhecimento *sobre* e para afirmarmos que o bebê faz a distinção, teríamos que aceitar que ele procedesse intelectualmente da mesma maneira – o que não parece algo muito sensato. Por outro lado, no plano sensorial a distinção é estabelecida em termos espaciais. Nós, no sentido propriamente espacial, nosso corpo, somos diferentes da vela, como um objeto que pertence a outro aspecto da realidade, que denominamos *mundo externo* – novamente como referência ao espaço fora do nosso corpo. Teríamos que mostrar, então, para criticar a posição assumida por James, que essa distinção está presente no bebê.

Essa demarcação, que retomaremos posteriormente ao tratarmos da noção de realidade, é, para James, resultado da articulação entre sensações; ou seja, já é conhecimento *sobre*. O sentido propriamente psíquico de *corpo*, e não organismo, diz respeito à identificação espacial do local no qual determinados eventos são sentidos e outro no qual determinados objetos – inclusive outros corpos – estão localizados (depende da formação da noção abstrata de Espaço<sup>140</sup>); algo que só é construído a partir da própria experiência. Neste sentido, deveríamos considerar a experiência vivida pelo bebê como se ele, literalmente, *fosse* a chama e, portanto, essa sensação constituísse para ele todo o universo.

“Por seu corpo, portanto, a criança mais tarde quer dizer simplesmente *aquele lugar no qual* a dor do alfinete e uma série de outras sensações como esta estão ou são sentidas. Não é mais verdade dizer que ele localiza aquela dor em seu corpo, do que dizer que ele localiza seu corpo naquela dor. Ambas são verdadeiras: aquela dor é parte do que ele quer dizer com a palavra *corpo*. Da mesma forma que por mundo externo a criança não quer dizer nada além *daquele lugar no qual* a chama da vela e uma série de outras sensações como essa estão ou são sentidas. Ele não localiza mais a vela no mundo

---

<sup>140</sup> Um argumento que James desenvolve no capítulo XX do *PrP*.



externo do que localiza o mundo externo na vela. Mais uma vez, ele faz ambos; porque a vela é parte daquilo o que ele *entende* por ‘mundo externo’” (*PrP*, vol. II, p. 682, grifos do autor).

A passagem sugere não apenas o quanto os significados mais amplos – a rede de relações *sobre* – são constituídos a partir da totalidade inicial, como havíamos indicado anteriormente; mas, principalmente, amplia o horizonte de indiscriminação ao referir-se à própria *indiferenciação* entre o *eu* que conhece e seu objeto, destacando o aspecto co-dependente entre ambos. Neste sentido, podemos compreender por que James se refere à experiência como um *todo*, a partir do qual as mais diversas discriminações serão produzidas. Isso nos oferece, ao mesmo tempo, um sentido de complexidade similar àquele que havia sido indicado na descrição do objeto do pensamento e também sugere que, do ponto de vista genético, o que fazemos, ao contrário da impressão que nos dá a experiência adulta normal, é sempre discriminar aspectos de uma experiência global, polarizando-a à medida que estabelecemos recortes próprios a seus componentes. Em outras palavras, temos aqui, pelo menos no plano psicológico, um sentido de *experiência* no qual a dualidade interno/externo, ou sujeito/objeto, é produto da própria elaboração sobre ela e não uma distinção *a priori*.

Dito isso, fica mais fácil identificarmos, como mostrará nossa análise da *concepção*, que, na medida em que nossa experiência se enriquece, no sentido de maior exposição e elaboração, a sensação original é substituída por pensamentos que conhecem as mesmas coisas, mas de formas razoavelmente distintas. Isto sugere que os objetos com os quais nos *familiarizamos* terão sua *significação* redefinida à medida que se tornarem alvo de um número cada vez maior de relações. Mas, em última instância, também indica que a referência final de todas as noções serão essas sensações primordiais.

Nossa exposição até este ponto permitiu-nos identificar o aspecto global da sensação original, encerrada em si, que servirá sempre de ponto de referência para os desdobramentos futuros do pensamento. Não podemos esquecer, no entanto, o sentido indivisível de qualquer estado que apresentamos no capítulo anterior, o que nos obriga a pensar a identificação dos aspectos distintos em um pensamento complexo de uma maneira completamente distinta. Se o associacionista explica o complexo como junção dos elementos independentes, o que James propõe é sua compreensão como resultado de um *processo discriminativo* que não divide, literalmente, o pensamento, mas permite

que identifiquemos, por procedimentos sucessivos, as *coisas* particulares às quais aspectos específicos de sua articulação remetem; tornando, dessa forma, o processo analítico tão ou mais importante que o associativo.

O texto mostra um compromisso com o empirismo, mas com uma apropriação particular.

“A verdade é que a experiência<sup>141</sup> é treinada por *ambas*, associação e dissociação, e sua psicologia deve ser escrita em *ambos* os sentidos, analítico e sintético. Nossos todos (*totals*) sensíveis originais são, por um lado, subdivididos por atenção discriminativa e, por outro, unidos com outros todos – seja pela agência de nossos próprios movimentos, conduzindo nossos sentidos de uma parte a outra do espaço, ou porque novos objetos chegam sucessivamente e substituem aqueles pelos quais nós fomos inicialmente impressionados. A ‘impressão simples’ de Hume e a ‘ideia simples’ de Locke são ambas abstrações, nunca realizadas na experiência. A experiência, desde o início, apresenta-nos objetos concretos, vagamente contínuos com o resto do mundo que nos envolve no tempo e no espaço e potencialmente divisíveis em elementos internos e partes. Estes objetos nós quebramos e reunimos. Nós devemos tratá-los das duas formas para que nosso conhecimento deles cresça e é difícil dizer, no limite, qual forma prepondera” (*PrP*, vol. I, p. 461, grifos do autor).

Trata-se, portanto, de uma espécie de associacionismo às avessas, no qual o sentido de complexidade aparece completamente alterado. Enquanto o associacionista cria o complexo pela justaposição de elementos independentes e imutáveis, James indica a forma como aspectos da experiência complexa são transformados, por meio de atenção discriminativa, em *concepções* particulares que, em meio à transformação, são reconhecidas como constantes, permitindo-nos tratar alguns objetos como iguais e indicá-los pontualmente em contextos mais amplos.

Essa inversão na forma de investigar a experiência servirá como nosso mote para a organização do restante do capítulo. Em primeiro lugar, acompanharemos a exposição sobre o papel da *atenção*, *concepção* e *discriminação* para a identificação dos objetos específicos no campo da experiência, para, em seguida, retomarmos o tema da percepção, na qual tomamos conhecimento com uma experiência que parece composta

---

<sup>141</sup> Neste contexto, a expressão *experiência* é utilizada com mais frequência do que estado mental, consciência, pensamento ou *feeling*. Algo bastante sugestivo se tivermos o problema do dualismo em mente.

de aspectos distintos. Chama nossa atenção particularmente o sentido histórico dessa exposição, com referências constantes às primeiras experiências.

Se uma posição atomista cria todas as dificuldades práticas e teóricas que indicamos em nosso capítulo anterior, a negligência de determinados aspectos da vida mental e a impossibilidade de explicar a continuidade e complexidade sem recorrer a princípios externos, a indicação de um fluxo contínuo a partir do qual o campo total da experiência é sistematicamente elaborado oferece outros desafios, como, por exemplo, a possibilidade de falarmos em porções do fluxo, ou estados, e a individualização e discriminação do todo em elementos. Ao indicarmos a maneira pela qual James responde a essas questões destacaremos, mais uma vez, a primazia do aspecto seletivo da consciência.

### **Atenção e concepção**

Quando assumimos esse sentido na investigação da experiência, e retomamos as nossas considerações nos capítulos anteriores, compreendemos o destaque que James confere à *atenção seletiva*; um aspecto da vida mental, segundo ele, negligenciado pela tradição empirista inglesa, à exceção de Bain<sup>142</sup>. A justificativa para a omissão do processo de atenção por parte dessa escola seria a interpretação dos estados complexos como mero produto sintético da experiência, sendo esta suposta como algo simplesmente *dado*; isto é, como resultado de uma relação absolutamente passiva do sujeito com seu ambiente e seu conhecimento como reprodução de uma realidade exterior.

Como de costume, as referências são feitas em momentos distintos a diversos interlocutores, o que coloca em perigo qualquer um que inadvertidamente assumas as críticas sem as devidas ressalvas. No entanto, pelo menos nesse contexto, a crítica é dirigida a Spencer que, segundo James, defende a tese de um organismo passivo no qual a mera recorrência de dada experiência por tempo suficiente seria capaz, por si só, de moldar determinado padrão de reação ou mesmo relações mentais mais complexas. No capítulo sobre atenção do *PrP*, James ataca, de forma bastante irônica, a posição de Spencer ao sugerir que, se aceitássemos a teoria da mente como *correspondência*, seríamos levados a supor que os cachorros que vivessem no Vaticano deveriam tornar-

---

<sup>142</sup> Ver *PrP*, vol. I, p. 380.

se todos grandes conhecedores de escultura pela exposição constante a essas obras de arte.

Evidentemente o argumento é muito mais uma tentativa de ridicularizar o interlocutor do que qualquer outra coisa. Há, sim, uma posição sustentada por Spencer que remete a origem dos processos mentais, inclusive os mais complexos, como *ajustamentos* a demandas externas, mas o tempo para as transformações evolutivas é de outra ordem. Como indicamos anteriormente, o contato de James com essa noção, e sua insatisfação, é antigo. Para ele, em seu sentido mais primitivo, a consciência é seleção e o é em todos os níveis. O destaque para essa característica serve como base para rejeição da ideia de correspondência – e conseqüentemente de uma posição realista – e a interpretação evolucionista servirá de fundamento, também, na crítica ao intelectualismo.

Temos nessa discussão duas tendências distintas pelas quais o projeto empirista foi influenciado pelas perspectivas evolucionistas. Para James<sup>143</sup>, Spencer mantém a proposta de um organismo passivo e remete, em um sentido lamarckista, a origem dos diferentes processos a uma exposição constante às mesmas características. O legado darwinista, que vimos operando na defesa da eficácia da consciência contra a teoria do autômato, influencia a posição de James em prol da característica essencialmente ativa na relação com o mundo. Uma herança que reverbera, também, na maneira pela qual ele explica a origem de alguns processos, de forma *natural*, mas sem recorrer à experiência da espécie, através do mecanismo de *variação accidental*.

Voltando à discussão sobre a atenção, James defende, novamente retomando a tese do *Remarks*, o *interesse* como o aspecto fundamental para a interpretação da experiência. A mera presença de algo, mesmo que constante, é condição necessária para a experiência, mas não suficiente. Para ele, “*minha experiência é o que eu concordo em atentar para*. Apenas os itens que eu *noto* moldam minha mente – sem interesse seletivo, a experiência é um caos absoluto. O interesse sozinho dá acento e ênfase, luz e sombra, base e primeiro plano (*background and foreground*) – em uma palavra, perspectiva inteligível<sup>144</sup>” (*PrP*, vol. I, pp. 380-381, grifos do autor). Uma característica que pode variar em graus, do simples consentimento ao esforço de atenção, mas que nunca está ausente. Em outras palavras, o sujeito não é passivo no contato com o mundo, o que vemos pela simples indicação de que já partimos de um *campo de*

<sup>143</sup> Essa tese é desenvolvida no último capítulo do *PrP*.

<sup>144</sup> Trata-se de uma ideia bastante próxima da relação figura fundo da *gestalt*. James utiliza no *Talks* as expressões *foco* e *margem*.

*consciência* e a aproximação com esse campo é *sempre* parcial; como dissemos no capítulo anterior, a consciência é *interessada*.

Uma pequena digressão mostra-nos a importância dessa noção para o projeto jamesiano. O autor contrapõe a organização de nossa experiência com o caos da multiplicidade de estímulos presentes no mundo. Como já dissemos, ele afirma que a seleção é a característica mais importante do pensamento. Notamos a parcialidade que marca a relação do organismo com seu meio trazendo, inevitavelmente, aspectos desse ambiente para o primeiro plano, quer por relações originalmente estabelecidas ao longo da história da espécie, quer por meras variações instantâneas.

Assim, James caracteriza a atenção, na experiência adulta corriqueira, como uma apropriação de forma clara de algum objeto ou encadeamento de ideias. Trata-se de um processo que consiste, fundamentalmente, em um ato de focalização ou concentração da consciência em aspectos específicos do campo total inicial, o que tem como consequências que porções sejam descartadas. Em seu aspecto mais elementar, ela consiste na ênfase em algum momento particular no fluxo de pensamento, cuja presença seríamos capazes de notar pelo sentimento mais vago que poderíamos definir como um simples *isto* ou como aquele *q* com o qual começamos a exposição.

O que temos até aqui é a suposição do fluxo e a ênfase como sua característica fundamental. Recortamos aquilo que podemos imaginar ser a realidade total em um campo de consciência e somos, necessariamente, inclinados a alguns aspectos desse campo mais do que a outros. Enquanto experiência, o aspecto enfatizado produz um sentimento que o acompanha como uma porção individualizada no fluxo. Essa particularização é condição fundamental para que possamos (re)conhecê-lo, eventualmente, mas há ainda uma outra condição que deve ser garantida.

De acordo com James, qualquer forma de conhecimento apóia-se, em primeiro lugar, em nossa capacidade de reconhecer, em momentos distintos, que estamos falando da mesma coisa. Trata-se do sentido de semelhança que indicamos no enunciado da quarta característica do pensamento e que também permitiu-nos falar na identidade pessoal. Para o autor, é este mesmo sentido o responsável pela aceitação da identidade do objeto conhecido; mais do que isso, como sugerimos na seção anterior, nosso sentido de identidade pessoal baseia-se neste último.

Essa noção é expressa como o *princípio de constância nos significados da mente*<sup>145</sup> e afirma que temos uma capacidade de pensar acerca dos mesmos temas em diferentes momentos do fluxo do pensamento. É nessa peculiaridade que James baseou a função mental pela qual nós somos capazes de identificar um objeto ou tópico particular de discurso como numericamente distinto e permanente, que denominou de concepção. Temos aqui a especificação do produto daquele processo de ênfase indicado que, como veremos, servirá como o elemento mínimo para sua discriminação, em outras ocasiões, em relação ao restante do campo.

O autor faz uma ressalva quanto ao uso da palavra *conceito* para referir-se a cada noção particular que formamos graças à capacidade de conceber, por uma tendência a tomá-la como a própria coisa sobre a qual nos referimos, mas, segundo ele, a palavra *concepção* não é ambígua. Sua vantagem estaria no fato de não se referir nem propriamente ao estado mental nem àquilo que o estado mental especifica, mas à *relação* entre eles; isto é, o destaque ficaria na particularidade do estado significar apenas *aquela* coisa. Notamos, portanto, que a expressão adquire no texto um duplo sentido: como processo que distingue e identifica objetos – concretos ou abstratos – e também como cada um desses elementos discernidos.

É importante, antes de avançarmos, que destaquemos alguns pontos sobre essa caracterização da concepção. Em primeiro lugar, a restrição do princípio da semelhança ao âmbito psicológico; ou seja, não se trata, segundo ele, de defender uma filosofia na qual haja o postulado de semelhança *real* nas próprias coisas; mas uma capacidade de formular e reconhecer noções constantes sobre os objetos<sup>146</sup>, sem a qual jamais poderíamos conceber nosso pensamento como um fluxo e cuja validade, ao nível psíquico, parece resistir a uma eventual transformação das próprias coisas. Além disso, James salienta o fato da concepção ter como condição mínima um sentimento, no sentido mais elementar possível, sem a necessidade de uma representação explícita.

Essa ênfase no aspecto psicológico do tema já indica que parte do roteiro consiste na especificação do próprio processo de formação das concepções, em seus diferentes graus. No entanto, apesar da indicação da restrição do princípio de semelhança ao plano psíquico e o constante alerta quanto ao interesse particular na

---

<sup>145</sup> Ao qual nos referimos na exposição do aspecto cognitivo do pensamento no capítulo anterior.

<sup>146</sup> Trata-se de uma capacidade que James remete a um mecanismo de variação acidental ao longo da evolução. Ver último capítulo do *PrP*.

psicologia da cognição, as considerações sobre a concepção remetem, também, a um debate propriamente epistemológico.

Em termos da descrição do próprio processo de concepção, a indicação inicial é que sua complexidade pode variar enormemente ao ponto de criarmos noções altamente sofisticadas como, por exemplo, a de um poder supremo; mas para que ocorra, como dissemos, basta que a especificação da experiência passada garanta algum indício que proporcione o reconhecimento em uma segunda circunstância, não sendo necessária uma representação total do objeto para que isso aconteça. Essa caracterização permite localizar graus distintos da habilidade ao longo da própria cadeia evolutiva. Se tomarmos o reconhecimento no sentido prático, podemos dizer, por exemplo, que a ameba reconhece um dado tipo de presa ao tocá-la. Em outras palavras, qualquer mecanismo seletivo que escolha uma dentre alternativas possíveis com base em algum processo de reconhecimento, sensível ou ideacional, envolve concepção.

No caso do homem poderíamos pensar em distinções baseadas nas diferentes qualidades sensoriais, mas, elas também podem ser feitas simplesmente por pensamento *sobre*, ou, como diz James, em forma de postulados, como aqueles dos quais não conseguimos formar uma imagem positiva, como, por exemplo, uma figura geométrica de mil lados. Seguindo esta linha da concepção enquanto representação particular do objeto criada, como veremos, a partir de várias noções articuladas em cima de um mesmo núcleo, não é necessário sequer que pensemos em um equivalente real dela no mundo; ou seja, podemos perfeitamente *conceber* noções como um ‘quadrado redondo’ ou ‘movimento perpétuo’, já que elas são absolutamente específicas; mesmo que elas sugiram noções que nunca poderemos perceber sensivelmente.

Deixando um pouco de lado o plano estritamente psíquico, embora seja difícil demarcar definitivamente as fronteiras, o exame da concepção marca o debate de James com o *nominalismo* e o *conceptualismo* em torno de dois problemas. O primeiro deles diz respeito à própria possibilidade de decompor a experiência e pensar objetos separadamente; ou seja, a polêmica sobre a própria capacidade de formar *ideias* ‘*abstratas*’; o outro ponto toca naquilo que se costuma chamar de *problema dos universais* ou nossa capacidade de formar noções sobre classes gerais<sup>147</sup>.

Na questão das *ideias* abstratas, James caracteriza o nominalismo como a tradição que “diz que nós nunca formamos realmente alguma concepção dos elementos

---

<sup>147</sup> Dizemos que os discursos se entrecruzam porque, mesmo indicando os pontos defendidos pelos adversários dos quais discorda, o autor não se aventura, pelo menos não no *PrP*, a discutir a natureza do universais. Cf Myers e a posição assumida no *The meaning* e no *Pluralistic Universe*.

parciais de uma experiência, mas somos compelidos, quando pensamos, a pensá-la em sua totalidade, da forma como veio” (*PrP*, vol. I, p. 443), tomando Berkeley como seu interlocutor. A tese oposta a esta é ilustrada com o texto de John Mill, que James define como um ‘conceptualista envergonhado’, destacando a possibilidade das *ideias* abstratas, com base no fato de que poderíamos focalizar nossa atenção de tal maneira em um aspecto da *imagem* que nos tornaríamos inconscientes do restante. E, apesar de sua aproximação com a posição conceptualista, James afirma que as duas tradições partilham um pressuposto comum. Trata-se da suposição

“de que as ideias, para conhecer, devem ser tomadas na forma exata de quaisquer coisas que elas conheçam e que as únicas coisas que podem ser conhecidas são aquelas com as quais as ideias podem assemelhar-se. O erro não está confinado aos nominalistas. *Omnis cognitio fit per assimilationem cognoscentis et cognii* tem sido a máxima, assumida de forma mais ou menos explícita, por autores de todas as escolas. Na prática, ela equivale a dizer que uma ideia deve *ser* um edição duplicada daquilo que ela conhece – em outras palavras, que ela pode apenas conhecer a si mesma – ou, ainda mais diretamente, que o conhecimento em qualquer sentido estrito da palavra, como um função auto-transcendente, é impossível” (*PrP*, vol. I, p. 445, grifos do autor)

Para James, há um equívoco dos autores, nas duas tradições, em considerar que o pensamento deve *ser* o que ele significa e significar o que ele *é*. Trata-se, segundo ele, de uma equiparação entre a nossa capacidade de *imaginar* tais coisas e a maneira pela qual se dá nossa *significação* delas; ou, recuperando nossa análise anterior, uma falsa identificação entre o ‘tópico’ ou núcleo de dado pensamento e a maneira pela qual isto é articulado em uma situação específica. O que James procura mostrar é que a significação diz respeito à *orla* que envolve o aspecto substantivo do pensamento, marcando o sentido preciso em que o termo é utilizado, independente de qual imagem positiva se forme paralelamente. Como vimos no capítulo anterior, a menção ao significado específico de um termo de acordo com o contexto em que está inserido, e, portanto, na relação que estabelece intrinsecamente com todos os outros aspectos, é o que dá o seu sentido preciso – identificado por todos os sentimentos transitivos envolvidos nessa articulação. Em outras palavras, o *sentimento do significado* não precisa assemelhar-se diretamente à coisa em questão para trazer consigo, mesmo que sem a manifestação de nenhuma imagem positiva, uma delimitação absolutamente



particular que não se confunde com nenhuma outra e que nos permite apontar aquela concepção com um sentido bastante preciso.

A outra questão entre conceptualismo e nominalismo, como dissemos, trata dos universais. Quando caracterizamos a concepção destacamos o fato de que em sua edição primordial ela consiste simplesmente em um sentimento delimitado por uma dada situação, na qual não precisamos sequer supor a diferenciação original entre particular e universal. Tomemos uma situação particular para acompanharmos o argumento de James. O autor remete-nos à observação de certo tom de branco em uma paisagem de inverno, a ponto de que formemos dele uma imagem específica, que podemos denominar de qualquer forma, mas que nos permita identificá-la em um momento posterior. A cor vista, nesse caso, segundo ele, não é nem um *universal* e nem algo *particular*, ela foi apenas *focalizada*. À medida que tenho experiências futuras, eu individualizo aquela tonalidade, no sentido de marcá-la como uma ocorrência particular, ou a universalizo, quando a aproximo de uma classe geral de *brancos*; qualquer uma dessas operações, no entanto, consiste em envolver aquela noção em um contexto mais amplo e, dessa forma, não eliminam sua característica original.

O que está em jogo, portanto, é a passagem dessa concepção inicial para as diferenciações posteriores, que, para James, deve ser entendida como incrementos de relações<sup>148</sup>, empíricas ou racionais, a partir daquela sensação. Em outras palavras, quando eu tomo aquela experiência como algo particular – significo *aquela branco* – isto quer dizer que informações adicionais foram necessárias para individualizá-la em relação às outras, como, por exemplo, a especificação da tonalidade naquele contexto ou a relação temporal da minha experiência. O mesmo seria necessário, só que agora em termos da identificação da semelhança com outras experiências que denominei *brancos*. A concepção da classe é, como veremos, uma concepção composta de várias informações que obtemos pelos sentidos, como, por exemplo, sua tonalidade e brilho; e pelo exercício do pensamento como, por exemplo, as propriedades de não absorver calor, refletir a luz etc. Utilizamos essas propriedades, sensíveis ou funcionais, para estabelecer em torno daquela aura geral que James denominou da significação da classe.

“Uma sucessão de juízos podem ser todos sobre a mesma coisa. O postulado prático geral que nos encoraja a continuar pensando é que ao fazer isso nós

---

<sup>148</sup> James critica a noção defendida pelos autores da escola hegeliana que afirmam um auto-desenvolvimento da concepção, como se as informações adicionais que conseguimos sobre o mesmo objeto já estivessem contidas na noção original.

devemos julgar melhor *as mesmas coisas* do que se não o fizéssemos. Nos juízos sucessivos, todos os tipos de novas operações são realizadas sobre as coisas – e todos os tipos de resultado obtidos – sem a sensação de que o tópico principal tenha sido perdido. No início, nós meramente *temos* o tópico; então nós *operamos* sobre ele e finalmente nós o temos de novo em uma forma mais rica e verdadeira. Uma concepção simples foi substituída por uma composta, mas com a consciência completa de que ambas são do Mesmo<sup>149</sup> (*PrP*, vol. I, pp. 454-455, grifos do autor).

A incapacidade dos interlocutores em reconhecer isso, segundo James, é fruto de sua crença no fato de que a consciência só pode conhecer sua própria qualidade, o que significaria dizer que “para o pensamento conhecer um universal, ele teria que ser universal” – o que, de certa forma, repousa também na identidade entre a ideia e o objeto. De acordo com ele, na tentativa de solucionar a questão, cada doutrina sacrifica um aspecto na relação: o sujeito que conhece ou a coisa conhecida. Para ele, o nominalismo retira a realidade do universal, prejudicando, dessa forma, o objeto; já o conceptualista tradicional retira do universal sua “consustancialidade com outros fatos da sensibilidade”, tornando-o o *ato puro* de um Ego, afastando a investigação do registro propriamente empírico. A interpretação do significado da concepção a partir da orla ou rede de relações que se articulam em torno do núcleo primitivo, reconhecido pelo próprio pensamento julgador (o Pensamento), permite a James contornar, pelo menos no aspecto psicológico, as duas dificuldades.

A variedade de elementos sugeridos pelo nosso fluxo de pensamento e nossa capacidade, ou, melhor dizendo, nossa sina de selecionar, momentos ou aspectos definidos desse fluxo, aliadas à nossa memória e capacidade de reconhecimento futuro, formam a função mental que James denominou de concepção. Trata-se de uma representação que nos permite identificar algo como sendo o *mesmo* em diferentes momentos; do nível mais elementar do mero sentimento vago daquela familiaridade com a experiência ao mais sofisticado conjunto de relações estabelecidas *sobre* ela. Acompanhemos, agora, a maneira pela qual essa distinção entre as duas formas de conhecimento atuam no processo de *discriminação* e como tornamo-nos capazes de analisar uma situação complexa.

---

<sup>149</sup> Cabe aqui, portanto, o mesmo processo de desenvolvimento a partir do sentimento inicial. A predicação *universal* é produto do estabelecimento de determinadas relações do evento com outros.

## Discriminação e comparação

Se na seção anterior tratamos de nossa capacidade de enfatizar algum aspecto ou momento do fluxo, resta-nos, agora, indicar como aprendemos a lidar com esses elementos de forma individualizada e contraposta aos outros. No contexto da psicologia jamesiana, isso se dá pelos processos de *discriminação e comparação*. A primeira menção ao tema aparece no artigo *Brute and human intellect*, nesse texto, além de ressaltar importância dessa função da atividade mental, James indica na amplitude da capacidade humana de separar noções específicas em um contexto amplo como a marca de nossa inteligência e traço que nos distingue dos outros animais<sup>150</sup>.

Nossa compreensão do processo discriminativo e sua importância para a vida mental passa pela recuperação dos temas que abordamos na seção anterior. Apresentamos a atenção como um ato de focalização, no sentido de colocar aspectos do campo de consciência em primeiro plano. Tratamos, também, da concepção como a capacidade, baseada no sentido de semelhança, de reconhecer, em circunstâncias distintas, determinado aspecto da experiência global como o mesmo, cujos ingredientes necessários seriam, portanto, a repetição do objeto e o sentimento da semelhança, concebido em sua forma mais primitiva possível.

Para James, a capacidade de notarmos qualquer *parte* que seja de nosso objeto total é um ato de discriminação. Trata-se da afirmação em seu sentido global que, dependendo da complexidade com que é pensada, assumirá a simples feição do *sentimento da diferença*, ocasionado pela exposição a condições sucessivamente distintas, as quais o indivíduo é praticamente incapaz de ignorar; ou a forma do próprio processo de *análise* de uma situação complexa guiado por um esforço de atenção consciente que nos proporcionará a habilidade de identificar diversos componentes simultaneamente dentro de uma percepção. Nossa constatação dessa condição torna-se mais clara quando contrapomos tal estado àquele descrito por James como *distração*, que ilustramos na seção sobre a sensação, no qual nossa consciência está destituída de qualquer foco; melhor definido pela expressão estado mental indiscriminado.

Nossa atitude cotidiana de lidarmos com um mundo de *objetos*, devidamente distintos e organizados, é tão corriqueira que nos parece até difícil supor uma percepção

---

<sup>150</sup> O tema é retomado no *PrP* no capítulo XXII (*Reasoning*).

total, não fragmentada; uma revelação que nos obriga a reconhecer o fato de que, uma vez estabelecida a discriminação, dificilmente algum momento particular do fluxo de nosso pensamento aparece de forma indiscriminada e não reconhecido como articulação de objetos particulares, salvo, como já destacamos, nas primeiras experiências com o mundo.

James apresenta duas formas de discriminação, que distingue como *existencial* e *diferencial*<sup>151</sup>. A discriminação *existencial* refere-se à diferenciação a partir da variação de intensidade de uma determinada qualidade. Já a *diferencial* ocorre quando estabelecemos uma diferença na *qualidade* dos elementos que fazem parte da percepção. O debate sobre essas duas formas de discriminação diz respeito às circunstâncias em que a diferença entre os objetos do pensamento podem ou não ser interpretadas como um caso em que se trata de dada propriedade *mais* um pouco dela mesma – como é o caso da discriminação existencial em que identificamos um aumento em uma série de uma mesma qualidade, que ele tratará como *princípio da comparação mediata*<sup>152</sup> – e as circunstâncias em que as diferenças dizem respeito a um *tipo* distinto de qualidade, a discriminação diferencial. Voltaremos, em breve, às diferenças existenciais; tratemos, em primeiro lugar, da “*maneira pela qual nós vimos a conhecer diferenças simples de tipo*” (*PrP*, vol. I, p. 468).

O processo discriminativo deve ser pensado em termos graduais e obedece a duas condições básicas. Em primeiro lugar, para que discriminemos uma diferença entre duas coisas, “*as coisas devem SER diferentes no tempo, no lugar ou na qualidade*” (*PrP*, vol. I, p. 468, grifos do autor); ou seja, nossa *percepção* deve reconhecê-las como pertencentes a momentos distintos, como localizadas diferentemente no espaço ou como divergentes em relação a alguma qualidade distinta entre os estados. Quando a diferença é grande, percebemos quase automaticamente, como, por exemplo, nas circunstâncias em que a dimensão do estímulo ou a força do contraste ocasionado forçam nossa atenção em sua direção. Nestes casos, teríamos o que James chamou de *discriminação involuntária*. Algo distinto das circunstâncias em que as diferenças são sutis e praticamente impossíveis de serem identificadas a não ser por um intermédio de *esforço de atenção* sistemático.

---

<sup>151</sup> A distinção guarda uma crítica à suposição, por parte da *mind-stuff theory*, de que haveria uma única qualidade sensorial e, portanto, todas as diferenças seriam de grau ou intensidade desse elemento.

<sup>152</sup> Esse é a base para a explicação de operações mais complexas e abstratas do pensamento: da formação de classes gerais às noções fundamentais da lógica e da matemática. Ver *PrP*, último capítulo.

A outra condição para a discriminação afirma que “*os objetos que diferem não deveriam vir a nós simultaneamente, mas afetar em SUCESSÃO imediata os mesmos órgãos*” (*PrP*, vol. I, p. 468). Há duas justificativas para essa condição. A primeira delas, segundo James, é empírica. Ele defende ser mais fácil que estabeleçamos as primeiras diferenças quando os objetos são apresentados sucessivamente e não ao mesmo tempo, como, por exemplo, quando tentamos identificar o peso de dois objetos segurando-os um após o outro. A outra justificativa diz respeito à própria gênese do processo e esbarra em uma questão epistemológica importante relativa a uma aparente circularidade envolvida no processo discriminativo. Em outras palavras, para separarmos um elemento de um contexto, devemos possuir alguma imagem dele, mas tal imagem não existe a não ser que ele tenha sido discriminado; eis o paradoxo que procuraremos esclarecer.

Para compreendermos a maneira pela qual James contorna a dificuldade basta que imaginemos, por um momento, uma situação de sucessão na qual estejam envolvidos dois instantes distintos no fluxo, denominados de *m* e *n*. Somos capazes de observar que a sucessão entre eles provoca algo mais que apenas o sentimento de diferença, uma sensação que podemos maximizar com a alternância de nossa atenção entre eles, mas uma percepção complexa, e de alguma forma polarizada, do segundo termo, na qual sua diferença em relação ao primeiro é incorporada. Como já mencionamos, a sucessão entre os estados mentais não pode ser entendida simplesmente como: “primeiro *m*, depois *diferença* e então *n*; mas como *m*, depois *diferença* e então *n-diferente-de-m*” (*PrP*, vol. I, p. 471, grifos do autor). Do ponto de vista externo, nós temos que fazer referência à sucessão especificando, de antemão, quais são os estados distintos, sustentando de certa forma a circularidade à qual nos referimos; no entanto, o que essa explicação permite-nos identificar é a maneira pela qual a individualização de cada instante – ou Pensamento, como dissemos no capítulo anterior – é feita a partir do sentimento da diferença incorporado como ingrediente indispensável de *n*<sup>153</sup>. A passagem torna-se ainda mais interessante se acrescentarmos que, segundo James, o sentimento da diferença “não depende de nossa habilidade em identificar cada um dos termos por si mesmo”, algo que poderíamos atestar, por exemplo, pelo fato de podermos identificar o intervalo entre duas notas sem sermos capazes de dizer qual era a mais alta.

---

<sup>153</sup> Ainda que tenhamos dúvida sobre a natureza última desse processo, dado o pressuposto dualista.

Trata-se de uma condição fundamental para que possamos compreender a maneira pela qual James esclarece o processo de *análise* ou de que forma chegamos à percepção de uma realidade como um composto. A condição mínima para fazermos qualquer distinção é que a experiência forneça possibilidades, que estejam ao nosso alcance, para que um sentimento da diferença seja experimentado, sem isso, nenhuma análise poderá ser realizada. Se, por exemplo, todas as coisas frias fossem úmidas, não faríamos a distinção; como também aconteceria se todo líquido fosse transparente ou se o calor fosse uma posição em relação à terra. Pensar ou conhecer uma situação *como* composta de elementos distintos implica, no limite, termos alguma noção dos elementos a serem identificados.

“*Se qualquer qualidade ou constituinte singular, a, de um objeto tiver sido previamente conhecido por nós isoladamente ou tiver de alguma outra forma se tornado um objeto de familiaridade (acquaintance) separada de nossa parte, ao ponto de que tenhamos uma imagem dele, vaga ou distinta, em nossa mente, desconectada de bcd, então aquele constituinte a pode ser analisado à parte da impressão total. Análise de uma coisa significa atenção separada a cada uma de suas partes (...) Apenas os elementos com os quais nós estamos familiarizados, que podemos imaginar separadamente, podem ser discriminados no interior de uma impressão-sensorial total. A imagem parece dar boas-vindas ao seu par no composto e realçar o sentimento disso; ao passo que ela diminui e se opõe ao sentimento dos outros constituintes; e então o composto torna-se para nossa consciência fragmentado em partes*” (PrP, vol. I, p. 476).

Como o ponto de partida nessa exposição foi o estado inicial total ou indiscriminado, precisamos, de alguma forma, resolver o problema de como chegamos a conhecer os componentes de uma situação; ou seja, analisá-la. Como vemos, a concepção da coisa é condição para separá-la do resto, isto quer dizer que sem essa ‘imagem’, não podemos discriminar em uma percepção simultânea. Em outras palavras, eu conheço/percebo um objeto particular, separado dos outros, se eu já tiver uma imagem dele. Paradoxalmente, eu conheço, nesses termos, um objeto individual se eu já o conhecer de alguma forma.

No caso de seus interlocutores, James destaca a suposição, de *espiritualistas* e *sensacionistas*, de que a mente de alguma forma deve *conter* aquilo que ela conhece, como se as ‘ideias puras’ encontrassem os elementos na experiência – o que significaria dizer, como o faz, segundo o autor, James Mill, que “*ideias distintas e distinguidas são*

expressões sinônimas”. Ao espiritualista faltaria ainda a exigência de especificar o meio pelo qual as *ideias* teriam que ser distinguidas – um Ego, Sujeito ou Alma. Ele retoma, aqui, a oscilação entre as duas tradições que perpassam todo seu texto: a solicitação da imagem para o conhecimento – criando certa circularidade e delimitando o que pode ser conhecido, como vimos na seção anterior – ou o recuo à entidade transcendente.

O que James pretende, parece-nos, é justamente encontrar no sentimento, ainda que tênue, presente no mero instante de pensamento de *n-diferente-de-m* o fundamento a partir do qual a discriminação, no seu sentido mais elementar, é estabelecida, possibilitando, dessa forma, a *análise* ou conhecimento da situação complexa sem precisar recorrer à “ideia pura” do elemento presente na mente ou a qualquer recurso a uma teoria de duplicação mental ou cópia. Veremos, também, que essa condição inicial será o apoio no qual quaisquer discriminações mais complexas, como, por exemplo, aquelas propriamente inferenciais que fazemos baseados nas informações que temos *sobre* as coisas, se firmarão.

Uma vez garantida a consistência lógica da explicação, tratemos agora de explicitar a forma pela qual o processo se desenvolve. O sentimento da diferença vivenciado pela transição entre dois estados permite, portanto, que o caminho para a individualização daquele aspecto em relação aos outros seja traçado, oferecendo, assim, a base para o ato de *abstração*. O processo pode ser alcançado pelos dois mecanismos de discriminação que indicamos há pouco; ou seja, tanto pela variação de força ou intensidade em uma dada série com oscilações de intensidade do mesmo elemento quanto no fato de determinado termo aparecer em algumas percepções e não em outras, um processo no qual, seguindo Hume, James denominou de *lei da dissociação pelos concomitantes variáveis*.

Podemos ilustrar a primeira situação supondo uma sequência de experiências nas quais a intensidade de uma sensação em particular variasse de maneiras distintas. Isso poderia ser simbolizado, genericamente, da seguinte forma: *A'A''A'''A''''*. Experimentamos, pela exposição a essa variação, aquilo que James chamou de *choques de diferença*, sendo que na descrição ordenada da situação temos o sentimento do extremo da cadeia nas duas direções. Tomemos um exemplo concreto para ilustrar essa circunstância.

Suponhamos que os eventos simbolizados pelas letras sejam taças de vinho e que a variação do tamanho simbolize o grau de doçura de cada uma. Cada novo gole oferece, pelo fato de ser experimentado no contexto deixado pelo anterior, além de seu próprio sabor um índice de diferença. Doses sucessivas com a variação no grau de doçura permitem a formação de uma ordem gradativa, crescente ou decrescente, cuja sutileza dependerá da capacidade do indivíduo em questão. A experiência fornece, principalmente, uma discriminação dos extremos da variação à qual fomos submetidos. Esse processo, explica, pelo menos no que diz respeito às categorias sensíveis, a maneira pela qual formamos algumas classes e categorizamos nossas experiências.

Dissemos, há pouco, que para James a flutuação na intensidade de alguma qualidade é menos eficiente para que possamos abstraí-la do que um contraste com as outras qualidades que a acompanham. Isso significa, simplesmente, que, se dada propriedade aparecer em um contexto associado com alguma coisa particular e em outro ligada a outro objeto, isso aumenta muito a possibilidade de que a tornemos um elemento particular de atenção, como, por exemplo, a referência à cor azul para uma criança quando apresentamos vários objetos distintos com a mesma cor.

Essas indicações do processo discriminativo estão intimamente ligadas, portanto, à nossa capacidade de abstração. Na seção anterior, apresentamos, em termos gerais, o cerne da posição de James em defesa da possibilidade de formarmos ideias abstratas e nos últimos parágrafos pudemos observar com mais detalhes esse processo. Contudo, o leitor pode ter sentido alguma dificuldade em articular essas evidências com um comentário que fizemos anteriormenete. Se parte da crítica ao associacionismo está baseada na impossibilidade empírica das 'ideias simples', a explicação aqui parece conduzir-nos às mesmas dificuldades.

Para contornar essa objeção, James destaca o fato de que, embora tratemos sistematicamente de aperfeiçoar as noções, principalmente na medida em que discriminações conceituais sutis são construídas umas sobre as outras, a análise, no entanto, nunca é perfeita e, portanto, a abstração nunca é completa.

“Mas pelas flutuações e permutações das quais falamos, nós formamos uma boa *direção* na qual cada elemento difere do restante e então nós *formamos* [grifo nosso] a noção dele como um *terminus* e continuamos a tratá-lo como uma coisa individual. No caso de muitos elementos, os sensíveis simples, como o calor, o frio, as cores, cheiros etc. os extremos das direções são quase tocados e nestas instâncias nós temos uma



percepção comparativamente exata do que é aquilo que pretendemos abstrair. Mas mesmo isto é apenas uma aproximação e, em termos estritamente matemáticos, *todas* as noções abstratas devem ser confessadas serem apenas coisas imperfeitamente imagináveis. Na sua base, isso é um processo de *concepção*, e o é em toda parte, até na esfera das qualidades sensíveis simples, o mesmo pelo qual nós entendemos atentar para as noções de um bem absoluto, felicidade perfeita, poder total e assim por diante; a percepção direta de uma diferença entre componentes e o prolongamento imaginário da direção da diferença para um *terminus* ideal, a noção na qual nós fixamos e mantemos como um dos nossos temas permanentes de discurso” (*PrP*, vol. I, p. 480, grifos do autor).

O mesmo procedimento de *comparação* inclui inevitavelmente identificação de diferenças e semelhanças e nossa capacidade de encontrar as últimas pode ser desenvolvida da mesma forma que as habilidades discriminativas, tornando-nos capazes do estabelecimento, como dissemos, das diferentes *classes* em torno das quais organizamos os eventos particulares e que constituem a base, como veremos, para nosso raciocínio e principalmente para nossos sistemas teóricos.

A investigação do processo discriminativo proporcionou-nos, novamente, acompanhar o desdobramento do sentido de transição no pensamento e o reconhecimento de tal transição pelo próprio Pensamento na explicação de James para os processos cognitivos básicos mantendo-se fiel às diretrizes de seu projeto inicial; isto é, a apresentação do pensamento como um fluxo se articula com a psicologia da cognição e as incursões epistemológicas que ela realiza. Notamos, também, como a experiência *total* serve como base sobre a qual concepções específicas são construídas e transformam-se na condição para os juízos de comparação, podendo ser, constantemente sofisticadas. Cumprimos, portanto, o percurso analítico que havíamos proposto. Nas próximas seções, trataremos da percepção propriamente dita; ou seja, do processo pelo qual entramos em contato com uma realidade que reconhecemos como composta e descontínua para, em seguida, retomarmos o sentido preciso do distanciamento do estado subjetivo para a inferência do objeto externo ou nosso juízo da *realidade*.

## **Percepção**

Ao tratarmos da sensação, destacamos, como já havíamos feito na descrição do pensamento como um fluxo, a maneira pela qual James compreende a experiência, em oposição à perspectiva associacionista tradicional. No caso particular das primeiras sensações, ele destaca a indiferenciação reflexiva em nosso campo inicial. Nas seções seguintes, pudemos acompanhar em que medida esse campo de consciência é analisado e, conseqüentemente, como se transforma em um horizonte formado por objetos e relações razoavelmente distintas que identificamos, separadamente, sem muita dificuldade. O processo pelo qual nós lidamos com esse mundo de objetos sensíveis definidos e particularizados é a *percepção*.

Para esclarecemos o que James compreende por percepção é importante que retomemos a diferenciação, que apresentamos anteriormente, entre ela e a sensação. Como destacamos, ele reserva à sensação o aspecto de *familiaridade*, como acontece nas ocasiões em que meramente *temos* a experiência. O autor afirma que, por outro lado, “a percepção difere da sensação pela consciência de fatos mais distantes associadas ao objeto da sensação” (*PrP*, vol. II, p. 723, grifos do autor). A percepção compreende, portanto, o aspecto sensível original envolto em diversas concepções; isto é, envolvido pela orla de relações. Neste sentido, podemos dizer que as sensações funcionam como *sinais* para a percepção, assim como as palavras funcionam como sinais na linguagem.

Um objeto particular é compreendido, portanto, como a *confluência* de qualidades sensíveis. Escolhemos, normalmente, algumas delas, por serem mais constantes, interessantes ou praticamente importantes, como definidora desses objetos, do ponto de vista representacional (a imagem efetiva que formamos dele) ou funcional, como, por exemplo, identificamos um objeto distorcido como a mesa do escritório ao observá-la de um ângulo completamente inusitado. A percepção dos objetos é, portanto, determinada pista sensorial, mais ou menos forte, em torno da qual se articula um conjunto de aspectos associados ao longo do tempo, cuja escolha dos aspectos determinantes, mostra, mais uma vez a tendência ativa no processo.

O resultado desse processo de integração das informações atuais, nas pistas sensoriais, e daquelas que são de certa maneira projetadas forma o *percept*; isto é, “uma apreensão aparentemente imediata ou cognição de um objeto agora presente em uma localidade ou região particular do espaço<sup>154</sup>”. A compreensão desta integração em termos de processos cerebrais aponta para o desdobramento da atividade iniciada nos

---

<sup>154</sup> Uma definição que James retira de Sully, citado na p. 725

órgãos sensoriais em vários caminhos formados pelo hábito, constituindo, assim, a consciência do objeto mais complexo e envolvendo, novamente, a base fisiológica na explicação do processo.

Podemos notar a relação intrínseca que há entre sensação e percepção, sendo que esta última é a responsável por estabelecer contornos específicos ao objeto dependendo do contexto geral, dando, assim, inteligibilidade e significados mais amplos à experiência. Como veremos, dois aspectos são cruciais nessas observações. A pista sensorial abre um campo de possíveis (*atira*, segundo nossa referência passada) mais ou menos amplo, e a percepção seleciona (ou *acerta*, para usarmos a expressão anterior), constituindo, assim, uma via definida de acesso.

A percepção, portanto, está relacionada diretamente com o processo associativo. Sabemos que quando um determinado objeto está conectado a vários elementos, o contexto determina qual será o sentido específico em que ele será tomado – já que a própria caracterização do objeto do pensamento envolve todas as relações. De acordo com James, o mesmo ocorre quando uma sensação estiver associada com mais de uma realidade, pode-se dizer, em primeiro lugar, que percebemos a coisa mais *provável* de ser encontrada naquelas circunstâncias (isso se seguirmos a via do hábito, mas, mais adiante, indicaremos outros fatores). Aqui é necessário que façamos um parêntese para pontuar em que medida podemos falar em associação na psicologia jamesiana.

Apesar do reconhecimento do espaço para a associação, não podemos esquecer de todo o percurso crítico no *PrP* contra o associacionismo e, por isso, devemos assumir com cuidado o papel desse mecanismo na psicologia jamesiana. Trata-se do mesmo cuidado que devemos ter com as aproximações e críticas constantes ao próprio empirismo inglês (Gutman 2005). Em primeiro lugar, e ponto fundamental da divergência filosófica entre os dois projetos, é preciso destacar que toda associação admitida por James é associação entre objetos ou entre coisas sobre as quais pensamos (*thought of*); ou seja, sobre o resultado dos processos de concepção e abstração e jamais entre *ideias*. James não aceita a associação de *ideias* porque tal posição implicaria assumir o estado mental como uma composição de elementos discretos “imutáveis e constantemente recorrentes” – tese combatida com a descrição do fluxo.

Dito isso, é necessário fazermos uma distinção, que James aponta na primeira seção de seu capítulo sobre a associação no *PrP*, sobre a utilização dos princípios associativos para explicar a fusão de ideias simples numa dada ideia complexa e seu uso na compreensão das transições na vida mental; ou seja, sua função explicativa no que

diz respeito a um estado específico ou à transição de um para outro. No primeiro caso, os princípios associativos são, segundo ele, maneiras de complementar a tese atomista que fundamenta a doutrina, cada elemento sensorial experimentado no contato com um objeto complexo seria algo intrinsecamente distinto e precisaria ser devidamente organizado para que fosse percebido como um todo, e esse aspecto é um ponto crucial de divergência. Se a experiência é, em sua essência, complexa o associacionismo aceito por James não inclui, de forma alguma, um *atomismo*. Em outras palavras, poderíamos dizer que sua discordância é, antes, com o pressuposto atomista do que com a utilidade da noção de associação para a Psicologia<sup>155</sup>. Já a questão da continuidade entre os estados é resolvida pela descrição do fluxo do pensamento e a consideração do sujeito com o instante atual do fluxo ou Pensamento.

É interessante destacarmos, ainda, uma divergência propriamente metodológica com a psicologia associacionista quanto à determinação da *causa* da associação e à formulação dos princípios associativos. Temos aqui dois problemas: o primeiro é a impossibilidade de atribuir um poder causal aos princípios associativos e o segundo é a indicação do número dos processos elementares de associação. James sugere que a causa da associação é a lei do hábito neural que determina que uma vez estimulados simultaneamente ou em sucessão rápida, os pontos se tornam associados e, quando um deles for ativado, o outro também o será em alguma medida; remetendo, dessa maneira, a explicação da associação para o nível fisiológico<sup>156</sup>.

Para James, não é possível afirmar que relações percebidas *pela* mente *após* o pensamento, como, por exemplo, similaridade e contraste, possam ser tomadas como causa da associação, elas são resultados do processo; portanto, o hábito é a única lei elementar da associação, reduzindo, assim, o aspecto explicativo da associação ao princípio da contiguidade. Aqui podemos identificar o peso da afirmação feita no primeiro capítulo do *PrP* quanto à necessidade do associacionismo se tornar *cerebralista*. É essa mecânica neural que determina, salvo nos casos de pensamento voluntário, toda a transição dos pensamentos. Ela também nos permite, ao contrário da explicação associacionista tradicional, alguma aventura no terreno da previsão. É necessário, no entanto, que destaquemos, mais uma vez, o aspecto inferencial do processo cerebral utilizado para a explicação do fenômeno.

---

<sup>155</sup> Os “serviços” da psicologia associacionista são reconhecidos no capítulo inicial do *PrP*. Uma deferência que James traz para o primeiro plano no prefácio à edição italiana em 1900.

<sup>156</sup> O que parece ser, também, a única saída para explicar a composição, em alguma medida, da experiência complexa sem contrariar a integralidade no nível psicológico. Ver Myers (1986).

À medida que nossa relação com o ambiente progride, exercitamos sistematicamente os dois processos, de *dissociação* e *associação*; transformando nossa capacidade de interpretar as informações sensoriais em termos de objetos perceptivos em uma tendência praticamente irresistível de nosso pensamento. Neste sentido, segundo James, há mais chances de termos várias percepções do que ficarmos sem nenhuma, algo que ele procura sustentar, inclusive, em pacientes com as mais diversas afasias. Em outras palavras, basta que a sensação sugira, mesmo que de forma tênue, alguma relação para que formemos uma imagem mais definida. Isso, ao mesmo tempo que vai ao encontro da noção *gestaltista* de fechamento, é coerente com a indicação do pensamento em procurar a estabilidade das porções substantivas.

A maneira pela qual a percepção é descrita permite a James interpretar em termos comuns também os processos de ilusão e alucinação; isto é, diminuir a fronteira entre o normal e o patológico no campo perceptivo. Em ambos os casos, trata-se de formar uma dada percepção com base em alguma informação sensível. No caso das ilusões, James destaca duas explicações possíveis para nossas confusões: a ‘coisa’ suposta é a mais habitual ou provável naquele contexto; ou a mente está *tomada* por algo e, portanto, suscetível a representá-lo. O trabalhador que costuma encontrar seu amigo sempre no mesmo lugar e à mesma hora tenderá a identificar suas feições em qualquer um que passe pelo local naquele momento, ainda que o exame posterior mostre que as semelhanças físicas sejam bastante restritas; assim como aquele que aspira reencontrar rapidamente o objeto de seu desejo tem alta propensão de enxergá-lo em rostos diferentes. Essas observações trazem para a interpretação da percepção os componentes motivacionais e emocionais, destacando seu papel na delimitação do sentido da experiência e, principalmente, retirando as considerações do processo de um registro exclusivamente intelectualista.

A interpretação proposta para o erro novamente coloca-nos em alerta para a falácia do psicólogo. De acordo com James, o erro – a confusão que fazemos entre o pedestre e o amigo que esperamos – diz respeito àquilo que é inferido, não às informações que são dadas aos sentidos; ou seja, não existe experiência falsa. A famosa “falácia dos sentidos”, segundo James, é, na verdade, “falácia do intelecto”; a experiência sensorial, tomada em si, como destacamos com a análise inicial do sentimento *q*, não é, em si mesma, verdadeira ou falsa, ela apenas *é*.

O exame da percepção permitiu-nos definir com mais clareza as considerações que havíamos feito anteriormente, seguindo o artigo sobre a função da consciência, da

relação entre o sentimento inicial, que *atira* em direção ao mundo, e aquilo que – e como – ele eventualmente acerta. O sentimento é índice de alguma suposta relação que será ou não efetivada, embora haja uma chance muito maior dele *acertar* algo. Quanto mais complexa nossa relação com os objetos, maiores as chances de múltiplas possibilidades de interpretação no contexto, algo que é determinado por um equilíbrio entre a força da pista sensorial e nosso estado emocional e motivacional momentâneo. O sentimento parece abrir um campo de *possíveis* mais amplo do que aquele que, de fato, será atualizado – que podemos explicar por intermédio da formação dos caminhos associativos pelo hábito. Aquilo que encontramos na interpretação desse sentimento e que chamamos de *real* é, portanto, construído pela verificação dessa expectativa inicial do sentimento.

### **Uma psicologia da crença**

Terminamos a seção anterior com a indicação de alguns desdobramentos da 'psicologia da cognição' apresentada no *PrP*. A aproximação com o problema do conhecimento no texto de 1885 havia indicado a maneira pela qual nosso pensamento procede a partir de um sentimento inicial para uma eventual indicação da existência de alguma realidade exterior a ele. Depois de esclarecermos os movimentos de análise e síntese do campo oferecido pela experiência, retomamos a questão, pelo menos no que diz respeito à experiência sensorial, em termos da sensação ou sentimento inicial funcionar como guia hipotético para a percepção. Em outras palavras, o sentimento cria uma expectativa, maior ou menor, em relação ao campo e essa expectativa é avaliada na medida em que o próprio processo se desenrola. Como indicamos nas considerações iniciais, o passo para a realidade não compete ao próprio estado.

James utiliza o termo *crença* (*belief*) para caracterizar o estado ou função mental de “conhecer a realidade”, ou para especificar essa indicação do estado, enquanto sugestão para fora de si, destacando os diferentes graus de certeza que venhamos a experimentar. Ele especifica a crença ou sentido de realidade como “*um tipo de sentimento mais próximo da emoção do que de qualquer outra coisa*” (*PrP*, vol. II, p.

913). O interesse do autor pelo tema é antigo e aparece no artigo *Rationality, activity and faith*, de 1882, que James retoma no capítulo do *PrP*<sup>157</sup>.

A experiência desse estado seria marcada pela suspensão de qualquer agitação intelectual quando a mente é tomada por alguma noção estável e principalmente, como veremos, pela ausência de ideias contraditórias. Neste sentido, James destaca que o contrário da crença não é a descrença (sua negação), mas a dúvida ou a postura investigativa. Trata-se, portanto, de um estado particular que mostra nossa atitude geral perante um objeto, uma *ideia* ou proposição, cuja peculiaridade marca distintamente sua diferença com aspectos do pensamento que podemos meramente conceber, este último caracterizado como um estado frio e sem vivacidade.

Até aqui nos concentramos no aspecto descritivo da crença, oferecendo mais indicações sobre um tema já esboçado; interessa-nos, agora, o modo como James especifica a forma pela qual o sentimento é estabelecido e verificado; isto é, como se constrói a própria noção de realidade. Vimos que James contrapõe a crença à dúvida e esse fato ajuda-nos a esclarecer o processo.

De acordo com ele, a tese mais comum acerca do nosso conhecimento daquilo que é *real*, mantendo a posição dualista do senso comum, é que primeiro temos a ideia de algo e depois acrescentamos a ela esse predicado; a certeza seria, portanto, conquistada. Várias circunstâncias corroboram essa noção, como, por exemplo, quando formulamos hipóteses e testamo-las, mas isso não significa que o desenvolvimento da função siga esse percurso. Através de uma investigação sobre a gênese do processo, ele inverte essa afirmação, destacando que nosso “*impulso primitivo é afirmar imediatamente a realidade de tudo que é concebido*”<sup>158</sup> (*PrP*, vol. II, p. 946, grifos do autor).

Retomemos aquele mesmo exemplo do bebê, cuja mente ainda encontra-se 'intacta', que contempla a chama da vela. Suponhamos que a imagem da chama esteja apenas em sua mente; isto é, que nós, na postura crítica do psicólogo, não possamos ver a vela. Em nossa interpretação, a experiência da criança seria alucinatória e não afirmaríamos que ela seria real no sentido de corresponder ao objeto presente no mundo externo. Nossa avaliação é resultado da articulação entre as informações que teríamos

---

<sup>157</sup> O capítulo do *PrP* é intitulado *Percepção da realidade* e constitui uma reimpressão, com adições, do artigo *The psychology of belief*, *Mind*, 14 (July 1889), pp. 321-352. Concordamos com Myers (1986) em sua observação de que o título do artigo parece conceitualmente mais adequado do que aquele utilizado no livro.

<sup>158</sup> A tese é creditada a Bain (*The emotions...*), ver nota 30.

para dizer que o bebê vê a chama e todas as outras que atestam o contrário; em uma palavra, contradizemos a afirmação da existência da chama com base nos outros conhecimentos que temos *sobre* o mundo. A questão é: essas objeções fazem sentido do ponto de vista *daquela mente*?

Se aceitarmos o caráter indiferenciado dessa primeira experiência, como nos mostrou nossa análise anterior, e o fundamento de nossa afirmação da realidade da chama pelo processo de entrecruzá-la com outras informações, seremos levados a reconhecer a ininteligibilidade da suposição de que, para aquela mente, a vela seja concebida como irreal; ela está, como vimos, literalmente tomada pela chama. Desta forma, compreendemos melhor a tese de que “*qualquer objeto que permaneça não contradito é ipso facto crido e tido como realidade absoluta*<sup>159</sup>” (PrP, vol. II, p. 918, grifos do autor).

Neste ponto é preciso cautela. A posição defendida por James parece preocupada em evitar uma posição *idealista*; ou seja, mesmo tendo afirmado insistentemente o aspecto ativo e até construtivo da experiência, como, por exemplo, no caso da percepção, isso não significa dizer que a crença parte do pensamento para o mundo e que, portanto, toda crença é na verdade uma dúvida sobre a realidade que precisa ser verificada. É fato que em diversas situações essa impressão parece ser confirmada (basta retomarmos outro exemplo anterior, o da situação em que cremos ver um amigo passando do outro lado da rua, depois verificamos tratar-se de outra pessoa).

O que está em jogo, novamente, é mostrar que a própria diferenciação entre o pensamento/sujeito e o objeto, que serve como fundamento para dúvida em relação à semelhança entre eles, é produzida, pelo menos no aspecto psicológico, ao longo do desenvolvimento, mostrando na interpretação da experiência 'alucinatória' do bebê a insensatez de nossa inferência sobre sua dúvida da existência da vela. Mais do que isso, a retomada do exemplo para desconstruir nossa hipótese de que partimos da dúvida é generalizada de uma maneira bastante sugestiva. Se nossa tendência é antes crer do que duvidar, isso sugere o compromisso intrínseco do pensamento com o objeto, no sentido de que o primeiro *visa* necessariamente este último.

James encontra apoio para esta tese em Spinoza<sup>160</sup>, retomando no texto um exemplo apresentado por esse autor. Concebamos um menino cuja imaginação tenha produzido um cavalo com asas; se supusermos que a sua mente não tem mais nada a

<sup>159</sup> Trata-se de um processo extremamente similar àquele defendido na teoria da vontade: a ideia motora tende a desdobrar-se em ação caso não seja contradita.

<sup>160</sup> Citação de trecho da *Ética* na p. 918.



considerar – particularmente nenhuma ideia contrária à existência de tal cavalo – não há razão para que desconfiemos que ele tome a imagem como real. James utiliza o exemplo para mostrar como essa informação pode ser constatada e sugerindo ordens distintas de realidade. Este exemplo é interessante. Se extrapolarmos a ideia, seríamos obrigados a admitir que a fantasia, nesse caso infantil, não é uma espécie de perversão da Realidade, mas que a dinâmica assumida na vida adulta desencanta sistematicamente o mundo (um argumento que o autor retoma ao comparar o pensamento ingênuo ou sistemático).

O próprio James se coloca na situação de imaginar o tal cavalo e, como qualquer outro que tente fazê-lo, não tem problemas em obter a imagem. A suspeita em relação a ela começa a se desenvolver quando tenta remeter a imagem a algum animal em particular, como, por exemplo, quando tenta conceber que sua égua, Maggie, tenha criado asas. Nesse instante, a contraposição com o conhecimento empírico que possui sobre os cavalos invalida a veracidade exterior de um cavalo alado. James supõe que o leitor identificará, nos casos citados, os dois tipos de juízos chamados pelos manuais de lógica de existencial e atributivo. A proposição que afirma a realidade da vela é existencial e aquela que diz “minha Maggie tem um par de asas” é atributiva. Nós cremos no conteúdo das proposições pelo simples fato de terem sido concebidas até que algo as contradiga. É exatamente isso que acontece com o último caso e, por essa razão, eu lhe nego a existência fora da minha mente.

Em uma nota de rodapé James discute a distinção entre esses dois tipos de proposição, destacando que se trata de uma diferença bem mais superficial do que a princípio se pensa. O predicado de realidade não acrescenta nada, nenhuma qualidade substantiva à coisa, mas trata-se de um termo que a relaciona com diversas outras experiências articulando, dessa forma, nossa crença em sua realidade em mundo exterior.

“Em ambos os juízos, existencial e atributivo, uma síntese é representada. A sílaba *ex* na palavra *existência*, da em *Dasein*, expressam isso. ‘A vela existe’ é equivalente a ‘A vela está *ali*’ e *ali* significa o espaço real, espaço relacionado com outros reais [o Espaço]. A proposição equivale a dizer: ‘A vela está no mesmo espaço com outros reais’. Ela afirma um predicado muito concreto à vela, a saber, esta relação com outras coisas concretas. A existência real *delas* [as outras coisas], como veremos a seguir, baseia-se nas relações peculiares que

têm *conosco*. A existência não é, portanto, nenhuma qualidade substantiva quando a predicamos a um objeto, ela é uma relação, terminando ultimamente em nós e no momento em que ela termina, torna-se uma relação *prática*” (*PrP*, vol. II, p. 919, grifos do autor).

A passagem indica um ponto decisivo no pensamento jamesiano. Se nela James se vale de um objeto material, suas consequências vão muito além desse plano. A existência do objeto é atribuída, neste caso, a partir das relações que estabelecemos entre elas e aquilo que entendemos como o espaço real; portanto, essa atribuição é *relativa* a essa noção de um Espaço ou sistema espacial. Já no exemplo do cavalo alado, sua realidade, no caso de James, estaria confinada ao plano da fantasia, por sua articulação com outras referências.

A partir desse aspecto da atribuição da existência em relação a um determinado sistema e da identificação de várias modalidades com as quais podemos organizar nossas informações, James chama atenção para as diversas *ordens* que podemos tomar por realidade ou como sistemas de referência distintos podem apresentar diferentes mundos possíveis. Determinados objetos, como, por exemplo, as crenças populares ou entidades religiosas, têm sua existência ou validade circunscritas a uma determinada ordem que ele chama de sub-universos das crendices ou da religião, respectivamente. Todo pensamento, portanto, para que tenha significado será enquadrado em alguma ordem e qual será ela – principalmente quando há conflito – dependerá, em alguma medida, de nossa escolha. Uma observação que parece corroborar o ponto de partida pluralista consonante com o senso comum<sup>161</sup>.

A manutenção dessa diversidade de sistemas ao longo da vida de cada um depende, segundo James, de um equilíbrio dinâmico entre a diversidade de experiência e a exigência por articulação entre elas<sup>162</sup>. Quanto menos rigor tivermos para organizar nossas diferentes informações, mais crenças opostas podemos acumular. Em geral, todos possuímos um sistema particular que figurará como nosso “mundo das verdades últimas” que, segundo James, é resultado dos nossos “hábitos de atenção dominantes”. Via de regra, consideramos o ‘mundo físico’, mas alguns outros sistemas podem assumir importância maior.

---

<sup>161</sup> Uma situação que havíamos encontrado no caso do conflito entre os *selves*.

<sup>162</sup> Como veremos, do ponto de vista psicológico, o conflito em torno do *monismo* é justamente sua atratividade em termos racionais mais sua artificialidade e distanciamento da experiência comum.

A forma mais elementar pela qual consideramos algo como real é a relação *prática* que estabelecemos com ele; isto é, à medida que ele desperta em nós um sentimento (vívido) e interfere em nossa vida ativa<sup>163</sup>. Para ser tomado como real o objeto deve, portanto, parecer-nos *importante* e *interessante*. Segundo James, é esse sentido estritamente relativo que a palavra realidade tem para o homem comum. Em outras palavras, “*realidade significa apenas relação com nossa vida emocional e ativa*” (*PrP*, vol. II, p. 924, grifos do autor).

Como vimos, a atribuição do predicado de realidade não acrescenta nada à coisa, mas para que tal operação seja possível, nós temos que nos colocar, de alguma maneira, fora dela. Nesse processo, identificamos que o estabelecimento de relações práticas, além de ser o critério mais elementar, é o fundamental. A realidade é baseada nas relações práticas imediatas estabelecidas entre a coisa e nós mesmos ou relações entre ela e outros objetos com os quais nós temos relações práticas imediatas<sup>164</sup>. E aqui, paralela ao papel da ação para a construção desse sentido de realidade, o autor aponta o próprio sujeito como o *suporte* de todo processo.

Para entendermos adequadamente o sentido da afirmação anterior, é preciso destacar uma diferença significativa para a compreensão da crença se nós nos caracterizarmos como pensadores meramente lógicos ou influenciados por impulsos emocionais. Em um sentido ‘frio e distante’, conferimos realidade a qualquer objeto que passe pelo nosso pensamento, mas as reações emocionais que determinados objetos podem desencadear fazem com que lhes confirmamos um grau de realidade maior, à medida que os selecionamos e enfatizamos. Em última análise, essa ênfase e acolhimento é nosso ego – no sentido que indicamos no capítulo anterior – e qualquer sistema de relações mais sofisticado que venha a ser erguido terá nele o seu fundamento. “Nós alcançamos, então, a importante conclusão de que *nossa própria realidade, aquele sentimento de nossa própria vida, que possuímos a cada instante, é o fundamento dos fundamentos para nossa crença*” (*PrP*, vol. II, p. 926). Em outras palavras, esse sujeito que serve aquele sujeito que *sente* e *seleciona*, tem interesses e expressões emocionais. James estabelece um paralelo entre essa posição e o *cogito*<sup>165</sup> cartesiano no sentido de reivindicar como o fundamento último das minhas

---

<sup>163</sup> James afirma seguir Hume e Bain nessa caracterização. Ver *PrP* pp. 924-925.

<sup>164</sup> Como já havia sido indicado no *On the function* em termos da possibilidade de operação direta ou indireta.

<sup>165</sup> Antes da terceira meditação, é claro; como sugerimos na conclusão do capítulo anterior e com todas as suas consequências.

crenças essa certeza constante da minha própria realidade e, por extensão, do alargamento da ancoragem das outras afirmações nela. “*Quaisquer coisas que tenham conexão íntima e contínua com a minha vida são coisas de cuja realidade eu não posso duvidar*” (p. 926). Se é o Pensamento, ou o momento particular do fluxo, que se apropria de toda a cadeia de seus antecessores para sustentar, no presente, um sentido de identidade, ele é também o responsável por manter as afirmações sobre a realidade em geral.

Como, mais uma vez, o interesse é apontado como ponto fundamental, James propõe-se, também, a investigar em que consiste o poder excitador de um objeto, uma questão da mais absoluta complexidade que envolve reflexões recorrentes dos pensadores e que ele não se arrisca a responder em termos metafísicos, mas apenas a oferecer indicações no sentido psicológico. Em primeiro lugar, ele reafirma que, na ausência de noções conflitantes, qualquer coisa que aparecer para a mente pode ser considerada real, generalizando, como dissemos, aquela ligação inicial da experiência indiferenciada. Como regra, diz ele, nós cremos tanto quanto podemos. E quanto menos analítico e articulado for nosso pensamento, mais 'sistemas contraditórios' pode conter e, portanto, mais elementos diversificados é capaz de abranger. O que acontece, segundo ele, por exemplo, no pensamento das crianças e dos 'selvagens'.

Mesmo com as dificuldades apontadas, ele indica algumas condições para justificar a crença no objeto que já foi questionado em algum momento, dentre elas destaca: sua coercividade sobre nossa atenção, vivacidade ou vigor sensível, o efeito que promove em nossa vontade – no sentido de despertar impulsos –, interesse emocional, congruência com certas formas de contemplação e independência de outras causas. Aspectos que, de acordo com James, estão articulados entre si e cujo esclarecimento demandaria uma análise histórica, em um sentido amplo, particularmente à luz da própria evolução.

Normalmente, o campo das sensações ‘externas’ é mais vívido e, portanto, julgado mais real, mas essa primazia da realidade física não pode ser generalizada. As vibrações moleculares são tomadas pelo físico como mais reais do que o calor que sentimos, assim como a fé no paraíso futuro pode fazer o cristão encarar quase com indiferença as provações terrestres e neste sentido, a convicção em determinados constructos teóricos pode sobrepujar o plano sensível concreto.

É preciso atentar, no entanto, que os diferentes constructos, por sua vez, devem terminar em alguma sensação para que tenha status de realidade. Trata-se daquilo que

na ciência consideramos como *verificação*. Em última análise, “*Objetos sensíveis são então nossas realidades ou o teste para nossas realidades. Objetos concebidos devem mostrar efeitos sensíveis ou então serão desacreditados*” (*PrP*, vol. II, p. 930, grifos do autor). Mesmo quando tais objetos são a causa das sensações, como, por exemplo, no caso da vibração das moléculas. Essa rede de significação que as formulações mantêm com os aspectos sensíveis, James caracteriza pela *orla*.

“Sistemas conceituais que não comecem ou terminem em sensações seriam como pontes sem pilares. Sistemas sobre fatos devem apoiar-se em sensações como as pontes escoram seus pilares nas rochas. As sensações são as rochas estáveis, o *terminus a quo* e o *terminus ad quem* do pensamento. Encontrar tais *termini* é nosso objetivo com todas as nossas teorias – conceber primeiro quando e onde certa sensação deve ser obtida e então experimentá-la. Encontrar isso põe fim à discussão. Falhar em conseguir isso mata a falsa presunção de nosso conhecimento. É apenas quando você deduz de sua teoria uma possível sensação para mim e me faz vivenciá-la quando e onde a teoria requer, eu começo a ter certeza que seu pensamento tem alguma coisa a ver com a verdade” (pp. 656-657).

Se a experiência sensorial funciona como a base para a elaboração de diversos outros sistemas de compreensão mais abstratos, James destaca uma hierarquia dentro dos nossos próprios sentidos, com base em nossa preferência pelas qualidades *tangíveis* dos objetos, porque seriam menos flutuantes. Neste sentido, apresenta as sensações táteis como qualidades realmente primárias e interpreta, segundo ele, seguindo Berkeley e Aristóteles, nossos outros sentidos como “órgãos de toque antecipatório”. Notamos aqui, a força do evolucionismo na psicologia de James que tomará o distanciamento perceptivo – e intelectual de forma geral – como estruturas colocadas a serviço e baseadas em última instância na ação<sup>166</sup>.

Seguindo esses compromissos com o aspecto funcional dos processos psíquicos compreendidos como resultado evolutivo, o aspecto ativo e, principalmente, emocional da crença aparece com destaque, afastando essa posição do *intelectualismo*. James confere um peso particular à influência que os objetos que mobilizam nossos impulsos ativos têm para despertar nossa crença; destacando a peculiaridade de determinados objetos, que despertam reações emocionais ou impulsos intensos, têm na expressão de nossa crença, cuja posição anti-intelectualista é materializada na expressão ‘Nada que

<sup>166</sup> Como aparece destacado nas teses do *Rationality* que ele cita ao longo do texto.

eu possa sentir *assim* pode ser falso' – a como se essas experiências mesmo que pontuais tivessem um poder incrível para o direcionamento de nossas convicções.

O ponto máximo da reflexão sobre a atribuição de realidade ou, mais especificamente, da psicologia da crença são as condições responsáveis pela nossa adesão a sistemas teóricos particulares. Este é um tema pelo qual o interesse de James é antigo e algumas indicações sobre ele nos permitirão, pelo menos, atenuar o eco de subjetivismo que possa ter se formado na cabeça do leitor pelas indicações anteriores.

Em 1879, James publicou o artigo *The sentiment of rationality*, no qual procurou descrever, como o próprio título sugere, o sentimento que caracteriza a constatação realizada pelo pensamento de que existe uma articulação harmônica entre um conjunto de concepções. Segundo ele, essa indicação de racionalidade se expressa pela ausência de conflito ou perplexidade ou pela experiência da fluência. No plano psicológico, o exercício racional é a procura dessa fluência através da elaboração, cada vez mais profunda e articulada, diante das questões. Neste sentido, quanto mais esmiuçado for um conjunto de ideias e quanto mais ele sobreviver a essa tensão, mais racional ou objetivo<sup>167</sup> ele será.

De acordo com o próprio autor, o artigo anterior, explica parte do processo de nossa opção por determinado sistema – a parte objetiva – mas isso não responde pela totalidade dos fatores. O problema é tratado em outros dois artigos *Reflex-action and theism* (1881) e o *Rationality, activity and faith*<sup>168</sup> (1882). O tom dos textos já revela muito. Partindo do fato de que as posições teóricas sejam igualmente racionais ou consistentes, há outros fatores decisivos em nossa opção e eles são de natureza prática e emocional. Para James, nenhum sistema que contrarie, radicalmente, essas duas características tem chance de firmar-se universalmente.

Se a escolha da posição teórica ocorre somente no plano emocional ela é subjetiva no sentido pejorativo da expressão, mas não é isso que está em questão. O esforço consiste, apenas, em discordar que a opção seja exclusivamente em termos *objetivos*.

---

<sup>167</sup> Ele sugere na abertura do *The dilemma of determinism* que esse é o único critério objetivo que teríamos para dizer que um sistema ou posição teórica é mais verdadeiro que o outro.

<sup>168</sup> Este artigo e o *The sentiment of rationality* são a base para o capítulo homônimo do *The will to believe*.

## Conclusões

No primeiro capítulo dessa tese, traçamos um percurso, a partir do roteiro de leitura alternativo indicado no prefácio do *PrP*, que nos permitiu acompanhar tanto a influência darwinista quanto o impacto do princípio do arco reflexo para a psicologia do século XIX, particularmente para o projeto jamesiano. Essa análise resultou em uma teoria da ação que, em um contexto mais amplo, remetemos a uma filosofia da ação. A maneira pela qual a ação foi apresentada possibilitou-nos articular as mais diferentes relações do organismo com o meio, do deslocamento motor, passando pela percepção até os processos cognitivos em termos de ação mecânica ou virtualizada. Se, no nível motor, a essência da consciência é seleção vimos que isto é verdade em todos os níveis.

Já no capítulo dois, o preâmbulo para entender o viés pelo qual James se aproxima dos processos internos mostrou-nos os compromissos iniciais como forma de distanciar esse projeto das alternativas clássicas do associacionismo e da psicologia das faculdades. A descrição do pensamento como um fluxo e do sujeito como o instante atual dessa corrente que se apropria sistematicamente dos antecessores e assim garante um sentido efetivo de continuidade, possibilita que o autor defenda um sentido positivo de identidade, fugindo da fragmentação associacionista, sem a necessidade de recorrer a uma unidade substancial, perdendo assim o contato com o plano fenomenal. A descrição das características do pensamento reforçou o aspecto seletivo e funcional e a construção do *self* empírico mostrou o sentido de consciência interessada e o papel do corpo. Destacamos que a base da noção de fluxo está na continuidade sensível da experiência, alcançada graças à identificação das *partes transitivas*, algo que havia escapado a algumas escolas e que obrigou James a expressar uma diferença entre duas formas de conhecimento que denominou, respectivamente de *familiaridade* e conhecimento *sobre*.

Foi exatamente a importância dessa distinção que nos levou a organizar o terceiro capítulo em torno da especificação de cada um deles. Buscamos os contornos para essa questão no artigo *On the function of cognition* que apresentamos como uma espécie de roteiro do problema epistemológico que reaparece e é aprofundado em capítulos específicos do *PRP*. O fio condutor na exposição do artigo foi o compromisso empirista na identificação do sentimento geral, a *familiaridade*, e a partir dele a construção da relação com o objeto; isto é, o estabelecimento dele como real ou

existente independentemente do sujeito, esboçando assim a posição dualista adotada frente ao problema do conhecimento.

Organizamos nossa investigação do tema no *PrP* tendo como horizonte a questão da relação entre aquilo que James declara como psicologia da cognição e o problema do conhecimento no sentido mais amplo. Nossa análise partiu da descrição da sensação enquanto processo articulado entre o organismo e o meio, entendido, inicialmente, como uma experiência de indiferenciação – razão pela qual seguimos a expressão de James indicando um *campo da experiência* no sentido complexo e totalizado que, eventualmente é discriminado em relações particulares como um processo do próprio pensamento.

Essa investigação seguiu um duplo movimento, primeiro analítico e depois sintético, passando pelos processos de atenção, concepção, discriminação até chegar às considerações sobre o objeto distintamente reconhecido como composto no caso da percepção. Como a perspectiva inicial deixada pelo *On the function* quebrava a equivalência entre o pensamento e o mundo, restringindo ao mesmo tempo uma interpretação realista do mundo e meramente passiva do sujeito, vimos que a relação de conhecimento se estabelece, desde seu início, no registro da crença, uma peculiaridade que James explora nos mais diferentes níveis.

Como temos acompanhado o problema do dualismo ao longo do texto, nosso leitor deve ter notado o quanto nessa análise que oferecemos da ‘psicologia da cognição’ a separação radical entre sujeito e objeto parece absurda, se vista sob a perspectiva dos detalhes que apresentamos. Tudo que temos a dizer sobre essa inconsistência – e também em relação a uma demarcação clara dos limites dessa investigação no campo psicológico com a reflexão propriamente epistemológica – resume-se ao adendo presente na nota de rodapé do artigo de 1885 à qual nos referimos na página 113, nota que James acrescentou para a versão do texto no *The meaning of truth* e que aqui transcrevemos ao pé da letra. Depois de referir-se àquela necessidade de postular o dualismo *imediato* entre o sujeito e objeto no ato de conhecimento ele escreveu: “[‘Unmediated’ is a bad word to have used – 1909]” (p. 186).



## Capítulo IV (à guisa de conclusão): O *PrP* como uma *psicologia da ação*

“Sou gestaltista por abordar sempre em primeiro lugar o todo e, a seguir, as partes desse todo. Sou sistematista por acreditar que, com a evolução dos seres vivos e dos seres minerais, há uma série de sistemas, cada um se superpondo aos outros, com exceção do mais inferior de todos. Sou behaviorista por abordar o organismo, humano ou não-humano, sempre fora de mim, de minha consciência-imediata. E sou cognitivista pela seleção de assuntos que quero estudar. Entretanto, sou, em primeiro lugar, um cientista empírico<sup>169</sup>”

Iniciamos esta pesquisa com a apresentação feita por James no prefácio do *PrP* da Psicologia como uma ciência natural. Na ocasião, acompanhamos as características básicas que esse ponto de vista positivista reivindicado pelo autor indicava para a disciplina. Destacamos, em particular, a adoção dos pressupostos básicos de um mundo físico, de sentimentos e pensamentos e da possibilidade de conhecermos o mundo. Tais pressupostos deveriam ser tomados no sentido corriqueiro e não refletido do senso comum. Em outras palavras, a ciência parte desse dualismo, em suas diferentes expressões (metafísica e epistemológica), sem ter que lidar diretamente com ele, uma vez que não interfere na natureza dos dados que ela encontra. Fizemos questão de destacar nossa intenção em não suavizar esse dualismo, mas seguir a exposição do autor sempre que as questões fossem retomadas de maneira pontual.

Nossa opção por seguir o roteiro de leitura alternativo sugerido por James, no mesmo prefácio, permitiu-nos acompanhar a maneira pela qual suas considerações sobre as diversas modalidades de ação se entrecruzam com as evidências oferecidas pela fisiologia do século XIX, em particular, o princípio do arco reflexo. Nesse movimento, tivemos a oportunidade de acompanhar o esforço do autor em contornar uma teoria da ação que não conseguisse articular o aspecto físico (o organismo) com o meio (o mundo físico) de maneira satisfatória, como seria o caso das posições extremas do *mecanicismo* ou do *finalismo*. Por meio da noção de *ação mental*, James nos mostrou que toda ação de um organismo vivo (ele não estabeleceu o limite claro que isso poderia atingir) é, necessariamente, articulada em seu ambiente e que é impossível pensá-la em termos puramente mecânicos, ainda que não seja necessário supor seu aspecto ideacional original. Em outras palavras, vimos a maneira particular pela qual ele se apropria da noção de arco reflexo e não fomos capazes de identificar nessa argumentação nada que *exigisse* a adoção da posição dualista que cria as dicotomias

<sup>169</sup> Arno Engelmann (2002). A psicologia da gestalt e a ciência empírica contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18 (1), pp. 001-016. Página 12.

entre o organismo e o mundo ou o físico e o mental – uma vez que a relação da consciência com o corpo mostrada nessa concepção da ação não pode ser ilustrada como aquela que se estabelece entre o nauta e sua nave.

Ao acompanharmos a exposição do pensamento como um fluxo e as considerações sobre a consciência do *Self* pelo viés essencialmente descritivo reivindicado pela natureza do exercício introspectivo praticado por James, tampouco pudemos identificar algo que tornasse necessário assumir o dualismo. A ênfase e o cuidado em apresentar a *continuidade* do pensamento serviu para dispensar o recurso a um princípio externo para explicar sua unidade (uma intenção que encontra sua expressão máxima na consideração da identidade pessoal pela *apropriação* pelo e *para* o Pensamento). E o fato de não encontrar nada de *puramente espiritual* nas expressões mais íntimas dos processos mentais nos levou a considerá-los, seguindo o próprio James, como *atividades* no sentido que havíamos encontrado em nosso primeiro capítulo; generalizando, assim, o próprio significado da ação mental e reduzindo, ainda mais, a dualidade entre interno e externo. Novamente, ainda que esse empirismo não seja radicalizado ao ponto de se constituir em uma filosofia transcendental que permitisse estabelecer as próprias condições de possibilidade da experiência e enfrentar o dualismo no sentido metafísico, o fato de partir da *descrição* ‘pura’ e recorrer a ela em última instância não nos obriga a admiti-lo.

Se nos movimentos anteriores notamos a ausência de necessidade de que o dualismo fosse adotado como ponto de partida – sequer que possa ser sustentado nos meandros da análise – em um sentido metafísico, no terceiro capítulo o problema aparece principalmente em termos epistemológicos; e, também nesse caso, a posição assumida destoa. As considerações sobre o *ato* de conhecimento ou a psicologia da cognição partem da identificação de um sentimento mínimo (um campo de consciência) que sugere, embora não especifique, uma relação com algo para o qual ele tende, que ele *procura* e reconhece ou não, em um exercício de verificação de crença. Trata-se de construir a explicação, por mais que a linguagem seja particularmente caótica, em termos de um campo total inicial (embora composto de *objetos*, por mais que essa reivindicação seja delicada) que é *discriminado* no próprio processo de operação realizado *pelo* pensamento e ressignificado como um horizonte de objetos particulares, levando-nos a crer que não existe razão para supor que haja um abismo imediato entre sujeito e objeto, um sentimento que se confirma quando recorremos à discreta emenda à

nota do artigo de 1884 que James acrescenta na reimpressão do artigo no *The meaning of truth*.

Resta-nos assim, a consideração do dualismo no sentido metodológico. Como destacamos em nossa introdução geral, se, por vezes, a referência ao dualismo decorrente da posição positivista assumida como meramente metodológica ou provisória salva alguma consistência entre as afirmações explícitas do autor e sua reflexão filosófica posterior, ela parece ofuscar o sentido que esse dualismo tem para o programa prático da disciplina e que agora nos dedicaremos a explorar.

### **Em busca de uma noção de ciência**

O *PrP* faz menção, em diversos momentos, à noção de *ciência*, com destaque, evidentemente, para a própria Psicologia. Engana-se, contudo, aquele que espera encontrar ao longo do texto uma exposição sistemática sobre o tema, menos ainda as feições precisas de uma *filosofia da ciência* sobre a qual a prática estaria estruturada. Na ausência dessa preocupação por parte do autor – provavelmente por incluí-la naquele leque de problemas demasiado metafísicos, segundo nossas considerações da introdução – e pela importância do tema para o desenvolvimento desta tese, procuraremos uma caracterização, mesmo que esquemática, em alguns momentos do *PrP* e, também, de textos posteriores, o que nos permitirá acompanhar as críticas e seus desdobramentos.

A referência mais elementar aparece, por ironia, no último capítulo do livro. Como indicamos, nele James se ocupa do debate entre as *verdades necessárias* ou *a priori* e aquelas que são resultado da *experiência*. Boa parte do esforço do autor é direcionada à desconstrução daquilo que ele denomina uma certa *filosofia da evolução*, cuja ideia central seria a de que todo conteúdo mental é fruto da experiência, seja ela do indivíduo ou da espécie<sup>170</sup>.

Neste movimento, uma das considerações apresentadas é a de que as teorias científicas, juntamente com outros aspectos da atividade mental, não podem ser tomadas como simples produtos do contato do organismo ao seu ambiente ou, como simples efeitos da exposição contínua do organismo a determinadas características.

Para compreendermos a tese defendida por James, é preciso, inicialmente, atentarmos para o fato de que a ciência apresenta “concepções artificiais” que, por

---

<sup>170</sup> O debate é com Spencer.

vezes, contraria nossa experiência direta, como, por exemplo, na indicação da organização atômica ou subatômica do universo. Se a teoria científica *não* é a correspondência na mente da organização da natureza, ela *é* produto da “seleção e ênfase”, expressões do autor, do pensamento acerca dos fenômenos e suas relações.

Segundo James, a natureza existe de forma plena; nossa experiência, no processo inerente de seleção, é que a fragmenta e nosso pensamento que a reorganiza, no caso do conhecimento científico, em termos de “um sistema abstrato de dados hipotéticos e leis”, cuja finalidade está ligada, via de regra, a nossas necessidades e objetivos práticos. Essa subordinação da elaboração abstrata aos fins práticos segue a perspectiva já apresentada no artigo *Reflex action and theism*, que o autor recupera em forma de nota de rodapé, no capítulo final do *PrP*.

A ciência é, portanto, do ponto de vista teórico, um constructo, como o é *toda* ideia, que nos permite algum grau de atuação sobre a realidade e, sendo assim, estabelece hipóteses que deverão ser devidamente testadas. Aquelas que *sobreviverem* serão consideradas as mais aptas e serão, provisoriamente, tomadas como as melhores explicações. Tais afirmações tornam-se, assim, “um guia prático para nossas expectativas, bem como para nosso deleite teórico” (*PrP*, vol. II, p. 1232). Notamos que a teoria científica é apresentada de maneira *instrumental* e não como forma do pensamento expressar a própria realidade e com algum indício de sua utilidade prática.

O *prefácio* do *PrP*, como já apontamos, nos fornece outras pistas sobre a caracterização da ciência em geral, além de indicar as particularidades da Psicologia. O primeiro cuidado do autor é diferenciar o procedimento científico do metafísico, destacando que a ciência não precisa, ou melhor, não *deve* discorrer sobre alguns dos pressupostos iniciais, aquilo que ele apontou como o ponto de vista positivista adotado ao longo da obra. Nossas considerações anteriores já nos permitem destacar que essa observação, por mais polêmica que possa ser, não significa a ausência de teorização na ciência, embora ainda nos falte diferenciá-las daquilo que o autor classificaria como ponderações propriamente metafísicas.

A Psicologia, como indicamos, é, segundo James, a ciência da vida mental, cuja investigação se concentra, neste sentido, nos *pensamentos* e *sentimentos* e deve assumir, além da existência destes, a existência de um *mundo* externo com o qual eles coexistem e que eles *conhecem*. Trata-se de um ponto de partida assumido por todas as outras ciências da natureza que também deve ser adotado por ela se aspira, de alguma forma, pertencer a este grupo. O autor faz questão de destacar que se trata de premissas básicas,

provisórias e passíveis de discussão, cuja justificativa não cabe ao próprio psicólogo. Qualquer tentativa de *explicar* a origem dos pensamentos ou da possibilidade do conhecimento constitui um exercício metafísico, devendo, portanto, ser realizado pelo filósofo e não pelo cientista.

A ciência deve, em primeiro lugar, *descrever* seus fenômenos e, em seguida, se nutre alguma ambição de ir além da simples descrição, já que para o autor a descrição e classificação são passos necessários iniciais para a ciência, mas insuficientes para que ela cumpra sua função, ela deve estabelecer as *condições* das quais eles são função. É pela descoberta de correlações entre os fenômenos que ela formula suas *leis*, a partir das quais realiza suas deduções.

Se o objetivo da disciplina é o estabelecimento de correlações entre esses fenômenos e suas condições, o prefácio apresenta a polêmica afirmação de que o objetivo último da disciplina reside no “estabelecimento de correlações empíricas dos vários modos de pensamentos ou sentimentos com condições definidas no cérebro” (p. 6). Em outras palavras, a tarefa da Psicologia parece voltada essencialmente para esse objetivo e terminaria quando tais correlações fossem estabelecidas.

### *O Briefer course*

Como indicamos, os temas relativos à caracterização da Psicologia como ciência e o papel da elaboração metafísica nesse processo foram amplamente discutidos pelos leitores do *PrP*. Esses comentários suscitaram tentativas de reelaboração por parte de James e duas dessas reformulações interessam-nos particularmente.

A primeira delas é apresentada na versão condensada do *PrP*, promovida pelo próprio editor da série inicial dos textos científicos e batizada de *Briefer courses*. Assim surgiu, em 1892, o *Psychology: briefer course*, carinhosamente apelidado pelos estudantes norteamericanos como *Jimmy*. O texto, nas palavras do próprio autor, constitui uma iniciativa de adequar-se melhor à função de manual escolar. Se boa parte dele foi resultado de 'recorta e cola', uma porção expressiva foi reescrita para essa finalidade, omitindo principalmente as referências históricas e polêmicas filosóficas, segundo o próprio autor. Há, ainda, seções produzidas especialmente para o novo texto: os capítulos específicos sobre os diferentes sentidos e, aquilo que nos interessa aqui, o primeiro capítulo (*Introductory*) e o epílogo.

Um detalhe curioso sobre o *BC* é a estratégia textual adotada pelo autor. Se o leitor familiarizado com o *PrP* pode criticar, preocupado principalmente com a instrumentalização na formação do aluno, a ausência das tais referências históricas e filosóficas omitidas na nova obra, em contrapartida, é de se apreciar a maneira incisiva pela qual o autor apresenta, com o texto em negrito, as principais teses que são defendidas por ele. Uma característica que nos ajuda muito na recuperação das questões levantadas. Em outras palavras, o *BC* traz, principalmente no primeiro e no último capítulos, quase de forma axiomática as teses fundamentais da psicologia jamesiana e os pontos mais delicados de seus compromissos filosóficos.

Notamos, logo na abertura do primeiro capítulo, uma *definição* da Psicologia, tratando-a como a ciência responsável por “*descrever e explicar os estados de consciência*” (*BC*, p. 9). Essa definição, que é atribuída ao professor G. T. Ladd, esclarece a dupla função da disciplina. O que há de novo no texto é a utilização da expressão *explicação*, mas em um sentido distinto daquele que havia sido adotado no prefácio do *PrP*.

O primeiro dado que revela a preocupação do autor com os usos distintos da expressão é o fato dela aparecer entre aspas. Trata-se de um cuidado para diferenciá-la do sentido metafísico com que é utilizada no texto anterior, justamente ao indicar que a Psicologia não deve se preocupar em explicar, no sentido de indicar as próprias condições de possibilidade, das proposições das quais parte. Explicação, no contexto específico da Psicologia, destaca o autor, deve ser compreendida como a “*identificação das causas, condições e consequências imediatas* relacionadas aos estados de consciência<sup>171</sup>” (*BC*, p. 9, grifos nossos). Embora o texto deixe o leitor desorientado quanto a uma diferenciação mais precisa entre causa e condição.

Novamente, ele destaca a intenção de *tratar* a Psicologia como ciência natural. James reconhece a aspiração nutrida por alguns de que possa, eventualmente, haver uma única Ciência, a Filosofia, mas sustenta que é “*para o bem de meros interesses práticos*” que cada uma das ciências, com letra minúscula, delimita seu campo e escolhe proposições iniciais que toma sem contestar. O comentário seguinte ajuda-nos a compreender por que a Psicologia assume as proposições que ele havia indicado.

As ciências às quais ele se refere são as *ciências da natureza*, cujo modelo é a Física. Nela, o primeiro dos postulados assumidos é o da existência de um mundo físico,

---

<sup>171</sup> Embora não apareça no prefácio, a preocupação com as condições subsequentes ao estado são destacadas no capítulo 1 do *PrP*.

independentemente do pensamento. Noções mais específicas, como, por exemplo, as de massa e força, também são tomadas sem muita atenção à precisão ou consistência de suas definições. O que é, de fato, ilustrativo, é a arqueologia que o autor traça entre diferentes disciplinas, destacando a maneira pela qual cada 'herdeira' assume os pressupostos afirmados no campo mais geral e, junto com eles, especifica os seus próprios. Neste sentido, algumas noções são assumidas pela Física e incorporadas pela Química. Como a Fisiologia, segundo James, é construída sobre esta última é natural que assumam o pacote da matriz e se, como vimos, o projeto da *nova Psicologia* (temos que nos lembrar daquela referência ao princípio do arco reflexo) estrutura-se sobre esta última, deve assumir também seus compromissos.

Neste sentido, podemos dizer que o dualismo do qual parte o psicólogo é assumido por tradição no próprio campo da ciência natural. Se ele deveria assumir, no mínimo, a existência de pensamentos e sentimentos que são seus objetos de investigação, o viés dado pela tradição o obriga a ir além. O tema é mais uma vez tratado como algo secundário, já que “em qualquer teoria ulterior da matéria, mente e conhecimento, os fatos e leis da Psicologia assim entendidos terão seu valor” (*BC*, p. 10); como se as teorizações, pelo menos estas mais radicais, não interferissem nos resultados empíricos obtidos pela disciplina, uma questão à qual voltaremos no momento oportuno.

Essa localização do projeto psicológico na tradição das ciências naturais permite-nos compreender a justificativa para a adoção da principal *hipótese de trabalho* da Psicologia, aquela que afirma a dependência do estado mental do estado cerebral (“a lei última de nossa ciência”). Como tivemos a oportunidade de notar amplamente nas considerações sobre o *PrP*, não há estado mental sem que haja estado cerebral. Se retomarmos a afirmação da meta da disciplina como a especificação dessa correlação para os mais diferentes casos e a aliarmos a uma leitura pouco atenta do livro, teremos os ingredientes para compreender as acusações de materialismo dirigidas ao projeto jamesiano.

No capítulo introdutório do *BC*, o debate é explicitado com todas as letras. O autor indica que o pressuposto dessa relação da mente com o cérebro, apontado por ele como um lei fundamental da Natureza, pode ser tomado como um *materialismo injustificável*, mas defende-se da acusação dizendo que isso só é verdade se for tomado no sentido de que o nível superior na ordem de eventos, o estado mental, está à merce do nível inferior, o estado cerebral, mas ressalta que “nós não explicamos nem de longe

a *natureza* do pensamento ao afirmar esta dependência, e neste último sentido nossa proposição não é um materialismo” (p. 13). Em outras palavras, a base orgânica é condição necessária para o estado mental, embora este último não possa ser *reduzido*, no sentido metafísico, a ela.

A relação entre o estado mental e os processos corporais de maneira mais ampla poderia ser mal compreendida pelo leitor que não tivesse passado do prefácio em sua leitura do *PrP*. No *BC*, James destaca que se, por um lado, o estado mental está ligado ao estado cerebral como consequência deste último, por outro, todo estado mental é, também, seguido de *atividade corporal*. Uma observação que está intimamente relacionada com outra tese, também apresentada com destaque, sobre o aspecto *teleológico* do estado mental; ou seja, o pensamento sempre aponta para algo e essa relação se mostra pelas alterações. Não precisamos retomar aqui, o sentido geral em que a ação mental afirma esse aspecto propriamente orgânico do processo.

Juntas, essas noções justificam a necessidade de atentar para as consequências do estado como parte de sua explicação e articulam-se com outra orientação fundamental do projeto: os fenômenos mentais não podem ser adequadamente estudados à parte do contexto físico no qual se inserem; isto é, seu *ambiente*. Destacando aqui seu aspecto *funcionalista*.

### *Críticas e revisão do problema*

Mesmo com toda a ênfase dada aos pontos polêmicos do *PrP* no *BC*, o debate sobre as características do projeto científico da Psicologia é retomado pontualmente em um artigo de James, publicado em março de 1892, meses depois do aparecimento da primeira edição do manual, em janeiro do mesmo ano. Este artigo é escrito em resposta a uma crítica publicada sobre o *PrP*, mas que representa um conjunto significativo dos intérpretes, e antes de discutirmos os principais esclarecimentos que ele traz para o esquema geral da psicologia jamesiana é interessante que entendamos quais são as questões que ele pretende responder.

A resenha do professor G. T. Ladd, *Psychology as So-called 'Natural Science*, aparece em janeiro de 1892 no primeiro número do *Philosophical Review*, quase simultaneamente à publicação do *BC*. (É provável que, segundo as referências históricas, os textos tenham sido escritos no mesmo período, segundo semestre de



1891). Nele, o autor se propõe a investigar o *PrP* no que diz respeito às questões sobre a natureza da Psicologia, seu método e sua relação com a metafísica.

De acordo com Ladd, o primeiro ponto a ser destacado é que, ao contrário daquilo que havia sido dito por James no prefácio, há, sim, metafísica ao longo do texto. Explícita em alguns momentos, como James admite em tom de auto-censura no próprio prefácio, mas, o que é mais delicado segundo o crítico, velada em outros. Ele afirma que James substituiu uma metafísica espiritualista por uma materialista sem atentar para as consequências dessa opção. Uma delas, como já destacamos, é um reducionismo materialista. Para Ladd, que outra razão haveria para insistir na proposição inicial de um mundo físico independente do pensamento se é deste último que se ocupa a Psicologia? Por que a Psicologia precisa assumir, como ponto de partida, a existência de um mundo físico independente do pensamento?

Ainda que contestemos a acusação de reducionismo, como já é possível fazê-lo com base em nossas indicações sobre o materialismo no *BC*, a resenha traz um novo ingrediente para o debate. Ladd (1892) afirma que, se não do ponto de vista ontológico, James reduz o aspecto *explicativo* da disciplina a uma única categoria de eventos, a saber, os estados cerebrais, negligenciando, dessa forma outras condições, mais remotas, na determinação do estado. Em outras palavras, ele afirma que James reduz metodologicamente a Psicologia a uma *ciência do cérebro* e assim estaria justificada a insistência na proposição dualista inicial.

Parte do artigo é reservada a avaliar essa perspectiva e suas implicações para a própria Psicologia. O autor se mostra crítico à (suposta) redução, que, segundo ele, nem o próprio James segue à risca – chamando atenção para as relações dos estados mentais com outros eventos em diversos momentos do *PrP*. Se, no entanto, ela for admitida, Ladd (1892), ao avaliar as condições da pesquisa cerebral no final do século XIX como uma porção de conjecturas e inferências, sem a presença de uma única lei sequer nos moldes exigidos por uma ciência, chega à conclusão de que, se a cientificidade da Psicologia for compreendida como ciência do cérebro, então, ela não é, de fato, ciência.

Deixemos de lado, neste momento, o leque de argumentos que o crítico apresenta para defender a importância dos esclarecimentos metafísicos sobre os quais a ciência se constrói e concentremo-nos, por ora, na acusação dessa redução metodológica, um elemento que não estava presente nos esclarecimentos do *BC*. Ressaltemos que o argumento é desenvolvido em duas etapas: a crítica à possibilidade da redução das condições determinantes dos estados mentais ao cérebro e, uma vez

aceita essa perspectiva, a demonstração de que se não há ciência do cérebro, no sentido forte da expressão, no final do século XIX, não há Psicologia.

Se o capítulo introdutório do BC não deixa dúvida sobre a impropriedade da acusação de redução materialista, como a análise sistemática do *PrP* já havia indicado, a questão quanto a uma redução metodológica parece ficar intacta. Embora o próprio crítico hesite na acusação de redução na prática, já que parece referir-se ao comentário pontual do prefácio do *PrP* e destacado o fato de James parecer não seguir suas próprias regras.

### O Apelo

Para que nosso leitor não se confunda com esse vai e vem nos textos, e uma certa redundância na apresentação dos argumentos em momentos diferentes, é preciso atentar para a cronologia das publicações. Como dissemos, há uma contemporaneidade entre a elaboração e publicação do BC, cuja definição da Psicologia cita o próprio Ladd, em um texto de 1891<sup>172</sup>, e a resenha crítica que este último publicou sobre o *PrP*.

O *A plea for Psychology as a natural-Science*<sup>173</sup> aparece, no mesmo *Philosophical Review*, em março de 1892. Logo na abertura do artigo, James faz menção ao esclarecimento de alguns dos mal-entendidos no BC e a sugestão para que os leitores entrem em contato com este último texto, mas, ainda assim, recupera alguns dos pontos e, o que nos interessa particularmente, examina a questão do papel dos conhecimentos sobre o cérebro para o programa da Psicologia.

A retomada das características da ciência explicita vários dos pontos dos textos anteriores e oferece novos esclarecimentos. James reafirma o aspecto limitado e instrumental da ciência, sintetizado na expressão *Divide et impera*, enfatizando, neste momento, o seu compromisso com a *previsão* e o *controle*. Trata-se, aqui, de defender-se das críticas quanto à ausência de uma lapidação metafísica em seu livro de Psicologia. A justificativa do autor parte de uma distinção – que será recuperada no *Pragmatismo* – entre temperamentos característicos dos homens. Os interessados na ciência são mais práticos e empíricos, aqueles que preferem a Filosofia, atentam para as sutilezas teóricas. Entre os resultados que podem ser oferecidos pelas investigações psicológicas no plano especulativo ou científico, James afirma optar pela última alternativa. A Psicologia na qual está interessado é aquela que pode ajudar a curar um

---

<sup>172</sup> *Outlines of physiological psychology*.

<sup>173</sup> Há uma tradução feita por Kinouchi (2009).

caso de melancolia, auxiliar o professor ou os pais a resolverem problemas práticos. E é assim, também, acredita, a expectativa das pessoas em relação à disciplina. O que elas querem é que ofereçamos indicações de como devem *agir*.

Para compreendermos o tom do texto e a recorrência da questão, é preciso retomar aqui o contexto histórico no qual o debate se desenvolve, principalmente nos EUA. Tradicionalmente, as cadeiras de psicologia pertenciam na verdade aos departamentos de filosofia e tinham muito mais a feição de filosofia moral, daí o choque entre reivindicações e registros argumentativos. Evidentemente, a ênfase de James, principalmente no prefácio do *PrP*, não ajuda muito a evitar os exageros. Novamente, a posição parece estruturar-se no fato da ciência não *precisar* de metafísica para cumprir seus objetivos.

A posição sobre a questão do materialismo, no sentido ontológico, apenas recupera os argumentos anteriores e uma atenção maior é dada à acusação do reducionismo no sentido metodológico, embora com certa ambiguidade. James é incisivo na afirmação de que suas referências anteriores dizem respeito ao interesse no estado cerebral como condição *imediate* do estado mental, mas que, com isso, não está excluída a possibilidade de relacionar este último com outras condições físicas mais *remotas*, como, por exemplo, as correntes nervosas e os próprios estímulos ambientais que estão relacionados a elas.

“Nossos estados mentais são correlacionados *imediatamente* com os estados cerebrais, isto é verdade; mas, mais remotamente, eles estão correlacionados com muitos outros eventos físicos, como, por exemplo, as correntes nervosas periféricas e com os estímulos que as ocasionam. Sobre estas últimas correlações nós temos um corpo extenso de conhecimento ordenado” (James 1892/1983a, p. 275, grifos do autor)

Se, por um lado, o autor se preocupa em não reduzir o horizonte explicativo às condições cerebrais, apresentadas como as mais imediatas; em contrapartida, ele se ocupa em defender, a partir da indicação de alguns resultados, mesmo precários, no campo da ciência do cérebro, o quanto essa frente de investigação é fecunda; destacando que seu objetivo não era apresentar uma ciência psicológica, mas o *programa* de uma ciência. Trata-se de uma posição, que retoma o que havia sido dito no *epílogo* do BC, de que não temos uma ciência, mas a esperança de uma ciência. Em outras palavras, embora ele não reduza toda explicação ao campo cerebral, o artigo mostra claramente

sua insistência – aposta? – na fecundidade do desenvolvimento da disciplina nesta direção.

Se já não tínhamos razões suficientes para aceitar qualquer acusação de redução materialista no sentido forte, a resposta de James (1892/1983a) mostra agora que essa crítica também não procede do ponto de vista metodológico. Sua exposição deixa em dúvida, no entanto, a extensão que o conhecimento das condições cerebrais tem no alcance explicativo da Psicologia; ou seja, o quanto qualquer lei, de fato, deveria apoiar-se nesse conhecimento. Algo que se reflete na falta de especificação da importância que podem assumir as *correlações mais remotas* no terreno explicativo. Mas o simples fato dessa possibilidade ser admitida abre espaço para que interpretemos a psicologia jamesiana de uma maneira particular.

### **Uma revisão do método**

Essa tentativa de especificar o sentido que James imprime à ciência psicológica convida-nos a retomar, agora sob a perspectiva dos dados que apresentamos nos capítulos anteriores, a discussão sobre o método de investigação da Psicologia e se tais considerações têm alguma influência nesse tema.

É preciso lembrarmos, antes de qualquer coisa, que, segundo James, a pesquisa psicológica *começa* com a introspecção. No sentido geral que indicamos, ainda que não metafísico, ela é o ponto de partida para qualquer consideração sobre o objeto da disciplina. Ela é o meio pelo qual delimitamos o fenômeno psicológico e fornece o subsídio para a formulação de hipóteses sobre qualquer tipo de correlação.

Ao longo do livro, James não apenas referiu-se em diversas ocasiões a este método, mas utilizou-o sistematicamente como instrumento de exposição de seus argumentos e, inclusive, como forma de diálogo com o leitor que se aventurasse a seguir suas instruções. Enquanto exercício geral, a introspecção significa a observação 'interior'. Da maneira corriqueira, trata-se do contato com o próprio pensamento, mas, no caso de James, a consciência corporal como um todo recebe atenção especial. É preciso colocar a expressão *interior* entre aspas, já que, como destacamos, trata-se da observação da *reação* geral, mesmo que sua expressão principal seja na forma de representações mentais ou sentimentos instantâneos, experimentados *no corpo*.

A observação coloca o sujeito, portanto, em contato com esses processos gerais. É possível que ele correlacione, com maior ou menor detalhamento dependendo de suas habilidades, a experiência desses processos com algumas condições, ambientais ou fisiológicas, e, a partir, disso, coloque-se na posição de apresentar suas evidências para outros indivíduos – uma iniciativa indispensável para qualquer tentativa de generalização dos dados obtidos.

Temos diversas referências a esses roteiros introspectivos ao longo do texto. O que eles apresentam são, basicamente, as condições nas quais o sujeito deve se colocar, aquilo que deve fazer e os aspectos gerais para os quais deve atentar. Em outras palavras, especificam-se formas de agir em determinadas circunstâncias com as devidas recomendações daquilo que deve ser colocado no foco da consciência.

Podemos dizer, portanto, que o método introspectivo, em sua expressão mais elementar, consiste no estabelecimento de correlações entre formas particulares de sentir com aspectos gerais, cuja eventual verificação passa pelo cumprimento de um roteiro particular de instruções que especifica formas particulares de ação para que, uma vez 'reproduzidos' os processos, as informações possam ser confirmadas ou refutadas. Nenhuma sofisticação metodológica fugirá, essencialmente, desse roteiro.

Podemos dizer, portanto, que a introspecção envolve diversas ações. Qualquer 'estado' produzido e, conseqüentemente, observado é uma ação mental. O estabelecimento das instruções para que outros 'repitam' a experiência não deixa de sê-lo. O que dizer, então, do procedimento que deve seguir qualquer um que tente produzir as condições para sentir *aquilo* que foi especificado.

Vimos que James destaca, além da introspecção, os métodos experimental e comparativo como instrumentos decisivos para a Psicologia. Neles, pelo menos naqueles que pesquisam processos funcionais, a relação necessária com a especificação da ação é evidente. Do tempo de reação a um inventário das condições perceptivas próprias a cada espécie, o processo passa, necessariamente, pela indicação das categorias ativas de resposta e suas respectivas medidas.

Não poderíamos tratar dessa revisão metodológica sem revisitar o *esquema* de investigação do psicólogo, que James apresentou no capítulo VII do *PrP*, principalmente, por acreditarmos que nele estão as maiores conseqüências de nossas ponderações ao longo desse trabalho.

O esquema, vale a pena lembrar, lida com a questão principal de como se dá, de fato, o acesso ao *pensamento* do outro. Retomando aquilo que dissemos em nosso

segundo capítulo, o psicólogo investiga o pensamento do outro tomando-o como parte de sua realidade total e relacionando-o com aquilo que acredita ser a realidade daquele próprio pensamento. Na ocasião, destacamos o quão vagas eram essas indicações; agora, à luz das evidências oferecidas por nossa incursão na 'psicologia da cognição' podemos esclarecer esse comentário e especificar o procedimento do psicólogo.

O cerne dessa releitura parte da observação feita por James no *On the function* sobre a maneira pela qual partimos da interpretação das ações do outro em um dado contexto para inferirmos, com base em *nosso próprio referencial*, o sentimento ou estado mental que deve estar *por trás* daquela maneira de agir. Uma identificação que, quanto mais próxima, melhor permite o postulado de uma 'realidade em comum' e, com isso, a suposição de uma experiência semelhante<sup>174</sup>. Em outras palavras, o esquema omite o simples fato de que o conhecimento que o psicólogo alcança é, sempre, inferencial e indireto.

É chegado o momento de destacarmos a conclusão para a qual o movimento geral de nosso texto tem nos conduzido por diferentes caminhos. Nosso recorte inicial do roteiro seguido no primeiro capítulo levou-nos a uma noção de *ação mental* como forma de interpretar o princípio do arco reflexo sem o viés mecanicista. No capítulo dois, acompanhamos a possibilidade de generalizar essa expressão para todo processo mental. Agora, nossa exposição revela seu viés metodológico e sua importância como diretriz para a disciplina – como indicamos, no *Plea* James afirma que todos esperam da Psicologia uma sugestão de formas adequadas de agir. Podemos dizer, portanto, que o objeto da disciplina é a própria ação mental e que o *PrP* apresenta, neste sentido, o projeto de uma *psicologia da ação*.

Deixamos no final da seção anterior uma questão em aberto sobre o programa geral da disciplina, particularmente, a extensão do papel do conhecimento da correlação dos fenômenos com os estados cerebrais. Retomemos o problema à luz dessas últimas observações.

Vimos que o estabelecimento de quaisquer correlações depende da descrição funcional dos processos psíquicos propriamente ditos (da ação em suas diversas modalidades 'externas' ou 'internas'), incluindo-se aí os próprios estados cerebrais. No comentário do *Plea*, identificamos que James reconhece o espaço para as *correlações mais remotas*, como, por exemplo, os estímulos ambientais. Esse comentário, acrescido

---

<sup>174</sup> Trata-se do argumento que apresentamos na página 114 com o exemplo da maneira como conhecemos a dor de dente experimentada por uma outra pessoa.

do anúncio de uma psicologia da ação, pode levar nosso leitor, no contexto da psicologia americana, a estabelecer naturalmente uma comparação com os projetos behavioristas. Utilizaremos essa sugestão para esclarecer as feições do projeto jamesiano e aquilo que o diferenciaria de uma ciência do comportamento, com base em dois projetos específicos.

O primeiro e o mais óbvios, por várias razões, é o behaviorismo metodológico de Watson (1913). Poderíamos elencar uma série de justificativas para essa impossibilidade de comparação, mas o ponto mais ilustrativo, parece-nos, se resume ao mecanicismo que acompanha a proposta watsoniana e o externalismo que ela implica. Em outras palavras, trata-se de uma interpretação do comportamento que não possibilita a compreensão de sua articulação geral em torno de metas particulares e que elimina a pesquisa fecunda sobre os processos mais sofisticados.

O problema do externalismo na proposta de Watson, e suas consequências para uma ciência do comportamento, é contornado por Skinner (1969/1975) pela noção de contingência de reforço e, principalmente, pela redefinição de *ambiente*. Ampliando a noção de comportamento para a investigação dos fenômenos que ocorrem 'embaixo da pele' e atacando, ao seu modo, o problema do dualismo deixado por Watson. Há basicamente dois pontos que surgem na comparação com Skinner que nos ajudam a esclarecer o projeto jamesiano.

Devemos lembrar que o que torna o behaviorismo skinneriano *radical* é a aposta em uma ciência do comportamento *em seu próprio direito*; ou seja, que não recorra à fisiologia ou à linguagem mentalista para estabelecer, devidamente, as condições de previsão e controle do comportamento. E isso nos permite avaliar o limite que James coloca para o esclarecimento possível pelas correlações remotas, assim como a necessidade da investigação dos processos imediatos.

O primeiro é, evidentemente, a reivindicação do papel efetivo da consciência para o curso da ação<sup>175</sup>. Nossa resposta baseia-se, particularmente, no comentário exposto em uma seção do capítulo final do *PrP*, cujo título é *Dois modos de ação da natureza*. Ali, James chama a atenção para a interferência que variações físico-químicas momentâneas produzem no curso da ação. Em outras palavras, ainda que o esclarecimento pela via da ação elucidem em muitos casos as variáveis que as ocasionam, existem circunstâncias nas quais a expressão e o sentimento são condições diretas desse

---

<sup>175</sup> Embora o sentido de *consciência*, tomado como uma espécie de órgão no *PrP*, seja completamente alterado no empirismo radical.

domínio fisiológico; isto é, podemos rir porque alguém contou uma piada interessante ou porque há uma oscilação na produção de determinado neurotransmissor. Esta particularidade no plano orgânico, se admitida nesses termos, põe em xeque a reivindicação de uma ciência do comportamento no seu próprio direito, estabelecendo, com isso, sua devida distância com o behaviorismo<sup>176</sup>.

Qualquer caracterização da psicologia jamesiana, no entanto, permanece incompleta até que seja articulada com as considerações do autor sobre a liberdade. Antes de entrarmos no problema propriamente dito, é preciso retomar os aspectos gerais de sua psicologia da vontade.

### **O problema da liberdade**

Vimos que a *ação ideomotora* surge como uma interpretação alternativa à suposição de uma antecipação mental explícita antes de qualquer conduta, tornando-se uma forma compatível de esclarecer o processo de acordo com o modelo do arco reflexo. Notamos, também, que algumas decisões podem “tomar o caminho de maior resistência” como, por exemplo, aquelas que contrariam o sentido impulsivo ou habitual. É assim que James descreve os atos voluntários que são acompanhados de um sentimento de esforço; um processo que se desenvolve “no âmbito das *ideias*”.

À luz das considerações sobre a *psicologia da cognição* em nosso terceiro capítulo, podemos agora compreender melhor como esse tipo de ação, que tendemos a considerar a expressão da vontade *por excelência*, desenrola-se, segundo James, no campo da crença. A força exercida pela vontade significa um investimento de atenção em determinada ideia tempo suficiente para que ela mobilize a energia necessária para a descarga motora, manifestando nessa explicação, mais uma vez, certa teoria da representação que aparece nas entrelinhas do texto<sup>177</sup>. Essa concepção deixa em aberto, portanto, a possibilidade de que nossa conduta contrarie as tendências mais fortes (sejam elas instintivas ou habituais), embora os limites dessa oposição não estejam claramente especificados.

Se reconhecemos, como James, a legitimidade do *fenômeno* do esforço no plano psíquico; isto é, que determinados atos desenrolam-se facilmente e que outros só acontecem de maneira custosa após períodos de deliberação e decisão (como se

---

<sup>176</sup> Uma prática pouco comum, mas que nos parece muito fecunda, seria não tentar aproximar James de Skinner e sim, encontrar neste último os legados do primeiro.

<sup>177</sup> A expressão que o foco de atenção tem na produção da excitação.



concordássemos que, diante de determinadas circunstâncias, experimentamos o conflito entre possibilidades distintas e, por vezes, nossa ação resultante é acompanhada de um *sentimento* de esforço); nossa investigação sobre as peculiaridades dos atos voluntários assumiria uma direção específica.

A questão que se nos apresenta, então, diz respeito ao montante de esforço que somos capazes de exercer em prol de uma determinada ideia; e a nossa consideração sobre a natureza e os limites dessa intervenção levanta, nos termos da psicologia jamesiana, o problema do *livre arbítrio*. Em outras palavras, se a dimensão do esforço que podemos realizar é determinada de antemão, então, apesar de nosso sentimento, a decisão não é, de fato, livre – já que o curso dos eventos estava dado de alguma forma. Em contrapartida, se a mobilização da atenção funciona realmente como uma variável independente, sua dimensão (e limites) só é conhecida no desenrolar dos próprios acontecimentos e podemos dizer, então, que nossa decisão acontece, no sentido forte do termo, naquele exato momento de sua expressão e é, em alguma medida, livre.

A primeira alternativa revela, segundo James, o pressuposto determinista assumido pela ciência. Trata-se da concepção do mundo como algo de tal forma ordenado que se supõe uma relação intrínseca e preestabelecida entre todos os seus eventos. Tal posição sintetiza de forma simples e direta a demanda lógica por unidade e racionalidade e cria uma inteligibilidade sobre os eventos que abre espaço para a investigação sistemática, e aparentemente ilimitada, dos eventos.

A contrapartida defende, no mínimo, que o curso dos acontecimentos é estabelecido no próprio ato e, portanto, não é dado previamente. Segundo James, ela revela também uma demanda, mas agora no plano moral. O que está em jogo é a maneira pela qual o homem se coloca diante dos acontecimentos: se assume uma posição de mero espectador ou se se coloca como um ator efetivo diante da realidade.

James situa a questão nesse horizonte e se propõe a analisá-la em dois planos. Em primeiro lugar, a possibilidade de resolver o impasse, pensando no caso específico da Psicologia, de forma objetiva; isto é, indicando qual o caminho deveria ser percorrido para que a decisão final ficasse puramente no plano empírico. Em seguida, depois de transformar o tema em uma questão *de direito*, dedica-se a tratá-la no terreno filosófico.

Partidários das duas posições tentam enumerar evidências empíricas em favor de cada tese. Se a expressão do sentimento de esforço pode sinalizar o papel efetivo na determinação da ação, o sentimento de *impotência* parece justificar o oposto. Se nossa

precisão em prever as condutas mais simples e automáticas indicam a pertinência do postulado determinista; no outro extremo, as recorrentes demonstrações de ações que contrariam todas as expectativas mantêm a dúvida viva. Em outras palavras, se do ponto de vista das evidências apresentadas pela ciência, principalmente por aquelas mais desenvolvidas, a posição determinista é sedutora, ela não é, pelo menos em princípio, coercitiva.

No que diz respeito aos fenômenos psicológicos, uma resposta definitiva à questão consistiria em atingir um grau de previsibilidade absoluta para qualquer tipo de circunstância. O que significaria, para manter o debate nos termos da psicologia jamesiana, a identificação de toda flutuação momentânea do equilíbrio cerebral para todos os tipos de processos em todos os contextos (só isso). É importante notar que o argumento, colocado dessa forma, não assume a simples feição de dificuldade provisória, a ser superada pelo desenvolvimento técnico, mas estrutural. Se assumirmos a complexidade e a dinâmica do comportamento humano, a confirmação do determinismo do ponto de vista empírico é impossível e o debate, então, muda de registro.

Trata-se agora de uma discussão propriamente filosófica e que, pelo menos para James, se relaciona intimamente com o campo moral. Essa é a observação que ele apresenta para o leitor do *PrP*, indicando que sua resposta efetiva ao problema, bem com as razões nas quais ela se baseia, encontra-se em outro lugar. O texto ao qual ele se refere é o *The dilemma of determinism* e sua importância para nossa pesquisa torna fundamental que dediquemos alguma atenção a ele.

O recurso ao artigo justifica-se, em primeiro lugar, porque esse debate define as feições do projeto psicológico; além disso, o texto nos mostra a filosofia da ação que vimos acompanhando até aqui no plano moral e o papel que o *indivíduo* assume no modo pelo qual James se apropria do darwinismo. Desse modo, faremos um parêntesis aqui para acompanhar os argumentos apresentados no artigo para retomar em seguida o problema da liberdade no âmbito psicológico.

### O dilema do determinismo

O tema foi apresentado pela primeira vez na palestra proferida na faculdade de teologia de Harvard e foi publicado originalmente no *Unitarian review*, em setembro de 1884 (mais tarde seria integrado à coletânea *The will to believe*). O título da conferência marca seu tom pessoal, como o autor voltaria a ressaltar no *PrP*, bem como revela as suas intenções. Já que se trata de uma decisão que não pode ser resolvida por meio de argumentos empíricos definitivos, o que ele se propõe a fazer é indicar as ideias centrais do determinismo e explorar suas principais consequências, a fim de colocar o próprio leitor (espectador) em condições de compreender essas implicações ou, pegando novamente a sugestão do título, de experimentar o dilema em que a posição o coloca. E, a partir disso, e dos motivos pelos quais o próprio James rejeita o determinismo, assumir aquela tese que se lhe apresenta como a mais adequada diante de suas próprias exigências.

O primeiro passo importante realizado no texto é escolher os termos nos quais o debate será conduzido, optando por não utilizar a expressão *liberdade*, dada sua intensa conotação emocional, mas, também, pelo fato de ela ser reivindicada, de forma dúbia, por representantes das duas posições. Neste sentido, o problema é colocado em termos da oposição entre determinismo e indeterminismo, pelo viés, como veremos, do peso conferido à noção de possibilidade.

O *determinismo* é apresentado, esquematicamente e em sua forma mais extrema ou *hard*, como a posição que sustenta uma ligação estreita e decisiva entre as diferentes partes do universo, destacando o fato de que o passado aponta, sem ambiguidade, o futuro, descartando, com isso, a presença de quaisquer outras possibilidades que não aquelas que efetivamente se concretizaram. O cerne da teoria, segundo James, está em conceber o universo como um conjunto de relações, estritamente definidas e intrincadas, fundindo-se umas nas outras como que em um bloco de aço. O pensamento racional encontra nesse *monismo radical* a forma mais simples e inteligível de ordenação dos eventos.

A posição alternativa à formulação anterior, caracterizada com o mesmo grau de generalidade, é o *indeterminismo*. Se na perspectiva determinista, a concatenação entre passado e futuro revela uma única via, o que o autor destaca no extremo oposto é a ambiguidade em relação ao futuro; ou seja, que a posição indeterminista afirma que as coisas que ainda não conhecemos efetivamente *podem* ser, em si mesmas, ambíguas. O universo não é visto mais como um bloco de relações previamente definidas, mas como

um mar de *possíveis*, cujo desfecho só será conhecido à medida que suas relações se estabelecerem.

O coração da questão, segundo James, está no peso atribuído à noção de *possibilidade*. Em um discurso determinista, com os contornos propostos por ele, aquilo que denominamos como possível só pode ter um caráter ilusório. Se existe apenas uma ordem concebível para os eventos, nossa dúvida em relação aos diferentes rumos que as condições atuais podem levar é simplesmente a expressão de nossa ignorância. A partir do momento em que algo acontece somos levados a afirmar que, embora não o soubéssemos de antemão, não haveria como ter sido diferente; isto é, aquilo que se realizou foi porque ‘*tinha que ser*’ e a retrospectiva parece mostrar, à luz da articulação do desfecho efetivo, o absurdo que seria pensar em alguma outra alternativa. Em outras palavras, o determinismo estrito, ao negar o valor da possibilidade, divide a interpretação do mundo entre o *necessário* e o *impossível*. E esta seria, segundo James, a única reivindicação do indeterminismo, a saber, a de que a possibilidade seja, de fato, *real*. Colocada nesses termos, a disputa concentra-se, portanto, na consideração efetiva do possível, ou, se preferirmos, no seu peso ontológico.

O primeiro cuidado é esclarecer a interpretação indeterminista, particularmente protegê-la da equiparação imediata com uma concepção do universo enquanto uma massa desordenada de eventos, na qual qualquer perspectiva de compreensão racional, incluindo-se aí a própria ambição de conhecimento científico, torna-se impensável. O modo pelo qual fomos conduzidos ao problema descarta, de cara, essa interpretação, sugerindo que a tese indeterminista exija, em princípio, apenas a suposição de *alguma* ambiguidade em relação ao futuro.

Para que possamos acompanhar os detalhes da argumentação apresentada por James no artigo, somos obrigados a fazer um parêntesis (mais um). De acordo com ele, a base da reação de deterministas às considerações sobre os status do possível está em sua antipatia pela palavra *chance* (tomemos, por enquanto a expressão em inglês). Para James, o problema está no equívoco, por parte de alguns, em tomar a expressão em um sentido positivo; ou seja, se algo acontece *by chance*, isso quer dizer que deve ser de uma natureza intrinsecamente irracional e despropositada. Trata-se de assumir que a expressão nos diz algo efetivo sobre as próprias condições de produção de dado evento. Embora esse seja um uso legítimo do termo, o que ele pretende mostrar é que essa acepção não é necessária.

É preciso destacar que a expressão simplesmente não remete a uma ordem de necessidades; isto é, ela indica que o evento parece não estar conectado com um *Algo mais*. Para James (1884/1992a), ao sugerirmos que algo se deu *by chance* não lhe atribuímos um valor específico, se é bom ou ruim, se parece mais ou menos adequado ou inteligível na relação com outros eventos. O que está em jogo *somente* é que o fato não era garantido e que, eventualmente, poderia ter sido de outra forma. A única coisa que é inerente a este aspecto casual<sup>178</sup> da coisa (*chance-character*) é a afirmação de que “há algo que é realmente dela própria, algo que não é a propriedade incondicional do todo. Se o todo quer esta propriedade, ele deve esperar até que possa tê-la, se ela for uma questão de chance” (p.573).

Podemos ilustrar esse sentido propriamente negativo do termo através de um exemplo no campo das nossas ações voluntárias, já que elas parecem ser as coisas ambíguas nas quais muitos tendem a acreditar. A situação apresentada pelo autor é simples. Como o contexto original era uma conferência proferida relativamente perto de sua casa, ele sugere que a platéia imagine que, ao final, seu regresso possa ser feito por dois caminhos distintos, *A* e *B*. James pede para os ouvintes suporem que o percurso *A* seja o escolhido. Em seguida, que ‘voltem no tempo’ e façam o mesmo exercício, só que agora assumindo que a opção tenha sido o outro percurso, *B*.

De acordo com o determinista, diz ele, depois da escolha efetivada, uma das opções deve parecer inconcebível, já que aquela que se realizou era necessária, mesmo que ainda não soubéssemos disso. James desafia os espectadores a identificar na simples descrição apresentada qual delas seria a necessária e qual a impossível. Em outras palavras, *depois* de ocorrido o fato “qualquer dos universos” pareceria tão racional quanto o outro. Não haveria como sustentar a maior inteligibilidade de qualquer um deles, pelo menos não em termos puramente objetivos. Se, ainda assim, alguém insistir em fazer tal distinção será por razões puramente dogmáticas (é importante destacar, como veremos, que não se trata de emitir nenhum juízo sobre a questão da maior ou menor probabilidade para uma das opções em questão).

De forma alguma, James (1884/1992a) aceita como consequência dessa caracterização a equiparação do evento a uma desconexão radical com qualquer outro. Não se trata, portanto, de interpretá-lo como um completo acidente e nem tomá-lo como irrelevante para os acontecimentos futuros. “Não é verdade que todos os motivos pelos quais somos tomados, todos os futuros que se oferecem para nossa escolha crescem

---

<sup>178</sup> Talvez a expressão mais neutra seja a de *contingência*.

igualmente do solo do passado, e qualquer um deles, quer realizado por chance ou necessidade, uma vez que tenha sido realizado nos pareceria adequar-se àquele passado e na maneira mais completa e contínua interligar-se com os fenômenos que já estão nele?” (p. 575).

Trata-se de um equívoco atribuir a essa suposição da possibilidade real alguma indicação de *probabilidade* ou o esclarecimento efetivo do próprio processo; isto é, o *modus operandi* do *chancing*. A reação enérgica à posição indeterminista seria, portanto, segundo James, apenas a expressão da demanda para que o mundo fosse um “bloco sólido, passível de controle”; ou seja, simplesmente o apego ao monismo contido nessa tese.

Encerrado o preâmbulo, vamos agora às consequências que James destaca na posição determinista e que o levam à adesão ao indeterminismo. Precisamos ter no horizonte aquilo que indicamos anteriormente quanto ao fato desse debate adentrar o campo moral. Neste sentido, devemos entender que a adoção de qualquer das posições descritas ocorre em um mundo no qual os enunciados *de fato* apresentados pela ciência coexistem e dialogam com os juízos morais. Um mundo que, como infelizmente sabemos, está repleto de crimes e atos repugnantes – dos quais, muitas vezes, seus autores se orgulham e até se satisfazem – e diante dos quais nós, frequentemente expressamos nosso pesar, nossa indignação e nossa revolta.

Se o universo é interpretado, como pretende o determinista, em termos de um bloco coeso de relações, os crimes, por mais abomináveis que possam parecer, inscrevem-se em uma ordem mais geral. Neste sentido, esses fatos são, apenas, a expressão de algo superior que é dessa forma. Se reconhecermos o desapontamento e a tristeza como juízos legítimos, eles devem ser estendidos para um plano superior, já que a maldade que encontramos nos atos é a expressão do todo. Portanto, a primeira consequência inevitável do determinismo, segundo James, é o *pessimismo*; isto é, a compreensão de que a própria Natureza é doente e que não devemos ter nenhuma expectativa de que haja um propósito positivo nas coisas.

Uma alternativa para a conclusão pessimista seria interpretar os exemplos descritos não como sintoma de um *mal* superior, mas dizer que a própria existência desse tipo de evento seria justificada para que interpretemos o nosso universo de um modo ainda mais positivo – como se o mal, já que existe, tivesse alguma influência para tornar o mundo melhor. Trata-se de encontrar em um *determinismo otimista* à la *Cândido* uma eventual fuga para o pessimismo.

O custo dessa opção, segundo James, é abrir mão do próprio lamento. A saída pelo determinismo otimista retira as ações do domínio do mal, mas não nossos juízos. Se os juízos de pesar existem e são legítimos (esse é o passo necessário para o argumento) eles deveriam ser considerados errados, porque ao lamentar não compreenderíamos que se o mal existe é porque o mundo deve ser melhor com ele. A armadilha aqui está na comparação desse mundo que podemos considerar ruim com outro que eventualmente fosse pior e, assim, aceitarmos inadvertidamente a noção de possibilidade. Se tudo se encontra da melhor forma possível, esta forma é necessária, e não podemos lamentar nunca.

A única alternativa no registro determinista que evitaria o pessimismo seria aquela que diz que “o mundo não deve ser tomado como uma máquina cujo propósito final é a realização de algum bem externo, mas como um instrumento para aprofundar nossa consciência teórica sobre o que o bem e o mal são em sua natureza intrínseca (...) Considerando a *vida* como uma longa degustação da árvore do *conhecimento*” (pp. 580-81). Em outras palavras, que a nossa relação com o mundo tem como objetivo fundamental o incremento de nossa consciência acerca das coisas e não um compromisso particular com o desfecho dos fatos. Uma posição que James tratou como *subjetivismo*.

O autor chama a atenção para os perigos aos quais estaríamos expostos se admitíssemos a primazia dessa curiosidade desenfreada sem a preocupação com o desdobramento efetivo dos atos. Dito de outro modo, uma exploração da experiência ao extremo sem a consideração de suas consequências práticas, já que ela está a serviço do incremento de nosso conhecimento, podem levar, no limite, a um experimentalismo, seja na forma de exploração dos próprios sentidos ou de outras relações, que pode ser extremamente nocivo, não só para o próprio sujeito, mas para todos.

Nesses termos, portanto, se constitui o *dilema* do determinismo. A simplicidade e racionalidade de assumir o universo com um bloco único e articulado de relações necessárias, cuja inteligibilidade parece servir como ponto de partida e base de estímulo para o desbravamento dos eventos, se explorado, também no âmbito moral, tem como consequência a adoção ou de uma posição *pessimista* ou *subjetivista*.

Segundo James, o preço a ser pago para a simplicidade racional do postulado determinista é muito alto. Ele não aceita o pessimismo pelo conformismo e a apatia em

que o sujeito é colocado nesse contexto, da mesma forma que não admite abrir mão do juízo moral e da indignação (motor decisivo para a ação humana, como veremos). E rejeita a opção do *subjetivismo* pela constatação das armadilhas em que o refúgio na sensibilidade podem criar para o homem. Para James, mais do que qualquer informação ou experiência que o mundo possa oferecer, o mais importante para o homem é *agir* e não apenas se colocar como mero espectador dos acontecimentos

Nessa subordinação do intelecto/sensibilidade à conduta que ele encontra em Carlyle<sup>179</sup>, estabelece-se, o compromisso com a filosofia da ação no plano moral, uma aproximação que já havíamos indicado no comentário sobre o *hábito* e que revela, também, a consonância entre a influência darwinista e a formação moral oriunda, principalmente, da figura paterna.

A saída, então, é o indeterminismo, com todas as dificuldades que acarreta ao colocar os fenômenos, literalmente, no tempo e admitir o pluralismo. Talvez a maior delas, e que nos serve com índice para estimar a força da posição para o autor, é o próprio fato de ter que colocar até Deus nessa ordem temporal – já que ao assumir a ambiguidade em sentido real, ela não poderia estar expressa nem em uma mente suprema.

### *De volta à Psicologia*

O artigo nos mostrou que não há uma equivalência entre a tese indeterminista e a ausência completa de ordenação entre os eventos, já que, segundo James, a palavra *chance* tem um sentido puramente negativo, seu compromisso não é com a destruição de qualquer inteligibilidade em termos de correlações constantes, mas, apenas, evitar que falemos em uma concatenação *absoluta*; isto é, ela simplesmente ataca o monismo da tese determinista e abre espaço para alguma ambiguidade.

Voltemos agora ao problema no campo da Psicologia. Se, em termos práticos, a resposta empírica definitiva sobre a magnitude do esforço já é considerada impossível, o que adoção do indeterminismo faz, portanto, ao ressaltar que a efetivação do futuro acontece, de fato, na *atualização* dada no presente e que, nos casos que envolvem a intervenção humana, depende da participação do sujeito, é dizer que este último é, em

---

<sup>179</sup> Para um roteiro dessa influência, ver Perry (1935), principalmente os capítulos III-VIII e LXV-LXVI.



alguma medida, livre. Disso não segue, no entanto, que o ato voluntário, como qualquer outro evento, ocorra completamente no vácuo.

Para compreendermos este ponto, basta lembrar que a ação voluntária é processo secundário no repertório comportamental e que seu estabelecimento está condicionado à manifestação anterior de determinada conduta por algum outro processo – basicamente, na forma instintiva – e que, como toda ação, ela deve obedecer à própria dinâmica orgânica. Neste sentido, a eventual escolha se dá entre possibilidades que apareceram por outras vias, e a eventual liberdade não está em criar alternativas do nada (como já havia sido destacado no argumento em favor da eficácia da consciência e contra a teoria do autômato).

Dizer que o futuro não está predeterminado não significa, de forma alguma, que as ações sejam completamente aleatórias. É importante não confundir o status ontológico da possibilidade – que se revela na admissão da ambiguidade – com a indicação da probabilidade da ocorrência de determinados eventos. Tal limite, segundo James, é uma questão empírica que a ciência deve estabelecer à medida que se desenvolve (provavelmente em termos indutivos, embora ele não indique claramente). A única coisa que ela garante é que, em nenhuma circunstância, essa probabilidade será igual a um ou cem por cento.

Se, do ponto de vista formal, para que a proposição indeterminista seja válida é necessário simplesmente que algo seja ambíguo, ela não veta, em princípio, que todos os eventos o sejam; isto é, que o livre arbítrio seja completamente generalizado e que qualquer ambição de previsão e controle sobre o comportamento humano torne-se uma quimera. É esse tipo de objeção que, segundo James, aparece em uma crítica bastante comum à sua posição. Trata-se de um ponto que ele menciona de passagem no artigo de 1884<sup>180</sup> e que é destacado pontualmente no *PrP*<sup>181</sup>. De forma irônica, o crítico afirma que, se o mundo é, de fato, indeterminado, o filho pode matar o pai a qualquer momento assim como a mãe jogar o recém-nascido no lixo.

A resposta de James é apresentada sucintamente e com a pressa que marca a revelação de obviedades para os menos atentos. Nos dois textos, trata-se de destacar que a *escolha* não se dá entre quaisquer alternativas, mas *somente* entre aquelas que realmente *instigam (tempt)* o sujeito. Em suas próprias palavras,

---

<sup>180</sup> Ver nota 5, p. 575.

<sup>181</sup> A referência direta é John Fiske, ver *PRP*, p. 1180.

“a operação do esforço livre, se existisse, seria apenas para abraçar algum objeto ideal, ou parte de um objeto, um pouco mais demorada ou intensamente perante a mente. Dentre as alternativas que se apresentam como *possibilidades genuínas*, ele, então, tornaria uma delas efetiva. E ainda que tal incentivo de uma ideia possa ser *moral ou historicamente momentâneo*, se considerado *dinamicamente*, ele seria uma operação dentre aquelas fisiologicamente infinitesimais que o cálculo deve negligenciar para sempre” (*PRP*, vol. II, pp. 1179-1180, grifos do autor).

O tom seco parece decorrência da irritação com a incapacidade do crítico em distinguir entre as possibilidades que *realmente* tentam um homem e aquelas que não o fazem. O livre arbítrio diz respeito somente às primeiras. Devemos aqui mostrar alguma simpatia pelo interlocutor de James e registrar nosso espanto com o tratamento que é dedicado ao problema. Se o comentário de James supostamente retira a posição de um relativismo total (no mínimo, o genuíno diz respeito a um impulso efetivo para a ação) não esclarece, metodologicamente, esse sentido de possibilidade genuína e, portanto, a própria circunscrição da liberdade.

Mais uma vez é necessário que garimpemos o sentido da expressão que ele utiliza, recorrendo a momentos diferentes em que o tema é mencionado. A indicação mais forte que temos para compreender essa distinção entre as meras sugestões e as possibilidades *genuínas* parece passar pelas oposições que James apresenta em termos de *concepção e crença*<sup>182</sup> ou *desejar (wish) e querer (will)*<sup>183</sup>. E o único critério que conseguimos identificar é o da *vivacidade* que acompanha a representação; isto é, a possibilidade seria genuína quando o sentimento que a acompanha é *intenso*, assim como a própria *experiência do conflito* entre as alternativas. O que poderíamos identificar, em outro registro, na expressão da hesitação diante da escolha.

Aqui é preciso colocar o critério da vivacidade no contexto da psicologia jamesiana para compreendermos o alcance de seu significado. Trata-se de uma posição que ressalta o papel geral da crença para a significação da experiência e, portanto, para a direção da ação. O aspecto emocional, como vimos, tem grande importância nesse processo, já que sua intensidade parece variável decisiva. Não podemos esquecer, ainda, que esse sentimento intenso deve ser compreendido à luz da ‘teoria da representação’ à qual nos referimos – que parece tomar a intensidade do sentimento como expressão de

---

<sup>182</sup> Essa oposição aparece, mesmo no contexto da psicologia da vontade, nos artigos sobre o tema que antecedem o *PRP*.

<sup>183</sup> Aqui propriamente no capítulo sobre a Vontade do *PRP*.

excitação do processo orgânico e também da força do impulso para ação. O que ele entende por liberdade de ação parece ser, pelo menos, isso: quando a alternativa produz experiência emocional (intensa?) ela é, de fato, *possibilidade* e está efetivamente ao alcance do sujeito realizá-la.

Se a vivacidade é o índice geral para a caracterização da possibilidade genuína e se quando ela é intensa não teríamos dúvida em supor o espaço para *alguma* autonomia, a peculiaridade da posição assumida por James é a força que esse fator possui para o desdobramento da escolha. Em outras palavras, se o ato voluntário que é acompanhado pelo esforço seria a expressão da ação no sentido de percorrer o caminho que oferece a maior resistência, a expressão máxima da liberdade estaria ligada ao fato de perseguir alguma escolha e manter-se fiel a ela o máximo possível até que seu objetivo fosse alcançado, por maior que fosse a oposição encontrada, uma força que é encontrada, em alguma medida, na própria convicção ou entusiasmo.

É o sentido geral dessa filosofia da ação, entrecortada pelo viés moral, que nos permite compreender porque esse tema é tão caro para James. Ainda que avaliemos o homem por suas posses ou capacidades físicas e intelectuais, nada se compara ao valor que lhe conferimos quando notamos sua força em agir de acordo com um princípio a despeito de todas as dificuldades e oposições, transformando, com isso, a capacidade de esforço na própria medida do homem. E aqui nossa menção inicial, não tão erudita, a Domingos de Oliveira na abertura do texto é plenamente justificada. Na obra à qual nos referimos, a personagem principal chega, depois de uma sucessão de intempéries, à conclusão de que a verdadeira liberdade de um homem está em seguir suas escolhas e não seus impulsos.

O peso conferido a essa capacidade misteriosa e a peculiaridade das circunstâncias em que aparece dá-nos a devida dimensão que o *indivíduo* assume na psicologia jamesiana, assim como nos permite entender o fascínio do autor pela figura do *herói*<sup>184</sup>. É ele que dá, pelo exemplo, o próprio limite de nossas capacidades, ou melhor, de como quebrá-lo, tornando-se pela expressão de sua *paixão*, literalmente, fonte de inspiração para a transformação pessoal e social<sup>185</sup>, mostrando nessa reflexão o sentido particular em que James articula darwinismo com sua herança pessoal (Perry 1935; Schull 1992; Taylor 1996).

---

<sup>184</sup> Mais uma vez mostrando o contexto de sua própria educação moral.

<sup>185</sup> É esse argumento que ele desenvolve no *Great men and their environment* e no *The importance of individuals*.

Nessa análise do problema da liberdade, pudemos observar como a articulação do projeto com as demandas morais, mostrou o aspecto mais amplo de seu vínculo à filosofia da ação e, também, conduziu-o a uma psicologia indeterminista e, portanto, na melhor das hipóteses *probabilística*. Psicologia esta que, ao reconhecer o espaço da liberdade e o valor do esforço para o desfecho da ação coloca ênfase no indivíduo e na maneira pela qual podemos atingir a exploração máxima de suas potencialidades<sup>186</sup>.

### **É possível falar em uma tradição jamesiana na psicologia?**

A questão, como veremos, se confunde com as dúvidas em relação às próprias feições do projeto jamesiano. Tudo que fizemos nas seções anteriores foi apresentar o programa e as características de uma psicologia que aparece explicitamente no *PrP*. Como dito em nossa introdução, o recorte da pesquisa é o livro, ainda que em sentido amplo. A consulta aos artigos dá-se como forma de acompanhamento genético dos temas, segue referências diretas do próprio James ou, quando a referência não é explícita, respeitamos a evidência textual, como, por exemplo, no caso do *On the function* e do *On some omissions*. As duas menções posteriores que fogem a esses critérios são o *BC* e o *Plea*, mas são utilizadas por serem tentativas particulares de esclarecer as teses defendidas anteriormente.

Esse projeto toma a Psicologia como ciência natural, pelo menos na condição de aspirante a, procura leis gerais que sirvam para a previsão e o controle da ação e veta (embora realize às escondidas) a incursão metafísica, sendo este último um dos pontos mais delicados para a compreensão do texto. Em sentido geral, James interpreta a metafísica como uma demanda extrema de inteligibilidade teórica; isto é, como “um esforço obstinado e incomum de pensar com clareza” (*PRP*, vol. I, p. 148), suas ‘escapadelas’ acontecem, portanto, sempre que essa pressão por consistência teórica é assumida por ele. Apesar de toda polêmica que cerca o problema, dois pontos são claros: essa atitude de esclarecimento não é sistemática (embora revele um conjunto particular de temas aos quais ele voltará posteriormente com alguma frequência) e o autor, em todas as referências *explícitas* que indicamos (até o início da década de 1890), não acredita que a definição de uma posição metafísica seja condição para o desenvolvimento da ciência ou mesmo interfira nos dados empíricos que ela produza. Em outras palavras, nas referências diretas ao tema, cremos que única interpretação

---

<sup>186</sup> Um tema ao qual James volta no *The energies of men*.

possível em termos de filosofia da ciência defendida por James seja uma espécie de *indutivismo ingênuo* (Chalmers 1976/2000), embora por sorte, como destaca Ladd (1892), o autor não siga suas próprias recomendações e, com isso, contorne, em diversos momentos da análise, a oposição radical entre teoria e fato.

Não podemos negar que há uma oscilação, ao longo do *PrP*, entre as suas diversas fontes de referência, como, por exemplo, a experimentação da tradição alemã, a psicopatologia, a psicologia comparada e, em menor grau, *psychical research*; mostrando, dessa forma, suas diferentes influências. Essa variedade, no entanto, não é devidamente representada naquilo que o próprio James destacou como métodos e o campo de investigação da Psicologia; referimo-nos diretamente à seção do capítulo VII do *PrP* que trata do assunto. Ali, ele não menciona nenhuma dessas práticas ou campos de investigação, embora recorra a elas, diversas vezes, ao longo do texto. O que parece nos mostrar uma visão bem demarcada do que é a nova *ciência*.

Se no *PrP* identificamos apenas a ausência do reconhecimento de determinadas práticas no lugar que seria mais adequado, no capítulo inicial do *BC*, o veto a todo campo fora da psicologia do homem adulto normal é diretamente apresentado<sup>187</sup>. Na passagem de um texto para outro podemos notar, portanto, a distinção histórica entre a psicologia normal e anormal, ofuscando, dessa forma, o ecletismo – mesmo não escancarado nos momentos pontuais do projeto da disciplina – do texto original e assumindo a representação da tradição reconhecida como a detentora do predicado científico, ainda que não de forma integral e definitiva. Nossa dificuldade, portanto, reside em como caracterizar a psicologia jamesiana, já que ela parece se construir na tensão entre o legado e as aspirações das ciências da natureza e uma filosofia na qual o indivíduo concreto e a qualidade de suas experiências assumem um papel de destaque.

Mesmo com toda essa tensão – ou provavelmente por causa dela – o livro é um clássico. Trata-se de uma referência histórica importante para nosso conhecimento do período no qual está inserido e mostra a influência e o pioneirismo de James, principalmente para tradição americana. O destaque maior dessa influência está, seguramente, em sua relação com o *funcionalismo* (Heidbreder 1933/1975; Boring 1950), em suas várias manifestações na tradição americana, incluindo-se aí o behaviorismo, mas se estende à própria psicologia da *Gestalt* (Myers 1992). No entanto, mesmo com todo o reconhecimento da importância do autor e da obra, há dúvidas sobre

---

<sup>187</sup> Não há o capítulo sobre *Hipnose* e nem o próprio capítulo sobre o método, embora ele mantenha os comentários sobre as “mutações do *self*” e as considerações acerca da mediunidade e outros fenômenos excepcionais.

a possibilidade de se falar em uma tradição jamesiana, no sentido dele “ter deixado [para a Psicologia] algum tipo de ‘descendência’ intelectual claramente assinalado” (Kinouchi 2009, p. 310).

Paralelamente à restrição da influência de James a um pioneirismo histórico, com uma importância pontual, alguns intérpretes insistem, também, em uma demarcação precisa da relação entre psicologia e filosofia ao longo do desenvolvimento do pensamento jamesiano (Heidebreder; Boring 1950; Perry 1935, 1948), motivada, talvez, pela própria insistência do autor nessa separação de campos e com o fim de seu interesse propriamente psicológico a partir do momento que se dedicou, como maior ênfase, aos interesses que percorreram as margens do *PrP*.

Os pontos que explicitamos aparecem interligados nas considerações do professor Eugene Taylor sobre a obra de William James; mais especificamente, no que diz respeito ao que ele entende como o projeto psicológico de James, a articulação desse projeto com a filosofia do autor e a possibilidade de encontrarmos uma tradição marcadamente jamesiana na Psicologia. Essa interpretação cria uma tensão com aquela que apresentamos até agora sobre as feições da psicologia jamesiana, pelo menos até o *PrP* e também com grande parte da tradição de comentários sobre o psicólogo norte-americano; por isso, vale a pena ser mencionada.

Taylor (1992) afirma categoricamente a existência de uma tradição jamesiana na psicologia americana e considera como representantes dessa tradição (ou herdeiros intelectuais de James) aqueles que: 1) se declararam como tal; 2) se consideraram próximos de James pelas afinidades intelectuais e 3) os que não têm conhecimento profundo de James, mas representam sua demanda pelo *pluralismo noético*; isto é, “eles são jamesianos porque procuram seus interesses particulares dentro de um registro de tolerância pelos muitos, e largamente divergentes, esquemas epistemológicos de referência dentro da disciplina” (p. 7).

O autor divide a psicologia jamesiana em dois períodos, sendo um pré e outro pós-1890. Segundo Taylor, é neste último momento que encontramos o programa próprio de James para a disciplina, o que podemos identificar, segundo ele, com base em quatro características. Em primeiro lugar, a compreensão da Psicologia como o estudo da consciência em todas as suas manifestações, o que exclui o *dualismo* e o *objetivismo*. Em segundo, a expansão desse estudo para o domínio subconsciente. A consideração do conhecimento como um *pluralismo noético*; ou seja, “uma forma de reconciliar diferentes perspectivas epistemológicas do discurso na psicologia” (p. 6). E,

finalmente, o destaque para a metafísica do *empirismo radical* como instrumento de auto-correção e autodesenvolvimento para a disciplina.

Com base nas características indicadas, Taylor (1992) aponta diversos representantes, em momentos diferentes, da influência de James na psicologia americana. O primeiro grupo seria formado pelos interlocutores mais próximos, amigos ou alunos, no qual podemos destacar J. Dewey e James Angell (poderíamos incluir aí E. Thorndike). Outra vertente significativa remete aos campos da psicologia clínica, da parapsicologia, da psicologia da personalidade e da psicologia social, com G. Murphy, H. Murray e G. Allport, sendo que os dois últimos continuaram esse caminho dentro da própria universidade de Harvard<sup>188</sup>. Taylor procura explicitar tantas as razões pelas quais se afirmou tanto que o interesse de James na Psicologia estaria restrito ao período pré-1890 quanto a dificuldade de encontrar a tradição que teria dele derivado. Ele atribui um papel decisivo à historiografia da psicologia americana realizada por Edwin Boring<sup>189</sup> para esse equívoco. Segundo Taylor, a redução da psicologia jamesiana a uma aventura pouco feliz de seguir à risca o modelo experimental praticado na tradição alemã seria o principal motivo dessa dificuldade.

A interpretação dissonante proposta por Taylor (1992) defende uma articulação clara entre a psicologia e a filosofia de James a partir de uma redefinição da psicologia jamesiana como o abandono do ponto de vista positivista e a opção por aquilo que ele denomina de uma *ciência centrada na pessoa*<sup>190</sup>. Sua tese destaca justamente, como a expressão mais pertinente do projeto jamesiano, aquilo que aparece discretamente no *PrP* e é praticamente omitido no *BC*. Ou seja, o interesse antigo de James pela psicopatologia, a experiência religiosa e a *psychical research*. A justificativa do papel que esses interesses desempenham no período pré *PrP* e ao longo deste texto, o que não

---

<sup>188</sup> Mais contemporaneamente, ele aponta Sigmund Koch como um “jamesiano típico”, por conta da perspectiva pluralista e a orientação de seu trabalho para a experiência imediata.

<sup>189</sup> Taylor apresenta Boring como discípulo de Titchener e representante da tradição experimentalista e pouco admirador de James. Esta última tese é defendida pela análise da correspondência entre Boring e Allport acerca da preparação da comemoração do centenário de nascimento de William James. Para termos ideia da dimensão desse aspecto na análise de Taylor (1992), a epígrafe do artigo ao qual nos referimos é um trecho da carta de Boring: *I have never been very much interested in James*. Embora um detalhe curioso nos chame atenção. Em outra citação da carta na qual a mesma frase da epígrafe aparece em um trecho mais longo, não encontramos o advérbio de intensidade.

<sup>190</sup> A expressão *ciência centrada na pessoa* aparece na p. 24 (Taylor 1992), mas é remetida a Allport e não a James. No artigo, Taylor faz referência à sua tese de doutorado, defendida em 1992 e ainda não publicada na ocasião, cujo título é *Psychology as a person-centered-science: William James after 1890*. O que utilizamos nesse trabalho é a versão em livro, *William James on consciousness beyond the margin*, que aparece em 1996.

há como negar, e o foco neles a partir de meados de 1890, principalmente com a ênfase na psicopatologia e as variedades da experiência religiosa.

Taylor (1996) menciona a revisão feita por James da relação entre metafísica e ciência, na qual há o esclarecimento do compromisso em alguma medida fisicalista do positivismo (e não meramente metodológico) e o impacto desse compromisso para a significação da experiência, particularmente no que diz respeito à experiência religiosa<sup>191</sup>. Essa constatação conduz, segundo Taylor, a uma nova psicologia à luz do *empirismo radical* como a única forma de satisfazer esse novo recorte. Desses indícios, ele destaca a nova orientação da psicologia jamesiana e a ênfase no indivíduo; ou seja, transformando a disciplina de uma ciência *natural* para *centrada na pessoa*, abrindo mão não apenas do fundamento metafísico da ciência positivista, mas das próprias pretensões de encontrar generalizações.

A revisão que aparece no prefácio à edição italiana parece corroborar parte da tese defendida por Taylor, já que James (1900/1981b) afirma com bem menos ênfase a possibilidade de uma psicologia “sem introduzir alguma doutrina filosófica positiva” (*PrP*, vol. III, p. 1484) e termina por alertar o leitor que, eventualmente, os desdobramentos de sua metafísica geral da experiência e teoria do conhecimento mudarão as feições da disciplina (evidentemente que, nesse momento, ele já se refere ao *Empirismo radical* e ao *Pragmatismo*). Ao fazer isso, deveríamos esperar, também, que James reconsiderasse todas as afirmações quanto ao recorte em termos de *ciência natural* que havia sustentado no *PrP* e aí a interpretação de Taylor (1996) seria incontestável. No entanto, no mesmo texto introdutório da edição italiana, James mantém o registro anterior no tratamento à disciplina: “meu esforço foi oferecer uma 'ciência natural' da mente” (p. 1484).

Se a crítica de Taylor (1996) destaca o fato de que uma certa tradição de intérpretes restringe o escopo da contribuição jamesiana ao reduzi-la às considerações feitas no campo da psicologia normal, segundo as diretrizes da ciência natural; parece-nos que ele exagera ao excluir esse último aspecto, quando o próprio James mantém a posição de forma explícita no texto ao qual acabamos de nos referir e que, é bom lembrar, é de 1900.

Parece-nos que o que está em jogo aqui é a própria definição de psicologia científica e que a interpretação de Taylor seria a mais abrangente se ele substituísse a expressão *ciência* centrada na pessoa por *psicologia* centrada na pessoa. William James

---

<sup>191</sup> O texto é o *The knowing of things together*. Uma conferência de 1894 que foi publicada em 1895.



nasceu e praticamente desfrutou toda a sua vida no século XIX, frequentando os maiores centros intelectuais da sociedade ocidental, dos laboratórios de Leipzig à clínica de Charcot, por mais ambiciosa que fosse sua caracterização do campo da Psicologia (como de fato era) a noção de ciência parece-nos indissociável da produção de conhecimento sistemático, generalizável e que permita previsão e controle, como ele mesmo destacou em várias ocasiões (ainda que não precise admitir a maioria daqueles pressupostos iniciais). E mesmo que o próprio James tenha eventualmente desconsiderado essa ambição para a disciplina, muitos dos leitores do *PrP* nos EUA – e pelo mundo a fora – levaram-na muito a sério. E se ele não se deu ao trabalho de simplesmente omitir a filiação à ciência natural ou reconsiderá-la explicitamente quando teve a oportunidade, não deve ter sido à toa.

Retomamos, aqui, a chave de leitura que havíamos proposto para analisar o *PrP* e que procuramos manter ao longo do texto. Nossa proposta inicial era acompanhar o desenvolvimento das teses e seus próprios embaraços e talvez o maior deles tenha sido, justamente, essa tensão entre objeto e método produzida pelo referencial de ciência e a natureza do objeto; uma tensão que só aumenta em uma perspectiva que pretende tratar seus dois pólos com seriedade. Isso que é um ‘problema’ para a interpretação da psicologia jamesiana revela, na verdade, um problema quase estrutural da disciplina e configura um de seus temas epistemológicos fundamentais, mantendo o pensamento de James ainda mais vivo e tornando o livro, mesmo que James viesse a negá-lo completamente, como uma espécie de patrimônio público.

A tese de Taylor (1996) parece-nos extremamente importante no sentido de abrir uma frente de reflexão e interpretação do legado jamesiano para muito além da perspectiva que aparece nos manuais da disciplina, mas temos a impressão de que ele exagera nessa interpretação em direção ao extremo oposto, tornando a aspiração generalista da disciplina uma questão menor e, com isso, ofuscando a riqueza e a natureza do conflito.

A interpretação que talvez mantenha essa tensão da forma mais viva e encontra nela uma fonte de incentivo para o desenvolvimento da disciplina parece-nos a leitura de James feita pelo viés de seus *paradoxos produtivos* (Allport 1943). Segundo Allport, devemos respeitar no texto jamesiano esse duplo movimento pela generalidade e pela idiosincrasia do comportamento humano e não enfatizarmos um em detrimento do outro. Trata-se de ressaltar o pluralismo que respeita, antes de mais nada o *dado* empírico, por mais embaraços teóricos que sua interpretação possa ocasionar, como sua

marca e apontando nessa atitude o grande legado jamesiano para a disciplina, ecoando, dessa forma, a recomendação inicial de que o psicólogo deve ser, *em primeiro lugar*, um cientista empírico na acepção mais ampla do termo.

## Conclusões

A introdução deste capítulo que organizamos em forma de conclusão recuperou o movimento geral de nosso texto. Partimos da posição positivista assumida categoricamente no prefácio como exemplo do mesmo dualismo inicial do qual parte o homem comum e identificamos que, pelo menos no sentido metafísico e epistemológico, ele não se apresenta como exigência nas considerações ao longo do texto, a não ser pelo aspecto metodológico, já que o autor deposita uma grande expectativa na explicação do fenômeno psicológico a partir da pesquisa fisiológica.

Nossa atenção aos compromissos do dualismo no plano metodológico permitiu-nos acompanhar sua própria relação com a noção de ciência psicológica que James defende explicitamente nesse período. Trata-se de uma proposta que se mantém próxima às diretrizes das ciências da natureza. Vimos que sua atenção ao aspecto orgânico não pode ser reduzida nem metodologicamente a um materialismo, já que ele admite, em algum grau, o estabelecimento de correlações dos estados com condições mais remotas dos que os estados cerebrais. Foi justamente essa indicação que nos permitiu transformar essa relação funcional do organismo com o meio que já vínhamos acompanhando por outros vieses em uma *psicologia da ação*.

Fizemos uso da comparação dessa psicologia da ação com duas propostas de uma ciência do comportamento para esclarecer algumas particularidades. Uma concepção da ação (em James) fora do registro mecanicista no qual se insere o projeto de Watson e o destaque para uma importância específica no conhecimento do estado cerebral, algo que torna não muito convidativa uma ciência do comportamento no seu próprio direito. Um argumento que se baseia no fato de que algumas modificações que acontecem ao nível orgânico serem decisivas para as ações, a influência que James identificou como a ‘porta dos fundos’.

Essa apresentação da psicologia jamesiana não se completa até que lidemos com o problema da liberdade. O tema é analisado pelo viés da psicologia da vontade em

termos da questão do estabelecimento prévio da quantidade de esforço que alguém pode realizar diante de uma circunstância. A análise do problema, que tivemos que acompanhar no terreno filosófico, leva a uma psicologia indeterminista, probabilística e que tem um interesse particular pelo indivíduo e suas peculiaridades, algo que lhe permite agir da forma mais difícil e inesperada em alguns contextos, marcando dessa forma a influência de uma filosofia da ação no campo moral e determinando uma apropriação particular por parte de James do darwinismo.

Nosso percurso evidenciou a tensão em torno dos aspectos contidos no projeto; isto é, os parâmetros assumidos pelo paradigma clássico da ciência natural e o reconhecimento do papel inalienável do indivíduo concreto, um conflito que se refletiu na própria dificuldade de interpretar o projeto jamesiano, principalmente à luz do reconhecimento de seus interesses pós *PrP* como legitimamente psicológicos.

A primeira questão delicada é a articulação entre metafísica e ciência. Nos *Princípios*, James defendeu, pelo menos nos momentos pontuais, um paralelismo radical entre os dois campos. Verificamos recorrentemente, no entanto, suas reflexões em temas que, embora ele insista em dizer que se restrinjam ao campo psicológico, só se tornam inteligíveis dentro de uma perspectiva metafísica particular – que não é aquela positivista – o que nos leva a contestar nos fatos aquilo que parecia reivindicar por direito.

Se a posição é complicada nas entrelinhas do *PrP*, ela é claramente revista já na segunda metade da década de 1890, indicando a impossibilidade de um projeto científico que não se baseie em alguma metafísica positiva. Se isso nos mostra que ele revê essa metafísica positivista que está por trás da ciência natural, ele parece não abrir mão de suas diretrizes metodológicas e nem de suas ambições de intervenção prática, pelo menos é o que nos revela seu prefácio à edição italiana do livro em 1900. Não podemos negar, no entanto, que há uma dimensão especial da experiência humana que é fundamental para James e cujo status é colocado em questão pela ciência natural e que, provavelmente, é o ingrediente definitivo para sua revisão metafísica dos preceitos da ciência: a experiência religiosa.

Terminamos, assim, à mercê da tensão original com a qual abrimos o texto, com a expectativa de que, já que nenhum problema foi resolvido, ele tenha sido colocado com alguma clareza. E se há algo que podemos tomar como legado da psicologia jamesiana é esse respeito ao fenômeno psicológico em todas as dimensões, por mais que

isso coloque em questão nossa capacidade de articulá-lo de maneira consistente em um sistema teórico. Fazer ciência, sim, mas com a complexidade que o objeto exige.

Se recorremos a Allport para ilustrar como esse conflito pode ser lido de maneira produtiva, usamos de outro expediente – agora na comparação de James com Titchener – para destacar a natureza ambígua (e rica) de seu projeto. “Enquanto Titchener estava concentrado em fazer da nova psicologia uma ciência, James se interessava mais em que a nova ciência fosse psicologia” (Heidbreder 1933/1975, p.139).

## Considerações finais

O traço geral do *PrP* consiste em um esforço que visa apontar a dimensão empírica e prática dos problemas mais complexos, mostrar seu sentido para o homem comum e apresentá-lo de modo que possam ser entendidos por ele. A linguagem, por vezes, simplesmente coloquial (às vezes inegavelmente contraditória e inconsistente) parece, acima de tudo, uma iniciativa de ampliar o debate ao máximo possível e conseguir, com aquilo que se perde em precisão, popularidade – no sentido louvável da expressão.

O interesse empírico, o ecletismo intelectual aliado ao fascínio pela experiência excepcional em suas diversas manifestações entrecortam o *PrP*, mas, como destacamos, James parece omiti-los nos momentos em que está falando de ciência no sentido sério, como se, ele próprio admitisse algum constrangimento. Essa dualidade, de discurso e de interesses, parece criar alguma antipatia entre os leitores, fazendo com que os cientistas mais sérios encontrem no livro muito misticismo e os esotéricos, que se aproximam de James pelas vias menos acadêmicas, ciência demais. Aqui não seria exagero imaginá-lo enfrentando dificuldades parecidas com aquelas pelas quais Brás Cubas manifestou seu receio: ficar privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, as duas colunas máximas da opinião.

No prefácio à edição italiana, texto ao qual recorreremos em algumas oportunidades, James esclarece de maneira pontual aquilo que exige do leitor das versões anteriores um exercício intenso, como pudemos acompanhar ao longo desta tese. Se há uma herança decisiva do darwinismo para James, herança que percorre todo seu texto, é o destaque para os impulsos e as emoções do homem, permitindo uma interpretação do fenômeno psicológico, mais especificamente, da consciência, por um recorte bastante distinto do empirismo associacionista. Em outras palavras, se há algo de fundamental na leitura que James faz de Darwin é seu aspecto *anti-intelectualista*.

Neste sentido, podemos dizer que aqui está o primeiro e decisivo compromisso daquilo que consideramos a filosofia da ação sobre a qual se constrói o projeto psicológico apresentado no *PrP*. Uma posição que interpreta o homem em primeiro lugar (no sentido genético) como um organismo inserido no processo de evolução e que, como tal, pode ser estudado à luz das próprias ferramentas das ciências da natureza; ou seja, James, compartilhando o espírito da época, aproxima a teoria da evolução da

fisiologia e encontra no princípio do arco reflexo a chave para uma compreensão natural do fenômeno psicológico, alimentando a ambição de que essa investigação forneça os mesmos resultados práticos que proporcionou em outras disciplinas.

Em contrapartida, é também um compromisso com a ação, mas agora no plano moral – que vimos aparecer nas considerações que ele tece sobre a liberdade – que surgem as observações que o levam para outra direção. Se a perspectiva naturalista o aproxima da ciência natural e de suas ambições de previsão e controle que estão, no caso da psicologia, na regularidade e determinação da conduta; o papel da ação no âmbito moral serve para mostrar a autonomia da qual o homem parece desfrutar em relação à própria Natureza e que lhe permite, ainda que com muito esforço, ser ator e não mero espectador dos eventos, mostrando que o darwinismo assumido por James coloca o *indivíduo* como fator decisivo nas transformações do ambiente e da sociedade. Curiosamente, aquilo que parece mais interessante para a cultura de um modo geral, e para a Psicologia, são as ações que fogem à regra, os feitos excepcionais; em uma palavra, aquilo que nos torna propriamente homens. Parece-nos, portanto, que é nessa mesma filosofia da ação que o projeto da ciência encontra suas consequências mais problemáticas.

E, assim, na exata medida em que justificamos o título de nosso trabalho, criamos uma dificuldade ainda maior para uma interpretação consistente entre as bases dessa psicologia e seus desdobramentos posteriores. Mas este, felizmente, já é outro problema.

*PS:* Antigamente, o tema da prova teórica para o ingresso no programa de pós-graduação em Filosofia da UFSCar, que era apresentado como ‘o dilema da Psicologia’, destacava, justamente, o conflito estabelecido no interior da disciplina entre conseguir ser ciência ainda sendo psicologia.

## Referências bibliográficas

- Abib, J. A. D. (1999). Empirismo radical e subjetividade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 15 (1), pp. 55-63.
- Allport, G. W. (1943). The productive paradoxes of William James. *Psychological review*, 50, 95-120.
- Ayer, A. J. (1968) *The origins of pragmatism*. London: Macmillan press ltd.
- Ayer, A. J. (1998) Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Pragmatism and The meaning of truth* (pp. vii-xxx). Cambridge: Harvard University Press.
- Baldwin, J. M. (1890) *Science*, XVI, 1890.
- Bertoni, P. G. & Pinto, D. C. M. (2007). Mudança e continuidade: a formulação jamesiana do pensamento como um fluxo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 205-211.
- Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology*. Second edition. New York: Appleton-century-crofts, Inc.
- Chalmers, A. (2000). *O que é ciência, afinal?* (R. Fiker, trad.). São Paulo: Editora Brasiliense (publicado originalmente em 1976)
- Darwin, C. (2004). *A expressão das emoções no homem e nos animais* (L. de S. Lobo Garcia, trad.). São Paulo: Companhia das letras (publicado originalmente em 1872)
- Dewey, J. (1896). The reflex arc concept in Psychology. *Psychological review*, 3, 357-370.
- Dewey, J. (1942). William James as empiricist. Em: *In commemoration of William James*. New York: Columbia University Press.
- Evans, R. B. (1981) Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *The principles of psychology* (pp. xli-lxviii) 3 vols. Cambridge: Harvard University Press.
- Ferrater Mora, J. (2004). *Dicionário de Filosofia* (4 volumes) (M. S. Gonçalves, A. U. Sobral, M. Bagno e N. N. Campanário; trads) 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola (trabalho publicado originalmente em 1994)
- Ferraz, G. C. (2005). *Consciência e atenção: algumas considerações acerca das abordagens de William James e Aron Gurwitsch*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Flanagan, O. (1997). Consciousness as a pragmatist views it. Em R. A. Putnam (Ed.) *The Cambridge companion to William James*. New York: Cambridge University Press.

Giorgi, A. (1992). A phenomenological reinterpretation of the jamesian schema for psychology. Em M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 119-136). Washington, DC: American Psychological Association.

Gutman, G. (2005). *Corpos e fantasmas: William James, Henri James e a experiência pura*. Tese de Doutorado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Gutman, G. (2008). As novidades da psicopatologia estão no século XIX? O retorno à William James e à sua “teoria das emoções”. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 11, (4), 661-668.

Hall, S. (1879) Philosophy in the United States, *Mind*, IV.

Heidbreder, E. (1975). *Psicologias do século XX* (L. S. Blandy, Trad.). São Paulo: Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1933)

Herrnstein, R. J. & Boring, E. G. (1965). *A source book in the history of psychology*. Cambridge: Harvard University Press.

James, W. (1880). The association of ideias. *Popular Science Monthly*, 16, pp. 577-593.

James, W. (1880). Rationality, activity and faith. *The Princeton Review*, 2 (july), pp. 58-86.

James, W. (1886). The perception of time. *Journal of speculative Philosophy*, 20, pp. 374-407.

James, W. (1887). What is an instinct? *Scribner's Magazine*, 1, pp. 355-365.

James, W. (1887). The laws of habit. *Popular Science Monthly*, 30, pp. 433-451.

James, W. (1887) Some human instincts. *Popular Science Monthly*, 31, pp. 160-170.

James, W. (1889) The psychology of belief, *Mind*, 14, pp. 321-352

James, W. (1974). Princípios de Psicologia (capítulo IX – O fluxo do pensamento). (P. R. Mariconda, Trad.). Em *Coleção os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1890)

James, W. (1976). Essays in radical empiricism. Em: *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press.

James, W. (1978a). Remarks on Spencer's definition of mind as correspondence. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in Philosophy* (pp. 7-22). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1878)



James, W. (1978b). The sentiment of rationality. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in Philosophy* (pp. 32-64). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1879)

James, W. (1981a). The principles of psychology 3 vols. Em: *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press (publicado originalmente em 1890)

James, W. (1981b). James's preface to Ferrari's intalian translation. The principles of psychology 3 vols (pp. 1482-1484). Em: *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press (publicado originalmente em 1900)

James, W. (1983a). A plea for psychology as a 'natural science'. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 270-277). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1892)

James, W. (1983b). What the will effects? Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 216-234). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1888)

James, W. (1983c). What is an emotion? Em: *Essays in psychology*, pp. 168-187. *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press (texto publicado originalmente em 1884)

James, W. (1983d). The feeling of effort. Em: *Essays in psychology*, pp. 83-124. *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press (texto publicado originalmente em 1880)

James, W. (1983e). Talks to teachers on psychology and to students on some of life's ideals. Em: *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1899)

James, W. (1983f). The physical basis of emotion. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 299-314). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1894)

James, W. (1983g). Are we automata? Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 38-61). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1879)

James, W. (1983h). On some omissions of introspective psychology. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 142-167). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1884)

James, W. (1983i). Thought before language: a deaf-mute's recollections. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 278-291). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1892)

James, W. (1983j). Professor Wundt and feelings of innervation. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 295-298). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1894)

James, W. (1983i). The hidden self. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 247-268). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1890)

James, W. (1983m). Brute and human intellect. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychology* (pp. 1-37). Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1878)

James, W. (1984). Psychology: briefer course. Em: *The works of William James*. Cambridge: Harvard University Press. (publicado originalmente em 1892)

James, W. (1992a). The dilemma of determinism. Em: G. E. Myers (org) *Writings 1878-1899* (pp. 566-594). New York: Literary classics of the United States, Inc. (texto publicado originalmente em 1884)

James, W. (1992b). The will to believe. Em: G. E. Myers (org) *Writings 1878-1899* (445– 704). New York: Literary classics of the United States, Inc. (texto publicado originalmente em 1896)

James, W. (1992c). Reflex action and theism. Em: G. E. Myers (org) *Writings 1878-1899* (540–565). New York: Literary classics of the United States, Inc. (texto publicado originalmente em 1881)

James, W. (1998) Pragmatism. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Pragmatism and The meaning of truth* (pp. 1-144). Cambridge: Harvard University Press. (texto publicado originalmente em 1909)

Kinouchi, R. R. (2004). *Consciência não-linear: de William James aos Sistemas dinâmicos*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos.

Kinouchi, R. R. (2006). Darwinismo em James: a função da consciência na evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, (3), 355-362.

Kinouchi, R. R. (2009). Tão perto, tão distante: William James e a psicologia contemporânea. *Scientiae studia*, 7, (2), 309-315.

Köhler, W. (1980). *Psicologia da Gestalt*. (D. Jardim, trad.) Belo Horizonte: Editora Itatiaia (publicado originalmente em 1947)

Ladd, G. T. (1892). Psychology as So-Called 'Natural Science'. *Philosophical Review*, 1, 24-53.

Lange, C. G. (1967). The emotions: a psychophysiological study. Em: K. Dunlap (ed.): *The emotions*. (Istar A. Haupt, trad.). New York: Hafner publishing company . (publicado originalmente em 1885)

- McDermott J. J. (1976). Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in radical empiricism* (pp. xi-xlvi). Cambridge: Harvard University Press.
- McDermott J. J. (1978). Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in philosophy* (pp. xi-xxxv). Cambridge: Harvard University Press.
- McDermott J. J. (1982). Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in religion and morality* (pp. xi-xxviii). Cambridge: Harvard University Press.
- McDermott R. A. (1986) Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays in psychical research* (pp. xiii-xxxvi). Cambridge: Harvard University Press.
- Myers, G. E. (1981) Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *The principles of psychology* (pp. xi-xl) 3 vols. Cambridge: Harvard University Press.
- Myers, G. E. (1983) Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Talks to teachers on psychology and to students on some of life's ideals* (pp. xi-xxvii). Cambridge: Harvard University Press.
- Myers, G. E. (1986). *William James: his life and thought*. New Haven: Yale University Press.
- Myers, G. E. (1992). William James and contemporary psychology. Em M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 49-64). Washington, DC: American Psychological Association.
- Myers, G. E. (1997). Pragmatism and introspective psychology. Em R. A. Putnam (Ed.) *The Cambridge companion to William James*. New York: Cambridge University Press.
- Perry, R. B. (1935). *The thought and character of William James*. Boston: Little, Brown, and Company.
- Perry, R. B. (1948). *The thought and character of William James: briefer version*. Cambridge: Harvard University Press.
- Robinson, D. N. (1985). *Philosophy of Psychology*. New York: Columbia University press.
- Schull, J. (1992). Selection – James's principal principle. Em M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 139-151). Washington, DC: American Psychological Association.
- Skinner, B. F (1975). O papel do ambiente. Em: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril cultural (originalmente publicado em 1969).
- Skrupskelis I. K (1987). Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *Essays, comments and reviews* (pp. xxi-xxix). Cambridge: Harvard University Press.

Smith J. E. (1985). Introduction. Em: F. Burkhardt & F. Bowers (Orgs.): *The varieties of religious experience* (pp. xi-li). Cambridge: Harvard University Press.

Taylor E. (1984). Historical introduction. Em: *William James on exceptional mental states: The Lowell lectures* (pp. 1-14). Amherst: The university of Massachussts Press.

Taylor E. (1992). The case for a uniquely American jamesian tradition in Psychology. Em M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association.

Taylor E. (1996). *William James on consciousness beyond the margin*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Ward, J. (1892). Critical notices: *text-book of Psychology*, by William James, *Mind*, n.s., 1, pp. 531-539.

Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological review*, 20, 158-177.

Woodward, W. R. (1992). Jame's evolutionary epistemology: "Necessary truths and the effects of experience. Em M. E. Donnelly (Ed.) *Reinterpreting the legacy of William James* (pp. 153-169). Washington, DC: American Psychological Association.